

**SÆCULUM**  
REVISTA DE HISTÓRIA

**Departamento de História**  
**Programa de Pós-Graduação em História**  
**Universidade Federal da Paraíba**

**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES**  
**Campus Universitário - Conjunto Humanístico - Bloco V**  
**Castelo Branco - João Pessoa - Paraíba - CEP 58.051-970 - Brasil**  
**Fone/ Fax: +55 (83) 3216-7339 - E-Mail: <dhistoria@cchla.ufpb.br>**  
**Web Site: <<http://chip.cchla.ufpb.br/departamentos/historia/>>**



## **UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**

**Reitor: Rômulo Soares Polari**

**Vice-Reitora: Maria Yara Campos Matos**

### **PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

**Pró-Reitor: Marcelo Sobral da Silva**

### **CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES**

**Diretor: Lúcio Flávio Vasconcelos**

**Vice-Diretora: Sandra Regina Moura**

### **DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**Chefe: José Jonas Duarte da Costa**

**Sub-Chefe: Regina Maria Rodrigues Behar**

### **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**Coordenador: Elio Chaves Flores**

**Vice-Coordenador: Jaldes Reis de Meneses**

### **COMISSÃO DE EDITORAÇÃO - SÆCULUM**

**Carla Mary S. Oliveira**

**Elio Chaves Flores**

**Monique Cittadino (presidente)**

**Regina Célia Gonçalves**

**Regina Maria Rodrigues Behar**

**Ricardo Pinto de Medeiros**

**SÆCULUM** N° 11 - Ago/ Dez. 2004  
ISSN 0104-8929  
**REVISTA DE HISTÓRIA**

**Copyright © 2004 - DH/ PPGH/ UFPB**

**ISSN 0104-8929**

Capa, Projeto Gráfico e Editoração Eletrônica: Carla Mary S. Oliveira

Ilustração das Vinhetas: Albrecth Dürer, “*Moça Lendo*” (detalhe), 1501;  
desenho a grafite e nanquim castanho sobre papel; 16,1 x 18,2 cm;  
Boymans-van Beuningen Museum, Rotterdam, Holanda.

Impresso no Brasil - Printed in Brazil

Efetuada o Depósito Legal na Biblioteca Nacional,  
conforme a Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

### **TODOS OS DIREITOS RESERVADOS**

É proibida a reprodução total ou parcial,  
de qualquer forma ou por qualquer meio.  
A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998)  
é crime estabelecido no artigo 184 do Código Penal.

### **CONSELHO EDITORIAL**

<b>Antônio Paulo Resende (UFPE)</b>	<b>Maria de Lourdes Janotti (USP)</b>
<b>Carlos Fico (UFRJ)</b>	<b>Martha M<sup>a</sup> Falcão de C. e M. Santana (UFPB)</b>
<b>Durval Muniz de Albuquerque Jr. (UFRN)</b>	<b>Mauro Guilherme P. Koury (UFPB)</b>
<b>Ernesta Zamboni (UNICAMP)</b>	<b>Pedro Paulo Funari (UNICAMP)</b>
<b>Gisafran Mota Jucá (UFCE)</b>	<b>Rosa Maria Godoy Silveira (UFPB)</b>
<b>Joana Neves (UFPB)</b>	<b>Sandra Jatahy Pesavento (UFRGS)</b>
<b>João Antônio de Paula (CEDEPLAR)</b>	<b>Sílvia Regina Ferraz Petersen (UFRGS)</b>
<b>João José Reis (UFBA)</b>	<b>Teresa Negrão (UnB)</b>
<b>Jorge Ferreira (UFF)</b>	<b>Tereza Baumann (MN-UFRJ)</b>
<b>Leonardo Guimarães Neto (CEPLAN)</b>	<b>Valdemir Zamparoni (UFBA)</b>
<b>Lúcia de Fátima Guerra Ferreira (UFPB)</b>	

### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)** **Biblioteca Central - Universidade Federal da Paraíba**

S127 Saeculum - Revista de História, ano 10, n. 11 (2004).  
- João Pessoa: Departamento de História/ Programa  
de Pós-Graduação em História/ UFPB, ago./ dez. 2004.

ISSN 0104-8929

Semestral

210 p.

BC/UFPB

CDU 93 (05)

## Sumário

<b>Editorial</b> .....	7
<b>ARTIGOS</b>	
<b>Utopias por um mundo melhor</b> .....	11
Adalmir Leonidio	
<b>História e lingüística: algumas reflexões em torno das propostas que aproximam a História da Análise do Discurso</b> .....	28
Giselda Brito Silva	
<b>Entre o amor e a cavalaria: Lancelote, o cavaleiro da charrete</b> .....	42
Miriam Lourdes Impellizieri Luna da Silva	
<b>Da Antigüidade ao Medievo: o Cristianismo e a elaboração de um novo modelo caritativo</b> .....	54
Bruno Miranda Zétola	
<b>Tempo e instituições, lógicas não-ocidentais em alguns maracatus-nação: da África ao Brasil, a homogeneização das diversidades</b> .....	72
Ivaldo Marciano de França Lima	
<b>O uso de drogas e tabaco em ritos religiosos e na sociedade brasileira: uma análise comparativa</b> .....	85
Ricardo Luiz de Souza	
<b>As portas da vida para as filhas da caridade: formas de inserção social das mulheres expostas (Recife, 1830-1860)</b> .....	103
Alcileide Cabral do Nascimento	
<b>A grande emigração europeia para o Brasil e o imigrante espanhol no cenário da cafeicultura paulista: aspectos de uma (in)visibilidade</b> .....	115
Marília D. Klaumann Cánovas	
<b>“Isha Mehagueret”: judia imigrante empreendedora em São Paulo (1945-1956)</b> .....	137
Marie Felice Weinberg	
<b>Espaço e vivência: transformações modernizadoras na Primeira República</b> .....	145
Maurício Silva	
<b>A pedagogia da História de Murilo Mendes (São Paulo, 1935)</b> .....	162
Itamar Freitas	
<b>Paulo Duarte e a defesa da Universidade</b> .....	176
Marli Guimarães Hayashi	
<b>Desenvolvimento humano ou crescimento econômico? Os anos 1980 no Brasil</b> .....	186
Jadir Peçanha Rostoldo	

**RESENHA**

***Repensando “A História repensada”, de Keith Jenkins* ..... 203**  
Paulo Renato da Silva

\*\*\*

***Normas para publicação* ..... 207**  
***Agradecimentos* ..... 209**

## EDITORIAL

Ao completar dez anos de existência *Saeculum* - Revista de História aparece, em sua décima primeira edição, com uma mudança aparente. Mudou-se a forma, buscando a adequação aos padrões mais atuais do mercado editorial no que se refere à publicação de periódicos. Mantém, no entanto, a perspectiva que já era anunciada no editorial do número um, quando, justificando a escolha do nome, se afirmava: “Nomear *saeculum* é nomear a vida pela qual se combate. Vida em que se mesclam o novo de cada situação e a herança daquilo que nos foi deixado...”.

A vida da *Saeculum* ao longo desse tempo tem sido, como a dos historiadores que a têm feito, e a do mundo em que vivem: uma trajetória de dificuldades e de incertezas, mas também de um amadurecimento que se confunde com o alargamento de horizontes, com a incorporação de desafios teóricos e metodológicos cada vez mais complexos e de objetos a um só tempo macro e microscópicos.

Dez anos depois *Saeculum* já não é uma publicação endógena, como foi aquele primeiro número. Já não é a Revista dos docentes do Departamento de História e dos alunos do curso de História da Universidade Federal da Paraíba. Pelo contrário, há alguns anos tornou-se uma revista de abrangência nacional, com um Conselho Editorial composto por historiadores que trabalham em grandes centros de pesquisa e universidades, de todas as regiões do país. Trata-se, além disso, de um Conselho multifacetado também do ponto de vista das especialidades no campo do conhecimento histórico. Sua abrangência nacional está traduzida ainda na procedência dos autores que têm seus trabalhos publicados, como mais uma vez acontece nessa edição.

Neste décimo primeiro número da *Saeculum* reúnem-se historiadores e pesquisadores de áreas afins vinculados a instituições de diversas regiões brasileiras. São docentes de universidades e alunos de cursos de pós-graduação que transitam por diferentes temas e temporalidades. O primeiro artigo do número é sugestivo: estamos diante do tema clássico das utopias, das idéias pela construção de um mundo melhor, que aqui nos são apresentadas por Adalmir Leonídio. Como a explorar as possibilidades dessa construção, nos encontramos na teia da interdisciplinaridade, discutindo, primeiro, as relações entre História e Linguística, com Giselda Brito Silva e suas reflexões sobre a análise do discurso, e depois, as da História com a Literatura, através do Cavaleiro da Charrete que, da Idade Média européia, nos é apresentado por Miriam Luna da Silva. Atravessamos também a Antiguidade e o Medievo, acompanhando a criação do novo modelo caritativo cristão para, na companhia de Bruno Zétola, nos encontramos, em Pernambuco do século XIX, com Alcileide Nascimento e as suas filhas da caridade. Ainda tratando de mulheres, dessa vez conhecemos uma judia imigrante e empreendedora no pós-segunda guerra mundial em São Paulo, em artigo de Marie Weinberg. E, por falar em deslocamentos de gentes e de culturas entre as margens do Atlântico, *Saeculum* apresenta os imigrantes espanhóis, um tanto quanto (in)visíveis na cafeicultura paulista, mas plenamente contemplados no texto de Marília Cánovas. Ao mesmo tempo, vindos também do outro lado do Atlântico,

das terras mais ao sul, da África, nos chegam aspectos da lógica que marca alguns maracatus-nação estudados por Ivaldo Lima. Sob o pulso que une, num só espaço, temporalidades e práticas tão distintas, tradição e modernidade, homogeneização e diversidade, poderíamos agrupar os trabalhos de Ricardo Souza sobre o uso de drogas e tabaco em ritos religiosos e de Maurício Silva que trata das transformações modernizadoras na Primeira República no Brasil. Que Brasil é esse? Pergunta complexa sobre a qual se debruçaram muitos intelectuais importantes, alguns com o foco centrado no que talvez seja o aspecto mais perturbador da nossa realidade: a educação. Itamar Freitas e Marli Hayashi nos apresentam, em trabalhos no campo da história intelectual, respectivamente os pensamentos de Murilo Mendes e de Paulo Duarte sobre o tema. Por fim, Jadir Rostoldo encara, ainda uma vez, nesse número da *Saeculum*, um dos grandes problemas do Brasil: o do desenvolvimento humano. Ou seria o do crescimento econômico? Para fechar, e até como contraponto ainda que involuntário, à discussão colocada pelo último artigo, temos a resenha que Paulo Renato da Silva fez de uma obra que afirma a construção da história como um discurso dos historiadores, *A História Repensada* de Keith Jenkins.

Enfim, essa é vida que se combate. Entre a herança e a inovação. Em meio às escolhas colocadas à disposição de todos, inclusive dos historiadores. *Saeculum* pretende continuar a ser mais um esforço no sentido de retomar o que já foi iniciado e buscar a abertura para as novas possibilidades. É assim que tem sido desde o primeiro número.









## UTOPIAS POR UM MUNDO MELHOR

Adalmir Leonidio<sup>1</sup>

### **Introdução**

O termo utopia é antigo. Ele foi literalmente inventado pelo inglês Thomas More, em seu livro *Utopia*, no século XVI. Tanto a sua origem quanto a sua utilização ao longo dos séculos sempre foram alvo de muita confusão. Mas foi seguramente com Marx que ele adquiriu seu sentido mais difundido: o de “sonho”, “fantasia”, “evasão da realidade”<sup>2</sup>. Os “utópicos” tirariam de suas cabeças um sistema novo, mais perfeito, de ordem social, para tentar implantá-lo na sociedade<sup>3</sup>. Esta representação da utopia perdurou até o início do século XX. Nos anos vinte, Martin Buber caracterizou a “imagem utópica” como “um quadro do que deve ser”, um estado ideal, portanto, mas sem a aceção negativa empregada por Marx e Engels. A utopia anseia pelo que é justo e experimenta, como revelação ou idéia, aquilo que não pode se realizar no indivíduo, mas somente na comunidade humana. A visão daquilo que deve ser não pode no entanto ser separada da atitude crítica em face da atual maneira de ser do mundo<sup>4</sup>.

Partindo de Martin Buber, uma relativização interessante da idéia de “utopia” aparece com Karl Mannheim, em 1929. Segundo o pensador alemão, um “estado de espírito” é utópico quando, simultaneamente, transcende a realidade e assume uma conduta que tende a se opor, seja parcial ou totalmente, à ordem de coisas que prevalece no momento. Neste sentido ele é oposto ao “estado de espírito” ideológico, que, congruente ou incongruente com a realidade, tende a permanecer no nível da realização e da manutenção do *status quo*<sup>5</sup>.

Mais recentemente, Michel Löwy buscou mostrar que tanto para Marx e Engels, quanto para Mannheim, a utopia era concebida como uma forma de falsa consciência, isto é, uma representação que transcende a realidade. Segundo o autor, ideologia e utopia seriam, ambas, uma visão social de mundo, isto é, um estilo de pensamento ou ponto de vista socialmente condicionado. Uma visão social de mundo será utópica quando circunscrever um conjunto articulado e estruturado de valores, representações, idéias e orientações cognitivas que se oponha à ordem social vigente, propondo a realização, no presente ou no futuro, de uma nova sociedade, ou de reformas que alterem significativamente a sociedade em curso<sup>6</sup>.

---

<sup>1</sup> Doutor em Ciências Sociais e professor no Curso de História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

<sup>2</sup> MARX, Karl. Manifesto do Partido Comunista. In: MARX, K. & ENGELS, F. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, s.d., p. 38-43.

<sup>3</sup> ENGELS, F. Do socialismo utópico ao socialismo científico. In: MARX, K. & ENGELS, F. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, s.d., p. 307.

<sup>4</sup> BUBER, Martin. *O socialismo utópico*. São Paulo: Perspectiva, 1971.

<sup>5</sup> MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986, p. 216.

<sup>6</sup> LÖWY, Michel. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*. São Paulo: Busca Vida, 1987.

Esta definição de Löwy para o conteúdo da utopia encerra, no entanto, alguns problemas. Antes de mais nada, vincular a utopia a uma forma radical de encarar a situação presente, exclui dela grande parte da literatura que se convencionou chamar utópica, como More, um erasmista estrênuo, que capitulou frente a propostas mais radicais de reforma, como a de Thomas Müntzer. Por outro lado, segundo esta aceção, todo socialismo seria utópico, no sentido de que é uma visão de mundo que se opõe à sociedade capitalista. O que não é verdade, já que Saint-Simon, por exemplo, não se opôs ao capitalismo industrial de sua época, embora tenha idealizado uma sociedade mais igualitária.

Mas há ainda uma outra questão que foi muito pouco trabalhada pela bibliografia que trata do tema. Isto é, há uma variedade muito grande de utopias - utopias sociais, utopias políticas, utopias religiosas, utopias cientistas, entre outras -, de modo que dificilmente se poderia falar em utopia no singular, e de forma definitiva. Apesar disso, apostamos na hipótese da existência de elementos comuns aos diversos tipos de utopia, ainda que estes elementos se apresentem de forma um tanto diversa nos diferentes contextos históricos. O que este artigo pretende é, admitindo a utopia como um dado conteúdo, perceber os seus elementos constitutivos ao longo da história, suas continuidades e descontinuidades. O seu limite temporal será o período imediatamente posterior à Revolução Francesa, deixando de lado, portanto, toda forma de utopia que se desenvolve a partir do início do século XIX.

### ***A utopia através dos tempos: de Platão a Babeuf***

O Renascimento é o tempo que vê florescer a utopia. Mas se ela pôde então florescer, é porque já era uma planta com sólidas raízes. Por outro lado, sabe-se que esta época é marcada por uma volta à Antiguidade. Já se disse que o Renascimento, como fase de transição para a ciência moderna, colaborou grandemente para solapar as bases do aristotelismo. Foi uma aliança de Platão com Demócrito - ou Epicuro - que desmoronou o império de Aristóteles. Portanto, esta volta à Antiguidade é, também, uma revolta contra a Antiguidade e a tradição.

O objetivo de Platão é ensinar a virtude aos cidadãos, isto é, pretende construir uma república feliz através de uma reforma dos indivíduos. Partindo da dialética socrática ele vai tentar definir então o que é a virtude, até elevá-la a um modelo de conduta moral. E aqui já aparece um dos problemas centrais da utopia. Quase no final de seu livro pergunta-se Platão: “*É possível executar uma coisa tal como se descreve? Ou está na natureza das coisas que a execução tenha menos influência sobre a verdade que o discurso?*”<sup>7</sup>. Ele acabará por concluir pela segunda hipótese. Isto é, conhecer o Bem é já praticá-lo, uma vez que ninguém o conhece sem o desejar.

Mas por trás deste seu projeto de reforma dos indivíduos também aparece uma outra questão central para os utópicos, e que parece estar contida numa enigmática afirmação de Demócrito (460 - 370 a.C.): “*Todos os seres vivos associam-se com*

---

<sup>7</sup> PLATÃO. *A República*. Lisboa: Europa-América, 1998, p. 204.

seres vivos semelhantes”<sup>8</sup>. Isto é, embora partindo do indivíduo, Platão busca a unidade social.

A Justiça parece ser a principal virtude e o supremo bem de uma república feliz. Para Platão a natureza fez os indivíduos com diferentes aptidões, isto é, aptos para esta ou aquela função. As coisas são feitas em maior número, melhor e mais facilmente, quando cada um, segundo suas aptidões, se entrega a um único trabalho. A Justiça consiste, portanto, em “restituir a cada um o que lhe é próprio”. Para o indivíduo, ser virtuoso é exercer a função que lhe cabe na sociedade. A hierarquização das funções sociais é, pois, a condição da harmonia e da concórdia na República platônica<sup>9</sup>.

O ideal para uma república, o seu maior bem é que ela seja una. Para tanto é preciso, em primeiro lugar, que cada indivíduo cumpra a sua função social. Secundariamente, que ela forme uma “comunidade de prazer e de dor”. Toda a cidade deve compartilhar a alegria e a tristeza de cada indivíduo, e cada indivíduo não deve ver no outro senão um irmão ou uma irmã. Em seguida, deve-se suprimir “os dois temíveis inimigos da unidade”, o interesse individual e o espírito de família. Suprimir-se-á o primeiro pela comunidade dos bens, o segundo pela comunidade das mulheres e dos filhos. Por fim, é preciso evitar os grandes estados, à maneira do império persa<sup>10</sup>.

Este último ideal de unidade, ancorado no pacifismo, espelha o seu desejo de alcançar a nova república através da simples persuasão, isto é, da não-violência. Como nas utopias que se desenvolverão a partir daqui, Platão deseja ver os reis aconselhados pelos filósofos, os portadores da utopia. Na alegoria da caverna vê-se claramente que é somente através do saber que se pode tornar a cidade-modelo uma realidade e não um sonho vão, como nas cidades de seu tempo, onde as pessoas se batem por sombras. O sonho, a ilusão é, portanto, aquilo que existe enquanto ignorância, e não aquilo que se projeta enquanto modelo ideal<sup>11</sup>.

Em Platão, o pensador é acompanhado por um incomparável artista, que a Musa dotou de todos os dons, entusiasmo do belo, imaginação rica, capacidade de sair de si próprio e de criar tipos de toda espécie, fantasia alada. Em dois outros diálogos, *Timeu* e *Critias*, Platão refere-se a uma viagem de Sólon ao Egito, onde este soube que os sacerdotes egípcios de Sais possuíam registros de “uma ilha continental além das Colunas de Hércules (antigo nome de Gibraltar) chamada Atlântida”, o centro de um grande e maravilhoso império, que teria desaparecido após “uma grande inundação”<sup>12</sup>. Platão descreve este lugar como sendo o Jardim das Hespérides, uma das versões gregas do paraíso terrestre<sup>13</sup>.

---

<sup>8</sup> Cf. BORNHEIM, Gerd A. (org.). *Os filósofos pré-socráticos*. São Paulo: Cultrix, 1993.

<sup>9</sup> PLATÃO, *A República*, p. 31-60.

<sup>10</sup> PLATÃO, *A República*, p. 190-193.

<sup>11</sup> PLATÃO, *A República*, p. 205.

<sup>12</sup> O que na tradição bíblica será relacionado ao “grande dilúvio”, e a Atlântida a um dos possíveis lugares onde ficaria localizado o paraíso edênico.

<sup>13</sup> PLATÃO. *Diálogos* - vol. XI. Belém: Universidade Federal do Pará, 1975.

Mas outra característica interessante na descrição platônica, que depois será quase que uma obsessão entre os utópicos, é o gosto por contar, enumerar, planejar, ordenar. Nesta república ideal havia pontes ligando os principais pontos da cidade que se viam separados por rios e mares. O palácio real ficava no centro, e havia ligações de todos os lugares até ele. Ao redor ficavam as habitações. Os homens e bens circulavam graças a uma complexa rede de canais e estradas que se estendia por toda parte. Havia uma idade ideal para o casamento - vinte anos para as mulheres e trinta para os homens. Os nascimentos eram rigorosamente controlados, a fim de manter estável o número de habitantes<sup>14</sup>. E a fim de que cada indivíduo chegasse à mesma alta perfeição da cidade, era exercido um rigoroso controle eugênico, estabelecendo-se o número ideal de casamentos.

Mas o que falta à república platônica, como um dos fundamentos de ligação entre os homens, será encontrado em Epicuro, isto é, a doutrina do hedonismo. A moral epicurista está fundada na idéia de que o fim último da vida humana é a felicidade, e que esta só pode ser encontrada no prazer. A razão deve velar para que o prazer seja puro, isto é, não esteja misturado a nenhuma dor. A fim de evitar a insatisfação é necessário limitar os desejos unicamente aos que são “naturais” como, por exemplo, a fome e a sede. Sua frase mais famosa diz “*A fonte e a raiz de todo o bem é o prazer do ventre*”. Epicuro postula uma espécie de harmonia preestabelecida entre as necessidades e os recursos, entre a natureza individual e a natureza universal, de modo que a pobreza não nasce da raridade dos bens, mas da necessidade não-natural, isto é, do supérfluo<sup>15</sup>.

Mas a apologia da harmonia natural em Epicuro está ligada a uma crítica da sociedade, que aparece, pois, como um artifício. Os homens não estão naturalmente destinados a viver em sociedade. A necessidade que nos torna dependentes uns dos outros é uma prova de fraqueza. Obrigado a viver em sociedade, o homem lança mão de vários meios a fim de se preservar. Um desses meios é a justiça, compreendida não como a realização de uma ordem ideal, como em Platão, mas como uma convenção utilitária, feita em vista de não se prejudicar mutuamente.

Durante a Idade Média, um dos seguidores importantes da filosofia platônica, e que vai retomar o seu sentido de justiça e de ordem, é Santo Agostinho (354-430). A sua cidade ideal é a “cidade de Deus”, pensada a partir também do modelo da “comunidade cristã primitiva”<sup>16</sup>. Já para Thomas de Kempis (1380-1471), Jesus é que é o modelo de vida a imitar, exemplo de simplicidade, desapego das riquezas materiais e justiça bem ordenada<sup>17</sup>.

Neste tempo, havia a forte convicção de que a cristandade deveria integrar, se não um Estado, ao menos uma forte unidade, sob o domínio do Papa e do imperador. Havia uma tendência a ver essa idéia expressa claramente no “Reino Universal” parusiaco do profeta Daniel. Apelava-se para a obra *A cidade de Deus*, embora Agostinho tivesse dado preferência a uma Igreja e a um modelo de redenção não ligados a determinada concepção de império, mas espalhada em uma infinidade

---

<sup>14</sup> Em *A República*, Platão admitia até mesmo o infanticídio.

<sup>15</sup> Cf. ABENQUE, Pierre. As filosofias helenísticas: estoicismo, epicurismo, ceticismo. In: CHÂTELET, François (org.). *A filosofia pagã*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983, p. 182-190.

<sup>16</sup> SANTO AGOSTINHO. *A cidade de Deus*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

<sup>17</sup> KEMPIS, Thomas de. *A imitação de Cristo*. Lisboa: Europa-América, 1998.

de Estados menores, tal como o queria Platão, o que seria mais vantajoso para a paz universal.

Mas o ideal de pacifismo e o de um império mundial eram absolutamente antagônicos, por pelo menos uma questão, com a qual parecia concordar até mesmo Agostinho. O projeto de formar uma única e grande família cristã em todo o globo - o projeto do *Orbis christianus* -, como condição de realização da paz e da harmonia entre os homens, esbarra com o obstáculo do paganismo. Por isso, muitos serão os críticos de uma tal empresa. Mas muitos serão também os simpatizantes. E entre os continuadores do sonho do império universal está Dante Alighieri (1265-1321). E até mesmo Agostinho acaba por se render à idéia, ao postular que o universo inteiro é a imagem da ordem admirável em que o mundo material é regido por forças espirituais, isto é, o Papa (o equivalente do rei-filósofo de Platão). E este sonho não cessaria, persistindo século XVI adentro, mesmo e apesar de uma cristandade dividida pela Reforma.

Um desses continuadores famosos foi sem dúvida Nicolau de Cusa, em sua obra *Concordantia catholica* (1433). Ele preconiza aí a reconciliação das diversas tendências que sacodem a Igreja, em nome da unidade da fé cristã. Naquilo em que ficou conhecido como sua “filosofia da unidade” ele busca analisar como a unidade infinita se espalha em tudo, originando uma espécie de “otimismo unitário” que muito influenciaria a literatura utópica posterior. Foi também quem primeiro rompeu com a tradição aristotélica do mundo fechado sobre si mesmo e defendeu a causa do mundo infinito. Tudo se torna possível a partir de então<sup>18</sup>.

Esta dimensão do “tudo é possível” dá novo ânimo ao imaginário utópico que se vinha formando. A literatura de viagem na era dos descobrimentos desenvolve em larga medida o gosto do maravilhoso e do mistério, impulsiona as idéias mágicas e as fantasias típicas do homem renascentista. Colombo (1451-1506) é o viajante que descobre mas, ao mesmo, tempo conta uma história fantástica. Segue-se uma verdadeira caça às terras incógnitas. Neste tempo havia uma firme crença na proximidade do paraíso terreal. Discutia-se, inclusive, a possibilidade de o Novo Mundo ser a Atlântida redescoberta. E o narrador-viajante genovês, à vista da ilha do Haiti, tem a certeza de nele haver chegado<sup>19</sup>.

Além da crença bíblica no paraíso terrestre, Colombo tem outra idéia fixa, ligar o mundo através da cruz, isto é, concretizar o ideal do *Orbis christianus* medieval. Para tanto, dois pontos de partida parecem essenciais. Em primeiro lugar, o mapa de Toscanelli, que não só reforça a sua idéia de que o mundo era redondo, mas também que o Oriente esperava a unidade com o Ocidente<sup>20</sup>. Em segundo lugar, os relatos de Marco Pólo, segundo os quais o imperador da Tartária, conhecido como o Grande Cã, pedia que lhe fossem enviados cem teólogos para que assim se iniciasse a conversão dos mongóis.

---

<sup>18</sup> VEDRINE, Hélène. A nova imagem do mundo: de Nicolau de Cusa a Giordano Bruno. In: CHÂTELET, François (org.). *A filosofia do mundo novo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

<sup>19</sup> COLOMBO, Cristóvão. *Diários da descoberta da América*. Porto Alegre: L&PM, 1991, p. 64.

<sup>20</sup> Os utópicos do século XIX desenvolverão este tema a partir da metáfora da junção da Madre (o Oriente, representando o sentimento) com o Padre (o Ocidente, a razão).

Mas se ligar o mundo é a grande empresa de Colombo, é só em uma ilha que é possível descobrir (ou inventar) o paraíso terrestre. Até a segunda viagem ele só havia encontrado ilhas, onde justamente são feitos os mais empolgantes relatos. Em sua carta aos reis católicos, referente à sua terceira viagem, onde ele afirma ter a Terra o formato de uma péra, fica clara a sua idéia de que o paraíso ficava mesmo localizado em uma ilha<sup>21</sup>. Isto parece confirmar a visão do paraíso associado à Atlântida de Platão.

Esta imagem seria retomada por Desidério Erasmo (1467-1536). O seu livro mais importante, *Elogio da loucura* (1508), inicia com uma carta “ao amigo Thomas More”. Ele começa com a idéia de “jogar” com o nome de More, “que tanto se aproxima do nome grego da loucura (*Moria*)”, deixando-lhe a seguir a incumbência de defendê-la<sup>22</sup>. Fala então a loucura: “Nasci nas ilhas Afortunadas onde as colheitas não exigem sementeira ou esforço” e onde “o trabalho, a velhice e a doença são desconhecidas”. As “ilhas Afortunadas” nada mais são do que a Atlântida perdida, para onde todos os olhos se parecem voltar.

Mas o livro é também uma crítica à “razão louca” ou à loucura que se traveste de razão, isto é, o “mundo fechado” dos teólogos escolásticos, os donos de toda a verdade sobre a vida. Esta ciência, a dos doutores da Igreja, aparecia então como um sonho, uma ilusão, tal como em Platão. Assim, Erasmo defende, em contrapartida, a “loucura sã”, aquela dos simples e dos justos da “Santa Escritura”, que em tudo buscam imitar a Cristo: “A raça simples da idade de ouro não possuía ciência alguma, apenas o guiava o instinto da natureza”. Os homens mais felizes são, pois, os que conseguem fugir das ciências e ter como guia a simples natureza. Há aqui, portanto, uma profunda descrença quanto à educação e às demais instituições da época para tornar os homens felizes<sup>23</sup>.

Erasmo acreditava que era impossível melhorar a sorte dos povos enquanto os príncipes continuassem em estado de guerra, enquanto o Papa se mostrasse impotente para fundar a paz dos povos cristãos. Mas aqui entra uma importante contradição, pois a paz dos povos cristãos significava necessariamente a guerra aos infiéis, isto é, a defesa do projeto do *Orbis christianus*.

A *moria* de More (1477-1535), a sua *Utopia* (1516), será, pois, esta “loucura sã” de Erasmo. Neste sentido, o fantástico é também um motivo para a sátira. Isto traz ao sentido platônico do modelo e da realização do modelo, um outro contributo importante para o conteúdo da utopia que se vai remodelando. Os utópicos não buscam um retiro fora da realidade, como normalmente se atribui ao sentido de utopia (*ou-topos*), isto é, “lugar nenhum”. Outro sentido possível do termo, e que se confundia no vocabulário da época era, pois, o de *eu-topos*, isto é, lugar do bem, ou lugar bom demais para ser verdade, mas que é possível. E sua possibilidade deve necessariamente passar pela crítica da utopia em outro de seus sentidos possíveis, isto é, ordem existente<sup>24</sup>.

A narrativa de More desenvolve-se a partir de um diálogo, ao estilo platônico, entre ele próprio, Pedro Giles (seu amigo, natural de Antuérpia) e Rafael Hitlodeu,

---

<sup>21</sup> COLOMBO, *Diários...*, p. 189.

<sup>22</sup> ERASMO. *Elogio da loucura*. Lisboa: Europa-América, 1990, p. 10.

<sup>23</sup> ERASMO, *Elogio...*, p. 60-62.

<sup>24</sup> MORE, Thomas. *Utopia*. Lisboa: Europa-América, 1995.



quase todos personagens reais<sup>25</sup>. O seu objetivo é criticar os “vícios” da sociedade inglesa da época de Henrique VIII e definir a “virtude” própria a uma república feliz.

Hitlodeu é o narrador que viajou “como o grande filósofo Platão”, tendo acompanhado Américo Vespúcio em três das suas quatro viagens. A comparação não é inocente. Trata-se da postura própria ao narrador-viajante, isto é, para descobrir outro mundo ou para mudar este é preciso viajar como quem deseja conhecer, despido dos preconceitos, tendo, pois, a postura do filósofo. Daí que More e Giles não queiram saber de Hitlodeu a respeito de “monstros famosos”, mas das possibilidades de existência de “uma república justa e sabiamente governada”. Nesse sentido, More tenta convencer a Hitlodeu da importância de seus conselhos para o rei, embora desconfiasse dos “preconceitos e crenças firmemente instaladas”, isto é, da razão louca de Erasmo, contra a qual acalenta sua “loucura sã”: “*Se repetisse as teorias que Platão expressa na sua República e que os utopianos põem em prática, embora sejam efetivamente superiores às que nos regem, admito que poderiam parecer estranhas e absurdas*”<sup>26</sup>.

Segue-se uma descrição da ilha da Utopia e do modo de viver dos utopianos que é muito similar àquela de Platão para sua República: comunidade dos bens (mas não das mulheres), uniformidade e regularidade do espaço e dos hábitos, etc. A única diferença é que o trabalho é tido como sumamente importante em seu projeto de valorização do homem em sociedade. Ele deveria estar organizado de tal forma que evitasse que as pessoas permanecessem por muito tempo numa mesma atividade, contrariamente à divisão do trabalho segundo as funções, preconizada pelo filósofo grego. Mas a noção de justiça também estaria fundamentada na noção de hierarquia, já que haveria uma para o povo e outra para uso dos principados. Daí porque More admitisse a existência da escravidão.

Um dos temas centrais do humanismo, que se destacam na obra de More, e que passaria a compor o conteúdo da utopia, é aquele relativo à primazia do homem, que é descrito em termos de possibilidade. A livre determinação do indivíduo ganha precedência sobre uma essência eternamente fixa, rumo à perfeição da comunidade humana na Terra. Ganham relevo temas como o otimismo de perspectiva e o ideal universalista do homem.

Na ilha de Utopia o desenvolvimento adequado do indivíduo e até mesmo a sua felicidade dependem da sua integração na sociedade. Um poeta contemporâneo de More, John Donne, expressou de maneira sintética o cerne do problema da utopia moriana ao dizer: “*Nenhum homem é uma ilha, completa em si mesma; cada homem faz parte do continente, é uma parte da grande extensão*”. A ilha é, portanto, uma metáfora para pensar isto que será, depois, a base do liberalismo burguês, isto é, a ficção do indivíduo auto-suficiente, nascendo sozinho, em estado de natureza. Mas, é claro, esta questão ainda não estava posta, ao menos com esta amplitude, na época de More. Mas havia a consciência de que o homem é um ser social e todas as coisas são definidas por sua função e atividade dentro da comunidade. Por outro lado, havia a consciência do enorme abismo que separava

---

<sup>25</sup> Há na bibliografia sobre o tema uma grande discussão sobre a real existência de Rafael Hitlodeu.

<sup>26</sup> MORE, *Utopia*, p. 54.

pobres e ricos. Daí que a ilha seja sempre cotejada por outro modelo toponímico, isto é, o globo, o mundo. Portanto, é somente com More que podemos perceber claramente desenhada, pela primeira vez, uma utopia de tipo social.

O outro tema central do humanismo é o culto do belo, também influenciado pela filosofia platônica. More pede a Hitlodeu que lhe conte tudo o que ele pensasse que lhe daria “*prazer conhecer*”. Há, portanto, uma importante dimensão estética na literatura do maravilhoso que deve ser salientada.

Este é também o tema desenvolvido por Rabelais (1483-1565). Embora seja difícil caracterizar o conteúdo de sua literatura como utópico, há elementos inegáveis de utopia. Em *Gargantua* (1535), a cidade de *Théleme*, que em grego significa desejo, vontade, nos introduz em um mundo utópico, espaço de fantasia, e descreve uma civilização luxuosa e refinada, onde as artes aplicadas embelezam a vida cotidiana. Mas ela põe ao mesmo tempo a sociedade de pernas para o ar, ao construir um modelo que pensa ser os atípodas da outra. É a livre determinação e o hedonismo que levam os indivíduos à felicidade. Falando dos habitantes deste novo mundo, acrescenta Rabelais: “*Toda sua vida está regrada não por leis, status, ou regras mas sim por seu desejo e livre arbítrio. Come-se, trabalha-se, dorme-se quando se deseja*”<sup>27</sup>.

Em *Le tiers livre* (1546), Rabelais continua o esquema de viagens longínquas para países exóticos ou imaginários. O primeiro capítulo narra como Pantagruel (personagem central) transporta uma colônia de utopianos para Dpsódia. A noção que domina o livro é a do bem-querer recíproco, da assistência mútua. Isto explica o lirismo com que o personagem Panurge celebra a idade de ouro, onde cada um dá e recebe conforme a “*lei universal da natureza*”<sup>28</sup>. Também em *Le cinquième livre* (1548), ele encontraria uma ilha onde “*as árvores e as ervas não perdem jamais as folhas*”<sup>29</sup>, tal qual a visão do paraíso descrito por Colombo ao encontrar o Haiti.

O culto ao belo também se equipara ao elogio do instinto em Michel Montaigne (1533-1592). Em seu ensaio *Dos canibais* (1579), ele critica o discurso corrente sobre a barbárie dos índios, e questiona simultaneamente os costumes dos europeus. A simplicidade natural daqueles, relacionada a uma pretensa condição humana feliz, é contraposta aos artifícios culturais da civilização européia, que sufocam a beleza e a riqueza da natureza. O mero exemplo prático dessas tribos sobrepuja todas as descrições “*com que a poesia embelezou a idade de ouro*”. E referindo-se a Platão, acrescenta: “*A república que ele imaginou, como a consideraria distante dessa perfeição*”<sup>30</sup>.

Mas o relativismo de Montaigne e o elogio do homem em estado de natureza não renuncia ao paradigma humanista de uma unidade do gênero humano. Foi o rompimento da identidade natural, com a vontade de domínio da razão, que confundiu e perturbou a fisionomia das coisas. Mas ele renuncia sem dúvida ao ideal do *Orbis christianus*. Está-se inaugurando uma nova era da utopia, e este modelo já não parece imperar sem rivais.

---

<sup>27</sup> RABELAIS, François. *Gargantua*. Paris: Flammarion, 1993, p. 232.

<sup>28</sup> RABELAIS, François. *Le tiers livre*. Paris: Gallimard, 1966.

<sup>29</sup> RABELAIS, François. *Le cinquième livre*. Paris: Éditions du Seuil, 1997, p. 237.

<sup>30</sup> MONTAIGNE, Michel. *Os ensaios*: livro 1. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 309.

Giordano Bruno entra na briga pela diversidade, pela relatividade e abre ainda mais o mundo, dilatando a espaços sem fronteiras a utopia. A possibilidade de “descobrir” ou de “inventar” outros mundos ganha o infinito, e extrapola o topônimo da ilha. O principal livro de Bruno, *Sobre o infinito, o universo e os mundos* (1580), escrito sob a forma de diálogo, estabelece a inconveniência e a “impossibilidade” de “imaginar” o mundo como existindo em “lugar nenhum”. Todas as coisas significam lugar. Assim, um outro mundo é possível, no duplo sentido da palavra. Um mundo diferente daquele estabelecido pelos cânones filosóficos do aristotelismo, mas também daquele ordenado pela Igreja e pela aristocracia. Isto revela também as intenções satíricas da obra de Bruno, que ao ser interrogado sobre as suas intenções de pôr o mundo “de cabeça para baixo”, responde: “Considera você errado alguém inverter um mundo virado às avessas”<sup>31</sup>.

Outra novidade importante em Bruno é que ele reanima o animismo epicurista, através da crença em um universo infinito, povoado por infinitos corpos dotados de vida própria. Em sendo assim, tudo está em perpétuo movimento, tudo se renova e se recompõe, estando sujeito a um ótimo eficiente. A doutrina segundo a qual “os contrários existem nos contrários” e que “cada coisa é composta de todas as coisas” estabelece as bases para se pensar a harmonia no universo: “Desta diversidade (de mundos) e oposição dependem a organização, a simetria, a compleição, a paz, a concórdia, a composição, a vida”<sup>32</sup>.

Mas Bruno não descarta o deísmo. Isto é, tudo vem do bom, tudo é bom, pelo bom e para o bom, o que resume a excelência de Deus. O arquiteto do universo e a sua bela ordem podem agora ser contemplados não apenas neste mundo, mas em infinitos outros. Isto introduz uma certa contradição com os fundamentos satíricos da obra de Bruno.

De qualquer forma, não se configura na utopia um simples abandono da vida corrupta para se entregar ao devaneio em suas margens, conforme a crítica corrente. No prólogo do tradutor espanhol da obra de Traiano Boccalini (1556-1613), *Notícias do Parnaso* (1605), percebe-se esta maneira dissimulada de falar de coisas perigosas, mas também as suas intenções estéticas: “Este autor é um entre tantos outros que têm escrito neste gênero de mesclar o útil dos conselhos políticos com o gostoso e entretido da invenção”<sup>33</sup>. Trata-se aqui claramente de uma utopia de tipo político.

Está-se, portanto, sempre retomando o problema do modelo formulado por Platão. Tommaso Campanella (1568-1639), em sua obra clássica *A cidade do sol* (1605), tenta responder a duas objeções normalmente levantadas em seu tempo com respeito a esta questão. Em primeiro lugar, a objeção segundo a qual do que nunca existiu, nem existirá, nem se espera que exista, é inútil e vão tratar. Em segundo lugar, a de que tais modelos são mais conformes à natureza do que provado pelos usos e costumes das nações. A isto o utópico italiano responde que a República de Platão não poderia ser posta em prática apenas pela natureza corrupta do homem. Mas ela existe e pode existir no “estado de inocência”, isto é, aquele prefigurado pelas comunidades indígenas da América e aquele a que “Cristo nos faz voltar”.

<sup>31</sup> BRUNO, Giordano. *Sobre o infinito, o universo e os mundos*. São Paulo: Abril Cultural, 1973, p. 63 (Col. “Os Pensadores”, vol. 12).

<sup>32</sup> BRUNO, *Sobre...*, p. 63.

<sup>33</sup> BOCCALINI, Traiano. *Discursos políticos y aviso del Parnaso*. Madrid: Maria de Quinoñes, 1634.

Assim, a verdade do Evangelho estaria de acordo com o estado de natureza. Isto o provaria ainda as antigas comunidades cristãs e o exemplo dos anabatistas<sup>34</sup>.

A partir daqui começa a desenhar-se com mais nitidez a idéia de buscar na ordem natural, tida como o ideal de uma ordem perfeita, o modelo da ordem para a sociedade. Por essa altura Galileu já tinha exposto suas principais teorias e, portanto, qualquer modelo que se formulasse tomando por referência a natureza, acabaria por se confrontar com o problema da nova ciência e da técnica que se iam vagarosamente desenhando.

E é um discípulo de Campanella quem vai trazer esta novidade para o seio da utopia. Trata-se de Francis Bacon e de seu livro *Nova Atlântida* (1610). O narrador-viajante, navegando por mares desconhecidos, encontra uma ilha, onde habitava um “povo culto”, de “alta humanidade” e “cristãos”. Era a Atlântida, império poderoso em cujo centro encontrava-se a “Casa de Salomão”<sup>35</sup>, instituição científica que tem por objetivo o “alargamento das fronteiras do império humano, para realizar tudo quanto for possível”<sup>36</sup>. Este é o preciso momento em que as razões do império deixam de ser religiosas e passam a ser científicas. Ao invés do *Orbis christianus*, busca-se agora o *Orbis scientificus*, um mundo perfeitamente dominado e unido pelo poder da ciência. Está-se diante, portanto, de uma utopia de tipo científicista.

Há um tom profético nas descrições do poder científico e tecnológico da “nova Atlântida”. Entre as inovações merecem destaque a “capacidade de transmitir sons das mais diferentes distâncias” e a “capacidade de imitar vôos de aves”, bem como de criar “navios e barcos para navegar debaixo da água”. E o desejo de pôr a ciência no lugar da religião, chega ao ponto de fazer da ciência uma nova forma de religião:

“Para os nossos rituais e cerimônias dispomos de duas galerias muito compridas e grandes. Numa delas colocamos padrões e amostras de toda a sorte das mais raras e excelentes invenções; na outra, as estátuas de todos os principais inventores. Temos lá a estátua do vosso Colombo, que descobriu as Índias Ocidentais.”<sup>37</sup>

Tido por alguns como um texto de antecipação ou mesmo de divulgação científica, a *História cômica*, de Cyrano de Bergerac (1620-1655), marca um momento importante nesta transformação do conteúdo da utopia<sup>38</sup>. O cômico francês fazia parte do grupo dos chamados “libertinos eruditos”, tendo sido aluno, juntamente com Molière, do epicurista e sensualista Pierre Gassendi (1592-1655), considerado por seus contemporâneos como um dos maiores sábios de seu tempo.

A obra compõe-se de duas partes, uma que narra uma fantástica viagem à lua, outra ao sol. A crença na existência de outros mundos ainda era algo burlesco na época de Bergerac, ao mesmo tempo que podia levar para a fogueira, daí que ele

---

<sup>34</sup> CAMPANELLA, Tommaso. *A cidade do sol*. Lisboa: Guimarães, 1996.

<sup>35</sup> Isaac Newton também falará a respeito de uma tal “casa” em sua obra *O templo de Salomão*.

<sup>36</sup> BACON, Francis. *Nova Atlântida*. Lisboa: Minerva, 1976, p. 60.

<sup>37</sup> BACON, *Nova...*, p. 77.

<sup>38</sup> BERGERAC, Cyrano. *História cômica ou Viagem à lua*. Porto: Leiauto, 1989; e *Los paraísos posibles: noticias del outro mundo*. Bogotá: Altamir, 1996.

compôs a fábula como uma história cômica, que era uma maneira dissimulada de falar destas coisas. Ele desenvolve temas comuns à nova cosmologia científica, sobretudo aqueles relacionados à relatividade dos lugares e dos movimentos.

A possibilidade de voar através do espaço em uma máquina é uma fantasia comum à época. Leonardo da Vinci elaborou o que seria o protótipo de um helicóptero, enquanto que François Godwin, em seu livro *O homem na lua* (1638), projetou um rudimentar artefato que seria elevado por gansos até o céu infinito. Mas Bergerac inspira-se também no bíblico “carro de Elias”<sup>39</sup>.

Sua cosmologia está muito mais próxima do animismo de Bruno do que da teoria do movimento desenvolvida por Galileu. Assim, para ele, no universo os corpos semelhantes tendem a juntar-se por “*simpatia*”, “*por esse princípio desconhecido de amor através do qual experimentamos que cada coisa busca seu semelhante*”. Este misto de ciência e fantasia, mostra bem a importância da contribuição renascentista para a composição do conteúdo da utopia.

A dimensão do possível, do onírico, o gosto do maravilhoso, a qualidade mágica são traços que persistem. Um exemplo disto é a possibilidade de reencontrar o Éden bíblico. Em sua versão do paraíso, Bergerac mescla a tradição mitológica grega, do Jardim da Hésperedes, que ele cita no final de sua viagem ao sol, e a tradição judaico-cristã, sobretudo Dante e Ariosto (1474-1533), que o localiza na lua. Não obstante esta referência às tradições do “velho mundo”, as intenções satíricas são claras. Pondo o mundo pelo avesso, ele descreve a lua como os antípodas da Terra.

Duas outras novidades, relativamente ao conteúdo da utopia, marcam a obra de Bergerac. Em primeiro lugar, o desaparecimento do filósofo enquanto aquele personagem que aconselha o rei. O narrador-viajante agora aconselha-se apenas a si mesmo, ou no máximo propõe-se como modelo de conduta para os indivíduos. Durante toda sua viagem ao sol, ele é acompanhado pelo “*Demônio de Sócrates*”, personagem platônico que prefigura a voz interior que lhe faz saber o sentido moral da sua ação. Com reis “tão estúpidos” era impossível reformar o mundo. Há inclusive um ensaio de regicídio<sup>40</sup>.

Em segundo lugar, aparece um problema já levantado por Montaigne, que insere uma importante reflexão a respeito da natureza má do homem, ou de sua tendência para fazer o mal. No sol o narrador-viajante é preso e condenado por descobrirem que ele é homem, “*uma calamidade*” ante a natureza, uma “*peste que deve ser excluída de toda sociedade bem ordenada*”. Só na Terra, isto é, nas sociedades humanas cujo modelo era a Europa de seu tempo, poderia haver a dominação do mais forte sobre o mais fraco, do homem sobre a natureza, do rico sobre o pobre. Até mesmo o império do *Orbis scientificus* é então questionado, à medida que ele é

---

<sup>39</sup> Posteriormente iriam aparecer várias obras que narram experiências similares, cujo grande exemplo é *O descobrimento austral por um homem voador* (1781), de Rétif de la Bretonne (1734-1806), que será seguido por Júlio Verne (1828-1905).

<sup>40</sup> Veremos que à medida que a idéia de monarquia for perdendo força na Europa, mais este modelo tende a ser raro. Na era das “Luzes” falar-se-á em reformas feitas pela sociedade civil, enquanto que no século XIX será o sábio, imbuído da ciência, quem deverá cumprir esta missão.

contrário às “leis da natureza”, diante das quais todos os homens são iguais. Isto põe uma séria interrogação para o otimismo humanista que se vinha desenvolvendo.

Esta tendência de crítica aos valores de civilização, não obstante o relativo entusiasmo pela ciência, ganha um poderoso aliado em Fénelon (1651-1715), em sua obra *Aventuras de Telêmaco* (1702). Telêmaco, filho de Ulisses, que é o narrador da história, após viajar de ilha em ilha, encontra Betica. “Naquele país ainda parece se conservam as delícias da idade de ouro”. Admira-se com a vida “simples” e “feliz” que os habitantes levavam. A base da concórdia entre homens era a “inocência dos costumes” e a “boa fé” de cada um. Para além disso, não havia motivos para a concorrência, uma vez que a natureza tudo ofertava, e em abundância. Ao elogio do estado de natureza, corresponde uma corrosiva crítica à civilização, que amolece, afemina, torna as pessoas feias, estimula o luxo, o supérfluo e alimenta a ociosidade<sup>41</sup>.

Este mesmo jogo entre vícios e virtudes, de uma civilização que se mostra cada vez mais bárbara e de um imaginário estado de natureza que seria o ideal de convívio entre os homens, vai-se encontrar em Denis Diderot (1713-1784), *Supplément au Voyage de Bougainville* (1748). O livro é inspirado no relato de Louis Antoine de Bougainville (1729-1811), navegador francês que deu a volta ao mundo. Quando chega ao Taiti, assim como Colombo quando chegou ao Haiti, maravilha-se pensando ter chegado ao próprio paraíso. O relato, *Voyage autour du monde*, ressalta, sobretudo, o ideal comunitário que reinava entre os índios.

Tal como More que se viu maravilhado com os relatos de Colombo e Vespúcio, iniciando logo a seguir sua *Utopia*, Diderot não conseguiu conter seu entusiasmo. A história narra o diálogo entre dois personagens, “A” e “B”, a respeito do referido relato de viagem. Voltam alguns dos temas já presentes em Fénelon, mas aqui eles são mais explícitos. A civilização européia aparece como uma “máquina complicada e corrupta”, em contraposição à “juventude”, ao “frescor”, à vida “simples”, “feliz” e “livre” dos “selvagens”. A palavra liberdade aqui aparece como anátema de propriedade e servidão em um duplo sentido: em relação aos bens e às mulheres. Na comunidade dos taitianos ninguém é proprietário de nada nem de ninguém<sup>42</sup>.

A inocência dos selvagens aparece como a ignorância que é sabedoria, o saber viver, em contraposição às “luzes inúteis”, que são ignorância e loucura. Eles medem-se apenas pelo que é necessário e bom para a comunidade, por suas “necessidades naturais”, nunca pelo interesse individual. Também sua “beleza”, sua saúde, força, destreza e coragem são reflexos desta sabedoria, que é conforme as “leis da natureza” e a base das “leis civis” entre eles. Portanto, os taitianos são um povo de “bons costumes” e “altamente civilizado”, ao contrário dos europeus.

Ao fim do diálogo “A” pergunta a “B”: “Que fazer então? Retornar à natureza?”. E “B” responde: “Há que falar contra as leis insensatas até que haja reforma”. Se é impossível negar o estatuto de civilizado e retornar ao simples estado de natureza, é possível construir uma civilização melhor, desde que se tome como modelo as

---

<sup>41</sup> Estas idéias estão na raiz do romantismo utópico que se desenvolverá posteriormente, e que vê no progresso capitalista um fator de destruição do meio e do homem.

<sup>42</sup> DENIS, Denis. *Supplément au voyage de Bougainville*. Paris: Le Livre de Poche, 1995.

“leis da natureza”. Este ponto marca também o início do reformismo ilustrado como um ideal entre os utópicos<sup>43</sup>.

Mas a precedência da Humanidade sobre os homens, do globo sobre a ilha, no que se fundamentava o otimismo dos utópicos, parece esbarrar com a possibilidade da barbárie. Com Jean-Jacques Rousseau o tema ganha novos argumentos. Em contraposição à natureza, reino da igualdade e da concórdia, aparece a sociedade, geradora de todas as desigualdades e vícios. No estado de natureza o bem-estar e a conservação individual é minimamente prejudicial à outrem. Isto porque o “homem natural” tem repugnância ao ver morrer ou sofrer o seu semelhante. Isto é, o homem, por natureza, só reconhece no outro a sua própria humanidade. A conservação de cada um importa ao todo a que pertencem. Mas como os homens atingiram aquele ponto em que os obstáculos que prejudicam a sua conservação no estado de natureza levam a melhor sobre as forças individuais para se manter neste estado, o único meio de se conservarem passa a ser a associação, isto é, a alienação de cada indivíduo a toda a comunidade<sup>44</sup>.

Em Rousseau é impossível deduzir a ordem social a partir da ordem natural, por mais doloroso que isso lhe seja, pois esta é a própria negação daquela. Fica o eterno sentimento de perda, a nostalgia e uma turva esperança quanto ao futuro.

O mesmo não acontece em Morelly, em seu *Código da natureza* (1755). Esta é a primeira obra em que o conteúdo da utopia encontrado na literatura precedente ganha o estatuto de um sistema de pensamento, que será depois a base da doutrina do chamado socialismo utópico. Mas o livro parte de um romance, *A Basíliade*, onde o autor desenha uma sociedade baseada na doutrina comunista. O subtítulo é em si muito significativo “o naufrágio das ilhas flutuantes”, isto é, a imersão da ilha no continente, a vitória definitiva do globo. De fato, doravante raros serão os romances utópicos que farão menção à alegoria da ilha<sup>45</sup>.

O livro está organizado segundo cinco teses fundamentais. A primeira delas retoma Rousseau: o homem não nasce nem bom nem mau. Não há valores inatos. São as instituições que corrompem ou educam o homem para o bem. Isto é, não existe mal físico no mundo, o mal é apenas moral. O homem só nasce com suas necessidades e seu amor-próprio, seu desejo de conservar-se. Mas a natureza distribuiu as forças aos homens em diferentes proporções, de modo que eles necessitem de se associar para superar a fraqueza das partes. Portanto, a associação não é um artifício da sociedade, como em Rousseau.

Segunda tese: “O mundo é uma mesa guarnecida o suficiente para todos os convivas”<sup>46</sup>. Portanto, a primeira instituição que corrompeu o estado harmônico com que a natureza predispôs a sociedade dos homens foi a propriedade, argumento ao qual Rousseau também não chega. Os dois meios capazes de corrigir este estado vicioso é pondo fim às duas instituições geradoras dele: a propriedade e a educação fundada sobre as ruínas das “leis da natureza”. Mas aqui entra uma contradição que é comum a Rousseau, isto é, o estado de natureza pode e deve ser melhorado

---

<sup>43</sup> DENIS, *Supplément...*, p. 96.

<sup>44</sup> ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e fundamentos da desigualdade entre os homens*. Lisboa: Europa-América, 1995; e *O contrato social*. Lisboa: Europa-América, 1999.

<sup>45</sup> MORELLY. *Código da natureza*. São Paulo: Unicamp, 1994.

<sup>46</sup> MORELLY, *Código...*, p. 28.

pela civilização, tornando os “selvagens” “menos grosseiros” e “mais industriosos” como, por exemplo, através do ensino do cultivo da terra e da criação do gado.

A terceira tese estabelece que todo contrato, por sua artificialidade, apenas dá origem a uma sociedade, mas não a um todo unido e coeso. Ele é no fundo uma corrupção do “estado primitivo dos povos”, onde predominava a reunião de “famílias associadas”, e onde os indivíduos obedeciam apenas “às leis de um sentimento de afeto e ternura suscitado e fomentado pelo exemplo do chefe entre seus irmãos e próximos, doce autoridade que torna todos os bens comuns entre eles”<sup>47</sup>. Foi o fim do “império paternal” e dos “laços de consangüinidade” que originou toda a desordem e a ruína de toda forma de sociabilidade.

A quarta tese postula e busca responder a seguinte questão: como ordenar, de acordo com as leis da natureza, as desigualdades naturais dos homens, de modo a formar um todo harmonioso e coeso? “Direi que tudo isso seria uma simples questão de enumeração de coisas e pessoas, uma simples operação de cálculo e combinação, e, portanto, passível de uma belíssima ordem”. E sobre que base seria feita esta combinatória? A partir de uma operação de coordenação das diferentes funções sociais, de acordo com as forças próprias com que a natureza dotou cada indivíduo. A associação, a ligação potencia a ação de cada membro individual da sociedade, assim como o organismo humano funcionando em uníssono potencia a ação de cada órgão. Esta é a primeira vez que, entre os utópicos, aparece uma comparação desta natureza, entre o social e o biológico, a partir de uma suposta ordem natural<sup>48</sup>.

A quinta tese introduz um certo sentido da hierarquia que vinha sendo perseguido pelos utópicos desde More: “O todo vale mais do que a parte, mesmo a melhor; a humanidade inteira vale mais do que o melhor dos homens, e uma nação é preferível à mais respeitável família e esta ao mais respeitado dos cidadãos”<sup>49</sup>. Isto reflete-se na obsessão de Morelly pela regularidade, pela organização, pela uniformidade, pela ordenação, seja do espaço, seja da vida das pessoas, o modo de se vestir, de produzir, de distribuir, a idade ideal para casar, quantos filhos ter, etc. Enfim, nenhum esforço é poupado a fim de apagar da sociedade todas as marcas do individualismo, sinônimo de corrupção.

Mas Morelly só vê o mal físico no mundo civilizado, uma decorrência quase mecânica do mal moral. O que não é exatamente o otimismo metafísico de Leibniz, segundo o qual o homem vive no melhor dos mundos. O mundo civilizado chega a ser mesmo o pior dos mundos.

É contra este otimismo leibniziano que Voltaire (1694-1778) se insurge em seu romance *Cândido* (1758). Mas a obra é simultaneamente uma crítica ao pessimismo daqueles que viam no homem um ser malvado e infeliz. Portanto ele vai partir das mesmas bases de raciocínio definidas por Rousseau e Morelly, isto é, que o homem não nasce nem bom nem mau. Com a diferença de que ele se recusa a ver na natureza qualquer sinal de bondade. Mal e bem são realidades eminentemente sociais.

---

<sup>47</sup> MORELLY, *Código...*, p. 50.

<sup>48</sup> MORELLY, *Código...*, p.54.

<sup>49</sup> MORELLY, *Código...*, p. 67.



Cândido, o herói da narrativa, “dotado pela natureza das melhores qualidades”, como a ingenuidade e a pureza, e ao mesmo tempo educado no “mais belo e agradável dos castelos do mundo”, recebe suas lições de Pangloss, o “filósofo zarolha”, encarnação grotesca do otimismo de Leibniz.

Cândido é bom, confia nos homens e em sua bondade natural. E, às vezes, até encontra pessoas dispostas a ajudar e ser solidárias, como o médico anabatista Tiago e a velha que cuida de suas feridas e dá-lhe abrigo e comida. Mas em suas aventuras (e desventuras) pelo mundo é com o mal físico (catástrofes naturais, como o terremoto de Lisboa) e moral (o ódio, a injustiça, a opressão do homem pelo homem, a rapina; como, por exemplo, as pessoas que se aproveitam do terremoto para roubarem e pilharem as casas) que ele vai esbarrar constantemente.

Cansado de ver tanta maldade e desgraça pela Europa parte para o “Mundo Novo”, na esperança de lá encontrar a ordem perfeita. Mas aí sofre sua segunda decepção. É quase comido pelos canibais do Paraguai e está prestes a renunciar a filosofia de seu mestre: “Ah, o que diria Pangloss, se visse como é feita a natureza pura dos selvagens!”<sup>50</sup>. Extenuado, Cândido adormece numa jangada e quando acorda depara-se com um lugar maravilhoso, paradisíaco, era o Eldorado, onde finalmente foram recebidos e muito bem tratados pelos habitantes. É, portanto, somente através dos sonhos que é possível encontrar um lugar onde tudo vai bem.

Ao deixar o paraíso pela segunda vez, já que a primeira fora quando expulsaram-no do castelo, conclui que a única coisa boa deste mundo era rever a menina Cunegundes, que prefigura o amor e a esperança. E é somente por ela que ele acredita ser possível continuar em suas desventuras pelo mundo. Ao fim, Pangloss já não acredita nas próprias posições, embora acreditasse fosse preciso mantê-las. Cunegundes, embora já “velha e horrivelmente feia”, continua sendo o grande amor de Cândido. E o trabalho comum é a única maneira de mantê-los unidos e confiantes no futuro: “O que sei é que é preciso cultivar o nosso jardim”<sup>51</sup>.

O livro de Voltaire não é, pois, uma distopia, mas uma revitalização da idéia do sonho como fator construtivo. Não há ordem nem na natureza nem na sociedade e o melhor dos mundos é uma quimera impossível. Mas um mundo melhor é possível. E ele inclusive pode ser o pior dos mundos, pois não há como prever. Tudo o que há é a esperança e a disposição para trabalhar e torná-lo melhor.

No final do século XVIII tais utopias sociais encontrariam em Gracchus Babeuf (1760-1797) um defensor radical: “Tudo corre o melhor possível, diz-se. Sim, para os aristocratas e os inimigos da liberdade. Uma enorme carestia faz sofrer e morrer de fome o operário pobre”. Por esta altura já havia ocorrido a Revolução Francesa, onde muitos depositaram as suas esperanças de um mundo mais igual e fraterno. Mas, uma vez mais, a realidade contradisse os sonhos e Babeuf interroga-se, um tanto cético: “Onde está o bem que o novo regime já nos proporcionou?”<sup>52</sup>.

A grande novidade que Babeuf traz para o conteúdo da utopia é o seu igualitarismo radical. Antes criticava-se os excessos da civilização, o consumo supérfluo, o luxo, o desperdício, mas sem identificá-lo a qualquer camada da sociedade. Agora eles são identificados com uma minoria ociosa - a aristocracia,

---

<sup>50</sup> VOLTAIRE. *Cândido*. Lisboa: Europa-América, 1987, p. 67.

<sup>51</sup> VOLTAIRE. *Cândido*, p. 145.

<sup>52</sup> BABEUF, Gracchus. *O tribuno do povo*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1977, p. 24 e p. 35.

o clero - que goza, enquanto a maioria dos “trabalhadores” e “camponeses” vivem na penúria. Neste sentido, Babeuf não considera nem mesmo as diferenças naturais, já que em ao menos um sentido eles são radicalmente iguais, isto é, na “capacidade de seu estômago”. A propriedade só diz respeito ao trabalho que o gera. Portanto, tudo que é produzido pela sociedade é da sociedade como um todo.

Cético quanto ao contrato social, Babeuf recai no argumento da ordem natural como prefiguração da ordem social, um dos principais argumentos dos diferentes tipos de utopia:

*“Estou convencido que o estado de comunidade é o único justo, o único bom, o único conforme aos puros sentimentos da natureza, e que, fora dele, não podem existir sociedades pacíficas e verdadeiramente felizes (...) Se é assim que as coisas se passam, não consigo ver por que motivo a possibilidade eventual de um regresso ao estado comunitário há-de ser apenas um sonho.”*<sup>53</sup>

### **Conclusão**

A imagem da utopia como mero sonho, fantasia ou evasão da realidade, não parece mais ser aceita pelos estudiosos do tema. Tampouco ela parece revelar-se exclusivamente através do seu conteúdo revolucionário. Ao longo dos séculos, desde Platão, houve um número muito grande de utopias, correspondentes aos diferentes contextos em que tais literaturas se viram nascer.

Mas o que permite então falar em utopia como um dado conceito, uma realidade ou conteúdo que perpassa todas estas diferentes manifestações literárias? Conforme vimos, a mundividência utópica revela uma série de elementos comuns: o modelo e a realização do modelo; a busca da unidade social e de uma sociedade harmônica e concorde, onde o todo é mais importante que as meras partes constituintes e conflitantes; enfim, a busca de uma ordem perfeita. Cada utópico, em diferentes momentos, elaborou estes conteúdos de forma distinta: Platão, através de uma perfeita hierarquização das funções sociais; Morelly através de uma imitação da ordem natural por parte da ordem social; Babeuf através de uma radicalização do conteúdo igualitário dos princípios da Revolução Francesa, e assim por diante.

Mas o sentido mais importante e atual talvez seja o não conformismo, a não aceitação de nenhuma realidade como definitiva, a não ser aquela que eleve ao mais alto grau as potencialidades humanas, isto é, o otimismo de perspectiva e o ideal universalista do homem. Conforme a mensagem de Cândido, personagem de Voltaire, hoje repetida entre aqueles que ainda acreditam em alguma forma de utopia, “um mundo melhor é possível”.

### **Bibliografia**

- ABENQUE, Pierre. As filosofias helenísticas: estoicismo, epicurismo, ceticismo. In: CHÂTELET, François (org.). *A filosofia pagã*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983, p. 182-190.
- BABEUF, Gracchus. *O tribuno do povo*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1977.
- BACON, Francis. *Nova Atlântida*. Lisboa: Minerva, 1976.

---

<sup>53</sup> BABEUF, *O tribuno...*, p. 72 e p.75.

- BERGERAC, Cyrano. *História cômica ou Viagem à lua*. Porto: Leiauto, 1989.
- BERGERAC, Cyrano. *Los paraísos posibles: noticias del outro mundo*. Bogotá: Altamir, 1996.
- BOCCALINI, Traiano. *Discursos políticos y aviso del Parnaso*. Madrid: Maria de Quinoñes, 1634.
- BORNHEIM, Gerd A. (org.). *Os filósofos pré-socráticos*. São Paulo: Cultrix, 1993.
- BRUNO, Giordano. *Sobre o infinito, o universo e os mundos*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- BUBER, Martin. *O socialismo utópico*. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- CAMPANELLA, Tommaso. *A cidade do sol*. Lisboa: Guimarães, 1996.
- COLOMBO, Cristóvão. *Diários da descoberta da América*. Porto Alegre: L&PM, 1991.
- DENIS, Denis. *Supplément au voyage de Bougainville*. Paris: Le Livre de Poche, 1995.
- ENGELS, F. Do socialismo utópico ao socialismo científico. In: MARX, K. & ENGELS, F. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, s.d.
- ERASMO. *Elogio da loucura*. Lisboa: Europa-América, 1990.
- KEMPIS, Thomas de. *A imitação de Cristo*. Lisboa: Europa-América, 1998.
- LÖWY, Michel. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*. São Paulo: Busca Vida, 1987.
- MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- MARX, Karl. Manifesto do Partido Comunista. In: MARX, K. & ENGELS, F. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, s.d.
- MONTAIGNE, Michel. *Os ensaios: livro 1*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MORE, Thomas. *Utopia*. Lisboa: Europa-América, 1995.
- MORELLY. *Código da natureza*. São Paulo: Unicamp, 1994.
- PLATÃO. *A República*. Lisboa: Europa-América, 1998.
- PLATÃO. *Diálogos - vol. XI*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1975.
- RABELAIS, François. *Gargantua*. Paris: Flammarion, 1993.
- RABELAIS, François. *Le cinquième livre*. Paris: Éditions du Seuil, 1997.
- RABELAIS, François. *Le tiers livre*. Paris: Gallimard, 1966.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e fundamentos da desigualdade entre os homens*. Lisboa: Europa-América, 1995.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *O contrato social*. Lisboa: Europa-América, 1999.
- SANTO AGOSTINHO. *A cidade de Deus*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.
- VEDRINE, Hélène. A nova imagem do mundo: de Nicolau de Cusa a Giordano Bruno. In: CHÂTELET, François (org.). *A filosofia do mundo novo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- VOLTAIRE. *Cândido*. Lisboa: Europa-América, 1987.

## RESUMO

### UTOPIAS POR UM MUNDO MELHOR

Este artigo pretende trazer uma contribuição para a discussão sobre o conceito de *utopia*, através de uma análise histórica das diferentes formas de literatura utópica. Traça, por isso, um amplo panorama, que vai das origens do imaginário utópico até o seu desenvolvimento entre iluministas e revolucionários europeus, como Morelly e Babeuf.

**Palavras-Chave:** Utopia; Europa; História.

## ABSTRACT

### UTOPIAS FOR A BETTER WORLD

This article aspires to contribute for debate around the *utopia's* concept through an historical analysis of the utopian literature. In such case, this article analyses the utopian imaginary since its origins until its development between Europeans revolutionaries, such as Morelly and Babeuf.

**Keywords:** Utopia; Europe; History.

## HISTÓRIA E LINGÜÍSTICA: ALGUMAS REFLEXÕES EM TORNO DAS PROPOSTAS QUE APROXIMAM A HISTÓRIA DA ANÁLISE DO DISCURSO

Giselda Brito Silva<sup>1</sup>

### **Considerações Iniciais**

A questão central que aqui se coloca é um debate acerca da problemática construída em torno das propostas de estudo interdisciplinar entre a História e a Lingüística (esta última aqui tratada no campo da Análise do Discurso) e o estatuto dessa relação em nossos dias. Pois, não são poucos os historiadores que afirmam ficar “arrepiaados” com a utilização desta metodologia de análise no campo da História, ao mesmo tempo em que vivemos a ampliação deste campo para os estudos dos discursos na história. Diante da questão, pretendemos promover um debate a partir de algumas propostas interdisciplinares defendidas por representantes da *Escola dos Annales* desde a década de 60/ 70.

Um primeiro aspecto a destacar é a necessidade de situar a Análise do Discurso como um campo disciplinar da Lingüística, daí a necessidade de promover uma rápida discussão acerca do estatuto e abordagens desta ciência na atualidade e em que medida se aproxima dos estudos históricos; o que nos leva ao segundo aspecto: uma discussão sobre o lugar epistemológico da Lingüística que predomina entre os historiadores. Com base em algumas discussões já promovidas sobre a relação da História com a Lingüística, podemos especular que a resistência por parte de alguns historiadores, quanto ao reconhecimento de trabalhos na fronteira entre a História e a Análise do Discurso, têm suas raízes na perspectiva que alguns historiadores têm do trabalho do lingüista, vendo neste apenas as vertentes estruturalistas saussurianas. Por sua vez, não é difícil encontrar entre os lingüistas afirmações de que o historiador continua preocupado com os grandes fatos, personagens e datas. Considerando-se estas questões, diríamos que, num lugar e noutro, há claros limites de percepção das mudanças e transformações por que tem passado o trabalho tanto do lingüista como do historiador.

Para muito de nós, felizmente, tornou-se evidente que o trabalho do historiador é muito mais do que ler e descrever fatos presos aos documentos, havendo uma compreensão de que é preciso, inclusive, conhecer as particularidades formais do documento escrito e oral numa clara aproximação com a Lingüística sem prejuízo para o trabalho do historiador. Da mesma forma, temos observado uma maior utilização da Análise do Discurso para o estudo da produção de sentido e dos discursos entrelaçados a determinados fatos históricos, considerados como práticas discursivas.

---

<sup>1</sup> Professora Adjunta do Curso de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Pesquisadora do CNPq. Doutora em História pela UFPE. Este texto é resultado de parte das leituras teórico-metodológicas do Projeto “Estudos Históricos da relação entre o político e o religioso”, que recebe apoio financeiro do CNPq. E-mail: <gibrs@uol.com.br>.

Diante desta conscientização, alguns historiadores passaram a se interessar pelos estudos das categorias e conceitos da Análise do Discurso, investindo numa maior aproximação com lingüistas e analistas do discurso. Entretanto, conforme já salientamos, esta aproximação ainda se mostra muito tímida e, em alguns lugares, ainda muito polêmica. A percepção das dificuldades de um trabalho interdisciplinar entre estas duas ciências não está restrita a nós historiadores, também entre lingüistas e analistas do discurso se pode localizar um lugar de debate sobre tais questões.

Para Patrick Charaudeau e Dominique Maingueneau, falando do lugar de lingüistas/ analistas do discurso, vivemos um momento de incompreensão entre um número importante de historiadores que se inquietam com uma aproximação com a Lingüística por medo de perderem o estatuto científico ao optarem por estudar a produção de sentido dos discursos nos contextos históricos. Para os autores, o debate sobre as aproximações entre História e Lingüística surgiu com intensidade durante as duas guerras, especialmente dentro da *Escola dos Annales*, com Lucien Febvre (1953), seguido por Mandrou e Dupront, que atribuíram uma grande importância à linguagem como objeto da História. Contudo, teria sido apenas nos anos 70 que a categoria “discurso”, como objeto da história, teria passado a incorporar os trabalhos do historiador ocupando o cargo que eles denominam de *historiador do discurso*<sup>2</sup>. Lembramos, aqui, que foi neste contexto que surgiu a grande contribuição do trabalho de Regine Robin discutindo a relação História/ Lingüística<sup>3</sup>.

Contudo, para Charaudeau e Maingueneau, apesar dos primeiros debates, foi com Koselleck que passamos a ter uma noção mais clara acerca das aproximações entre historiadores e lingüistas. Este teria sugerido propostas viáveis para se contornar algumas problemáticas geradas com os estudos das condições languageiras das formas discursivas, para o acesso a uma compreensão histórica sem qualquer prejuízo sobre a ligação da realidade ao discurso<sup>4</sup>.

Outros vêem em Michel Foucault uma das principais contribuições para as aproximações entre historiadores e analistas do discurso. Maria do Rosário V. Gregolin, por exemplo, afirma que Foucault formulou um lugar mais consistente para as aproximações entre a História e a Análise do Discurso, pois, foi com ele que historiadores, e também os analistas do discurso, passaram a tomar contato com formulações teórico-metodológicas que os levaram a compreender melhor a relação do saber com o poder por meio de análise das práticas ou *acontecimentos discursivos*<sup>5</sup>. Por outro lado, salienta a autora, uma compreensão da posição e

---

<sup>2</sup> CHARAUDEAU, Patrick & MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Editora Contexto, 2004, p. 264. ROBIN, Regine. *História e lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1977.

<sup>3</sup> ROBIN, Regine. *História...*

<sup>4</sup> KOSELLECK, R. *L'expérience de l'histoire*. Paris: Gallimard/ Seuil, 1997.

<sup>5</sup> De acordo com Patrick Charaudeau e Dominique Maingueneau esta é uma noção empregada desde os anos 60 entre o vocabulário marxista e o de Foucault. Quando se diz prática discursiva em vez de “discurso” efetua-se um posicionamento teórico que considera o discurso como uma forma de ação sobre o mundo produzida nas relações de forças sociais. Em Foucault (1969b: 153), é um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço as condições de exercício

importância de Michel Foucault para os que desejam compreender a relação História - Análise do Discurso “*exige um ir e vir porque seu pensamento não é linear*”<sup>6</sup>, gerando muitas vezes falsas afirmações sobre seu pensamento.

Isso faz com que haja muitas leituras conflitantes sobre as contribuições de Foucault para a História, incluindo aí muita incompreensão sobre suas reflexões históricas relacionadas às propostas da Análise do Discurso. Estes fatos são pertinentes de se analisar porque não são poucos os que reconhecem nos discursos apenas elementos de uma estrutura lingüística, negando as possibilidades de uma abordagem sobre o acontecimento tratado em sua irrupção histórico-discursiva.

Mas, conforme já destacamos, uma discussão acerca destes encontros e desencontros entre a História e a Análise do Discurso passa por uma noção da concepção de Lingüística que ainda hoje prevalece entre os historiadores. Em primeiro lugar é preciso ter mais clareza sobre o trabalho do lingüista na atualidade. Um estudo da evolução histórica da Lingüística caberia bem neste texto, entretanto, apesar da pertinência, não será nossa intenção fazer tal percurso. Não apenas porque nos consideramos incapazes para tal empreitada, mas porque no momento estamos mais interessados em situar algumas mudanças dentro da Lingüística que a aproximou da História. Algumas destas mudanças foram percebidas desde as décadas de 60/ 70, por representantes dos *Annales*, que estavam interessados em indicar *Novas Abordagens, Novos Objetos e Novos Problemas* para a História, sugerindo o estudo da língua como objeto da História tomado numa perspectiva interdisciplinar da História com a lingüística. Tomemos, então, o momento em que Jean-Claude Chevalier começa seu artigo, “*Língua: lingüística e história*”, situando alguns conflitos presentes nos estudos que envolvem as duas ciências, com o seguinte questionamento: “*Se vê a lingüística perder-se na - ou apoderar-se da - semiótica, ciência dos signos; vê-se ela apoderar-se dos discursos (discurso político fechado) - e aí o historiador fica de orelha em pé -, mas, trata-se ainda da mesma disciplina que estuda a língua como instrumento social?*”<sup>7</sup>.

Passaram-se três décadas e a pergunta de Chevalier se mostra bem atual. Pois, sua preocupação com o trabalho dos lingüistas e em que medida se aproxima de nosso trabalho parece ainda muito presente entre alguns de nós. É interessante salientar que essa preocupação não é apenas dos historiadores, uma vez que também entre os lingüistas há uma grande necessidade de mostrar a historicidade da Lingüística, bem como seu encontro com a História, conforme se pode visualizar com Luiz Antônio Marcuschi. Para este, a discussão das aproximações entre a

---

da função enunciativa. Com isto, Foucault põe em primeiro plano a historicidade radical do discurso e as condições institucionais da enunciação. Cf. CHARAUDEAU & MAINGUEGENEAU, *Dicionário...*, p. 396. Sobre isso vide também FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996, p. 57, quando trata de definir “acontecimento discursivo” e COSTA, Eleonora Z. Sobre o acontecimento discursivo. In: SWAIN, Tânia Navarro (org.). *História no plural*. Brasília: UnB, 1994, p. 189-207.

<sup>6</sup> GREGOLIN, Maria do Rosário V. *Michel Foucault: o discurso nas tramas da história*. In: FERNANDES, Cleudemar Alves & SANTOS, João Bosco Cabral dos (orgs.). *Análise do Discurso: unidade e dispersão*. Uberlândia: Entremeios, 2004, p. 19-20.

<sup>7</sup> CHEVALIER, Jean-Claude. *A Língua: lingüística e história*. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre (orgs.) *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p. 84-98.

História e a Lingüística passa necessariamente por uma tomada de consciência por parte de ambos de algumas das posições assumidas pelos lingüistas em relação à linguagem como atividade sócio-interativa sistemática, de caráter cognitivo e instauradora de sentidos. Ainda segundo ele, o funcionamento de uma língua no dia-a-dia é, antes de tudo, um processo de integração social. Língua, cultura e sociedade se pressionam mutuamente de maneira muito dinâmica e integrada, aproximando desta forma os estudos da Lingüística e da História. Para ser mais explícito, ele afirma:

*“Com efeito, dominar uma língua sempre foi um imperativo social e cultural. Por isso, nós que trabalhamos com a linguagem lidamos com um dos aspectos fundamentais da vida humana. Pela linguagem constituímos nossos discursos, nossas identidades, formulamos nossas crenças, construímos nossos mundos e, sobretudo, interagimos com nossos semelhantes, construímos nossos argumentos, nossas teorias e visão de mundo. **Admitir esses aspectos é estender o estudo da linguagem para muito além da gramática, da fonologia e do léxico.**”* (grifo do autor)<sup>8</sup>

A noção acima defendida pelo autor apresenta uma aproximação dos lingüistas que se posicionam dentro desta perspectiva com o campo da História, uma vez que afirmam estarem os estudos da língua para além das estruturas gramaticais formais. Obviamente, não se poderá deixar de localizar entre os lingüistas os que de fato permanecem preocupados com a forma estrutural da língua, mas não se pode mais generalizar esta posição diante das diversas formas de abordagem da lingüística, estando algumas delas muito próximas da História. Essa aproximação é mais decidida quando se trata dos analistas do Discurso. Para estes, o discurso deve ser analisado nas suas condições históricas de produção de sentido, bem como na análise da relação unidade-dispersão inerente aos discursos. Para se ter um exemplo, tomemos Eni P. Orlandi, analista do discurso já conhecida dos historiadores, quando afirma a importância de se conceber não apenas as condições de produção de sentido dos discursos pela contextualização dos mesmos, mas com uma abordagem analítica da dispersão dos sentidos e dos sujeitos como condição de existência dos discursos, mesmo que, para funcionar, ele tome a forma de unidade. Para essa analista do discurso, é nessa relação entre as diferentes formações discursivas e seus jogos discursivos nas tramas da história, que se pode localizar a produção de sentido dos discursos como atividades históricas. Pois, conforme se pode daí inferir, o sentido não está no dito, nem no sujeito, mas na relação entre eles em determinados contextos<sup>9</sup>.

Também Cleudemar Fernandes, em seu trabalho *“Lingüística e História: formação e funcionamentos discursivos”*, localiza pontos de cruzamento que se instauram entre a História e a Lingüística com *“certos questionamentos e contestações à*

---

<sup>8</sup> MARCUSCHI, Luis Antônio. O papel da heterogeneidade cultural nos materiais didáticos. Texto apresentado no *IV Seminário Internacional em Letras: linguagem, ensino e inclusão social*. Santa Maria, Centro Universitário Franciscano - UNIFRA, setembro de 2004.

<sup>9</sup> ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2002, p. 18.

lingüística imanente, à lingüística do significante, e ampliação do conteúdo semântico em movências integrantes ao processo histórico resultante das transformações sociais”<sup>10</sup>. Para ele, isto se dá especialmente no contexto dos anos 60 com a Análise do Discurso, em decorrência do entrecruzamento de três áreas de conhecimento: a Lingüística, o Materialismo Histórico e a Psicanálise<sup>11</sup>. Fernandes nos lembra que, para os próprios lingüistas e analistas do discurso, discurso não é apenas língua e nem fala, é também silenciamento e se realiza com a exterioridade, “realiza-se por meio de uma materialidade lingüística”<sup>12</sup>.

Entre alguns historiadores, há alguns consensos com o dito acima. Andréia Silva, professora de História da UFRJ, por exemplo, concorda que os discursos “fazem-se presentes e constituem as práticas, as relações sociais, as instituições e as representações”, ou seja, o social como um conjunto múltiplo de discursos<sup>13</sup>. Lembrando que entre nós, historiadores, não importa apenas buscar a produção dos discursos e os sentidos enquanto ditos historicamente situados, mas em que medida tais discursos se consubstanciam como práticas ou *acontecimentos histórico-discursivos*. Para aprofundar estas questões vejamos, em seguida, o estatuto da Lingüística dentro da *Escola dos Annales* retomando a perspectiva de Chevalier, para depois levantar alguns pontos da contribuição de Michel Foucault para os estudos do discurso na história, de modo a cumprir nossos propósitos de destacar aspectos positivos da aproximação da História com a Lingüística no campo da Análise do Discurso em nossos dias.

### ***A Escola dos Annales como lugar de debate da interdisciplinaridade entre a História e a Lingüística***

Tomemos como ponto de partida de nossas reflexões algumas das principais questões que nortearam as aproximações da História com a Lingüística na década de 60/ 70 na perspectiva da *Escola dos Annales*. Segundo a maioria dos historiadores, as novas questões que foram colocadas para a história são provenientes da *Nova História*. Antes, porém, é importante lembrar que a proposta interdisciplinar dos *Annales*, desde o começo da escola, enfrentou vários problemas para se fazer aceitar, com conseqüências até nossos dias.

Para começar, é preciso ter em mente que a relação da História com outras ciências defendida pelos *Annales* foi um dos pontos mais debatidos no contexto que se seguiu à crise dos paradigmas da História, especialmente entre os que viam nesta proposta um caminho escorregadio para o ofício do historiador. Sobre este aspecto, é preciso lembrar também que essa não é uma escola que vai atrair a simpatia de todos os historiadores, especialmente se considerarmos a perspectiva histórica assumida por alguns historiadores no contexto entre guerras em diferentes

---

<sup>10</sup> FERNANDES, Cleudemar A. Lingüística e História: formação e funcionamentos discursivos. In: FERNANDES & SANTOS, *Análise...*, p. 43.

<sup>11</sup> FERNANDES, Lingüística..., p. 43.

<sup>12</sup> FERNANDES, Lingüística..., p. 45.

<sup>13</sup> SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva. Reflexões metodológicas sobre a Análise do Discurso em perspectiva histórica: paternidade, maternidade e gênero. *Cronos - Revista de História*. Pedro Leopoldo, n. 6, 2002, p. 194-223.



partes do mundo. Nem mesmo dentro da França, onde a escola vai imperar, se pode falar em uma unanimidade de apoio à proposta interdisciplinar dos *Annales*.

Tomemos aqui dois exemplos dessa questão. O primeiro pode ser localizado na postura de E. H. Carr, que se posiciona cauteloso acerca da tendência dos *Annales* de procurar abrigo nas ciências sociais, vendo em suas relações vantagens unilaterais. Para este, “a história não é mera servidora das ciências sociais, que vai a elas pela teoria e as supre de materiais”. O importante, diz Carr, é assumir uma posição de mão-dupla entre a História e as ciências<sup>14</sup>. Um segundo exemplo pode vir da própria França, onde estava inserida a Escola. Tomemos a posição de François Dosse que vai se colocar contra as inovações dos *Annales*, apontando essa escola como um “cartel” que na sua ânsia de destruir a escola positivista tentara agrupar outras ciências em torno da História em nome de uma inovação que teria fragmentado os objetos e objetivos da História<sup>15</sup>. Para Dosse, atualmente se pode observar a falência da intenção de uma *história global* dos *Annales*, que tentou “apoderar-se das roupagens dos outros para destabilizar a história historicizante hegemônica”, ficando os *Annales* nos limites dessa ambição<sup>16</sup>. Entretanto, não aprofundaremos essas questões ligadas aos críticos dos *Annales*, considerando-se que nosso interesse é destacar alguns aspectos da proposta dos *Annales* que nos levam a pensar nas possibilidades das aproximações entre a História e a Lingüística.

Como diz Peter Burke, as aproximações entre a História e outras ciências têm provocado alguns problemas de definição, de método, de fontes, de explicação que têm resultado numa má adequação dessa abordagem, mas que se trata muitas vezes de uma má interpretação das intenções dos *Annales*. Para o autor, um dos problemas apontados é a questão de se avançar em território não familiar seja com relação aos novos objetos, novos problemas ou às novas abordagens sem procurar adquirir conhecimento adequado para tal, conforme defendem os *Annales*. Com esse autor, temos uma leitura mais interessante acerca das influências benéficas dessa Escola que se aproximam mais dos nossos interesses<sup>17</sup>.

As influências positivas dessa escola são tantas, para Burke, que ele considera que seria melhor falar de um movimento contra a História positivista do século XIX. Lembrando, ainda, que dentro da Escola temos alguns que não descartam as conquistas técnicas da *Escola Metódica*, considerando algumas delas ainda muito válidas, como as ligadas à crítica interna e externa do documento. Para esse autor, a contribuição dos *Annales* para a História, ligada à proposta interdisciplinar com outras ciências, vai além da simples ampliação dos métodos da História para métodos de outras disciplinas. A proposta dos *Annales* representa muito mais o resultado de uma nova forma de ver, estudar e escrever a História; de uma nova forma de selecionar quais os objetos da História, bem como as abordagens possíveis e os problemas que se podem levantar. A questão central está na nova forma com

---

<sup>14</sup> CARR, Edward Hallet. *Que é história?* 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. XXI.

<sup>15</sup> DOSSE, François. *A História em migalhas: dos Annales à Nova História*. São Paulo: Ensaio; Campinas: Editora da Unicamp, 1992, p. 58.

<sup>16</sup> DOSSE, A *História...*, p. 15.

<sup>17</sup> BURKE, Peter. *A Escola dos Annales 1929-1989: a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Editora da Unesp, 1992, p. 20-22.

que os *Annales* se propõem considerar uma *história-problema*, associada a uma *história de todas as atividades humanas*, extrapolando a história voltada apenas para a política até então considerada a mais importante<sup>18</sup>.

Essa proposta de ampliação do ofício do historiador se consolida com Le Goff e Nora em *Novos Objetos, Novos Problemas, Novas Abordagens*, que representam as principais preocupações de um trabalho publicado por Jacques Le Goff na década de 1970, com o título “*A Nova História*”. Esses trabalhos são lugares por onde podemos visualizar as aproximações de Michel Foucault com alguns representantes dos *Annales*, visto que todos vão defender uma concepção de “*história-problema*” com alguns pontos em comum, pois, tanto Le Goff quanto Foucault vão considerar o documento como uma escolha e tratamento do historiador guiado pelos interesses do seu tempo. O documento como um Monumento, onde o historiador passa a trabalhar e a recriar os discursos da História com as visões do seu tempo<sup>19</sup>.

Estes representantes dos *Annales* defendem que a história não é mais concebida como um fato que está pronto em algum lugar dos arquivos, museus ou bibliotecas, nos quais bastaria o historiador recuperar por levantamento e coleta dos dados (fontes) e expor ao público leitor tal qual registrado nos documentos como forma de garantir a objetividade da História. Desde o começo do século XX, Marc Bloch insiste na defesa de um novo papel para o historiador, declarando a necessidade da interação desse com seus documentos. Sobre esse empenho de Bloch, já há um consenso entre os estudiosos atuais da área de que a produção historiográfica é resultado da escolha e posicionamento do historiador em relação aos seus objetos, fontes, abordagens e métodos. Considera-se, aqui, a subjetividade tão importante quanto a objetividade na produção historiográfica sem prejuízo para a cientificidade da História. Dentro dessa perspectiva, Bloch defende que a aproximação com outras ciências constitui muito mais uma consequência necessária do reconhecimento dessa nova postura do historiador na compreensão de uma “*história-problema*”; de uma “*história mais consciente das múltiplas dimensões das atividades humanas*”; de uma *história que ele sabe ter um papel crucial na narrativa dos eventos*”<sup>20</sup>.

Concordando com Bloch, retomemos Chevalier para continuar o debate sobre as aproximações da História com a Lingüística, ao sugerir que uma reflexão para além destas questões que envolvem uma posição de resistência contra os *Annales* seria pensar a forma de abordar esse novo objeto da História: a *língua*. Para ele, um olhar mais profundo sobre a língua mostrará que a mesma funciona em dois níveis interdependentes que se condicionam mutuamente e que a aproximam da História: a) língua como objeto que apresenta regularidades e que podem ser formalizadas e estudadas na especificidade da Lingüística (numa perspectiva

---

<sup>18</sup> BURKE, *A Escola...*, p. 12-15.

<sup>19</sup> Sobre essas questões são indicadas as leituras de Michel de Certeau, especialmente *A Escrita da História* (2002) e Jacques Le Goff, com seu importante trabalho sobre a relação *História e Memória* (1994) e os trabalhos do próprio Foucault entre outros. Os textos de Michel Foucault que fazem referências a estas questões estão indicados na bibliografia.

<sup>20</sup> BLOCH, Marc. *Introdução à história*. 4. ed. Lisboa: Europa-América, s.d.

estruturalista) e b) língua como produção e utilização dos homens em sociedade que pode ser ampliada para o campo da História. Numa ou noutra não é possível separar a relação linguagem-sociedade<sup>21</sup>.

Apesar de estar mais preocupado em destacar um tipo de historiador naquele contexto, o *historiador-lingüista* sobre o qual iremos tratar mais adiante, as propostas de Chevalier são instigantes para algumas questões dos dias atuais. Afinal, há sérios indícios de que os historiadores ainda pensam que os lingüistas da atualidade estão presos ao projeto de Saussure, isto é, presos à idéia de que os lingüistas estão apenas preocupados com as estruturas formais da língua. Já na década de 70, Chevalier afirmava que o ponto crucial para uma melhor compreensão dos aspectos positivos acerca de uma aproximação entre a Lingüística e a História deveria ser localizado no contexto dos anos 1960, momento de rompimento do estudo da língua fechada em si mesma, na qual não lhe era permitido exceder o “grupo de palavras” proposto por Saussure para uma nova forma de estudar a língua numa perspectiva interligada ao social<sup>22</sup>. Neste ponto, Chevalier certamente se reportava à idéia saussuriana de que a língua devia ser estudada “em si e por si mesma”, como objeto autônomo. Esta visão mudaria radicalmente dos anos 80 para cá e hoje essa não é a corrente hegemônica entre os lingüistas.

Foi naquele contexto, segundo Chevalier, que surgiram novos estatutos para a Lingüística aproximando-a positivamente das outras ciências humanas e sociais, entre elas a História. A questão central, conforme nos diz Chevalier, é que as transformações operadas no interior da Lingüística não são tão simples, nem visíveis para outras áreas. E, ainda segundo o autor, é neste ponto que têm origem alguns dos problemas epistemológicos do estatuto da Lingüística no campo da História, e que o autor identifica como: “o problema da legitimidade do corpo de conceitos estabelecidos, sempre indo buscar na sua base tradicional saussuriana os fundamentos dessa ciência”<sup>23</sup>. Essa necessidade de recorrência às bases da Lingüística é um dos pontos fundamentais do afastamento de alguns historiadores da Lingüística. É importante lembrar que, desde o contexto de crise dos paradigmas do começo do século XX, alguns historiadores vinham assumindo uma postura bastante decidida para se afastar das idéias positivistas que definiram o campo da História desde o século passado e não viam com bons olhos a proposta estruturalista dos Lingüistas.

Além destas questões, as aproximações da Lingüística para o campo da História buscam, naquele momento, muito mais compreender algumas de suas questões para percorrer a história dos grandes sistemas lingüísticos, a fim de compreender antigas bases epistemológicas da Lingüística, do que uma perspectiva interdisciplinar tal qual pensada pelos *Annales* nos anos 60/ 70. Estes estavam mais preocupados em aprofundar as propostas dos fundadores da Escola, que desde os anos 20/ 30 defendiam a ampliação dos objetos, abordagens e métodos da História, buscando em outras ciências um diálogo que permita viabilizar essas

---

<sup>21</sup> CHEVALIER, *A Língua...*, p. 86.

<sup>22</sup> CHEVALIER, *A Língua...*, p. 86.

<sup>23</sup> CHEVALIER, *A Língua...*, p. 86.

novas propostas que será também a preocupação da chamada *Nova História* nos anos 60/ 70.

Considerando-se tais questões, vamos observar, então, uma aproximação, ainda bastante precária e limitada, devido aos interesses de cada um desses lados naquele momento. Entretanto, apesar dos limites aqui apontados, foi possível identificar aspectos positivos da aproximação entre as duas ciências. Ainda segundo Chevalier, a História ganhou com essa aproximação, pois foi a partir daí que o historiador, na figura do “*historiador-lingüista*” trouxe alguns conhecimentos para o campo da História. Como resultado dessa aproximação, o historiador passou a tomar contato com algumas das categorias de análise da Língua, viabilizando um olhar sobre a mesma como um novo objeto para a História. Paralelamente, para lidar com esse novo objeto, ele sentiu a necessidade de se aproximar da Lingüística em busca de novos métodos e novas formas de abordagem que lhes permitissem lidar com este novo objeto da História<sup>24</sup>.

Paulatinamente, também os discursos passam a fazer parte dos interesses dos historiadores, não apenas como discursos políticos dos grandes personagens, mas na sua intrincada rede de relações de saber e poder, tal qual apontado por Michel Foucault. Nos anos 60/ 70, no entanto, a entrada da Análise do Discurso na História vai se dar muito mais para atender a um tipo de História que privilegiava a História Política, de onde se afastam alguns historiadores que se distanciam do positivismo.

Segundo Luiz Antônio Marcuschi, Denise Maldidier<sup>25</sup> situa o início da Análise do Discurso francesa nos anos 68-70 sob a dupla paternidade de Jean Dubois e Michel Pêcheux. O primeiro propôs uma *Análise de Conteúdo*, na qual Regine Robin<sup>26</sup> vai identificar uma aproximação com a História para um tipo de estudo lexical em que o conteúdo representava tudo, predominando o factual. Já Pêcheux, por ser um filósofo que vem da psicologia social e recebe influências decisivas de Michel Foucault e de L. Althusser, vai se aproximar mais do marxismo<sup>27</sup>. Ou seja, enquanto Dubois vai ficar preso ao conteúdo da política, Pêcheux transita para a dinâmica da história política numa perspectiva marxista<sup>28</sup>.

Ainda segundo Marcuschi, é importante dizer que até os anos 60 o estruturalismo esteve no auge na França, sofrendo a partir daí um processo de esgotamento com o avanço do gerativismo chomskyano, com o qual se passa a ter novas alternativas teóricas para a Lingüística. Contudo, como já se disse, muitos são seus problemas e neste campo, recorrendo sempre aos modelos anteriores para se afirmar o novo. É neste contexto que surge a Análise do Discurso Francesa (ADF) como um “*novo*

---

<sup>24</sup> CHEVALIER, *A Língua...*, p. 86.

<sup>25</sup> MALDIDIER, Denise. Elementos para uma história da Análise do Discurso na França. In: ORLANDI, E.P. *Gestos da Leitura: da História no Discurso*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

<sup>26</sup> ROBIN, *História...*

<sup>27</sup> Segundo os lingüistas, uma boa contribuição de Michel Pêcheux para o campo da História estaria em seu trabalho *Semântica e Discursos: uma crítica à afirmação do óbvio*, editado pela Editora da Unicamp em 1988.

<sup>28</sup> MARCUSCHI, Luiz Antônio. Perspectivas teóricas na Análise do Discurso. Texto utilizado no Curso de Mestrado e Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística. Recife: CAC-UFPE, 2º Semestre de 1999.

*modo de leitura*” diante do esgotamento dos demais métodos. Mas, com uma série de questões que se chocam com o novo momento da História. Pois, enquanto para Dubois, os textos políticos são o objeto legítimo da AD e não mais as obras literárias, aproximando-a dos positivistas, Michel Pêcheux vai pensar a AD como uma ruptura epistemológica com a ideologia dominante nas ciências humanas; como uma espécie de metodologia alternativa em relação à perspectiva saussuriana. Neste lugar, Pêcheux faz uma articulação entre sujeito e ideologia (veja-se seu *Análise Automática do Discurso*, de 1969) que o aproxima de uma noção de língua atrelada ao movimento da história<sup>29</sup>.

Neste mesmo ano, em que Pêcheux vai discutir aspectos da ADF que têm ampla repercussão no campo da História, temos Michel Foucault polemizando o fazer dos analistas do discurso em relação a algumas questões que os ligam a determinadas formas de ver e escrever a história. Foucault sugere que uma das preocupações dos historiadores deveria ser no sentido de se afastar das análises das grandes unidades, descritas como épocas ou séculos para uma compreensão dos fenômenos de rupturas. Para Foucault o importante é ver as incidências das interrupções, devendo o historiador sair dessa metodologia de regressão sem fim em direção aos primeiros precursores, mas identificar um novo tipo de racionalidade e de seus múltiplos efeitos<sup>30</sup>. Nesta perspectiva de quebrar com a visão linear, continuísta, Foucault também expressa algumas críticas aos analistas do discurso, sugerindo a necessidade destes saírem desse lugar em que se considera o discurso em sua condição manifesta de um já-dito, que não seria apenas “*uma frase já pronunciada, um texto já escrito, mas um jamais-dito*”<sup>31</sup>. Para Foucault é preciso acolher o discurso em sua irrupção de acontecimentos, na dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido ou esquecido. Neste sentido, ele vai afirmar que não é preciso assumir uma forma regressiva para buscar a origem dos discursos, mas que é preciso considerá-los no jogo de suas instâncias<sup>32</sup>.

### **Michel Foucault como lugar de debate da Análise do Discurso na História**

Conforme já destacamos nas considerações iniciais, segundo Maria do Rosário Gregolin, será com Foucault e com os analistas do discurso, que com ele se posicionam, que poderemos localizar uma ponte estabelecendo uma profunda relação da Análise do Discurso com a História. Para a autora, este engajamento de Foucault se dá num contexto criado pela perspectiva da *história-problema* dos *Annales*, quando os representantes desta escola assumem uma postura crítica em relação à concepção positivista e tradicional da História<sup>33</sup>. Posicionado com alguns aspectos desta escola, Foucault considera a impossibilidade de objetividade do

---

<sup>29</sup> MARCUSCHI, Perspectivas...

<sup>30</sup> FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 4.

<sup>31</sup> FOUCAULT, *A arqueologia...*, p. 28.

<sup>32</sup> FOUCAULT, *A arqueologia...*, p. 28.

<sup>33</sup> GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. Michel Foucault: o discurso nas tramas da história. In: FERNANDES, & SANTOS, *Análise ...*, p. 21.

ofício do historiador, visto que é ele quem escolhe e faz os recortes da sua história, tratando os documentos como monumentos que manipula em seu tempo. Em contrapartida, sugere uma abordagem crítica não apenas sobre os discursos dos documentos, mas uma análise crítica sobre os discursos contidos na escrita da história, nos discursos do próprio historiador. Estes estariam presos às condições de produção e sentido de sua época.

Com isto, ele não apenas destaca uma nova forma de ver e escrever a história, mas promove um diálogo frutífero entre analistas do discurso e historiadores. Pois, conforme diz Gregolin, Foucault ajudou a pensar um lugar epistemológico para o discurso no qual defende que este (que não está no mesmo plano da língua, mas no campo do enunciado) deve ser visto em sua função enunciativa, no qual o importante é considerar não apenas o sujeito que o produziu, mas de que lugar institucional e sob que regras sócio-históricas produziu<sup>34</sup>.

No campo da Análise do Discurso, as principais contribuições de Michel Foucault estão em seu trabalho *A arqueologia do saber*, no qual define algumas categorias que estão no cotidiano de trabalho do analista do discurso, especialmente o que ele define como *formação discursiva e enunciado*. Aqui trataremos apenas um tópico de debate sobre a posição de Foucault em relação à Análise do Discurso. Porém, deixemos claro que há alguns pontos de divergência entre Foucault e algumas posições da Análise do Discurso, especialmente a francesa.

Enquanto alguns analistas do discurso desta escola destacam a importância do *interdiscurso*, como um processo incessante de reconfiguração, na qual uma formação discursiva incorpora elementos pré-construídos, produzidos fora dela, seja como repetição, apagamento, esquecimento ou degeneração de determinados elementos, como nos diz Maingueneau<sup>35</sup>, Foucault propõe um olhar sobre um novo tipo de racionalidade, seus deslocamentos e transformações; sobre as várias formas de encadeamento dos discursos à medida que seu presente se modifica. E, neste processo, não deixam de romper com elas mesmas. Para ele, a noção de descontinuidade, de ruptura, quebra com qualquer idéia de continuidade, porque procura a dispersão; porque põe em questão os agrupamentos. O que Foucault afirma é a necessidade de quebrar com a noção de interligação dos discursos dos homens, mas tratá-los como acontecimentos dispersos em suas historicidades. A crítica de Foucault recai sobre a noção de interdiscurso, pois para ele, para além da identificação de um já-dito numa relação incessante de unidade e dispersão,

*“é preciso estar pronto para acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimento, nessa pontualidade em que aparece a nessa dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado até nos menores traços, escondido bem longe de todos os olhares, na poeira dos livros. Não é preciso remeter o*

---

<sup>34</sup> GREGOLIN, Michel Foucault..., p. 31.

<sup>35</sup> MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em Análise do Discurso*. 3 ed. Campinas: Pontes, 1997, p. 113.

*discurso à longínqua presença da origem; é preciso tratá-lo no jogo de sua instância.”*<sup>36</sup>

Com isto, Foucault não quer dispensar estas posturas, mas provocar inquietudes; chamar a atenção para o campo dos fatos do discurso a partir do qual são constituídos. Um dos pontos é não esquecer a questão da autoridade relacionada à enunciação presente na formulação de Foucault. Tomemos aqui, como exemplo desta abordagem, o “Putsh Integralista” de 1938 contra Getúlio Vargas como *locus* de análise dos discursos que, produzidos sobre um já-dito (a “Intentona Comunista de 1935”) são *repetidos* para legitimar a repressão aos integralistas em 1938, denominando o ataque armado dos integralistas ao palácio Guanabara, na noite de 10 de maio de 1938, de “Intentona Integralista”. Os discursos de repressão contra os integralistas não produzem sentido exclusivamente porque tenham sido atrelados a um já-dito sobre os comunistas e que *repetidos* em relação aos integralistas reacenderiam na memória discursiva os mesmos sentimentos. É importante considerar o novo contexto de 1938, marcado por novos elementos que são articulados à *repetição* de alguns discursos já pronunciados contra os comunistas. Há neste novo momento uma série de fatores que vão compor a fala de autoridade de Getúlio Vargas, agora legitimado pelas ações atentatórias de dois inimigos materializados em suas ações armadas contra o governo: esquerda e direita. Cada um, em sua posição de ofensiva contra o governo, se relaciona nos discursos de repressão de Getúlio Vargas a partir de suas instâncias de formulações discursivas, historicamente situadas.

Com as contribuições de Foucault e da Análise do Discurso, aprendemos que, não é apenas a identificação da presença do interdiscurso nos discursos de Getúlio Vargas 1938, reacendendo na memória discursiva o atentado dos comunistas em 1935 que garante o consentimento ao processo de repressão contra os novos inimigos, mas, um conjunto de fatores que permite a *repetição* dos discursos. Trata-se de considerar os fatos ligados às ações governamentais de Getúlio Vargas de 1935 até 1938; as atitudes dos comunistas antes e depois de 1935; bem como as práticas discursivas e não-discursivas dos próprios integralistas entre estes períodos-chave<sup>37</sup>. Estes pontos devem ser mais bem aprofundados em outros momentos, pois trata-se de uma abordagem merecedora de mais atenção por parte dos historiadores que tratam deste período e temática. No momento, esperamos ter conseguido destacar alguns pontos de debate que incentivem tal abordagem aos estudos históricos em sua relação com a Linguística, especialmente no campo da Análise do Discurso.

### **Bibliografia**

BLOCH, Marc. *Introdução à história*. 4. ed. Lisboa: Europa-América, s.d.

BURKE, Peter (org.) *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Unesp, 1992.

---

<sup>36</sup> FOUCAULT, *A arqueologia...*, p. 28.

<sup>37</sup> Para mais dados sobre estes acontecimentos e abordagem, ver SILVA, Giselda Brito. *A Lógica da suspeição contra a força do Sigma: discursos e polícia na repressão aos integralistas*. Recife: CFCH-UFPE, 2002 (Tese de Doutorado em História).

- BURKE, Peter. *A Escola dos Annales 1929-1989: a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Editora da Unesp, 1992.
- CARR, Edward Hallet. *Que é história?* 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- CHARAUDEAU, Patrick & MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Editora Contexto, 2004, p. 264.
- CHEVALIER, Jean-Claude. A Língua: lingüística e história. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre (orgs.) *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p. 84-98.
- COSTA, Eleonora Z. Sobre o acontecimento discursivo. In: SWAIN, Tânia Navarro (org.). *História no plural*. Brasília: UnB, 1994, p. 189-207.
- DOSSE, François. *A História em migalhas: dos Annales à Nova História*. São Paulo: Ensaios; Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- FERNANDES, Cleudemar A. Lingüística e História: formação e funcionamentos discursivos. In: FERNANDES, Cleudemar Alves & SANTOS, João Bosco Cabral dos (orgs.). *Análise do Discurso: unidade e dispersão*. Uberlândia: Entremeios, 2004.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- \_\_\_\_\_. *A arqueologia do saber*. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. Michel Foucault: o discurso nas tramas da história. In: FERNANDES, Cleudemar Alves & SANTOS, João Bosco Cabral dos (orgs.). *Análise do Discurso: unidade e dispersão*. Uberlândia: Entremeios, 2004.
- GRIGOLETTO, Marisa. *A resistência das palavras: discurso e colonização britânica na Índia*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.
- KOSSELLECK, R. *L'expérience de l'histoire*. Paris: Gallimard/ Seuil, 1997.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em Análise do Discurso*. 3 ed. Campinas: Pontes, 1997.
- MALDIDIER, Denise. Elementos para uma história da Análise do Discurso na França. In: ORLANDI, E.P. *Gestos da Leitura: da História no Discurso*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. *A AD francesa e suas diversidades*. Texto do Curso de Análise do Discurso: aulas 12 e 13. Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística. Recife: CAC-UFPE, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Perspectivas teóricas na Análise do Discurso*. Texto utilizado no Curso de Mestrado e Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística. Recife: CAC-UFPE, 2º Semestre de 1999.
- \_\_\_\_\_. *Lingüística & História: aproximações metodológicas e pontos de contato*. Texto apresentado nas atividades do Grupo de Pesquisa: "História: uma visão interdisciplinar", Recife, UNICAP, 2003.
- \_\_\_\_\_. *O papel da heterogeneidade cultural nos materiais didáticos*. Texto apresentado no IV Seminário Internacional em Letras: linguagem, ensino e inclusão social. Santa Maria, Centro Universitário Franciscano - UNIFRA, setembro de 2004.
- ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.
- ROBIN, Regine. *História e lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1977.
- SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva. Reflexões metodológicas sobre a Análise do Discurso em perspectiva histórica: paternidade, maternidade e gênero. *Cronos - Revista de História*. Pedro Leopoldo, n. 6, 2002, p. 194-223.



SILVA, Giselda Brito. *A Lógica da suspeição contra a força do Sigma: discursos e polícia na repressão aos integralistas*. Recife: CFCH-UFPE, 2002 (Tese de Doutorado em História).

### RESUMO

#### **HISTÓRIA E LINGÜÍSTICA: ALGUMAS REFLEXÕES EM TORNO DAS PROPOSTAS QUE APROXIMAM A HISTÓRIA DA ANÁLISE DO DISCURSO**

Este texto trata de algumas questões polêmicas acerca da relação interdisciplinar entre a História e a Lingüística, essa última analisada na perspectiva da Análise do Discurso em sua vertente francesa e seus benefícios para o ofício do historiador. Para discutir tais questões foram tomadas algumas abordagens e categorias de uma e de outra área de conhecimento para exemplificar os benefícios de um trabalho interdisciplinar em nossa atualidade.

**Palavras-Chave:** Interdisciplinaridade; História; Lingüística; Análise do Discurso.

### ABSTRACT

#### **HISTORY & LINGUISTICS: SOME REFLECTIONS AROUND THE APPROXIMATION BETWEEN HISTORY AND DISCOURSE ANALYSIS**

This text is about some polemical questions concerning the interdisciplinary relationship between History and Linguistics which is analyzed from the perspective of Discourse Analysis in its French version and its benefits for the work of the historian. In order to discuss these questions some examples and categories were taken from both historical and linguistic areas of knowledge to exemplify the benefits of interdisciplinary work as it is operative today.

**Keywords:** Interdisciplinary Studies; History; Linguistics; Discourse Analysis.

## ENTRE O AMOR E A CAVALARIA: LANCELOTE, O CAVALEIRO DA CHARRETE

Miriam Lourdes Impellizieri Luna da Silva<sup>1</sup>

Composto em torno de 1165, *Lancelote, o cavaleiro da charrete*<sup>2</sup> é o terceiro romance do Ciclo Arturiano de Chrétien de Troyes (c.1135- c.1185), escritor da corte da condessa Maria de Champagne, filha da famosa Leonor da Aquitânia. Trata-se de obra capital para o futuro desenvolvimento e sucesso daquele ciclo já que, pela primeira vez, Lancelote, um personagem até então subalterno, torna-se protagonista. Ele representa a síntese perfeita do ideal cavaleiresco do século XII, é o melhor cavaleiro do mundo e também o mais perfeito amante do mundo, seguidor do *fine amor* tão em voga nas cortes feudais da época.

Em *O cavaleiro da charrete*, Lancelote é o cavaleiro totalmente subjugado por seu amor a Guinevere. De acordo com informações fornecidas pelo autor na introdução da obra, esta foi-lhe encomendada pela própria condessa, a partir do argumento que ela lhe fornecera e que faz do herói, a princípio, uma espécie de proscrito em seu meio social por ferir uma de suas normas básicas. Para salvar sua amada Guinevere, ele utiliza um meio de transporte vil, a charrete, em lugar do nobre cavalo.

O romance pode ser dividido em três partes. Na primeira, após a rainha Guinevere ter sido levada da corte de seu marido rei Arthur pelo cavaleiro Meleagant, Lancelote sai em busca de sua amada, enfrentando perigos e humilhações incontáveis para resgatá-la, o que acontece após o seu segundo embate contra o raptor da rainha, já no Reino de Gorre. A segunda parte se inicia com a captura de Lancelote por um vassalo de Meleagant, a mando deste último, e tem como ponto alto o torneio que o rei Artur organiza em seu reino, e que é vencido por um disfarçado Lancelote, que conseguira escapar de seu cativo. A terceira e última parte cabe a um outro autor, Geoffrey de Lagny, a quem Chrétien de Troyes confiou a tarefa de finalizar sua estória<sup>3</sup>.

Geoffrey faz com que Lancelote seja salvo da torre inexpugnável, onde Meleagant o havia encerrado depois de seu retorno do famoso torneio da segunda parte, e chegue a tempo de, na corte de Artur, bater-se contra seu grande rival, a quem degola sem piedade, diante de uma platéia atenta e feliz por tal resultado.

---

<sup>1</sup> Professora Assistente de História Medieval da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Mestre em História Antiga e Medieval pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Doutoranda em História Social pela Universidade de São Paulo.

<sup>2</sup> Utilizamos neste trabalho a edição francesa de M. Roques para “*Les Classiques Français du Moyen Age*” e a brasileira da Martins Fontes. Desta última retiraremos as citações feitas no texto, indicando as respectivas páginas onde poderão ser encontradas. Para a referência completa, ver a bibliografia ao final deste artigo.

<sup>3</sup> Até hoje, especula-se o porquê de Chrétien não haver terminado sua obra, confiando a outro este mister!

Neste artigo, nosso objetivo é analisar o romance de Chrétien de Troyes, a partir de uma perspectiva histórica, percebendo nele o cruzamento dos três códigos formadores do ambiente social e mental da aristocracia do século XII: o feudo-vassálico, o cavaleiresco e o amoroso, representados pelos itens que desenvolveremos a seguir.

### **Feudalidade**

No século XII, todos os senhores, grandes ou pequenos, estavam ligados, entre si, por extensa teia de laços de vassalagem mútua, no que a historiografia francesa chama de Feudalidade.

O contrato vassálico colocava frente a frente, dois homens livres impondo-lhes deveres e direitos, um para com o outro, através de juramento, criando uma hierarquia entre eles: um, o senhor, o outro, o vassalo. A idéia de uma fidelidade quase absoluta ligando o vassalo ao senhor domina o cenário político da época, cimentando as relações sociais, substituindo os laços que davam sustentação ao Estado. Aliás, a idéia de Estado só sobrevive teoricamente nas cortes dos reis, cujo poder, na prática, somente é exercido nas terras de seu domínio pessoal. No restante dos territórios, o soberano exerce, quando muito, um direito de suserania sobre os verdadeiros senhores locais.

Contudo, a própria evolução do direito feudal que situava o rei no topo da pirâmide social, permitirá a ele não apenas incorporar à coroa os feudos vazios como obrigar os vassalos de outros senhores a cair sob sua autoridade - *rex est dominus ligius ante omnes*.

Chrétien de Troyes escreve *Lancelote* na corte de um grande senhor, o conde de Champagne, vassalo do rei Luís VII. Apesar de ligado ao rei por juramento vassálico, o conde administrava diretamente seu condado, enquanto Luís VII controlava somente os territórios circunvizinhos a Paris.

Desta feita, Chrétien transfere para suas obras a visão de uma realeza fraca e dominada pelos grandes da corte. Os dois soberanos do romance, Arthur (marido de Guinevere e senhor de Lancelote) e Bandemagus (pai de Meleagant, o inimigo do herói) são retratados como incapazes de fazer valer suas vontades, sem poder de fato.

O primeiro deles é humilhado em seu próprio solar, logo no início da trama, diante de toda a corte, ao ter sua mulher reivindicada por um cavaleiro (Meleagant) que o desafia, sem que ele esboce qualquer reação para impedi-lo, dizendo que “*terá de sofrer tal desventura, já que não lhe pode remediar*” (p. 125)<sup>4</sup>. Na seqüência do episódio, Kai, o senescal, exige dele ser o cavaleiro a dar combate a Meleagant e assim salvar a rainha, pois, caso contrário, abandonaria o seu serviço. Humilhado e abatido, o rei acede, mas é obrigado a ouvir a admoestação severa de seu sobrinho Gawain por ter permitido tal coisa, e em termos nada lisonjeiros a sua real majestade: “*Sire, agistes como na infância...*” (p. 127).

---

<sup>4</sup> A partir daqui, faremos, no próprio texto, as indicações das citações retiradas do romance, em sua edição brasileira.

Em toda esta cena inicial, Arthur, apesar da grandiosidade e da riqueza de sua corte, é tratado como um rei sem voz e sem condições de lutar, um rei envelhecido, à mercê dos seus vassallos, cavaleiros mais jovens e vigorosos. A autoridade régia é mostrada de forma negativa, na verdade o rei não a possui, já que o poder decisório se encontra nas mãos dos vassallos, a quem acaba por submeter-se.

Bem mais tarde, após o regresso da rainha à corte, graças a Lancelote, ao saber que este último havia desaparecido, Arthur mostra-se completamente desinteressado pela sorte do seu vassallo, sem nada fazer para tentar, pelo menos, encontrá-lo. Aqui, ele é novamente o rei fraco, despreocupado com o exercício da justiça, seu principal dever como soberano. Como senhor, devia proteger Lancelote, mas Arthur mostra estar muito mais interessado em distribuir cortesias graças às damiselas de sua corte.

Malgrado a fraqueza de Arthur, mais afeito a jogos, torneios e festas, seu vassallos são-lhe fiéis. Apesar de tudo existia uma mística da realeza que fazia com que o rei, por mais débil e incapaz, fosse visto como figura sagrada, a quem todos deviam respeito e que agia como árbitro, em alguns momentos.

Na contrapartida do dever de socorro por parte do senhor ao vassallo ameaçado, havia o dever de fidelidade ao senhor, da parte do vassallo. Assim, poderíamos duvidar da *fides* de Lancelote, que ao amar carnalmente a rainha, teria sido infiel ao rei. Mas, não podemos deixar de lembrar que Arthur, ao aceitar os termos do desafio de Meleagant e entregar sua mulher ao senescal Kai, tornou-a objeto de disputa guerreira. A vitória de Meleagant sobre Kai deu-lhe todos os direitos sobre Guinevere que, passou-os a Lancelote, quando ele o venceu, no primeiro combate entre ambos. Portanto, diante do direito costumeiro, Lancelote ao dormir com Guinevere, apenas tomava posse de um bem que lhe pertencia por direito, por legítima conquista, a despeito das normas do casamento cristão que a Igreja tentava impor na época.

Já o outro soberano, Bandemagus, rei de Gorre, é mostrado de forma menos comprometedor. Ele é qualificado como sensato, honrado, bom e leal (p. 159), mas isto não impede que, freqüentemente, seja desobedecido e enganado por seu filho, contra quem se indispõe por diversas vezes. Sua autoridade parece ser mais sólida que a de Artur, mas também está submetido às regras do direito feudal. É por isto que, a despeito de sua vontade, não pode entregar Guinevere, presa em seu castelo, a Lancelote, enquanto ele não vencer seu próprio filho em combate e assim conquistá-la para si.

Ele só pode implorar a Meleagant que desista de seus intentos, abandone sua arrogância e mostre-se cortês. Bandemagus entende que Lancelote é cavaleiro destinado ao sucesso, que não pode ser vencido, e teme perder seu filho e assim ver terminada sua linhagem, temor de quase todos os grandes senhores da época.

Seu sentido de justiça e de honradez é muito desenvolvido e como bom senhor e rei cortês, concede boa acolhida ao herói, quando este entre em seu reino: “*Serei para convosco generoso, leal e cortês. Sou o rei desta terra e vos ofereço auxílio e conselho*” (p. 161). Ora, auxílio e conselho são elementos constitutivos da relação vassálica e Bandemagus, ao oferecê-los a Lancelote, certamente pensava em tomá-

lo como vassalo. Mais adiante ele diz claramente: *“Tomo-vos sob minha proteção, a despeito do que a gente queira pensar”* (p. 162). Contudo, Lancelote recusa ambas as ofertas.

Um dos momentos em que a mentalidade feudo-vassálica emerge com nitidez no texto é quando Kai, o senescal, é acusado de trair seu senhor Arthur dormindo com sua mulher (Guinevere), a quem jurara guardar. Meleagant pede a intervenção do seu pai, invocando seu dever, como rei e senhor, de praticar a justiça em seu reino, admoestando-o: *“tendes a justiça em vossas mãos”* para punir Kai, já que ele *“traiu o rei Arthur seu senhor que confiava tanto nele”*. Diante disto, o senescal se desespera: *“Na verdade preferiria morrer a causar a meu senhor um mal tão horrível”*. E invoca o testemunho de Deus para provar sua inocência (p. 177).

Os julgamentos seguiam as normas ditadas pelo costume e, até 1215, quando condenado pelo IV Concílio de Latrão, era comum a imposição do julgamento de Deus ou o ordálio. Kai somente poderia provar sua inocência se vencesse o seu acusador em combate, visto que Deus não permitiria que um inocente fosse injustamente condenado. Como na ocasião Kai se encontrasse bastante debilitado fisicamente pelos inúmeros ferimentos recebidos em seu combate contra Meleagant, Lancelote é chamado por Guinevere para ser seu campeão e do senescal, provando, assim, a inocência dos dois<sup>5</sup>.

A cena é descrita com pompa. Os cavaleiros se ajoelham diante das relíquias sagradas e com a mão sobre elas cada um faz um juramento solene invocando o testemunho divino como prova da verdade de suas palavras: *“Tomo Deus e os santos por testemunhas de que esta noite Kai o senescal veio ao leito da rainha e dela obteve o maior prazer”*, afirma Meleagant. A resposta de Lancelote não tarda: *“E eu acuso de perjúrio e repito sob a fé do juramento que ele não veio para junto dela e não conheceu prazer algum. Queira Deus vingar-se de quem mentiu e revelar a verdade”* (p. 179).

Os costumes e a mentalidade feudal da aristocracia emergem do relato de forma surpreendente, como podemos observar, ligando a ordem político-social à religião. Ao mesmo tempo, percebe-se a intrínseca união entre a fidelidade ao senhor e a honra do vassalo. Ao acusar Kai do maior dos crimes, a felonía, Meleagant chega mesmo a afirmar que nunca um cavaleiro de tal renome havia causado tamanha decepção, estando, pois, desonrado a partir dali (p. 177). Ter traído seu senhor, tornava Kai um cavaleiro desonrado, renegado pelos seus, marginal da sociedade cavaleiresca, cujas regras no século XII aproximam-se da ideologia feudal, tornando-se um seu quase complemento.

### **Cavalaria**

O século XII é também o do apogeu da cavalaria e da fixação dos seus valores no cotidiano e nas mentalidades. O cavaleiro faz parte da elite que governa e

---

<sup>5</sup> Não podemos deixar de recordar de que fora Lancelote quem verdadeiramente dormira com a rainha Guinevere e não o senescal.

domina a sociedade de acordo com a teoria das três ordens<sup>6</sup> e cuja realidade situa-se, quase sempre, muito distante do belo quadro pintado pela literatura florescente nas cortes feudais.

A cavalaria é mostrada de forma positiva no romance, cujo protagonista, Lancelote, desde o instante em que surge em cena até o seu encerramento, só fará acumular fama e admiração pelas proezas realizadas e por seu comportamento cavaleiresco exemplar. Ele é o protótipo do cavaleiro perfeito e Deus, por isto, o protege sempre. Ele está predestinado a grandes feitos e, como coroamento destes últimos, a terminar os seus dias como a maioria dos cavaleiros de sua época: em um mosteiro. É por isto que seu túmulo já se encontrava preparado, como fica patente na cena em que, acompanhado pela Damisela das Vésperas e pelo monge, ele entra no cemitério monacal e encontra entre os túmulos dos cavaleiros que ali repousariam depois de cumprido seu dever, um mais magnífico, cuja lápide ninguém conseguira até então levantar, a não ser aquele destinado a libertar todos os prisioneiros de Gorre. E Lancelote, segurando a laje com facilidade, a ergue, “*melhor do que dez homens o teriam feito*” (p. 150).

Presente e futuro se misturam e o tempo linear da narrativa cede lugar ao tempo mágico da predestinação e da sua realização. O monge maravilha-se pelo que viu - e não é a visão o sentido mais próprio à manifestação do maravilhoso? E o ambiente em que se realiza o gesto de Lancelote, o mosteiro, não é, aos olhos dos homens do século XII, o mais puro, o mais distante de qualquer traço de materialidade?

É ali, portanto, neste oásis de paz, na “*antecâmara do céu*”, como dizia São Bernardo de Claraval, que Lancelote vai de encontro à sua missão, aquela verdadeira, engrandecedora da ordem da cavalaria, mas que naquele momento, ele não pode compreender. O jovem Lancelote do romance ainda não amadurecera, é o desejo de Guinevere, de encontrá-la e amá-la que o move e não o da busca do Graal, que consumirá, no futuro, os cavaleiros arturianos.

Lancelote é, assim, um cavaleiro predestinado ao sucesso e à fama. Contudo, como já vimos, no início do romance, ele fere uma das regras básicas do código de cavalaria, ao subir em uma charrete, na ânsia de rapidamente encontrar a rainha, já que se encontrava sem cavalo. O subtítulo dado à obra é, desta forma, sugestivo e definidor, “*o cavaleiro da charrete*”, como que para marcar, manter viva a recordação do tresloucado gesto do herói, só compreensível e perdoável para aqueles que amam com cortesia. As palavras da Damisela do Torreão são as que melhor traduzem a situação: “*Ele subiu em charrete e é justo que deseje estar morto, pois mais valeria morto que vivo. Doravante sua vida é vergonhosa e desprezível e infeliz*” (p. 132).

Além de ferir a norma dos *bellatores*, Lancelote também havia violado outra regra básica do seu grupo social: precisou ser transportado, o que representa encontrar-se em situação de notória debilidade. Não é por outra razão que as

---

<sup>6</sup> As três ordens da sociedade feudal, ou seja, *oratores* (clérigos), *bellatores* (guerreiros) e *laboratores* (trabalhadores em geral).

damiselas do castelo perguntam ao anão condutor da charrete que mal Lancelote havia cometido para ser levado como um “*impotente*” (p. 130).

Ora, o cavaleiro é um *potens*, um senhor, não um pobre, alguém necessitado de ajuda. Lancelote colocou-se na posição contrária à do cavaleiro, merecendo, pois, ser injuriado por todos que o encontram a partir daí.

O autor parece ter prazer em recordar o fato com freqüência, já que até o anúncio oficial do nome do nosso cavaleiro - “*Lancelote do Lago*” (p. 164) - no primeiro combate contra Meleagant, ele só se utiliza das seguintes expressões para denominá-lo: “*o cavaleiro que tinha vindo em charrete*”, o “*cavaleiro que subiu na charrete*”, “*o cavaleiro carregado na charrete*”, “*o cavaleiro da charrete*”, “*o cavaleiro passeado em charrete*”, etc.

A desonra que, momentaneamente o fere, não o impede de, pelo valor, mostrar-se sempre superior a todos no exercício das “virtudes” cavaleirescas. A obra apresenta um sucessivo painel de lutas sempre vencidas por Lancelote, principalmente em sua primeira parte, o que contribui para espalhar sua fama por toda parte.

Neste romance, Chrétien de Troyes valoriza a cavalaria mundana, cujos valores ligados à cortesia, sobrepõem-se às tentativas de cristianização do ideal cavaleiresco. Lancelote e seus pares são cristãos, movem-se em um universo cultural cristianizado, mas comportam-se movidos por desejos bastante mundanos, tais como, amor, riqueza, fama, glória pessoal, prazer pela justa, cortesia, honra...

O ponto alto do romance, em termos do código da cavalaria, é representado pelo torneio, na segunda parte. Chrétien conhecia profundamente os hábitos senhoriais, com destaque, no século XII, para a realização de torneios. Estes funcionavam como um espaço privilegiado onde os cavaleiros podiam mostrar todas as suas habilidades. Na segunda metade daquele século, estes “simulacros de batalha”, como dizia Duby<sup>7</sup>, estavam no apogeu, apesar de condenados pela Igreja. Para esta última, os torneios afastavam os cavaleiros de sua verdadeira missão - proteger a sociedade cristã dos seus inimigos internos e externos - e, por extensão, afastavam-nos de Deus e da verdade da religião cristã.

Apesar de todas as críticas provenientes dos meios eclesiásticos, os torneios floresciam, principalmente no território da França, estimulados pelos grandes senhores, constituindo-se no principal divertimento da aristocracia. Ao contrário da guerra, suspensa em determinados períodos - por motivos religiosos ou climáticos -, aqueles não sofriam nenhuma sanção especial, podendo ser realizados em qualquer época do ano.

O torneio era uma festa que mobilizava, principalmente, os “solteiros”, os “errantes”, aqueles que não haviam ainda se fixado como senhores e precisavam ganhar dinheiro e bens, assim como agradar às damiselas bem situadas para garantir um bom casamento, de forma a iniciar sua própria linhagem.

No nosso texto, o torneio é convocado por Arthur que, cortesmente, acede aos desejos das damiselas casadoiras do seu reino. De forma a garantir o afluxo dos

<sup>7</sup> DUBY, G. *Guilherme, o Marechal: o melhor cavaleiro do mundo*. Lisboa: Gradiva, 1986, p. 80.

“jovens” cavaleiros, a presença da rainha Guinevere é anunciada. Nesta ocasião, Lancelote encontrava-se prisioneiro de um vassalo de Meleagant, e ele tanto faz, fica tão desesperado, com lágrimas nos olhos, pensando no torneio que se realizaria, que obtém, da mulher de seu carcereiro, permissão para partir, mas sob juramento de que retornaria à sua prisão quando as justas estivessem terminadas (p. 186).

O torneio é, pois, o lugar feito para ver e para ser visto. Tudo nele é belo, grandioso, viril:

*“Já estão reunidas as tropas. Vêm a rainha e todas as damas, os cavaleiros e outras pessoas. Havia multidões de serviçais de toda parte... No lugar onde devia acontecer o torneio estavam grandes tribunas de madeira... Jamais homem algum viu palanques tão belos nem tão extensos nem tão bem feitos. Lá se reuniram as damas em torno da rainha, todas querendo contemplar sem esforço quem fará melhor ou pior. Os cavaleiros apresentam-se: dez e dez, depois, vinte e vinte; depois trinta e trinta, aqui, oitenta, lá noventa, ali cem, acolá mais de duas vezes isto. Reúnem-se em multidão diante das tribunas, e já começa o combate... As lanças são como um grande bosque, pois tantas trazem os que desejam combater em justa que homem não pode ver senão estandartes e gonfalões. Os torneadores vão para o torneio... Assim ficam cheias as pradarias e os campos tornam-se escuros. Não seria possível contar o número de cavaleiros. Eram demasiados...”* (p. 188-189)

É impossível não associarmos esta descrição à do torneio narrado na gesta de *Guilherme, o Marechal*, que serviu de base para a magnífica análise do universo cavaleiresco feita por Duby em sua obra homônima<sup>8</sup>.

O próprio epíteto dado por Duby ao Marechal, “o melhor cavaleiro do mundo” vem de encontro ao herói criado por Chrétien. Lancelote, no torneio, após ter sido taxado de “o pior”, o “mais nulo”, o “mais desprezível” cavaleiro - e tudo isto por seguir fielmente as ordens de sua amiga Guinevere - é, ao término das justas, aclamado como aquele a quem “ninguém pode se comparar”, pois vencera e sobrepujara “*todos os cavaleiros do mundo*” (p. 194). Logo, Lancelote é o melhor cavaleiro do mundo! Mas, quem afirma tal coisa não somos nós, e sim Bandemagus, pai do seu maior inimigo, ao aconselhar o filho a servir e honrar aquele “*que se mostrou o melhor cavaleiro do mundo!*” (grifo nosso) (p. 160).

Contudo, a maior façanha de Lancelote ainda está por ser realizada: vencer o pérfido, desleal, vil e mentiroso cavaleiro Meleagant, o que ocorrerá apenas na última cena do romance.

Meleagant, apesar de nobre linhagem e excelente cavaleiro, desdenha a ética cavaleiresca, que não cansa de violar com seu comportamento.

Ele é descrito como cavaleiro muito belo, bem talhado de braços, pernas e pés, corpulento e alto (p. 162-163). Mas, se lhe sobram as qualidades físicas, faltam-lhes as de caráter: ama a deslealdade, não descansa enquanto não pratica a traição e a vilania (p. 159). Mas, mostra-se valente nas disputas e nada lhe causa temor, a

---

<sup>8</sup> DUBY, *Guilherme...*, p. 86-89.



ponto de desrespeitar o pai que, ao lhe aconselhar prudência, lealdade e paz, ouve as seguintes palavras: “*Não peço que por mim pratiqueis deslealdade ou traição, já que vos agrada, sede homem probo e deixai-me ser cruel!*” (p. 160).

Como principal oponente do herói, Meleagant precisa ser apresentado como o seu oposto, no que diz respeito ao caráter e à honra. Quanto à destreza física, à beleza, ele deve aparecer como igualmente belo e forte, corajoso e excelente guerreiro, para que a vitória final de Lancelote seja melhor apreciada e engrandecida.

Contudo, Meleagant não é o único cavaleiro a ter defeitos na trama. Kai é criticado, na corte de Arthur, por “*seu orgulho, empáfia e insensatez*” (p. 127); Gawain sente medo ao saber das duas terríveis pontes para entrar no reino de Gorre, e medrosamente acaba por escolher a que lhe parecia ser a de mais fácil travessia e menos perigosa (p. 134); e o que dizer do cavaleiro que, esquecendo-se de todas as regras da cortesia, tenta violentar a Damisela das Vésperas em seu próprio castelo? Neste episódio, os termos utilizados por Chrétien para designar Lancelote, que vai em socorro da damisela, e o outro cavaleiro são bastante significativos. O primeiro é o “*cavaleiro*” enquanto o segundo, o violador, é o “*devasso*” (p. 138-140).

Estamos, pois, diante de dois modelos comportamentais. Um, o ideal, personificado por Lancelote, o segundo, talvez muito mais próximo da realidade do século, que era a cavalaria de Meleagant e de “o devasso”.

Mas, apesar das diferenças até aqui apresentadas, os cavaleiros da literatura do século XII movem-se em um universo onde sentimentalmente desabrocha o amor cortês. É ele que dá sentido e coerência às ações de Lancelote no romance.

### **Amor Cortês**

*Lancelote* foi composto sob o signo do Amor, tratado não somente como um sentimento, mas como entidade. De todas as obras de Chrétien de Troyes, esta é onde o amor cortês encontra campo mais fértil para o seu desenvolvimento. Dito em outras palavras, é onde temos o amor, bem sucedido, entre um “jovem” - Lancelote - e uma dama, mulher de alta linhagem, casada com o senhor feudal do jovem - Guinevere.

Nos outros romances do autor o amor desenvolve-se, ou dentro do casamento - os casais Eric e Enide, Yvain e Laudine, Perceval e Brancaflor - ou tem, no casamento, a recompensa após lutas e sofrimentos - Cliges e Fenice.

No século XII, o casamento, além de se tornar um sacramento, é normatizado, equivalendo, em graça, à ordenação eclesiástica. O divórcio é proibido e é adotado o conceito da indissolubilidade do matrimônio, determinando-se a obrigatoriedade do mútuo consentimento dos noivos, para sua realização, assim como sua proibição entre parentes até o sétimo grau.

Desta feita, não seria o caso de indagar-nos se o surgimento e a difusão do amor cortês não revelaria, na verdade, uma atitude de reação e desprezo ao processo de enquadramento promovido pela Igreja aos membros da segunda ordem social, a dos *bellatores*?

De qualquer maneira, o amor cortês, mesmo restrito na prática e mais um objeto do discurso ficcional, propôs uma nova forma de relação entre os sexos. Se, no casamento, a mulher aristocrata continuava a ser um mero objeto nos acordos e interesses dos homens, no amor cortês ela mostrava-se livre para escolher quem mais lhe agradasse ou quem melhor soubesse agir para conquistá-la. Ela é senhora dos seus sentimentos e desejos.

O amor cortês quase sempre nasce do olhar. Desenvolve-se através de pequenos gestos e palavras só conhecidas pelos amantes, até sua consumação. Mas, até chegar à plena posse da amiga, o homem deve passar por provas, tais como mostrar discrição, pois a mulher é casada; ser fiel incondicionalmente a sua amada; ser-lhe submisso em tudo; e saber sofrer em silêncio.

Lancelote, além de ser o “*melhor cavaleiro do mundo*”, pode também ser taxado de “*o melhor amigo do mundo*”. Segue à risca as normas do comportamento do apaixonado. Pelo Amor viola o código da cavalaria, traindo, assim, os seus pares. Seu amor por Guinevere é incondicional e absoluto, dominando-o, fazendo com que se esqueça de tudo e de todos, até de si mesmo:

*“O cavaleiro da charrete vai devaneando, como homem que não tem força nem defesa contra Amor que o governa. Esquece de si mesmo, não sabe se existe ou não. De seu próprio nome não lembra. Não sabe se está armado ou não. Não sabe aonde vai, donde vem. De nada lembra, exceto de uma cousa, uma única cousa, e por ela olvidou todas as outras. Nela (Guinevere) somente pensa tanto que nada vê nem ouve.”* (p. 134)

A lembrança da amiga é suficiente para deixá-lo completamente fora de si inúmeras vezes. Por Guinevere, ultrapassa perigos, dor, sofrimento, ferimentos, como na travessia da terrível e temível Ponte-da-Espada, feita de uma única lâmina cortante, que ele passa em meio a dor dos cortes profundos que sofre nas mãos e nos pés. Aqui, também, “*o acalma e cura o Amor que o guia e o leva*” (p. 158).

Lancelote é fiel, não obstante a beleza física, que o faz ser amado e desejado pelas outras mulheres do texto, entre as quais, a Damisela das Vésperas, descrita como muito graciosa, bela, bem-feita de corpo e bem-vestida (p. 141), e que ele, não obstante, repele.

A maior prova de fidelidade e obediência que Lancelote pode oferecer a sua dama é quando, no torneio, ao ouvir da aia de Guinevere que sua senhora lhe pedia para que fizesse “*o pior possível*”, responde apenas “*de muito bom grado*” (p. 190), e assim o faz. No dia seguinte, depois de ser ridicularizado por todos, ao ouvir a renovação do pedido da amada, exclama candidamente: “*graças sejam dadas à senhora por que ela assim ordena!*” (p. 192). Finalmente, Guinevere ordena-lhe que “*faça o melhor que puder*”, e Lancelote obedece, maravilhando a todos os que estavam presentes no torneio, do qual se sagra vencedor (p. 193).

Quando Chrétien escreve “*quem ama é obediente*”, está traçando o lema de Lancelote. Mas ele não é o único cavaleiro apaixonado. Até Meleagant ama! E sua

amiga é a Damisela das Vésperas que o rejeita desdenhosamente e suspira por Lancelote.

Mas quem é Guinevere, por quem Lancelote corre todos os perigos e despreza todas as normas e que é cobiçada por grande parte do elenco masculino do romance - o senescal Kai, o cavaleiro Gawain, Meleagant, Bandemagus, seu marido Arthur? Como age e é retratada sob a pena de Chrétien?

Bem, ela é a rainha. A esposa do senhor feudal. Portanto, a mulher que, teoricamente, todos os “jovens” querem conquistar. Ela é descrita como uma “*dama muito bela*” (p. 132), de cabelos louros, claros e luzentes (p. 143), portanto, segundo os padrões vigentes para a beleza feminina.

Apesar de, em boa parte da trama, ser mera espectadora das proezas do herói, ela intervém em alguns dos principais momentos para determinar ou dirigir o comportamento de Lancelote: é por ela, para salvá-la, que ele sobe na infame charrete e corre mil e um perigos; é o som de sua voz que traça sua estratégia de combate ou determina o som de uma luta; é o seu amor que lhe dá forças para viver; é o seu desprezo que o faz desejar e procurar a morte...

Ela ama Lancelote, ele “*cuja vida a fazia viver*” (p. 170), mas nunca mostra-se satisfeita com as provas que o amigo lhe oferece do seu amor. É exigente demais. De acordo com a mentalidade da época, ela, como todas as mulheres, é astuta e hábil na arte de dissimular pensamentos e sentimentos.

A sucessão de acontecimentos, após sua noite de amor com Lancelote, é exemplar. Primeiro, ela adormece docemente “*sem perceber que os lençóis estavam manchados de sangue. **Acreditava** que eles tinham ainda o brilho honesto da brancura*” (grifo nosso) (p. 175). Era o sangue que escorrera dos dedos feridos de Lancelote, que os cortara ao quebrar as barras de ferro da janela do quarto de sua amada e, assim, poder ali penetrar.

Depois, na manhã seguinte, ao ser descoberta por Meleagant ela “*sente grande pejo e enrubesce*” (p. 176), ainda mais que o outro a acusa de ter dormido com o senescal Kai, cujas feridas não paravam de sangrar. Ela invoca Deus, para afirmar que o sangue de seus lençóis não era de Kai, e que havia sangrado pelo nariz, pois “*com isso **pensava** dizer a verdade*” (grifo nosso) (p. 176) Diante da desonra, chama Lancelote em segredo e lhe pede que dê combate a Meleagant, como vimos anteriormente, de forma a provar sua inocência e a do senescal. E Lancelote o faz, em obediência à amada. Desta feita, o amor consumado entre Lancelote e Guinevere, ou melhor, este amor adúltero, é mantido oculto, graças à habilidade e à astúcia da rainha em encobrir a verdade.

Se é de Meleagant a frase mais misógina do texto: “*é bem verdade que sandice assalta quem se dá o trabalho de guardar mulher*” (p. 175), cabe a Lancelote protagonizar, com Guinevere, uma das mais cenas de amor mais belamente descritas da literatura ocidental. Adoração, entrega total, prazer, arrebatamento, ternura. A noite acaba, e com a chegada do dia é hora da despedida. O corpo de Lancelote sai de perto da amada,

*“Naquele momento sofreu como um mártir, pois partir pareceu-lhe um suplício. O coração queria retornar lá onde tinha ficado a rainha. Afastá-*

*lo estava acima de suas forças. A rainha encantara demais aquele coração para que ele aceite deixá-la. O corpo vai embora, o coração permanece. E ele parte, pois, com a morte na alma. Suspira. Seus olhos ficam cheios de lágrimas. Na soleira da porta ele se volta e se ajoelha, como diante de um altar...”* (p. 175)

E, assim, Amor, esta famosa invenção do século XII, estava consagrado para sempre!

### **Conclusão**

Ao longo deste artigo, procuramos analisar o romance *Lancelote, o cavaleiro da charrete*, dentro de uma perspectiva principalmente histórica, sem nos afastarmos dos parâmetros sociais e mentais da segunda metade do século XII, momento da sua redação.

As possibilidades de abordagem, contudo, são múltiplas, assim como os elementos que poderiam ter sido explorados são incontáveis. A obra se nos apresenta como extremamente rica, cheia de nuances e até mesmo de pequenas contradições, tanto em termos de coerência interna do discurso ficcional como de estilística.

O que fica para nós, historiadores, da leitura e da análise de um texto literário utilizado como fonte para compreensão de um determinado período histórico? Sem querermos entrar na discussão de Martin Hervé, para quem a literatura, em termos gerais, seria pouco confiável como fonte, devendo ser usada com extrema cautela, o certo é que podemos afirmar estarmos diante de uma obra-prima da literatura cortês. De um texto que nos encanta e nos revela o quadro de um passado cujas estruturas sociais e políticas há muito viraram pó, mas cujos ideais ainda hoje sobrevivem, em um movimento de longa duração histórica. Pois, se assim não fosse, como classificar os super-heróis do cinema e dos quadrinhos da contemporaneidade, a não ser como modelos inspirados nos cavaleiros belos, corajosos, viris, da literatura do século XII?

É por isto que, ainda hoje, primeiros anos do século XXI, podemos entender este romance, pois o tempo de muitos dos seus ideais ainda não se esgotou.

### **Bibliografia**

CHRÉTIEN DE TROYES. *Le chevalier de la charrette*. Traduit de l'ancien français par Jean Frappier. 2 ed. Paris: H. Champion, 1969.

\_\_\_\_\_. *Lancelote, o Cavaleiro da Charrete*. In: \_\_\_\_\_. *Romances da Távola Redonda*. São Paulo: Martins Fontes, 1991, p. 121-197.

DUBY, G. *Guilherme, o Marechal: o melhor cavaleiro do mundo*. Lisboa: Gradiva, 1986.

FLORI, Jean. *Le Triomphé de la Chevalerie*. *L'Histoire*, n. 97, fev. 1987, p. 18-26.

FRANCO JR. , Hilário. *As Utopias Medievais*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

LE GOFF, J. *O maravilhoso e o quotidiano no Ocidente Medieval*. Lisboa: Edições 70, 1985.

LULL, Ramon. *Libro de la Orden de Caballería*. Madrid: Alianza, 1986.

MARKALE, Jean. *Le roi Arthur e la société celtique*. Paris: Payot, 1976.

\_\_\_\_\_. *Lancelot et la chevalerie arthurienne*. Paris: Imago, 1985.

MARTIN, Hervé. *Mentalités Médiévales XI-XVe siècle*. Paris: PUF, 1996

ROQUES, Mario. *Les Romans de Chrétien de Troyes: Le Chevalier de la charrette*. Paris: Honoré Champion, 1958 (“Les Classiques Français du Moyen Age”, 86).

### RESUMO

#### ENTRE O AMOR E A CAVALARIA: LANCELOTE, O CAVALEIRO DA CHARRETE

No século XII, a cavalaria é a instituição mais importante da sociedade feudal. Para agradar aos novos donos do poder - os cavaleiros e suas damas - surge uma literatura que idealiza o mundo onde eles vivem, sonham e amam. Neste artigo, trabalhamos com a primeira parte do romance de Chrétien de Troyes, **Lancelote, O Cavaleiro da Charrete**, quando o herói finalmente estréia como protagonista. Este romance foi capital para o futuro desenvolvimento do Ciclo Arturiano, pois, aqui, Lancelote torna-se famoso por suas aventuras e façanhas e também pelo seu amor por Guinevere, mulher do rei Arthur. Lancelote representa a síntese perfeita do ideal cavaleiresco: ele é o melhor cavaleiro do mundo, o mais perfeito amigo, vassalo do “*fine amor*” tão em voga nas cortes feudais da época, e também um perfeito cavaleiro cristão.

**Palavras-Chave:** Cavalaria Medieval; Literatura Cortês; Amor Cortês.

### ABSTRACT

#### BETWEEN LOVE AND CHIVALRY: LANCELOT, THE KNIGHT OF THE CART

In the 12<sup>th</sup> century, the chivalry is the most important institution of the feudal society. To satisfy the new power owners - the knights and their ladies - a new Literature is born which idealizes the world where they live, dream and love. In this article, we worked with the first part of **Lancelot, the Knight of the Cart** when the hero becomes protagonist. This romance is capital for the future development of the Arthurian cycle because, here, Lancelot becomes famous for his adventures and his love with Guinevere, King Arthur's wife. Lancelot represents the most perfect syntheses of the chivalric ideal: he is the best knight the world, the most perfect friend, a vassal to the “*fine amor*”, so fashionable in the feudal courts and he is a perfect christian chivalric too.

**Keywords:** Mediaeval Chivalry; Courteous Literature; Courteous Love.

# DA ANTIGUIDADE AO MEDIEVO: O CRISTIANISMO E A ELABORAÇÃO DE UM NOVO MODELO CARITATIVO

Bruno Miranda Zétola<sup>1</sup>

## **Introdução**

A caridade se desenvolveu de modo muito particular no mundo romano. Assumiu a forma do evergetismo, combinação de civismo urbano com ostentação socioeconômica. Era dirigido mais aos concidadãos que aos realmente necessitados e possuía mais a função de exaltar a honra do patrono do que a de aliviar os problemas da plebe. Com o advento do cristianismo, essa noção de caridade é, gradualmente, transformada. O discurso cristão, embora pregasse o amor ao próximo, serviu para fortalecer o poder episcopal e como meio de controle social às elites. Portanto, apesar de sociedades diferentes terem elaborado distintos sistemas caritativos, em ambos os casos um mesmo interesse dissimulado pela beneficência foi responsável pela utilização dos pobres como objetos, ao invés de sujeitos da caridade. De fato, o conceito de caridade sugere a idéia de dois agentes: um doador, responsável pelo ato caritativo, e um receptor, que sofre a ação desse ato. Os maiores beneficiários, contudo, nem sempre são aqueles que recebem a doação. Tanto a aristocracia romana quanto o episcopado auferiram, do processo caritativo, vantagens político-econômicas maiores do que as recebidas diretamente pelos objetos de sua caridade. Não obstante a existência de algumas semelhanças, a transformação do ideal caritativo é apontada pelos especialistas como um dos mais significativos marcos da transição da Antiguidade ao Medievo, da época do pão e circo para a época do pão e religião<sup>2</sup>.

De fato, o cristianismo impôs significativas transformações culturais no cotidiano das pessoas. Por ser uma religião escatológica, prometia aos humildes uma recompensa eterna - a Cidade de Deus. Nesse sentido, a prática caritativa foi um dos meios mais utilizados por aqueles que desejavam atingir as graças divinas. Reis, nobres, imperadores e camponeses, incentivados por um refinado discurso eclesiástico, acabaram por transformar a caridade num traço cultural bastante significativo da sociedade cristã. As doações aos pobres eram vistas como um remissivo aos pecados cometidos e um meio de se alcançar alguma intercessão divina. Isso fomentava um dinâmico circuito caritativo que, geralmente, era

---

<sup>1</sup> Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. E-mail: <brunozetola@hotmail.com>.

<sup>2</sup> Por exemplo: BROWN, P. Antiguidade tardia. In: VEYNE, P. (org.). *História da Vida Privada - vol. 1: Do Império Romano ao ano mil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 252. MARTINEZ Díaz, P. C. Marginalidad económica, caridad y conflictividad social en la Hispania Visigoda. In: LOMAZ, F. J.; DEVIS, F. J. (eds.). *De Constantino a Carlomagno: Disidentes Heterodoxos Marginados*. Cadiz: Universidad de Cadiz, 1993, p. 164. BAJO, F. El sistema asistencial eclesiástico durante el siglo IV. *Studia Historica: Historia Antigua*, Salamanca, v. IV-V, n. 1, p. 189-194, 1986/1987.

intermediado pela Igreja, fazendo do episcopado seu maior beneficiário. Nosso intuito é traçar algumas considerações sobre a transformação do ideal de caridade, que favoreceu sobremaneira o fortalecimento do poder político e econômico do episcopado. Para tanto, foi fundamental a elaboração de um novo conceito de pobreza, permitindo a suplantação do modelo romano *evérgeta* de caridade pelo cristão.

### **O Evergetismo**

Para entendermos a real dimensão do ideal de caridade romano temos de considerar que foi justamente entre os notáveis municipais, mais que entre os nobres senadores de Roma, que o evergetismo assumia seu verdadeiro caráter<sup>3</sup>. Esse processo era favorecido pelo fato de que as milhares de cidades que formavam o Império Romano possuíam uma relativa autonomia face ao poder de Roma. Conforme Veyne, os romanos “*distinguiam mal funções públicas e dignidade privada, finanças públicas e bolsa pessoal. A grandeza de Roma era propriedade coletiva da classe governante e do grupo senatorial dirigente; assim também cada uma das milhares de cidades autônomas que formavam o tecido do Império era coisa dos notáveis locais*”<sup>4</sup>. É esse sentimento de posse da *ciuitas*, esse anseio de ser um homem público por excelência que norteava os potentados locais na prática do evergetismo<sup>5</sup>. Quando um dignitário local ascendia a uma magistratura, era de praxe que promovesse espetáculos, doasse uma volumosa soma ao erário da cidade, ou empreendesse a construção de um pomposo edifício público. Caso não estivesse em boas condições financeiras no momento, comprometia-se por escrito a levar a cabo essas ações um dia, pessoalmente ou por meio de seus herdeiros<sup>6</sup>. Tais atitudes, sob a ótica estritamente econômica, não eram muito compreensíveis, mesmo considerando que um nobre que desempenhava uma magistratura tivesse oportunidade de retirar muito mais do que gastara pelo bem da cidade no desempenho de seu ofício. Mais enigmáticos seriam os casos daqueles que promoviam benefícios à *ciuitas* independentemente de assumirem qualquer tipo de função pública. Banquetes, jogos e construções de edifícios eram, amiúde, ofertados por livre e espontânea vontade de alguns indivíduos. Por quê?

Civismo e ostentação, eis as raízes do evergetismo numa sociedade em que as esferas pública e privada estavam inexoravelmente intrincadas. O civismo remete a uma idéia de dever para com sua sociedade que, no mundo romano, geralmente estava associada à *ciuitas*. Dada sua estreita relação com o poder, os ricos sentiam-

---

<sup>3</sup> VEYNE, P. O Império Romano. In: VEYNE, *História...*, p. 103.

<sup>4</sup> VEYNE, *O Império ...*, p. 103.

<sup>5</sup> A obra clássica sobre o evergetismo é a de VEYNE, P. *Le pain et le cirque: sociologie historique d'un pluralisme politique*. Paris: Edition du Seuil, 1976. Recentemente, vários especialistas têm se dedicado ao tema. Podemos destacar, dentre outros, STYLOW, A. U. & PASCUAL, H. G. *Remissis cenis publicis: las reglas del juego del evergetismo. A propósito de CIL II 1046 con un apéndice sobre CIL VIII 11058F Faventia*, Barcelona, v. 23, n. 2, p. 97-109, 2001. RODRÍGUEZ, J. *Remesal. Evergetismo en la Bética, nuevo documento de un municipio ignoto. (=Oducia?)*. *Gerión*, Madrid, n. 15, p. 283-297, 1997.

<sup>6</sup> VEYNE, *O Império ...*, p. 114.

se naturalmente figuras públicas. Convocavam seus concidadãos para participar das mais diversas comemorações e não perdiam uma oportunidade para exercer, e demonstrar, seu civismo em prol de sua cidade. Já a ostentação remete à idéia de demarcação social. Para um dignitário local, contribuir para o bem da sua *ciuitas* também era contribuir para sua própria *honor*<sup>7</sup>. Por isso, muitos praticavam o evergetismo espontaneamente, sem qualquer vínculo com as magistraturas. Para as camadas superiores da população, o evergetismo era um ponto de honra nobiliário, em que o orgulho de casta acionava motivações cívicas e liberais<sup>8</sup>. Só através da promoção, a altíssimos custos, do benefício da cidade, é que um notável se transformava num benfeitor magnânimo, num patrono da cidade. O evergetismo permitia, desse modo, que as elites locais tivessem a oportunidade de dizer que a cidade lhes pertencia. Tratava-se, em suma, de um espírito tipicamente nobiliárquico que promovia celebrações e erguia edifícios públicos e estátuas com um único objetivo - enaltecer a glória de um indivíduo ou de uma dinastia promovendo o bem de “sua” cidade.

Um exemplo de evergetismo é a distribuição de dinheiro, prática que se aproxima um pouco da noção caritativa cristã. Mas as diferenças são grandes. A começar pelo julgamento se seria correto dar dinheiro aos pobres. Temia-se que os donativos corrompessem os pobres, incentivando-os a não trabalhar. E, pobres desocupados, era sinal de tumulto iminente. Por isso, distinguiam-se os pobres bons dos maus, os dignos dos indignos de receberem doações, seja de dinheiro, seja de alimentos. Há de se lembrar, portanto, que as distribuições públicas eram feitas aos cidadãos de cada *ciuitas*. Por isso, teoricamente, escravos e libertos, pessoas que compunham os estratos sociais mais extremos da pobreza, dificilmente se beneficiavam dessas práticas assistenciais<sup>9</sup>. Estas eram dirigidas, mormente, a uma plebe intermediária, embora, com certa reprovação moral, os mais abastados também entrassem na fila para receberem seu quinhão.

Qual seria, porém, a visão que possuíam acerca do evergetismo as camadas desprivilegiadas da população, aquelas pessoas que constituíam o objeto da caridade? Ao que as fontes indicam, a plebe sabia capitalizar muito bem o espírito de evergetismo dos ricos para seu próprio benefício. De fato, a plebe apreciava a munificência independentemente do patrono, conforme sugere Marcial em um epigrama: “Quando a turba de toga grita um grande ‘bravo’ para ti, não és tu,

---

<sup>7</sup> Segundo PEREIRA, M. H. Rocha. *Estudos de História da Cultura Clássica - vol. 2: Cultura Romana*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, p. 336, o conceito de *honor* “tem uma ligação muito clara à vida política romana, que se traduz, quer nas formas de reconhecimento público acima mencionadas, quer na própria expressão *cursus honorum*, que marcava a progressiva ascensão dos cidadãos aos cargos principais da *Urbe*. (...) Reconhecimento público do mérito, que actua como estímulo, e tem, por conseguinte, uma função pedagógica na cidade”. Por depender do julgamento da sociedade, a *honor* é mais facilmente alcançada através de obras e feitos com grande visibilidade.

<sup>8</sup> VEYNE, O Império ..., p. 121.

<sup>9</sup> WHITTAKER, C. R. O Pobre. In: GIARDINA, A. *O Homem Romano*. Lisboa: Presença, 1992, p. 243.



*Pompônio, mas o teu jantar que é eloqüente*<sup>10</sup>. Note-se que o evergetismo implica em uma constante interação entre pessoas de distintos estratos socioeconômicos. Garraffoni, analisando o *Satyricon*, aponta que o interessante do discurso de Petrônio é que, ao mesmo tempo que os protagonistas são pobres e vivem do roubo, também se integram com facilidade em ambientes de pessoas mais ricas, pois conseguem convites para banquetes ou festas, que são, na maioria das vezes, fonte para conseguirem alimentos<sup>11</sup>. Não obstante, Petrônio faz questão de evidenciar o tom irônico dos protagonistas. “*Agradecemos a nosso anfitrião sua generosidade e indulgência, verdadeiramente extremas, e, para não sufocar de riso, recorreremos à bebida*”<sup>12</sup>. A idéia que nos passa é a de que, ainda que se aproveitassem da generosidade de Trimalcião, este era ridicularizado pela plebe. O pobre Encólpio assim descreve a entrada de Trimalcião no banquete que o próprio ofertava:

*“Estávamos mergulhados nesse oceano de delícias quando, ao som de uma sinfonia, apareceu Trimalcião em pessoa, conduzido por escravos que o colocaram, delicadamente, num leito coberto de almofadas macias. A esse imprevisto não pudemos conter uma ruidosa gargalhada. Era preciso ver sua cabeça calva emergindo de um véu de púrpura e seu pescoço ridiculamente enfeitado com um imenso guardanapo, cheio de listras, que lhe cobria todas as vestes, e que caía, em franjas, para os dois lados.”*<sup>13</sup>

O Trimalcião de Petrônio é apresentado como protótipo de um novo-rico que gasta grande soma para ostentar sua posição social<sup>14</sup>. Marcial nos dá um exemplo de um padeiro que ganhava muito dinheiro, mas que esbanjava tanto que sua fortuna se esfarelou<sup>15</sup>. São indícios de que os valores do evergetismo não eram

---

<sup>10</sup> Mart. VI, 48: “*Quod tam grande sophos clamat tibi turba togata, non tu, Pomponi, cena diserta tua est*”. No mesmo sentido Mart. IX, 14: “*Hunc quem mensa tibi, quem cena paravit amicum esse putas fidae pectus amicitiae? aprum amat et mullos et sumen et ostrea, non te. tam bene si cenem, noster amicus erit*” e Mart. VII, 76: “*Quod te diripiunt potentiores per conuiuia, porticus, theatra, et tecum, quotiens ita incidisti, gestari iuuat, et iuuat lauari: nolito nimium tibi placere. Delectas, Philomuse, non amaris*”. Edição de BAILEY, D. R. Shackleton (ed.). *Martial: Epigrams*. 3 v. London: Harvard University Press, 1993.

<sup>11</sup> GARRAFFONI, R. S. *Bandidos e salteadores na Roma Antiga*. São Paulo: Annablume, 2002.

<sup>12</sup> Petr. Satyr. XLVII: *Gratias agimus liberalitati indulgentiaeque eius, et subinde castigamus crebris potiunculis risum*. Edição de ERNOUT, A. (trad.). *Pétrone: Le Satiricon*. Paris: Les Belles Lettres, 1993.

<sup>13</sup> Petr. Satyr. XXXII: “*In his eramus lautitiis, cum Trimalchio ad symphoniam allatus est, positusque inter cervicalia minutissima expressit imprudentibus risum. Pallio enim coccineo adrasum excluserat caput, circaque oneratas veste cervices laticlaviam immiserat mappam fimbriis hinc atque illinc pendentibus*”.

<sup>14</sup> Petr. Satyr. LXXI: “*Te rogo, ut naues etiam... monumenti mei facias plenis uelis euntes, et me in tribunali sedentem praetextatum cum anulis aureis quinque et nummos in publico de sacco effundentem; scis enim, quod epulum dedi binos denarios*”.

<sup>15</sup> Marcial nos dá um exemplo de um padeiro que ganhava muito dinheiro, mas que esbanjava tanto que sua fortuna se esfarelou. Mart. VIII, 16: “*Pistor qui fueras diu, Cypere, causas nunc agis et ducena quaeris: sed consumis et usque mutuaris. A pistore, Cypere, non recedis: et panem facis et facis farinam*”.

compartilhados apenas por uma elite socioeconômica, mas por pessoas de condições inferiores que almejavam alcançar a *honor*, de serem vistos como patronos da cidade.

Mas o fato é que as doações para o bem da *ciuitas* transformaram-se quase que numa obrigação das elites, o que lhes custava quantias enormes. Plínio, o jovem, em uma epístola ao Imperador Trajano, expõe sua preocupação sobre os problemas financeiros que as atividades de evergetismo poderiam provocar aos que assumem a toga viril<sup>16</sup>. Muitos concordavam com a idéia de Plínio e, na hora de decidir entre as finanças ou a glória, optavam pela primeira. Por isso, não nos iludamos ao pensar que todos os ricos se dispunham a beneficiar a cidade o tempo todo. Embora a *honor* fosse uma virtude altamente desejável e a magnanimidade pública um meio de se atingi-la, havia condições econômicas que dificultavam a prática do evergetismo. Paul Veyne sugere que isso ocorria freqüentemente:

*“A nomeação de dignitários anuais fornecia a oportunidade; todo ano, em cada cidade desenrolavam-se pequenas comédias: era preciso encontrar novas fontes de financiamento. Cada membro do conselho declarava-se mais pobre que seus pares e dizia que em compensação Fulano de Tal era um homem feliz, próspero e tão magnânimo que seguramente aceitaria naquele ano uma dignidade que acarretava o dever de garantir à própria custa a água quente dos banhos. O interessado protestava que já passara por isso. O mais teimoso ganhava. Se não se via saída, o governador da província interferia; ou a plebe da cidade, zelosa de sua água quente, intervinha pacificamente: aclamava a vítima designada, levava às nuvens sua generosidade espontânea e elegia-a dignitário erguendo as mãos ou por aclamações unânimes.”*<sup>17</sup>

Entretanto, o evergetismo não era norteador por uma racionalidade econômica, mas pela ostentação e civismo. Assim como muitos dignitários, em cidades com dificuldades econômicas, se esquivavam de seus deveres nobiliárquicos, outros tantos, nas cidades mais prósperas exerciam mais ativamente o evergetismo. Petrônio traz excelentes exemplos do mecanismo do evergetismo. Durante um banquete, um dos convidados relata que seu amo patrocinaria um grande espetáculo de gladiadores. Seu pai ao morrer, deixara-lhe trinta milhões de sestércios. Desse modo, “se gastasse quatro mil, seu patrimônio nada sentiria, e seu nome seria lembrado para sempre”<sup>18</sup>. Portanto, se, num primeiro momento, o patrono desembolsava uma grande soma de dinheiro, recebia, do mesmo modo, uma grande

---

<sup>16</sup> Plin. Min. Ep. X, 116: “C. Plinius Traiano Imperatori: Qui virilem togam sumunt vel nuptias faciunt vel ineunt magistratum vel opus publicum dedicant, solent totam bulen atque etiam e plebe non exiguum numerum vocare binosque denarios vel singulos dare. Quod an celebrandum et quatenus putes, rogo scribas. Ipse enim, sicut arbitror, praesertim ex sollemnibus causis, concedendum ius istud invitationis, ita vereor ne ii qui mille homines, interdum etiam plures vocant, modum excedere et in speciem ‘dianomês’ incidere videantur”. Edição de DURRY, M. (trad.). *Plinius Minor: Lettres*. Tome IV: livre X. & Panégyrique de Trajan. Paris, 1964.

<sup>17</sup> VEYNE, O Império ..., p. 115.

<sup>18</sup> Petr. Satyr. XLV: “Vt quadringenta impendat, non sentiet patrimonium illius, et sempiterno nominabitur”.

projeção social, tanto entre a plebe, como entre seus pares, assegurando sua *honor*. Porém, se o espetáculo, desagradasse aos espectadores, longe de atingir a glória, o patrono tornava-se motivo de chacota, conforme o caso de um evergeta que promoveu um pífio jogo de gladiadores, que Petrónio descreve:

*“De fato, o que Norbano nos fez de bem? Ofereceu-nos, em espetáculo, gladiadores de aluguel já decrepitos que, se os assoprassem, cairiam. Já vi melhores bestiários. Cavaleiros morrerem sob luz de tochas. Aqueles gladiadores pareciam galináceos. Um se arrastava, outro tinha as pernas tortas, um terceiro, que substituíra outro que morrera, já estava meio morto, pois tinha os nervos despedaçados (...). Eu te dei um bom espetáculo - disse Norbano. E eu te aplaudi - respondi. Façamos as contas, te dei mais do que recebi. Uma mão lava a outra.”*<sup>19</sup>

Eis, nitidamente, o mecanismo do evergetismo, que fazia com que notáveis gastassem largas somas de dinheiro para o deleite dos seus concidadãos, visando ostentar sua condição de homem público, de patrono da cidade. Não importava se a construção de um porto seria mais útil que a de uma estátua, ou se os jogos de gladiadores não aliviarão os problemas dos pobres da cidade. Isso era efeito secundário para o evergetismo. O que importava, além da projeção social, eram os prazeres e o prestígio que o corpo cívico como um todo, ricos e pobres, se beneficiaria através do evergetismo. Por isso mesmo a caridade, no mundo romano, não tinha como alvo os mais pobres<sup>20</sup>. Essa característica pode ter sido um dos fatores que favoreceu a disseminação do cristianismo, num primeiro momento, entre a população marginalizada das cidades.

### **Um novo conceito de pobreza**

Certa ocasião Sêneca decidiu viver por dois dias como um camponês pobre. Para tanto, levou consigo um número reduzido de escravos, apenas um carro, e sua comida era tão simples que se preparava em uma hora<sup>21</sup>. Juvenal, em seu turno, considerava pobre uma pessoa que ganhasse menos de 20 mil sestércios por ano, quantia que, segundo Whittaker, era a necessária para se ingressar na ordem eqüestre<sup>22</sup>. De fato, para a aristocracia romana, o pobre era o rico que não era muito rico. Esses “pobres ricos” eram pessoas de boa condição econômica,

---

<sup>19</sup> Petr. Satyr. XLV: “*Et revera, quid ille nobis boni fecit? Dedit gladiatores sestertiaros iam decrepitos, quos si sufflasses, cecidissent; iam meliores bestiarios vidi. Occidit de lucerna equites; putares eos gallos gallinaceos: alter burdubasta, alter loripes, tertarius mortuus pro mortuo, qui haberet nervia praecisa. (...) ‘Munus tamen, inquit, tibi dedi - et ego tibi plodo.’ Computa, et tibi plus do quam accepi. Manus manum lavat*”.

<sup>20</sup> WHITTAKER, O Pobre..., p. 230.

<sup>21</sup> Sen. Epist. LXXXVII. 2 et seq.: “*Cum paucissimis servis, quos unum capere vehiculum potuit, sine ullis rebus nisi quae corpore nostro continebantur, ego et Maximus meus biduum iam beatissimum agimus. Culcita in terra iacet, ego in culcita; ex duabus paenulis altera stragulum, altera opertorium facta est. De prandio nihil detrahi potuit; paratum fuit - non magis hora (...)*”. Edição de REYNOLDS, L. D. (ed.). *Seneca: Ad Lucilium epistulae morales*. 2 v. Oxford: Clarendon, 1965.

<sup>22</sup> WHITTAKER, O Pobre..., p. 230. É este autor que chama a atenção para a referência de Juvenal. Iuv. Sat. IX, 140 et seq: “*(...) uiginti milia fenus pigneribus positis, argenti uascula puri, sed quae*

mas de status sócio-jurídico inferior. De fato, a pobreza estava muito mais associada à condição social que à condição econômica de um indivíduo. Geralmente as duas vertentes convergiam, mas havia muitas exceções como, por exemplo, os libertos que enriqueciam graças a seus ofícios. Por isso, o nascimento e a condição jurídica contavam tanto ou até mais que a situação econômica para definir a posição de um indivíduo na sociedade que, a partir do século II, apresentava-se polarizada nas categorias sócio-jurídicas de *honestiores* e *humiliores*<sup>23</sup>. Por mais que se esforçassem por imitar os hábitos da aristocracia romana, muitos homens ricos se enquadravam na categoria de *humiliores*, dada sua condição de nascença. Nos últimos tempos do Império, ao passo que os *honestiores* fragmentavam-se em numerosas camadas com posições sociais das mais variadas, os *humiliores* tendiam a assumir um caráter cada vez mais homogêneo, resultado de uma dependência cada vez mais acentuada no âmbito político, econômico e social<sup>24</sup>. Os *honestiores*, por sua vez, faziam questão de delimitar nitidamente as barreiras sociais entre as classes. Gestos, linguagem e hábitos formavam um ritual que, aliado ao desprezo e humilhação explícita das camadas inferiores, estava à serviço da diferenciação social.

O extremo grau de miséria das inúmeras pessoas que não tinham onde morar, mal tinham o que comer e viviam em ambientes totalmente insalubres era matizado por uma camada de pobres não tão miseráveis. Trata-se de uma plebe “respeitável”, que partilhava alguns valores da aristocracia romana, sendo beneficiada através de ações de patronato público e privado<sup>25</sup>. Eram majoritariamente esses os pobres que assistiam aos espetáculos, que entravam nas filas para a distribuição de pão e de dinheiro, e que eram elogiados por virtudes inerentes a sua condição por determinados poetas. Essa camada de pobres tornava tolerável a diferença entre ricos e pobres e fazia esquecer a situação dos muito pobres.

Era principalmente aos mais desprotegidos, aos mais humildes, que a Igreja pregava seus universalizantes evangelhos no início da era cristã. Viúvas, órfãos, doentes, todos aqueles que eram ignorados pela magnanimidade romana eram acolhidos no seio da Igreja. A célebre assertiva de Marcos ilustra bem essa idéia: “*Vinde a mim todos que sois fatigados e oprimidos e eu vos aliviarei*”<sup>26</sup>. Com o cristianismo constrói-se, lentamente, um novo imaginário sobre a pobreza e, por conseguinte, de caridade. O cristianismo, aliás, também considerava a pobreza como um dado estrutural da humanidade. Nesse sentido é ilustrativa a passagem do Evangelho na qual Cristo teria dito: “*semper tereis convosco os pobres, mas a*

---

*Fabricius censor notet, et duo fortes de grege Moesorum, qui me ceruice locata securum iubeant clamoso insistere circo; sit mihi praeterea curuus caelator, et alter qui multas facies pingit cito; sufficiunt haec. quando ego pauper ero? uotum miserabile, nec spes his saltem; nam cum pro me Fortuna uocatur, adfixit ceras illa de naue petitas quae Siculos cantus effugit remige surdo”.*

<sup>23</sup> WHITTAKER, O Pobre..., p. 239.

<sup>24</sup> ALFÖLDY, G. *História Social de Roma*. Lisboa: Presença, 1989, p. 216.

<sup>25</sup> WHITTAKER, O Pobre..., p. 245.

<sup>26</sup> Mt. XI: 28: “(...) *Venite ad me omnes qui laboratis et onerati estis et ego reficiam vos (...)*”. BÍBLIA. Mateus. Latim. *Biblia sacra vulgatae editionis Sixti V Pontificis Maximi jussu recognita et Clementis VIII auctoritate edita*. HETZENAUER, P. M. (ed.). Paris: Garnier, 1922.

*mim não haveis de ter sempre*<sup>27</sup>. O cristianismo, portanto, não intencionava promover qualquer tipo de reformulação socioeconômica em relação à figura do pobre. A grande mudança se deu no plano ideológico, posto que há uma valorização da imagem do pobre. Sendo o cristianismo uma religião escatológica, prometia aos pobres o reino dos céus, como sugere o célebre Sermão da Montanha: “*Bem-aventurados vós os pobres, pois vosso é o reino de Deus*”<sup>28</sup>.

Portanto, para o cristianismo a pobreza também não está relacionada exclusivamente com o aspecto material. De outro modo seria impossível garantir a salvação dos cristãos ricos, posto que dos pobres é o Reino dos Céus<sup>29</sup>. A idéia básica era que a humildade espiritual fazia alcançar a glória divina, discurso que atenuava a degradação econômica e moral que acometia os pobres<sup>30</sup>. Muitos cristãos associavam humildade espiritual à humildade material desfazendo-se de seus bens e levando uma vida simples, desprovida de luxo, para que pudessem melhor contemplar a glória divina. Para aqueles cujo desprendimento era menor, Santo Agostinho abria uma possibilidade de salvação, ao afirmar que a humildade não é, de modo algum, exclusividade dos pobres. Afirma, inclusive, que muitos pobres se fazem mais soberbos que os ricos, não pelas riquezas, mas pelos desejos, que Agostinho associa à cobiça e à avariza<sup>31</sup>. Por outro lado, recorda que há muitos ricos que são humildes, que são “pobres de espírito”, ou seja, não são movidos pela avariza ou pela cobiça. Esses, que Agostinho denomina de “ricos pobres”, possuíam um lugar reservado no Paraíso.<sup>32</sup> Abraão é um bom exemplo dessa idéia<sup>33</sup>, contudo, o modelo mais exaltado era o de Cristo. “*Aquele que fez todas as coisas, Senhor dos céus e das terras, Criador de todas as coisas visíveis e invisíveis ocultou Sua majestade e Se fez pobre pela humanidade - eis o exemplo capital de um pobre de verdade*”<sup>34</sup>.

---

<sup>27</sup> Mt, XXVI: 11: “(...)nam semper pauperes habetis vobiscum me autem non semper habetis (...)”.

<sup>28</sup> Lc. VI: 20: “(...)et ipse elevatis oculis in discipulos suos dicebat beati pauperes quia vestrum est regnum Dei (...)”. Cf. também Mt. V, 3.

<sup>29</sup> Preocupação expressada em August. Hip. Serm. XIV, 1: “(...) nos quid faciamus, qui hoc (pauperes) non sumus? Ergo nos qui christiani sumus, non sumus Deo derelicti? Et quae alia nobis spes est, si non sumus illi derelicti, qui nos non derelinquit?”. Edição de FUEYO, A. D. (trad.). *Obras de San Agustín*. VII. Sermones. 3. ed. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1964.

<sup>30</sup> MOLLAT, M. *Pobres, humildes y miserables en la Edad Media*. México D. F.: Fondo de Cultura Económica, 1988, p. 26.

<sup>31</sup> August. Hip. Serm. XIV, 7. *Pauper cupiditatibus divite peor*: “(...) Dicat si non vult dives fieri. Si autem vult, iam incidit in tentaionem et desideria multa, stulta et noxia. Non enim opes dico, sed desideria. Unde? Quia vult dives fieri. Quid inde? Desideria multa et stulta et noxia, quae mergunt homines in interitum et perditionem. Vides ubi sis? Quid mihi ostentas nullas facultates, cum ego convicam tantas cupiditates?”.

<sup>32</sup> August. Hip. Serm. XIV, 4: “Noli contemnere divites misericordes, divites humiles, et ut citius dicam, quod paulo ante dixi, divites paupers noli contemnere. (...)”.

<sup>33</sup> August. Hip. Serm. XIV, 4: “(...) Abraham opulentissimum fuisse in terra, auro, argento, familia, pecore, possessione (Gen 13): et tamen dives iste pauper fuit, quia humilis fuit. (...)”.

<sup>34</sup> August. Hip. Serm. XIV, 9: “(...) caeli et terrae Dominum, creator Angelorum, omnium visibilum et invisibilium efector et conditor sugit, vagit, nutritur, crescit, tolerat aetatem, occultat maiestatem (...)Eecce caput pauperum quos requiro, cuius pauperis membrum invenimus verum pauperum”.

A imagem de pobreza de Cristo perpassa todo o discurso cristão na Antiguidade Tardia. O discurso eclesiástico da caridade vai valorizar ao máximo esses conceitos, o pecado da avareza e a virtude da humildade. Os grandes padres do período, como Agostinho de Hipona, João Crisóstomo de Antioquia e Ambrósio de Milão, vivendo em centros urbanos repletos de populações marginalizadas, exortavam a população da cidade a auxiliar os pobres. Como recurso, utilizavam sermões, hagiografias, homilias que recordavam a pobreza de Cristo, e o pecado que constituía não auxiliar os necessitados. Esse refinado discurso eclesiástico valorizou a figura do pobre a tal ponto que ele se tornou indispensável para a sociedade. Justamente por isso, a pobreza precisava ser reproduzida, o que aconteceu, dentre outros meios, através da caridade cristã.

### **A caridade cristã**

Até princípios da quarta centúria, a comunidade cristã respondia por cerca de dez por cento da população do Império, mais concentrados no Oriente que no Ocidente, muito mais nas cidades que no campo<sup>35</sup>. Porém, em pouco tempo os cristãos converteram-se em maioria e, dois séculos depois, não há mais registros de pagãos confessos<sup>36</sup>. O poder episcopal, cuja atuação era restrita e difusa, é fomentado a partir de Constantino, quando a Igreja é instigada a ingerir em assuntos que até então eram de competência exclusiva do poder público. Uma das mais significativas atribuições foi, por exemplo, a paulatina inserção do episcopado nos assuntos judiciários. Do foro privilegiado, concedido pelo Código Teodosiano, os bispos, já na segunda metade do século IV, haviam alcançado o título de *defensor ciuitatis*, que evidencia ser o meio urbano o centro de atuação episcopal<sup>37</sup>.

O poder imperial viu na aliança com a Igreja um meio de aliviar as tensões sociais que as comunidades urbanas em crise geravam<sup>38</sup>. Isso se fez não apenas através da mensagem escatológica do cristianismo como também, e principalmente, através da prática caritativa. E, nesse quesito, a Igreja era muito mais eficiente que os potentados locais. Estes, embora desejassem promover benesses públicas para o bem da “sua” cidade, não dispunham, principalmente a partir da crise do século III, de suficientes recursos para bancarem os exorbitantes gastos de tais celebrações.

---

<sup>35</sup> ORLANDIS, J. *Historia breve del Cristianismo*. 3. ed. Madrid: Rialp, 1989, p. 42-44.

<sup>36</sup> O paganismo rural, contudo, não deixou de existir e foi sempre um problema para as autoridades eclesiásticas. Vide o exemplo do Concílio XII de Toledo que, em 681, decreta um cânone condenando o paganismo rural (Conc. XII Tol. c. 12. “De cultoribus idolorum”). Há referências até mesmo de clérigos que buscam serviços de pagãos. Por exemplo, Conc. IV Tol. c. 29: “De clericis magos aut aruspices consulentibus”. A edição utilizada para os concílios eclesiásticos é a de VIVES, J. *Concilios Visigóticos e Hispano Romanos*. Madrid: Instituto Enrique Flórez, 1963.

<sup>37</sup> Sobre o poder episcopal na Antiguidade Tardia vide SILVA, L. R. Algumas considerações acerca do poder episcopal nos centros urbanos hispânicos - século V ao VII. *História: Questões e Debates*, Curitiba, n. 37, p. 67-84, jul./ dez. 2002. COATES, S. Venantius Fortunatus and the image of episcopal authority. *The English Historical Review*, Oxford, v. CXV, n. 464, p. 1109-1137, 2000. CAPDEVILA, P. Maymo i. El obispo como autoridad ciudadana y las irrupciones germánicas en el Occidente latino durante el siglo V. *Studia Ephemeridis Augustinianum*, Roma, n. 58, p. 551-558, 1997.

<sup>38</sup> BAJO, El sistema..., p. 193.

A Igreja, colocando-se como mediadora entre ricos e pobres, angariava pequenas, mas constantes, doações que, ao fim e ao cabo, permitiam auxiliar os pobres mais frequentemente e sem causar a bancarrota de ninguém. Outra vantagem era que o sistema caritativo eclesiástico era muito mais abrangente, o que permitia atender os mais necessitados, aqueles que eram marginalizados pela sociedade. Ademais, devido às perturbações político-econômicas originadas no período das migrações germânicas, boa parte da aristocracia romana dirigiu-se às *uillae*, cabendo quase que exclusivamente ao episcopado garantir a assistência social no meio urbano, onde a pobreza era mais evidente. Assim, com a desestruturação do sistema administrativo da parte ocidental do Império, na quinta centúria, evidencia-se a atuação cívica do episcopado em favor da *romanitas/christianitas* em âmbito local, de que a caridade era uma das principais dimensões<sup>39</sup>.

Obviamente que a transição de um modelo caritativo a outro não aconteceu de imediato. Já existia certo viés social, e não cívico, de caridade em alguns autores do mundo clássico. Considerações sobre o amor ao próximo, sobre a filantropia, estão presentes nas obras de sofistas, cínicos e estóicos<sup>40</sup>. Não obstante, a Igreja tentava avocar para si a exclusividade da prática caritativa, condenando oficialmente os espetáculos promovidos pelo evergetismo, sob a alegação de que os mesmos traziam funestas conseqüências para as almas das pessoas. Assim, Isidoro de Sevilha condena os espetáculos, pois sua raiz está na idolatria<sup>41</sup>, afirmando que quem assiste aos jogos circenses serve ao culto dos demônios<sup>42</sup>. Mas os espetáculos patrocinados pelo evergetismo sobreviveram aos primeiros séculos do cristianismo, como o realizado em Zaragoza no início da sexta centúria<sup>43</sup>. Outro exemplo é a epístola em que o rei visigodo Sisebuto repreende o bispo Eusébio de Tarragona por ter assistido a um espetáculo teatral, no século VII<sup>44</sup>. A continuidade de eventos desse tipo justificam a presença de um antigo cânone proibindo os clérigos de assistirem os espetáculos na compilação anotada por Martinho de Braga<sup>45</sup>. Ademais, mesmo de forma velada, podemos perceber uma

---

<sup>39</sup> CAPDEVILA, El obispo..., p. 553.

<sup>40</sup> BAJO, El sistema..., p. 189.

<sup>41</sup> Isid. Hisp. Etym. XVIII, 16, 3: "*Nihil iam de causa vocabuli, dum rei causa idolatria sit. Vnde et promiscue ludi Liberalia vocabantur, ob honorem Liberi patris. Ob hoc dispicienda est originis macula, ne bonum aestimes quod initium a malo accepit. (...)*". Edição de RETA, J. O. & CASQUERO, M. A. M. *San Isidoro de Sevilla: Etimologias*. 2. v. Madri: Biblioteca de Autores Cristianos, 2000.

<sup>42</sup> Isid. Hisp. Etym. XVIII, 27, 1: "*Circus Soli principaliter consecratus est a paganis, cuius aedis medio spatio et effigies de fastigio aedis emicat, quod non putaverint sub tecto consecrandum quem in aperto habent*".

<sup>43</sup> Chron. Caesarg. 85a: "*His consulibus, Caesarauguste circus expectatus est*". Edição de HARTMANN, C. C. *Corpus Christianorum. Series Latina*. CLXXIII A; Turnhout: Brepols, 2001.

<sup>44</sup> Quem analisa esse caso é SÁNCHEZ, J. A Jiménez. Un testimonio tardío de ludi theatralis en Hispania. *Gerión*, Salamanca, n. 21, v. 1, p. 371-377, 2003.

<sup>45</sup> Conc. II Brac: "*Canones ex orientalis antiquorum patrum synodis a venerabile Martino episcopo vel ab omni Bracarense synodo excerpti (...)*". c. 60. "*De eo quod non liceat sacerdotibus vel clericis spectaculis interesse: Non liceat sacerdotibus vel clericis aliqua spetacula in nuptiis vel in conviviis spectare, sed oportet antequam ingrediantur ipsa spetacula, sugere et recedere inde*".

certa continuidade do sentimento evergeta no âmbito da comunidade cristã. Antes de orações solenes, quando era lida a lista dos que levavam oferendas ao altar, os nomes eram aclamados como na época da munificência cívica. Assim, no Concílio de Mérida de 666 recomendava-se aos presbíteros que procurassem “*recitar ante o altar durante a missa os nomes daqueles que tenham construído basílicas ou tenham trazido ou trazem algo a estas santas igrejas*”<sup>46</sup>. Tal era, no princípio, um meio de estimular as doações da aristocracia local, acostumada aos mecanismos do evergetismo clássico.

Fundamentado em três temas que não tinham tanta relevância no mundo antigo - o pecado, a morte e a pobreza - o cristianismo paulatinamente transforma o ideal de caridade. Esses conceitos intrincados delimitam o horizonte da sociedade cristã tardo-antiga<sup>47</sup>. O tema dos pecados perpassa todos os momentos da sociedade cristã, influenciando decisivamente as relações sociais, as concepções de tempo, as práticas rituais, os saberes, enfim, toda uma visão de mundo<sup>48</sup>. No discurso cristão, o conceito de pecado se relaciona de maneira muito interessante ao de morte. Conforme Delumeau, “*o animal não antecipa sua morte. O homem, ao contrário, sabe - muito cedo - que morrerá. É pois o único no mundo a conhecer o medo num grau tão terrível e duradouro*”<sup>49</sup>. De fato, percebemos que há na sociedade cristã um medo relacionado com o pós-morte, com o Juízo Final. Não que se tema a morte em si, posto que se trata de um dado da natureza. O que se teme é a “morte da alma”, a danação eterna que estava reservada àqueles que possuíam uma vida desregrada e díspar da que pregava o cristianismo. Graças ao livre arbítrio, todo homem pode pecar, transformando-se num agente do Demônio. Desde um humilde campesino até poderosos reis e imperadores, todos estão sujeitos às tentações<sup>50</sup>. Daí a extrema importância que tem a temática dos pecados na vida cotidiana da cristandade ocidental.

---

<sup>46</sup> Conc. Emerit. c. 19: “*Proinde salubri deliberatione censemus, ut pro singulis quibusque ecclesiis, in quibus presbyter iussus fuerit per sui episcopi ordinationem praeesse, pro singulis diebus dominicis sacrificium Deo procuret offerre, et eorum nomina, a quibus eas ecclesias constat esse constructas vel qui aliquid his sanctis ecclesiis videntur aut visi sunt contulisse, si viventes in corpore sunt, ante altare recitentur tempora missae (...)*”. Conforme PÉREZ, C. Buenacasa. La instrumentalización económica del culto a las reliquias: Una importante fuente de ingresos para las iglesias tardoantiguas occidentales (ss. IV-VIII). In: MORENO, L. A. Garcia et al (eds.). *Santos, obispos y reliquias*. III Encuentro internacional “Hispania en la Antigüedad Tardía”. Alcalá de Henares 13-16 out. 1998 .p. 132. O traslado de relíquias de mártires, custeado pelo aparato estatal, também pode ser “*considerado como una nueva faceta del evergetismo municipal, con lo cual el poder se congraciaba con los habitantes católicos de la ciudad implicada en la traslación*”.

<sup>47</sup> BROWN, *Antiguidade...*, p. 266.

<sup>48</sup> CASAGRANDE, C. & VECCHIO, S. Pecado. In: LE GOFF, J. & SCHMITT, J. C. (orgs.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval - Vol. 2*. Bauru, São Paulo: Edusc/ Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 337.

<sup>49</sup> DELUMEAU, J. *História do medo no Ocidente (1300-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 19.

<sup>50</sup> Brown (*Antiguidade...*, p. 267), ao afirmar que às vezes a hierarquia do *saeculum* e a igualdade perante o pecado se chocam, nos relata que Ambrósio de Milão colocou o imperador Teodósio, senhor do mundo, despojado de manto e diadema no meio dos penitentes, no fundo da basílica, por haver ordenado o massacre da população de Tessalônica.



O caminho que tirava o homem do mundo dos pecados era o da Igreja. Isso porque “o caráter remissível dos erros e o monopólio que a Igreja exerce sobre o poder de perdoar os pecados e de prescrever punições situam o binômio erro-castigo no interior de um sistema de trocas entre o mundo terreno e o Além (preces, penitências, indulgências), constitui um dos elementos específicos da religião cristã”<sup>51</sup>. Daí se chega ao terceiro elemento que delimita o horizonte dessa sociedade - a pobreza. Isso porque a caridade aos pobres, que espelham a humildade de Cristo, é um excelente meio de se redimir dos pecados. Conforme Mollat, essa seria a função dos pobres neste mundo<sup>52</sup>. Posto que eram extremamente necessários à sociedade, a caridade não tem o objetivo de suprimir as desigualdades sociais, mas de reproduzi-las. É justamente de sua exclusão econômica que decorre sua inclusão social.

Eclesiásticos comentavam com grande entusiasmo os evangelhos que condenavam a avareza e incentivavam a caridade. Assim, Santo Agostinho, pregava que “assim como a água apaga o fogo, a oblação apaga o pecado”<sup>53</sup>. Em contrapartida, aquele que não praticasse a caridade recaía no pecado capital da avareza<sup>54</sup>, posto que o avaro não seria apenas o que usurpa um bem alheio, mas também o que guarda os seus bens avaramente<sup>55</sup>. Para Santo Agostinho, também os pobres poderiam ser avaros, se receberem ou desejarem obter algo de forma ilícita, como fornecendo um falso testemunho, por exemplo<sup>56</sup>. Esse pensamento deve ser entendido à luz da virtude da humildade, e do desapego não apenas dos bens materiais, como da vida terrena. Nesse sentido o discurso se dirige tanto aos pobres como aos ricos. Aos pobres confere uma esperança de um futuro melhor, aos ricos lembra da importância da caridade para atingir o reino dos céus. Desse modo, Agostinho sugere que os pobres seriam os carregadores de riqueza entre a cidade dos homens e a cidade de Deus<sup>57</sup>. Ao fazer uma doação a um pobre se transfere uma riqueza perecível nesta vida para uma riqueza eterna no paraíso celestial. Aos que não alimentavam os pobres, porém, o bispo de Hipona lembrava

---

<sup>51</sup> CASAGRANDE & VECCHIO, Pecado..., p. 347.

<sup>52</sup> MOLLAT, Pobres..., p. 46.

<sup>53</sup> August. Hip. Serm. 60, 10: “*Sicut aqua exstinguit ignem, sic eleemosyna exstinguit peccatum*”.

<sup>54</sup> O conceito de avareza já existia no mundo romano com um significado negativo. Por exemplo, em Mart. II, 56: “*Gentibus in Libycis uxor tua, Galle, male audit inmodicae foedo crimine avaritiae. Sed mera narrantur mendacia: non solet illa accipere omnino. Quid solet ergo? Dare*”. Sen. Epist. 87, 22: “*Bonum ex malo non fit; divitiae [autem fiunt] fiunt autem ex avaritia; divitiae ergo non sunt bonum (...)*”. Contudo, ganha muito mais importância com o cristianismo, como pecado, no âmbito da tríade pecado/ pobreza/ morte.

<sup>55</sup> August. Hip. Serm. 107, 4: “*Non solum avarus est qui rapit aliena; sed et ille avarus est qui cupide servat sua*”.

<sup>56</sup> August. Hip. Serm. 107, 9: “*Ecce dico et pauperi quid timere debeat. Vocat te dives et potens, ut pro illo dicas falsum testimonium. (...) Exigit ille: Dic pro me falsum testimonium, et tantum et tantum dono tibi (...) Non vis accipere quod do? Quod habes tollo. Ecce si hoc quisquam minetur, quid facies? (...)*”.

<sup>57</sup> August. Hip. 60, 8: “*Quid sunt pauperes quibus damus, nisi laturarii nostri, per quos in caelum de terra migramus? Da: laturario tuo das, ad caelum portat quod das*”.

que o destino predito pelo Senhor era “*ir ao fogo eterno que está preparado ao diabo e seus anjos!*”<sup>58</sup>.

Além da remissão dos pecados, os donativos possuíam outro importante suporte ideológico - a busca da intercessão divina ou do apoio de algum mártir ou homem-santo. Intercessão buscada por pessoas de todas condições econômicas, mas que era sem dúvida mais rentável quando era um rico que desejava obter a graça divina<sup>59</sup>. O *uir sanctus* Valério do Bierzo, por exemplo, recebe dois cavalos do nobre Basiliano e, quando estes são roubados, o mesmo *dominus* lhe presenteia com mais dois<sup>60</sup>. Também o rei Leovigildo, embora fosse ariano, ofereceu terras produtivas ao abade Nancto para que este intercedesse por ele junto a Deus<sup>61</sup>. Em ambos os casos, se tratam de pobres voluntários e eclesiásticos, e em ambos não houve mediação da Igreja no processo caritativo. Mas os homens-santos, tal como a Igreja, também atuavam na redistribuição daquilo que lhes era ofertado, o que contribuía para aumentar seu prestígio frente às populações mais humildes. Isso explica seus constantes atritos com o episcopado, uma vez que eram concorrentes diretos pelo recebimento e redistribuição das ofertas dos fiéis. Também o culto aos mártires era responsável por um substancial ingresso de ofertas às igrejas ou mosteiros que detivessem relíquias<sup>62</sup>. Peregrinos e moradores das cercanias ofereciam donativos ao local onde jazia o mártir por graças conquistadas ou desejadas, tais como cura de doenças, vitórias militares, chuvas em períodos de estiagem. Deve-se lembrar que, em muitas localidades, o bispo se colocava como intercessor entre os devotos e o mártir, de modo que a oferenda passava por sua intermediação.

Os cultos aos mártires, as remissões de pecado, a intercessão de santos face aos problemas da vida cotidiana constituíram, a partir da Antiguidade Tardia, um elaborado circuito caritativo que unia Deus, pobres e ricos. A peça fundamental para que esse sistema funcionasse era o aparato eclesiástico, posto que a redistribuição de parte dos donativos dos ricos aos pobres passava, via de regra, pelo intermédio da Igreja. No período baixo-imperial, o dinheiro arrecadado pela

---

<sup>58</sup> August. Hip. 60, 9: “*Ite in ignem aeternum, qui praeparatus est diabolo et angelis eius. (...) Quia esurivi, et non dedistis mihi manducare*”.

<sup>59</sup> MARTINEZ, P. C. Díaz. *Formas económicas y sociales en el monacato visigodo*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1987, p. 46.

<sup>60</sup> FRIGHETTO, R. Um protótipo de pseudosacerdos na obra de Valério do Bierzo: o caso de Justus. *Arys*, Madrid, n. 2, p. 38-51, 2000. afirma que o notável local Ricimer elegera Valério, contra a vontade deste, presbítero do oratório dos Santos do Ebronato, pois sua fama de *uir sanctus* na região seria um atrativo para que as populações campesinas ofertassem dádivas ao oratório, do qual Ricimer ficaria com uma parte. Nesse sentido, afirma DÍAZ, M. C. Díaz y [El emeritismo en la España Visigótica. *Revista Portuguesa de História*, Lisboa, n. 6, p. 217-237, 1955, p. 231] que “*Contra lo que ocurría en un cenobio, el eremita puede recibir obsequios que pasan a ser de su propiedad*”.

<sup>61</sup> VSPE. III: “*Qui quamlibet esset Arrianus, tamen ut se eius precibus Domino commendaret, eidem uiro auctoritate conscripta de quodam precipuo loco fisci direxit, ut alimenta aut indumenta exinde cum suis fratribus haberet*”. Edição de MAYA, A. Sanchez (ed.). *Corpus Christianorum. Series Latina. CXVI Vitas Sanctorum Patrum Emeretensium*. Turnholti: Brepols, 1992.

<sup>62</sup> Sobre esse tema vide PÉREZ, La instrumentalización...

Igreja era dividido em quatro partes iguais: para o salário do bispo, para o salário do clero, para a manutenção dos edifícios eclesiásticos e para a assistência social<sup>63</sup>. Apesar de metade das doações destinar-se diretamente à bolsa e ao patrimônio episcopal, era reservada uma parte para as obras de beneficência.

Porém, conforme ensina Lot, a partir da sexta centúria “os cristãos reconciliam-se com a vida terrena e passam a prezar, e a prezar muito, os bens deste mundo”<sup>64</sup>. De fato, tanto no caso do Reino Hispano-Visigodo como no caso do Reino Suevo, os bens eclesiásticos deveriam ser divididos em três partes, e não se reservava nenhuma quantia para o assistencialismo<sup>65</sup>. Assim, em muitas ocasiões, o discurso contra a avareza serviu à avareza episcopal, e a caridade serviu para enriquecer não apenas o patrimônio da Igreja, como também o patrimônio particular dos membros da Igreja. Nesse sentido é sintomática a constante censura nas atas dos concílios eclesiásticos do desvio de bens e donativos das igrejas por parte de clérigos. No Concílio IV de Toledo, por exemplo, há a seguinte condenação: “A avareza é raiz de todos os males, e a ânsia da mesma se apodera também dos corações dos bispos. Muitos fiéis por amor de Cristo e dos mártires constroem basílicas nas paróquias dos bispos, e as enriquecem com doações, mas os bispos arrebatam esses bens e os utilizam para seu próprio proveito”<sup>66</sup>. Um dos cânones do Concílio II de Braga, no Reino Suevo, leva o sugestivo título “Que não seja consagrado o oratório construído por alguém em sua terra com fins lucrativos”<sup>67</sup>. No Concílio X de Toledo há outro caso significativo. Pouco antes de morrer, o bispo Rícimer de Dumio havia doado todos os bens da Igreja. Posto que “os pobres não tinham nenhuma necessidade iminente”, o que justificaria a atitude do bispo, tornou-se nulo o testamento, a doação e as manumissões feitas por Rícimer<sup>68</sup>. Do mesmo modo, o Concílio III de Toledo assegura que os bispos estão autorizados a socorrer as necessidades de peregrinos, clérigos e pobres “quando possível e respeitando os direitos da igreja”<sup>69</sup>.

---

<sup>63</sup> BAJO, El sistema..., p. 194.

<sup>64</sup> LOT, F. O Fim do mundo antigo e o princípio da Idade Média. Lisboa: Edições 70, 1980, p. 54.

<sup>65</sup> Conc. I Brac. c. 7: “Item placuit, ut ex rebus ecclesiasticis tres aeque fient porciones, id est una episcopi, alia clericorum, tertia in recuperationem vel in luminaria ecclesiae (...)”. Conc. Emerit. c. 14. “(...) ut quicquid pecuniae a fidelibus in ecclesia fuerit oblatum fideliter collectum maneat et conservatum et fideliter episcopo praeferatur, qualiter exin[de] tres partes fiant aequales: unam episcopus habeat; et alteram presbyteres et diacones inibi deservientes consequantur et inter se, ut dignitas et ordo poposcerit, dividant; tertia vero subdiaconos et clericis tribuatur (...)”.

<sup>66</sup> Conc. IV Tol. c. XXXIII: “Avaritia radix cunctorum malorum cuius sitis etiam sacerdotum mentes obtinet; multi enim fidelium in amore Christi et martyrum in parrochis episcoporum basilicas construunt, oblationes conscribunt, sacerdotes haec auferunt atque in usus suos convertunt (...)”.

<sup>67</sup> Conc. II Brac. c. 6: “Ut qui oratorium pro quaestu suo in terra suo facerit non consecratur”.

<sup>68</sup> Conc. X Tol.: “Item aliud decretum eorundem praefatorum pontificum editum: “(...)qui nullum imminens causa pauperum necessitatis existeret, quae in hoc sancta lex (tam examussim) erogare deprehensum est (...)”.

<sup>69</sup> Conc. III Tol. c. 3: “(...) peregrinorum vero vel clericorum et egenorum necessitati salvo iure ecclesiae praestare permittuntur pro tempore quo potuerint”.

A caridade era desenvolvida muito mais pelos bispos, pessoalmente, do que de uma forma institucionalizada pela Igreja. As doações que o aparato eclesiástico angariava eram, em parte, redistribuídas como se fossem obra de um determinado bispo, intermediário entre ricos e pobres, entre doadores e entidades divinas. Um dos melhores exemplos de que dispomos de caridade episcopal é o que se desenvolveu na cidade de Mérida, mais rica sede episcopal da Península Ibérica em finais da sexta centúria. O empréstimo de dinheiro, a assistência à enfermos, a doação de comida e a construção de um *xenodochium* foram algumas formas que os bispos da cidade encontraram para exercer a caridade. Ao fazer isso, monumentalizavam seu poder, de modo que o bispo Massona era visto como se fosse um rei pela população local, segundo seu anônimo biógrafo<sup>70</sup>. Desse modo, “ninguém, nem mesmo um pobre era visto fatigado pela necessidade ou desejava algo mais, de modo que os pobres, assim como os ricos, tinham abundância de todas as coisas boas, e todo o povo na terra parecia regozijar no céu, graças aos méritos de tão grande pontífice”<sup>71</sup>. A caridade episcopal, ao amenizar a miséria dos pobres e propiciar um meio para que os ricos redimam seus pecados, e ao intermediar a busca de qualquer um por uma intercessão divina, reforçava a *auctoritas* dos bispos com todos os grupos sociais.

A caridade cristã na Antiguidade Tardia se assenta, portanto, em dois pilares, a busca da intercessão divina e a reprodução da ordem social. As doações que os ricos faziam aos pobres, aos homens-santos, e aos mártires, eram um meio de se absolver os pecados ou buscar uma intercessão ao mesmo tempo em que atenuavam as tensões sociais provenientes do problema de uma indigência generalizada<sup>72</sup>. Não podemos, contudo, preterir aqueles muitos que praticavam a caridade, também, por um verdadeiro amor ao próximo. Pessoas geralmente de condições não tão privilegiadas, e que possuíam alguma identificação com os mais necessitados, formando laços de solidariedade. Não obstante, o real objetivo da beneficência cristã não era suprimir as desigualdades sociais, mas torná-las suportáveis através da caridade, mantendo a estabilidade da ordem social, na qual reside a paz<sup>73</sup>. Era, portanto, a exclusão econômica dos pobres que os incluía na sociedade. Sua função era servir de objeto para que os ricos praticassem a caridade, geralmente, por intermédio da Igreja. Desse modo o poder político e econômico episcopal tendeu a se fortalecer cada vez mais.

---

<sup>70</sup> VSPE. V, 3: “*Ita nimirum temporibus eius ditati sunt, ut in diem sacratissimum Pasche, quum ad ecclesiam procederet, plurimi pueri clamides olisericas induentes quoram eo quase quoram rege incederent (...)*”.

<sup>71</sup> VSPE V, 2, 16: “*(...) ut nullus umquam, quamuis inops, aliquid dehabere uideretur aut qualibet necessitate fatigaretur, sed quemammodum opulenti ita et inopes omnibus bonis habundarent et quodam modo instar celestis gaudii uniuersus populus in terris tanti pontificis meritum congauderet*”.

<sup>72</sup> DUBY, G. *Guerriers et paysans*. Paris: Gallimard, 1973, p. 64. “*C’est par le biais des munificences des seigneurs que cette société réalisait la justice et faisait se résorber, dans une commune pauvreté, la totale indigence*”.

<sup>73</sup> MOLLAT, *Pobres...*, p. 47.

## **Considerações Finais**

A figura do pobre foi, tanto no mundo romano como na Antiguidade Tardia, vista como um dado natural. O discurso cristão passou longe da promoção da igualdade social. Ao contrário, valorizou a condição do pobre, atribuindo-lhe uma série de virtudes, em especial a da humildade. Sua mensagem escatológica lhe prometia a Cidade de Deus como recompensa. Todo esse arcabouço ideológico mitigou a humilhação moral que o pobre sofria no mundo romano, ao mesmo tempo em que o tornou essencial na sociedade cristã. Para tanto, foi fundamental a elaboração de um novo ideal de pobre, mais amplo, baseado muito mais na virtude da humildade do que na situação econômica do indivíduo.

Esse processo findou por impor um novo modelo caritativo, em substituição ao evergetismo clássico, que se mostrava política e economicamente pouco viável no conturbado contexto da Antiguidade Tardia. A caridade cristã era muito mais eficaz beneficiando, a um só tempo, os pobres, os nobres e, principalmente, os bispos. Os pobres, porque eram o objeto da caridade, os destinatários finais das doações. Os nobres, porque ao realizar uma caridade, estavam agindo *pro remedio animae*, redimindo pecados e alcançando as graças divinas. E o episcopado, porque era a principal hierarquia da Igreja e quem detinha os melhores meios de recepção, controle e redistribuição da caridade.

Portanto, a caridade cristã tornava a pobreza suportável, não apenas sob o prisma econômico, como também da perspectiva da moral, minimizando as tensões sociais. Tornou-se, um meio ideológico de controle socioeconômico que a Igreja avocou para si, e pelo qual seu patrimônio aumentava continuamente, e seus membros ganhavam cada vez mais poder. Um dos mais significativos exemplos da contradição entre o discurso cristão e a política levada a cabo pelo episcopado se encontra no décimo-terceiro cânone do Concílio de Mácon, que condenava a prática de alguns bispos soltarem cachorros ferozes nas pessoas que buscavam seu auxílio, “*pois o bispo deveria resguardar os hinos aos latidos, e as boas obras às mordidas venenosas*”<sup>74</sup>. Esses indícios sugerem que o pobre, na transição da Antiguidade ao Medievo, teve um papel fundamental em ambos os modelos caritativos. Não como sujeito, mas como lucrativo objeto da caridade.

## **Bibliografia**

ALFÖLDY, G. *História Social de Roma*. Lisboa: Presença, 1989.

BAILEY, D. R. Shackleton (ed.). *Martial: Epigrams*. 3 v. London: Harvard University Press, 1993.

BAJO, F. El sistema asistencial eclesiástico durante el siglo IV. *Studia Historica: Historia Antigua*, Salamanca, v. IV-V, n. 1, p. 189-194, 1986/ 1987.

BÍBLIA. Mateus. Latim. *Biblia sacra vulgatae editionis Sixti V Pontificis Maximi jussu recognita et Clementis VIII auctoritate edita*. HETZENAUER, P. M. (ed.). Paris: Garnier, 1922.

---

<sup>74</sup> Conc. Matic. c. 13: “(...) *Volumus igitur, quod episcopalis domus, quae ad hoc Deo fauente instituta est, ut sine personarum acceptione omnes in hospitalitate recipiat, canes non habeat, ne forte hii, qui in ea miserarium suarum leuamen habere confidunt, dum infestorum canum morsibus laniantur, detrimentum uersa uice suorum susteneant corporum. Custodienda est igitur episcopalis habitatio hymnis, non latratibus, operibus bonis, non morsibus uenenosis*”. Edição de CLERQ, C. de. *Corpus Christianorum*. Series Latina. CXLVIII A. Concilia Galliae. Turnholti: Brepols, 1963.

- BROWN, P. Antiguidade tardia. In: VEYNE, P. (org.). *História da Vida Privada - vol. 1: Do Império Romano ao ano mil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- CAPDEVILA, P. Maymo i. El obispo como autoridad ciudadana y las irrupciones germánicas en el Occidente latino durante el siglo V. *Studia Ephemeridis Augustinianum*, Roma, n. 58, p. 551-558, 1997.
- CASAGRANDE, C. & VECCHIO, S. Pecado. In: LE GOFF, J. & SCHMITT, J. C. (orgs.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval - Vol. 2*. Bauru, São Paulo: Edusc/ Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- CLERQ, C. de. *Corpus Christianorum*. Series Latina. CXLVIII A. Concilia Galliae. Turnholti: Brepols, 1963.
- COATES, S. Venantius Fortunatus and the image of episcopal authority. *The English Historical Review*, Oxford, v. CXV, n. 464, p. 1109-1137, 2000.
- DELUMEAU, J. *História do medo no Ocidente (1300-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DÍAZ, M. C. Díaz y. El emeritismo en la España Visigótica. *Revista Portuguesa de História*, Lisboa, n. 6, p. 217-237, 1955.
- DUBY, G. *Guerriers et paysans*. Paris: Gallimard, 1973.
- DURRY, M. (trad.). *Plinius Minor: Lettres*. Tome IV: livre X. & Panegyrique de Trajan. Paris, 1964.
- ERNOUT, A. (trad.). *Pétrone: Le Satiricon*. Paris: Les Belles Lettres, 1993.
- FRIGHETTO, R. Um protótipo de pseudosacerdos na obra de Valério do Bierzo: o caso de Justus. *Arys*, Madrid, n. 2, p. 38-51, 2000.
- FUEYO, A. D. (trad.). *Obras de San Agustín*. VII. Sermones. 3. ed. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1964.
- GARRAFFONI, R. S. *Bandidos e salteadores na Roma Antiga*. São Paulo: Annablume, 2002.
- HARTMANN, C. C. *Corpus Christianorum*. Series Latina. CLXXIII A; Turnhout: Brepols, 2001.
- LOT, F. *O Fim do mundo antigo e o princípio da Idade Média*. Lisboa: Edições 70, 1980.
- MARTINEZ, P. C. Díaz. *Formas económicas y sociales en el monacato visigodo*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1987.
- \_\_\_\_\_. Marginalidad económica, caridad y conflictividad social en la Hispania Visigoda. In: LOMAZ, F. J.; DEVIS, F. J. (eds.). *De Constantino a Carlomagno: Disidentes Heterodoxos Marginados*. Cadiz: Universidad de Cadiz, 1993.
- MAYA, A. Sanchez (ed.). *Corpus Christianorum*. Series Latina. CXVI Vitas Sanctorum Patrum Emeretensium. Turnholti: Brepols, 1992.
- MOLLAT, M. *Pobres, humildes y miserables en la Edad Media*. México D. F.: Fondo de Cultura Económica, 1988.
- ORLANDIS, J. *Historia breve del Cristianismo*. 3. ed. Madrid: Rialp, 1989.
- PEREIRA, M. H. Rocha. *Estudos de História da Cultura Clássica - vol. 2: Cultura Romana*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.
- PÉREZ, C. Buenacasa. La instrumentalización económica del culto a las reliquias: Una importante fuente de ingresos para las iglesias tardoantiguas occidentales (ss. IV-VIII). In: MORENO, L. A. Garcia et al (eds.). *Santos, obispos y reliquias*. III Encuentro internacional "Hispania en la Antigüedad Tardía". Alcalá de Henares 13-16 out. 1998.
- RETA, J. O. & CASQUERO, M. A. M. *San Isidoro de Sevilla: Etimologías*. 2. v. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2000.
- REYNOLDS, L. D. (ed.). *Seneca: Ad Lucilium epistulae morales*. 2 v. Oxford: Clarendon, 1965.
- RODRÍGUEZ, J. Remesal. Evergetismo en la Bética, nuevo documento de un municipio ignoto. (=Oducia?). *Gerión*, Madrid, n. 15, p. 283-297, 1997.
- SÁNCHEZ, J. A Jiménez. Un testimonio tardío de ludi theatralis en Hispania. *Gerión*, Salamanca, n. 21, v. 1, p. 371-377, 2003.
- SILVA, L. R. Algumas considerações acerca do poder episcopal nos centros urbanos hispânicos -

século V ao VII. *História: Questões e Debates*, Curitiba, n. 37, p. 67-84, jul./ dez. 2002.

STYLOW, A. U. & PASCUAL, H. G. Remissis cenis publicis: las reglas del juego del evergetismo. A propósito de CIL II 1046 con un apéndice sobre CIL VIII 11058F. *Faventia*, Barcelona, v. 23, n. 2, p. 97-109, 2001.

VEYNE, P. *Le pain et le cirque: sociologie historique d'un pluralisme politique*. Paris: Edition du Seuil, 1976.

VEYNE, P. O Império Romano. VEYNE, P. (org.). *História da Vida Privada - vol. 1: Do Império Romano ao ano mil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

VIVES, J. *Concilios Visigóticos e Hispano Romanos*. Madrid: Instituto Enrique Flórez, 1963.

WHITTAKER, C. R. O Pobre. In: GIARDINA, A. *O Homem Romano*. Lisboa: Presença, 1992.

### RESUMO

#### DA ANTIGÜIDADE AO MEDIEVO: O CRISTIANISMO E A ELABORAÇÃO DE UM NOVO MODELO CARITATIVO

A elaboração de um novo modelo caritativo é apontada por vários especialistas como um dos mais significativos marcos da transição da Antigüidade ao Medievo. O evergetismo clássico mostrava-se pouco viável no conturbado período das migrações germânicas, sendo paulatinamente substituído pela caridade cristã. Este modelo caritativo, instigado pela busca da intercessão divina e da remissão dos pecados, colocava a Igreja como intermediária entre a recepção e a redistribuição dos donativos. Nesse sentido, percebe-se que a caridade cristã foi um importante veículo de legitimação do poder político e econômico da Igreja, e em especial, do episcopado.

**Palavras-Chave:** Pobreza; Caridade; Episcopado.

### ABSTRACT

#### FROM ANTIQUITY TO THE MIDDLE AGES: THE CHRISTIANITY AND THE ELABORATION OF A NEW CHARITY MODEL

The elaboration of a new charity model is pointed out by several specialists in the field as one of the most expressive marks of the transition from Antiquity to the Middle Ages. The classical evergetism didn't seem much feasible during the unrested period of the Germanic migrations, and it was replaced by the christian charity. This new charity model, instigated by the search of divine intercessions and by the redemption of sins, placed the Catholic Church as an intermediary between the reception and the redistribution of the donations. In this way, it is clearly seen that christian charity was an important legitimation vehicle of the political and economical power of the Church, and particularly, of the bishopric.

**Keywords:** Poverty; Charity; Bishopric.

## **TEMPO E INSTITUIÇÕES, LÓGICAS NÃO-OCIDENTAIS EM ALGUNS MARACATUS-NAÇÃO: DA ÁFRICA AO BRASIL, A HOMOGENEIZAÇÃO DAS DIVERSIDADES<sup>1</sup>**

*Ivaldo Marciano de França Lima*<sup>2</sup>

É possível entender o Brasil sem que sejam considerados os costumes e as heranças originadas a partir de muitas das práticas africanas que aqui foram deixadas pelos escravos e por seus descendentes? Ao mesmo tempo, quantas dessas práticas são “autenticamente” africanas? Sabemos que no processo da diáspora africana para as Américas, as práticas e os costumes culturais sofreram diferentes formas de resignificação, de modo que não podemos afirmar a permanência de uma inalterada e, portanto, pura, cultura africana no Brasil<sup>3</sup>. O presente artigo tem por objetivo discutir algumas dessas inquietações que permeiam as discussões na atualidade, e que se encontram diretamente relacionadas com o entendimento de práticas e costumes afro-descendentes, bem como sobre o lugar da África nessa cultura. Idéias acerca da concepção de tempo, continuidade das instituições (no caso, a de alguns maracatus-nação da cidade do Recife), e a visão existente da África para a maior parte dos brasileiros, construída ao longo dos anos, constituem algumas das muitas interrogações que pretendemos lançar nesse trabalho. Diante da complexidade dos problemas levantados, não espere o leitor encontrar respostas precisas, pois tão somente pretendemos ensaiar algumas considerações sobre essas questões na história dos maracatus-nação e na relação que estabeleceram com os xangôs.

Antes de tudo, entendemos que as resignificações das práticas não podem ser entendidas sem que seja pensada a condição dos muitos homens e mulheres que para o Brasil vieram como cativos. A adaptação de suas crenças, línguas, de seus usos e costumes à nova terra que doravante iriam habitar, deve ser entendida como tentativa de manter a inteligibilidade de um mundo “novo”, estranho e ao mesmo tempo complexo, em que muitas de suas tradições foram refeitas, deixando umas de existir e outras sendo resignificadas ou agregadas a outros modos e costumes. As práticas a que chamamos de resignificadas, também podem ser definidas como as heranças deixadas pelos escravos africanos e que compõem o acervo cultural brasileiro. Estas heranças são compostas das contribuições de homens e mulheres de diferentes culturas africanas, somadas a outras tantas que já existiam na América, sejam trazidas pelos europeus, sejam as dos grupos indígenas. Estas observações não têm o propósito de repor a tríade constituinte do

---

<sup>1</sup> Este artigo foi apresentado sob a forma de comunicação no XXII Simpósio Nacional de História, realizado em 2003, na cidade de João Pessoa.

<sup>2</sup> Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Bolsista CNPq.

<sup>3</sup> MINTZ, Sidney W. & PRICE, R. *O nascimento da cultura afro-americana: uma perspectiva antropológica*. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.



mito da democracia racial de brancos, negros e índios. Assim, entendemos que as heranças são fruto de muitas ressignificações produzidas por diferentes indivíduos que redefiniram as suas tradições, e que se antes possuíam um sentido e utilidade, ao longo do tempo passam a ter outras.

Podemos exemplificar essas questões a partir do uso dos grandiosos guarda-sóis que na África eram usados para marcar ou simbolizar os indivíduos que gozavam do status da realeza e do poder. Esses guarda-sóis são utilizados em Pernambuco, por exemplo, pelos reis e rainhas dos maracatus-nação como forma de demonstrar simbolicamente, um poder que os mesmos exercem em suas comunidades, mesmo sendo este poder de uma natureza diferente da que existia na África<sup>4</sup>.

Essas heranças, que tiveram a contribuição significativa dos muitos africanos, que para cá vieram sob o jugo da escravidão, foram modificadas ao longo do tempo por razões diversas. Podemos dizer que muitas dessas práticas foram incorporadas às outras tradições (das quais citamos as indígenas), dando origem a novos costumes culturais ou religiosos (ou ambos) e podem ser facilmente identificados como elementos oriundos de uma matriz africana, mas que em nenhum momento deverão ser vistos como desassociados da vida cotidiana em que negros africanos (ou os filhos destes), em contato com os índios e brasileiros em geral, trocaram informações diversas, teceram redes de contato de natureza variadas ou até mesmo estabeleceram uniões de solidariedade para as mais diferentes ocasiões da vida. Assim, estamos afirmando que os escravos africanos trouxeram consigo as suas vivências, práticas, costumes e conceitos próprios de suas sociedades, e que estes foram absorvidos e reelaborados por eles próprios, por outros indivíduos não-escravos que viviam na mesma época ou, pelos descendentes dos africanos que no cotidiano foram dando origem a novos costumes, idéias e práticas. Deixamos o exemplo das religiões denominadas afro-descendentes, notadamente a Umbanda, apontada por Magnani como uma releitura de várias matrizes, nas quais encontramos o elemento africano<sup>5</sup>, e a Jurema Sagrada, apontada por Brandão como uma religião em que estão presentes elementos indígenas e africanas, associadas às práticas caboclas e mestiças<sup>6</sup>.

### ***África: uma velha (des) conhecida***

Conforme afirmamos anteriormente, acreditamos não ser possível entender o Brasil sem que se compreenda o berço de muitos dos seus antepassados: os escravos africanos. É necessário desmistificar a idéia de que a África possui uma homogeneidade, no entanto, tal tarefa requer muito mais do que os limites impostos por este artigo permitem discutir. Ainda assim, pensamos poder contribuir para o debate discutindo algumas questões a seguir.

---

<sup>4</sup> Sobre os usos do guarda-chuva como signo de distinção, veja-se a discussão feita por SILVA, Eduardo. *Dom Oba II D'África, o príncipe do povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 171-180.

<sup>5</sup> MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Umbanda*. São Paulo: Ática, 1986, p. 21-38.

<sup>6</sup> BRANDÃO, Maria do Carmo Tinoco & NASCIMENTO, Luis Felipe Rios do. O Catimbó: Jurema. *Clio - série arqueológica*, Recife, v. 1, n. 13, 1998, p. 71-94.

Apresentamos aqui um pouco da grande diversidade desse continente nos mais diferentes campos, mostrando algumas das muitas diferenças que existem nos aspectos lingüísticos, religiosos, culturais ou físico-raciais. Poderemos perceber um pouco dessa imensa heterogeneidade que, apesar de estar fortemente presente em nosso país (mesmo sabendo que poucos grupos do continente africano vieram para o Brasil), continua sendo pouco estudada, e cercada de preconceitos. Estes últimos prejudicam ou tornam obscuro o acesso ao conhecimento da África para a maioria das pessoas.

A África pode ser caracterizada como o berço de várias culturas humanas e praticamente inexitem elementos que possam ser afirmados como dotados de uma universalidade africana. Não há nada que possa ser chamado de genuíno ou tipicamente africano devido à imensa diversidade existente, tendo sido percebida pelos colonizadores europeus desde a sua chegada ao continente africano<sup>7</sup>.

Antes de tudo, entender os muitos aspectos da religiosidade e da música afro-descendente em nosso país requer o estudo do processo da vinda para o Brasil dos diversos grupos humanos da África, bem como o conhecimento dos costumes, línguas e práticas culturais do período. Isto permite que sejam apontadas perspectivas para a reconstrução do quadro histórico em que se deram as muitas reelaborações que sofreram (e sofrem) o legado afro-descendente em nosso país. Entender as visões religiosas dos que para cá vieram sob a condição de escravos, assim como suas línguas, costumes, culturas, lógicas de entendimento da vida e da sociedade, constitui importante etapa a ser cumprida pelos historiadores, como parte da gigantesca tarefa de repensar a história sob este novo viés, uma vez que ainda perdura uma visão pautada no preconceito e no etnocentrismo.

No geral, a idéia que comumente muitos dos brasileiros têm sobre a África é a de um lugar repleto de negros, exímios dançarinos e percussionistas, que falam e se entendem numa boa e que são parte integrante de uma grande família de “africanos”. Além disso, perdura uma imagem de que a África é um lugar miserável repleto de inúmeros problemas de todas as ordens. Tal impressão pode ser identificada na fala do presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva, que em visita à Windhoek, capital da Namíbia, afirmou que aquele local era tão organizado que nem sequer parecia ser na África.

Todos os africanos são a “mesma coisa”, e por isso ficamos estarecidos ao ver através dos meios de comunicação a existência de inúmeros conflitos de natureza étnica ou política (ou as duas juntas) em que inúmeros “africanos” são mortos. A perplexidade também não é menor quando descobrimos que no continente africano são falados milhares de idiomas e que inexiste uma unidade cultural, em termos de costumes e usos, que consiga abranger todo o continente, bem como não há um único sistema político e, portanto, uma única maneira de compreendê-la<sup>8</sup>. Em geral, desconhecemos a África e os seus habitantes, sendo que para muitos (talvez

---

<sup>7</sup> EDIÇÕES DEL PRADO. *Grandes impérios e civilizações - África: o despertar de um continente* - Vol. 1. Madrid: Edições Del Prado, 1997, p. 28.

<sup>8</sup> EDIÇÕES DEL PRADO, *Grandes impérios...*, p. 48-53.

a maior parte de nossa sociedade) o interesse em conhecê-la, quando ocorre, é sob a forma do exótico e do singular.

### ***A diversidade africana: muitas línguas, povos, religiões e culturas***

Sobre o continente africano, apesar de tudo, há uma imensa quantidade de estudos sobre os mais diferentes aspectos e não pretendemos esgotar tais assuntos. Intentamos apenas mostrar um pouco do imenso caldeirão de diversidade que é a África.

A respeito da diversidade lingüística, existem na África diversas línguas e dialetos, sendo os mesmos divididos em seis grandes grupos: o Níger-kordofaniano, que é subdividido em dois troncos (o Níger-congo e o Kordofaniano) e estes por sua vez são dotados de subdivisões internas que agrupam diversos ramos lingüísticos (o Níger-congo possui os seguintes ramos: Atlântico Oeste, Mande, Voltaico, Kwa, Benue-congo, e Adamawa-Oriental, enquanto o Kordofaniano possui o Koalib, Tegali, Talodi, Tumtum e Katla); o nilo-saariano, que possui aproximadamente nove ramos lingüísticos diferentes (Songai, Saariana, Maban, Fur, Sudanesa Oriental, Sudanesa Central, Berta, Kunama e Koman); a Afro-asiática, que possui seis subdivisões (Semítica, Egípcia, Berbere, Cusítica, Cádica e Omótica) e uma destas, a Cusítica, é dotada de aproximadamente quatro ramos diferentes (Bedja, Agaw, Cusítica E. e Cusítica S.), a Khoisan que possui três subdivisões (Khoisan da África do Sul - que é também dotada de três ramos distintos: N. Khoisan, C. Khoisan e S. Khoisan -, Sandawe e Hata); o indo-europeu, que foi introduzido no continente pelos colonizadores europeus, e o malaio-polinésio, língua que foi trazida pelos colonizadores do sul da Ásia para Madagascar<sup>9</sup>.

Além dessa imensa variedade lingüística, o continente africano também é dotado de uma grande diversidade religiosa, tanto no que diz respeito à existência das religiões, quanto às suas práticas e concepções. O pouco que conhecemos da África, nesse aspecto, muitas vezes se restringe à religião dos orixás e é muito comum acharmos que “na África todos são grandes feiticeiros” ou que “todos são pagãos”, sem falar nas muitas visões estereotipadas de se afirmar a inexistência da fé em um deus, “que todos os africanos são politeístas” ou coisa parecida.

Podemos dizer que do ponto de vista filosófico existem diferentes concepções religiosas na África. A idéia da ancestralidade e da relação direta com o antepassado é uma prática bastante difundida entre muitos povos, (sobretudo os do tronco Níger-congo) enquanto entre os iorubas da Nigéria ocorre uma espécie de politeísmo que está baseado na elevação de algum antepassado à condição de divindade. Os nuer e os masais (povos nilóticos do leste do Sudão) acreditam em uma divindade relacionada com o céu e a chuva, não conferindo aos antepassados um papel em especial.

Entre alguns dos povos khoisan existe a idéia de que a vida e as suas vicissitudes são reflexos de um dualismo existente no reino sobrenatural, sendo que o mesmo

---

<sup>9</sup> OLIVER, Roland. *A experiência africana da pré-história aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994, p. 52-64. EDIÇÕES DEL PRADO, *Grandes impérios...*, p. 24-30.

pode ser entre um deus bom e um mal ou entre um deus bom contra vários espíritos malignos.

Além das inúmeras concepções religiosas já citadas, há a presença de várias igrejas cristãs (algumas desde a idade média, como a etíope) e do islamismo, sendo este último muito forte na região norte do continente.

Tanto no que diz respeito aos sistemas políticos, como na organização das sociedades há uma pluralidade em diversos níveis. No que tange às estruturas sociais existentes na África antes da chegada dos colonizadores europeus, podemos afirmar que estes encontraram diferentes sociedades organizadas sob muitas formas, bem como grandes reinos com administrações centralizadas e dotadas de intensas relações comerciais<sup>10</sup>. Ainda hoje coexistem na África sistemas políticos distintos, regimes patrilineares, matrilineares e sociedades com ou sem divisão de classes.

No tocante aos instrumentos musicais, bem como a forma de se executar as músicas, também não é possível estabelecer uma homogeneidade para os diferentes povos africanos. A música polirrítmica e a dança acompanhada de tambores constituem características dos povos pertencentes ao tronco cultural denominado de Níger-congo, apesar de que freqüentemente as mesmas são confundidas como algo genuinamente africano e a impressão que fica para nós, em termos gerais, é a de que na África prevalecem os instrumentos percussivos<sup>11</sup>. Porém, há regiões da África em que outros estilos musicais são predominantes, como músicas feitas por cordas ou apenas com as vozes e o bater de palmas. A África possui na região norte uma forte presença dos instrumentos de cordas, fruto das culturas islamizadas e de outras tradições já existentes. Também encontramos a presença das cordas na África Central, em países como Burundi, Ruanda e talvez em outras partes do continente devido às constantes trocas culturais existentes entre os povos. A presença das cordas, dos instrumentos de percussão e dos sopros pode nos indicar um pouco do quanto é representativa a diversidade musical do continente. Entretanto, podemos apontar que também existem grupos étnicos de povos caçador-coletores que fazem suas músicas com vozes e palmas sem dispor de instrumentos de nenhuma espécie que não sejam os sons proferidos a partir de seus corpos<sup>12</sup>.

A diversidade do continente africano não se restringe às concepções filosóficas, religiosas, instrumentos musicais, línguas e costumes, pois também é possível afirmar a existência de uma grande variedade dos traços físicos e da própria multiplicidade de grupos étnicos<sup>13</sup>. No tocante aos aspectos físicos, não há um padrão ou modelo que possa ser adotado para os africanos, pois existem tipos

---

<sup>10</sup> OLIVER, *A experiência africana...*, p. 166-180.

<sup>11</sup> EDIÇÕES DEL PRADO, *Grandes impérios...*, p. 94-95.

<sup>12</sup> Indicamos aqui quatro CD's que podem proporcionar um pouco desse imenso panorama que é o continente africano: *Afrique Centrale, Chants Kongo*, Musique du monde, Buda Musique, Paris, 85512-2, 1991; *Musiques du Burundi*, Musiques Traditionnelles, Fonti Musicali, Musée Royal de l'Afrique Centrale, Bujumbura, fmd 213, 1997; *Maroc: Taktoka Jabalia*, Musique du monde, Buda Musique, Paris, 92723-2, 1998; *Congo Cérémonie du Bobé*, Radio France, Collection dirigée par Pierre Toureille, Paris, C560010, 1991.

<sup>13</sup> EDIÇÕES DEL PRADO, *Grandes impérios...*, p. 30.

físicos de grande estatura como os dincas, que vivem no Sudão meridional e são considerados os homens mais altos do mundo, e de pequena estatura como os pigmeus do Zaire<sup>14</sup>. Há indivíduos de pele mais clara que habitam diversas regiões tanto ao norte, como ao sul e outros de pele mais escura que também estão espalhados pelo continente.

Em suma, a diversidade pode ser apontada como uma das muitas formas de se referir à África e, com certeza, torna-se uma tarefa difícil o entendimento deste continente sem uma dedicação mínima e rigor necessário, que é imprescindível a todo e qualquer estudo que venha a ser feito sobre este continente.

### ***O tempo: uma construção cultural dos povos***

O tempo é uma construção cultural que difere entre os povos e não pode ser visto como algo homogêneo. Mesmo no Brasil coexistem indivíduos influenciados pela idéia de tempo relacionado ao valor econômico, em meio àqueles que vivem as suas vidas como uma sucessão de acontecimentos, ou até mesmo entre os que vêm a vida como algo relacionado aos acontecimentos sociais da coletividade<sup>15</sup>. Os povos constroem diferentes maneiras de se relacionar com o tempo e a existência de muitas concepções sobre este mostram que o significado das palavras proferidas por Walter Benjamin de que “os calendários não marcam o tempo do mesmo modo que os relógios”<sup>16</sup> são um convite para se compreender a existência de uma multiplicidade de idéias sobre o tempo e o espaço, sendo, portanto, imprescindível o rompimento com a tese de que o tempo é único e que a história caminha inequivocamente para o progresso<sup>17</sup>.

Entre os nuer, povo nilótico que habita parte do atual Sudão (na chamada África Oriental), predomina uma compreensão do tempo que está relacionada com as limitações ecológicas, mas que não pode ser entendida como determinada mecanicamente por elas. A maior parte de suas concepções de tempo e de espaço é influenciada pelo meio físico, mas a isto os nuer atribuem valores que estão diretamente relacionadas com as atividades sociais de grupo<sup>18</sup>. Há entre os nuer, segundo Pritchard, dois conceitos de tempo, um ecológico e o outro definido como estrutural. O primeiro está diretamente relacionado com o meio ambiente, podendo ser considerado como um reflexo das relações humanas com o meio físico, e o segundo com as suas relações mútuas dentro da esfera social do grupo<sup>19</sup>. Ambas as facetas estão associadas com a sucessão de acontecimentos que interessam ao grupo, e que servem de referência temporal para os mesmos. Nessa sociedade, as

---

<sup>14</sup> EDIÇÕES DEL PRADO, *Grandes impérios...*, p. 28.

<sup>15</sup> BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da História. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 222-232.

<sup>16</sup> BENJAMIN, *Sobre ...*, p. 230.

<sup>17</sup> Esta crítica de Benjamin está direcionada, a nosso ver, tanto às concepções historicistas de cunho liberal quanto ao próprio materialismo histórico. Em ambas estão presentes idéias de uma história evolucionista, progressiva e linear.

<sup>18</sup> PRITCHARD, E. E. Evans. *Os nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1993, p. 107-109.

<sup>19</sup> PRITCHARD, *Os nuer...*

estações do ano são percebidas muito mais pelas atividades sociais decorrentes das mudanças climáticas do que destas últimas em si mesmo. Com isso, os nuer possuem um calendário baseado em atividades sociais que derivam das mudanças climáticas, mas nem por isso podemos afirmar haver aqui uma relação determinista.

Os homens e as suas diversas sociedades desenvolvem os seus saberes e as suas concepções de tempo a partir de vários fatores, dos quais o clima, as relações sociais e as atividades humanas (que normalmente são influenciadas e não determinadas pelas condições climáticas) são alguns dos mais importantes. As concepções de tempo são variáveis e não há um modelo que possa ser tido como homogêneo para as mais variadas sociedades humanas. Mesmo em nossa civilização existem indivíduos que, em momentos de afirmação das suas crenças, ou quando desenvolvem suas atividades sociais, não levam em conta o conceito de tempo predominante entre os ocidentais, e não tomam para si a idéia do valor pecuniário agregado ao desenvolvimento de suas atividades culturais, mesmo que isso ocorra em alguns momentos alternados de suas vidas. Precisamos, portanto, perceber que mesmo entre os ocidentais coexistem diferentes impressões sobre a vida e o tempo.

Esta questão nos leva a pensar na existência dos terreiros de candomblé e de xangô, em que a hora é algo que depende muito mais da vontade dos orixás, do que dos compromissos marcados a partir da referência do tempo definido pelo ritmo alucinante do sistema capitalista<sup>20</sup>. Durante as cerimônias religiosas consagradas aos orixás, não há hora marcada para nenhum compromisso, prevalecendo a ordem sucessória dos acontecimentos. Não se pode exigir pressa para o início ou término dos eventos cerimoniais, e normalmente estas levam horas até que todos os orixás tenham sido agraciados com o tempo da dança e da convivência entre os seus filhos. O ritmo da vida, portanto, segue um outro princípio que não é regido pelos parâmetros da vida “dos compromissos de hora marcada” ou “das pessoas que nunca têm tempo para fazer nada”, ou “tempo é dinheiro”.

As reelaborações das inúmeras tradições que foram trazidas pelos escravos africanos criaram várias associações entre os diversos grupos étnicos submetidos ao cativeiro. Podemos observar grupos de provável origem étnica banto, como em Pernambuco, prestando devoção às divindades iorubanas ou daomeanas, reverenciando o índio, como ancestral mais antigo e como forma de manter a idéia recorrente do culto à ancestralidade, comum entre estes povos situados na parte mais ocidental da África<sup>21</sup>, assim como grupos étnicos iorubanos dançando ao som do ritmo e dos instrumentos de suposta origem banto. É nesse sentido que as práticas culturais trazidas da África foram ressignificadas pelos grupos que aqui chegaram e re-constituíram laços de família e parentesco a partir da religião.

Há que considerarmos o fato destas reelaborações terem sido feitas sob as mais diversas situações de perseguição ou de ressignificação, conforme nos diz

---

<sup>20</sup> PRANDI, Reginaldo. O candomblé e o tempo concepções de tempo, saber e autoridade da África para as religiões afro-brasileiras. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 16, n. 47, p. 43-47.

<sup>21</sup> PRANDI, Reginaldo. A dança dos caboclos uma síntese do Brasil segundo os terreiros afro-brasileiros. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/sociologia/prandi/dancacab.rtf>>.

João Reis ao mostrar um culto denominado “calundu”, e que foi objeto de uma devassa em fins do século XVIII<sup>22</sup>. As práticas religiosas que aqui aportaram, receberam influências diversas dos mais diferentes grupos étnicos oriundos do continente africano, comprovando que os africanos, ao cair no jugo da escravidão, não absorviam por completo a cultura dominante, ou retinham apenas o que lhes interessava, e resistiam aos seus modos e possibilidades no sentido de recriarem laços de solidariedade e instituições que seguiam uma lógica não necessariamente regida por valores ocidentais.

### ***As instituições (re) criadas e as lógicas não-ocidentais***

Conforme afirmamos anteriormente, os africanos, mesmo sob o cativeiro, recriaram diversas de suas práticas trazidas consigo e também forjaram instituições que muitas vezes não eram regidas pelos padrões predominantes nas civilizações ocidentais. Apesar de serem famosas as acusações de que os escravos e os africanos de maneira geral não possuíam o conhecimento de instituições como família ou casamento, Robert Slenes, mostrou que os escravos e os seus descendentes não só conheciam o matrimônio, como também possuíam vínculos familiares, mesmo que sob o jugo do cativeiro<sup>23</sup>. Este historiador questiona o fato de diversos estudiosos do assunto terem utilizado as versões dos “viajantes”, sem observar o ponto de vista dos escravos, bem como as suas referências institucionais. Repletos de preconceitos e estereótipos, a maior parte dos viajantes, europeus, sobretudo, e brasileiros bem nascidos firmaram a imagem do negro devasso, promíscuo, e que não possuía família<sup>24</sup>. Desconstruir a idéia do desconhecimento das instituições em geral e afirmar a existência de que os africanos e os seus descendentes criaram outras que não se regiam pelos valores ocidentais podem, portanto, ser agora o objeto maior de nossa discussão.

Pretendemos, a seguir, discutir a lógica que circunda a coroação e a sucessão dos reinados nos maracatus-nação, em Pernambuco, com o propósito de mostrar que muitas das tradições apontadas como legitimamente africanas podem ter sido, e provavelmente foram, ressignificadas de acordo com as novas práticas culturais. No entanto, é preciso se questionar porque os grupos culturais têm tanta necessidade de apregoarem essa suposta origem africana.

Tomemos o exemplo da sucessão de Dona Santa, rainha do maracatu Nação Elefante. Esta foi descrita em algumas matérias jornalísticas como uma autêntica filha de sobas africanos que foram vencidos e aprisionados, criando-se a idéia de que seu reinado era legitimado por uma descendência real<sup>25</sup>. Também podemos citar uma outra matéria do *Diário de Pernambuco* que afirmava que o maracatu Elefante era isento de desvirtuações e praticamente intacto desde a sua fundação,

---

<sup>22</sup> REIS, João José. Magia jeje na Bahia: A invasão do Calundu do Pasto de Cachoeira, 1795. *Revista Brasileira de História*, n. 16, 1988, p. 57-81.

<sup>23</sup> SLENES, Robert. Lares negros, olhos brancos: histórias da família escrava no século XX. *Revista Brasileira de História*, n. 16, 1988, p. 189-203.

<sup>24</sup> SLENES, Lares negros...

<sup>25</sup> *Jornal do Comércio*, Recife, 28 out. 1965.

fazendo uma alusão à idéia de que reis e rainhas de alguns maracatus eram, dentre os quais o Elefante, “*exilados étnicos e culturais*”<sup>26</sup>. De tal forma, constrói-se a idéia de que, por Dona Santa ter vínculos diretos com os sobas africanos, ou por ser a rainha de um maracatu autenticamente africano e isento de desvirtuações, deveria ser sucedida por alguém de sua descendência direta.

Inicialmente, não queremos aqui desconstruir a idéia de ter sido Dona Santa uma grande rainha, mas afirmar que, até o presente momento, não se pode provar que a mesma fosse descendente de algum soba ou de qualquer outro africano que tenha sido rei ou chefe de estado. Segundo René Ribeiro, o fato de os escravos serem delimitados a partir da área de proveniência do porto pelo qual eram transportados, e não por suas origens étnicas, nos impede de ir além das especulações acerca das prováveis origens tribais dos mais diversos indivíduos que para aqui vieram na condição de escravos.

A idéia do parentesco de Dona Santa com os sobas africanos nos permite compreender um pouco do que talvez tenha se passado em seu imaginário, sobretudo quando esta, após a morte do rei (marido da própria), envereda pelo caminho de preparar sua filha para sucedê-la, tendo inclusive coroado esta como rei do Elefante<sup>27</sup>. Sendo Dona Santa herdeira dos sobas africanos, e não havendo alguém que tivesse condições de dar continuidade para o reinado no Maracatu Elefante, entendemos que se torna óbvia a compreensão dos motivos que a levaram a desejar o encerramento das atividades do maracatu após a sua morte, conforme relatam alguns jornais da época, a partir da versão de um dirigente da Federação Carnavalesca Pernambucana, que se dizia procurador da rainha do Elefante<sup>28</sup>.

Podemos afirmar que nem todos os jornalistas que escreveram matérias sobre Dona Santa aludiam a tradição africana como uma justificativa para a extinção do maracatu Elefante. O jornalista Paulo Viana, em uma matéria de jornal do *Diário de Pernambuco*, relatou que “*a sucessão nas nações africanas, segundo Dona Santa, ocorria no sentido de parentesco direto ou colateral*”<sup>29</sup>. Já Afonso Ligório, em uma outra matéria, reforça a idéia de que os reis e as rainhas dos maracatus-nação possuíam a sucessão nos mesmos moldes das monarquias, não fazendo referência à origem destas, porém pensamos serem as mesmas européias, dado o caráter genérico da afirmação<sup>30</sup>.

Não podemos, no entanto, afirmar a existência de um sentimento de não-continuidade arraigado no seio dos membros do maracatu Elefante, pois sabemos que a filha adotiva de Dona Santa, a Sra. Antônia, expressou o desejo, durante o enterro de sua mãe, de ascender à coroa e, assim, manter as atividades do maracatu<sup>31</sup>. Também há a informação, através da mesma, de que Dona Santa

---

<sup>26</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 28 fev. 1965, p. 9.

<sup>27</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 28 fev. 1965, p. 9.

<sup>28</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 28 fev. 1965, p. 9; *Última Hora*, Rio de Janeiro, 08 dez. 1963.

<sup>29</sup> *Diário de Pernambuco*, 22 dez. 1970.

<sup>30</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 28 fev. 1965, p. 09.

<sup>31</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 28 out. 1962.



possuía o desejo de que o Maracatu Elefante continuasse vivo e animando os carnavais<sup>32</sup>. Não sabemos, ao certo, se a afirmação da Sra. Antônia era o que desejava realmente a sua mãe adotiva ou se esse era o discurso de alguém interessado em legitimar as suas pretensões ao lugar vago de rainha, entretanto, convém ressaltar que Antônia era a prova de que existiam vozes contrárias à extinção do Maracatu Elefante e que talvez estas tenham sido silenciadas. Talvez o silêncio dessas vozes interessadas na continuidade do Elefante tenha sido provocado por atos diversos, dos quais destacamos a afirmação do Sr. Antônio Português, diretor da Federação Carnavalesca, que declarou “*meter na cadeia quem ousasse mexer nos troféus do Elefante*”<sup>33</sup>. O referido senhor Antônio Português dizia ser o procurador legal de Dona Santa e isso, além de ser o mesmo alguém bem articulado no meio carnavalesco e na própria sociedade da época, pode ter posto por terra o desejo da Sra. Antônia em manter as atividades do maracatu Elefante, bem como de suceder a sua mãe adotiva no cargo de rainha.

É possível afirmar, entretanto, que Dona Santa possuía a compreensão da sucessão dos reis e rainhas de seu maracatu baseadas na idéia dos laços de parentesco. Dona Santa, segundo uma matéria de jornal, coroou a sua filha para o lugar vago do rei, o falecido João Vitorino - esposo da mesma<sup>34</sup> - e esse ato nos leva à hipótese de que Dona Santa não encarava o seu maracatu como um simples “brinquedo carnavalesco” e de que a mesma se regia pela lógica da continuidade das instituições baseada nos laços de parentesco.

Precisamos considerar, entretanto, que essa mesma idéia de continuidade não existia no imaginário do último rei de Dona Santa, o Sr. Eudes Chagas. Este, ao que nos parece, possuía a idéia de que o seu maracatu, o Porto Rico do Oriente, deveria ser extinto após a sua morte, o que efetivamente ocorreu<sup>35</sup>. A extinção das atividades do terreiro e do maracatu de Eudes é interpretada por Roberto Benjamim como algo que é próprio dos rituais dos remanescentes da cultura iorubana, conforme afirma em uma carta endereçada a Katarina Real, momento em que informa a mesma sobre a morte do “seu” rei. Sabedor de que Katarina era contrária à extinção do maracatu, escreve que ainda assim insistiria na continuidade do maracatu, mesmo tendo que enfrentar as resistências dos seguidores do rei falecido<sup>36</sup>.

Notadamente no caso do Sr. Eudes há uma reelaboração da compreensão de continuidade baseada nos laços de parentesco por terem existido diversos herdeiros, de sangue inclusive, que poderiam dar continuidade as atividades do maracatu. Ao que parece, a Comissão Pernambucana de Defesa do Folclore tentou interferir no sentido de manter as atividades do maracatu Porto Rico do Oriente, mas não

---

<sup>32</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 28 out. 1962.

<sup>33</sup> *Última Hora*, Rio de Janeiro, 08 dez. 1963.

<sup>34</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 28 fev. 1965, p. 09.

<sup>35</sup> BENJAMIN, Roberto. *A nação Porto Rico foi embora. Jornal do Comércio*, 25 fev. 1979, p. 04; REAL, Katarina. *Eudes o rei negro do maracatu*. Recife: Massangana, 2001.

<sup>36</sup> REAL, Katarina. *Eudes...*, p. 129-130.

obteve êxito diante do desejo expresso pela maioria dos seus integrantes que reafirmaram a idéia de encerrar as atividades.

Assim, é baseado na idéia de uma autêntica tradição africana que se justifica o encerramento das atividades do maracatu Elefante e seu espólio recolhido ao museu, bem como a extinção do Porto Rico do Oriente. No entanto, este é um assunto questionável uma vez que em se tratando de tradições africanas, existem modos diversos não só de se escolherem os chefes de estado, mas também de estabelecer a descendência (matrilinearidade, patrilinearidade, eleição e etc.) dos mesmos. Essa idéia de que entre os iorubanos não existia a continuidade das instituições após o falecimento de seu líder maior não encontra respaldo nas informações que temos a respeito das cidades estados destes povos. Oyó, dentre outros exemplos, foi um grande reino que existiu por muito tempo e sucumbiu em 1820, abrindo um vácuo de poder entre as pequenas cidades-estado que, a partir daí, passaram a disputar a hegemonia com mais afinco, até que a região norte iorubana sofresse a invasão dos hauças<sup>37</sup>. Não queremos, contudo, refutar a afirmação de que os iorubanos tivessem rituais próprios de uma não-continuidade institucional, sem considerar a possibilidade de que exista no Brasil uma reelaboração que tenha resultado nessa prática. Porém, insistimos que a carência de estudos sobre tal assunto nos leva a questionar não só a ocorrência do mesmo, como também de levantar a hipótese de ter havido um equívoco por parte do autor ao afirmar a existência de tal prática.

Não podemos afirmar que na África como um todo nunca tenha existido noções de continuidade institucional política, ao menos no que diz respeito à sucessão dos chefes de Estado, pois, segundo Roy Glasgow, houve a transmissão do trono dos ndongo desde a conquista desses por parte do rei de Matamba, o grande guerreiro jaga Gola Zinga no fim do século XV. Ngola Kiluanji, filho do conquistador jaga, recebeu o Ndongo como parte anexa do reino de Matamba. A partir daí, após a divisão desse reino em duas partes, os ndongo passaram a ser governados pelos descendentes de Ngola Kiluanji, avô de Jinga Mbandi Ngola Kiluanji - a rainha Nzinga. A sucessão dos chefes de Estado entre os ndongos ocorreu, apesar das muitas disputas e brigas internas, de modo que houve uma continuidade sucessória por muitos e muitos anos entre os mesmos. O pai de Nzinga também foi sucedido pelo seu filho, tendo este disputado o poder com esta famosa rainha. Esta última só ascendeu à coroa com a morte de seu irmão, após ter perdido a disputa sucessória para este<sup>38</sup>. Entretanto, também podemos citar o fato de que, apesar de ter ascendido ao trono, Nzinga não possuía uma legitimidade intrínseca, “*não havia nenhuma tradição a que pudesse recorrer para justificar a ascensão de uma mulher no governo dos povos abundos-jagas*”, por isso, tradições e mitos eram invocados para legitimá-la, ao mesmo tempo em que eram freqüentemente alterados em função de interesses específicos<sup>39</sup>.

---

<sup>37</sup> EDIÇÕES DEL PRADO, *Grandes impérios...*, p. 52.

<sup>38</sup> GLASGOW, Roy. *Nzinga: Resistência africana à investida do colonialismo português em Angola, 1582 -1663*. São Paulo: Perspectiva, 1982, p. 42-43.

<sup>39</sup> SOUZA, Marina de Mello. *Reis negros no Brasil escravista*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002, p. 106.

Além desse exemplo, também podemos citar a existência dos grandes reinados e impérios que existiram nas mais diferentes regiões da África. Os reinos do Mali e Songhay, do Congo, da Etiópia, de Oyó entre outros são apenas alguns dos muitos exemplos possíveis de serem citados.

De tal modo, acreditamos ter levantado elementos que demonstrem que, para se entender a História do Brasil, principalmente das camadas populares, não é possível desconsiderar nossa “tradição” africana. No entanto, não se pode fazer uma transposição mecânica e simples de tradições africanas para o Brasil, levando em conta o fato de ser a África, conforme já afirmamos com bastante recorrência, dinâmica e diversa em todos os sentidos. Essas tradições foram aqui ressignificadas, mas ainda assim continuam a operar numa outra lógica, que não a ocidental.

### **Bibliografia**

- BENJAMIN, Roberto. *A nação Porto Rico foi embora*. *Jornal do Comércio*, 25 fev. 1979.
- BENJAMIN, Walter. *Sobre o conceito da História. Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BRANDÃO, Maria do Carmo Tinoco & NASCIMENTO, Luis Felipe Rios do. O Catimbó: Jurema. *Clio - série arqueológica*, Recife, v. 1, n. 13, 1998, p. 71-94.
- EDIÇÕES DEL PRADO. *Grandes impérios e civilizações - África: o despertar de um continente - Vol. 1*. Madrid: Edições Del Prado, 1997.
- GLASGOW, Roy. *Nzinga: Resistência africana à investida do colonialismo português em Angola, 1582 -1663*. São Paulo: Perspectiva, 1982.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Umbanda*. São Paulo: Ática, 1986.
- MINTZ, Sidney W. & PRICE, R. *O nascimento da cultura afro-americana: uma perspectiva antropológica*. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.
- OLIVER, Roland. *A experiência africana da pré-história aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- PRANDI, Reginaldo. A dança dos caboclos uma síntese do Brasil segundo os terreiros afro-brasileiros. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/sociologia/prandi/dancacab.rtf>>.
- \_\_\_\_\_. O candomblé e o tempo concepções de tempo, saber e autoridade da África para as religiões afro-brasileiras. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 16, n. 47, p. 43-47.
- PRITCHARD, E. E. Evans. *Os nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1993.
- REAL, Katarina. *Eudes o rei negro do maracatu*. Recife: Massangana, 2001.
- REIS, João José. Magia jeje na Bahia: A invasão do Calundu do Pasto de Cachoeira, 1795. *Revista Brasileira de História*, n. 16, 1988, p. 57-81.
- SILVA, Eduardo. *Dom Oba II D'África, o príncipe do povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- SLENES, Robert. Lares negros, olhos brancos: histórias da família escrava no século XX. *Revista Brasileira de História*, n. 16, 1988, p. 189-203.
- SOUZA, Marina de Mello. *Reis negros no Brasil escravista*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

## RESUMO

### TEMPO E INSTITUIÇÕES, LÓGICAS NÃO-OCIDENTAIS EM ALGUNS MARACATUS-NAÇÃO: DA ÁFRICA AO BRASIL, A HOMOGENEIZAÇÃO DAS DIVERSIDADES

O presente trabalho mostra a existência de conflitos entre diferentes visões de mundo, oriundas também de tradições diversas (ocidental, africana, ameríndia) que convivem em uma mesma sociedade. Permeada por valores e idéias ocidentais, mas também possuidora de práticas e costumes que sofreram influências da cultura africana ressignificada no Brasil, as comunidades de afro-descendentes no Recife possuem lógicas diversas das dominantes na cidade. Em alguns terreiros de Xangô e seus assemelhados, a idéia de tempo não segue a lógica ocidental que atribui um valor pecuniário ao mesmo, e quebra-se a idéia ocidental de continuidade das instituições. Nesse sentido, há indícios de que entre os antigos integrantes de alguns maracatus-nação recifenses existiu uma prática de encerrar as atividades dos grupos após a morte de seu líder, consubstanciada com a morte de Dona Santa e o fim do maracatu Elefante. Os valores em questão nos levam a questionar os modos como são construídas as relações familiares, bem como a própria concepção de tempo existente entre os que se convencionou chamar de afro-descendentes.

**Palavras-Chave:** Maracatus-Nação; Tempo; África.

## ABSTRACT

### TIME, KNOWLEDGE AND INSTITUTIONS: A NON-EASTERN LOGIC IN THE "MARACATU NATIONS"

The present work will establish the conflicts between different views about the World. Those views coming from different traditions (eastern, African, Indigenous) live together in today's society. Permeated by eastern values and ideas, but also endowed with practices and costumes influenced by the Africans-Brazilian cultures, the communities of African descendents in Recife have different logics from the dominant in the city. In some xangô temples ("terreiros") the Idea of time does not follow the eastern logic that identifies time with its commercial value, and the eastern idea of the continuity of the institutions suffers a rupture. In this sense, there are clues that among the former follows of some of the Recife's "Maracatu-Nação" there existed the practice of closing up activities after death of its leader. The values in question, lead us to argue the way the family relations, as well as the conception of time, were build among the afro-descendents.

**Keywords:** Maracatus-Nation; Time; Africa.

## O USO DE DROGAS E TABACO EM RITOS RELIGIOSOS E NA SOCIEDADE BRASILEIRA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA

Ricardo Luiz de Souza<sup>1</sup>

O consumo do que hoje chamamos de drogas - substâncias capazes de provocar estados alterados de percepção - esteve tradicionalmente ligado a rituais religiosos, em uma experiência milenar. E bebidas estimulantes estão ligadas, por exemplo, à evolução e comportamento de deuses do panteão hindú. Desta forma, Indra toma três goles de soma e cresce tanto que preenche o céu e a terra<sup>2</sup>, e tal consumo é celebrado no *Rig Veda*: “Vá, ó Indra, lá onde a pedra de base largada é preparada para a pressão e engula o soma que se mói no almofariz” (I, 28). Ele é o consumidor insaciável de soma e, daí, sua força e sua característica de deus da fertilidade: “Tudo quanto Indra faz transborda de força e de jactância, pis é uma pujante realização de exuberância da vida, da energia cósmica e biológica; é ele que faz com que circulem as seivas e o sangue, que anima os germes, dá livre curso às águas e à chuva contida nas nuvens”<sup>3</sup>. A origem vegetal do soma é controversa, mas não é tanto isso o que importa e, sim, seus efeitos e a simbologia à qual ele está ligado, tal como ela é descrita no *Rig Veda*: “Bebemos soma, tornamo-nos imortais, ganhamos a luz do entendimento, os deuses descobriram” (VIII, 48).

O soma, como o texto deixa claro, torna imortal quem o usa - e cumpre lembrar que os alquimistas primitivos defendiam a busca da imortalidade a partir do uso de drogas, entre outros meios - embora esta não seja uma imortalidade física, além de ser o representante material de um deus que nele se encarna (o que antecipa, em outro contexto, a eucaristia). Mas não apenas ele, já que o haoma dos iranianos - e lemos em hinos a ele consagrados: “Adoramos o glorioso Haoma que faz prosperar a vida, veneramos o Haoma, do qual a morte foge”<sup>4</sup> - e a ambrosia dos gregos também são representantes terrenos de um original sagrado reservado aos deuses. E o soma é, também, vegetal paradisíaco que assegura a fertilidade (o que implica em clara analogia com a maçã edênica que, ao ser comida, dá início à reprodução humana).

O soma, como o haoma que foi plantado por Aura Mazda em uma montanha (e também o soma, nas narrativas míticas, cresce em uma montanha do qual é trazido por uma ave para a terra), terá a função de purificar o universo e eternizar

---

<sup>1</sup> Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais. E-Mail: <riclsouza@uol.com.br>.

<sup>2</sup> COHN, Norman. *Cosmos, caos e o mundo que virá*: as origens das crenças no Apocalipse. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 91.

<sup>3</sup> ELIADE, Mircea. *Tratado de história das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 78.

<sup>4</sup> ELIADE, Mircea. *História das crenças e das idéias religiosas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1984, Tomo1, Vol. 2, p. 162.

a vida, sendo a substância regeneradora por definição. O mazdaísmo, lembra Dumézil<sup>5</sup>, foi estruturado a partir de um dualismo rigoroso, no qual a boa criação combate a má criação, onde o combate entre deuses e demônios é cotidiano e permanente e, neste combate, o haoma é arma decisiva para a vitória do bem. Já o soma, finalmente, é, ao mesmo tempo, uma bebida e um deus.

O consumo de tais substâncias não era, contudo, generalizado e, sim, restrito a grupos de iniciados, quando não a deuses; a ambrosia era um alimento destinado apenas aos moradores do Olimpo, e um mortal que dela se servisse sem autorização seria castigado com o suplício de Tântalo. Já o haoma, por exemplo, era bebido apenas pelo sacerdote no decorrer da cerimônia, seguindo um padrão de comportamento adotado, entre outros, pelos índios norte-americanos.

De fato, em outra época- os índios da planície só surgiram no século XVIII a partir da migração de diferentes grupos indígenas- em outro continente, o mescal foi utilizado por tribos como os apaches, os comanches e outras, mas seu consumo não se generalizou, permanecendo limitado aos membros de tais grupos, tendo sido, ainda, substituído mais tarde pelo peiote<sup>6</sup>. Este passou a desempenhar a mesma função e gerou a criação de cultos e confrarias a partir de ritos e visões compartilhados por seus membros, valendo registrar, aqui, a apologia feita por um consumidor e defensor da substância e do complexo religioso estruturado a partir dela: “*Eu era cego: agora vejo. O Peiote é a vida, a única vida. Somente quem conhece o Peiote conhecerá verdadeiramente a si mesmo e conseguirá a beatitude*”<sup>7</sup>. Outras terras, outras épocas, mas a mesma relação entre substâncias alucinógenas e ritos e concepções religiosas.

Se não prolongam indefinidamente a vida, determinados vegetais teriam a capacidade de aumentar extraordinariamente sua extensão, desde que consumidos de forma correta e destinada a purificar o corpo. A canela para os chineses, por exemplo, é o alimento dos imortais, desde que o corpo seja purificado através da abstenção de cereais, ou seja, da alimentação cotidiana. Consumida nestas condições, a canela seria capaz de presentear seu usuário com uma vida que poderia durar séculos. Mas o mesmo produto é visto de diferentes formas em diferentes culturas; na Grécia, ela é vista apenas como uma planta aromática, sendo sua origem atribuída à Arábia, conhecida então como a Terra dos Aromáticos, e não ao Extremo Oriente<sup>8</sup>.

O uso de tais substâncias é freqüentemente de caráter extático, e a embriaguez mística relaciona-se ao ciclo lunar e liga-se aos deuses lunares, sendo a lua vista como fonte de fecundidade e produtora da água de onde brota a vida; o que havia

---

<sup>5</sup> DUMÉZIL, Georges. *Mythe et épopée*. Paris: Gallimard, 1995, p. 858.

<sup>6</sup> TROIKE, Rudolph C. The origins of plain mescalism. *American Anthropologist*, v. 64, n. 5, part 1. Menasha, American Anthropologist Association, 1962, p. 944-961.

<sup>7</sup> LANTERNARI, Vittorio. *As religiões dos oprimidos: um estudo dos modernos cultos messiânicos*. São Paulo: Perspectiva, 1976, p.88.

<sup>8</sup> DETIENNE, Marcel. *Les jardins d'Adonis: la mythologie des aromates en Grèce*. Paris: Gallimard, 1972, p. 37.

no início, lembra o Gênesis, era a água. No contexto de tal embriaguez, o vinho surge como instrumento para obtenção do conhecimento. Trata-se de uma embriaguez não física e, sim, espiritual, na qual os limites do corpo são superados em uma relação extática com o universo; uma embriaguez que se situa fora do tempo.

E novos sentidos foram atribuídos a tais substâncias. O consumo de substâncias alucinógenas adquiriu na Grécia, por exemplo, um sentido que antecipou o ordálio medieval. Indivíduos suspeitos de determinados crimes que as consumissem e apresentassem efeitos em seu organismo seriam considerados culpados, enquanto quem permanecesse imune após tê-las utilizado ganhariam um atestado de inocência<sup>9</sup>.

O consumo de tais substâncias passou por um processo de dessacralização que durou séculos, e devem ser apontadas as mudanças de perspectiva cruciais a partir das quais elas passaram a ser vistas. Inicialmente, em um contexto religioso freqüentemente marcado por experiências extáticas - e, outras vezes, ligadas a ritos de iniciação -, tais substâncias eram consumidas não por seu efeito em si, mas porque os efeitos gerados por seu consumo eram vistos como caminhos para a obtenção de conhecimento, da imortalidade espiritual ou de uma participação qualitativamente superior do usuário - ou seria melhor dizer do fiel? - no mundo que o cerca. Com a dessacralização, o consumo e seus efeitos tornaram-se um fim em si, e as drogas (pode-se a partir daí chamá-las por este nome) transformaram-se em uma mercadoria consumida não de forma esotérica, mas por quem tenha interesse ou condição de consumi-las.

Tal processo de transformação pode ser exemplificado, inicialmente, pelas vicissitudes sofridas pelo consumo de ópio. Este foi, no início, utilizado como remédio e, por início, leia-se por volta de 1600 a.C., quando ele já estava disseminado na Europa Central e era utilizado como medicamento por gregos e romanos. Marco Aurélio, imperador romano, consumia ópio para combater a insônia durante as campanhas militares<sup>10</sup>. Mas não apenas com tais finalidades era consumida a substância, já que, também nos ritos gregos de Elêusis o ópio esteve presente<sup>11</sup>.

Séculos depois, contudo, novas forças econômicas fizeram-se presentes, e tais substâncias transformaram-se em drogas e, como tais, foram vistas no processo de expansão e consolidação do imperialismo: como uma mercadoria como outra qualquer. Um dos tantos negociantes que povoam a *Comédia Humana* descreve assim seus negócios com tal mercadoria:

*“Negocieei com ópio por atacado para algumas casas de Cantão, todas elas dez vezes mais ricas do que eu. Vocês, na Europa, não fazem idéia do que sejam os ricos negociantes chineses. Eu ia da Ásia-Menor, onde*

---

<sup>9</sup> BURKERT, Walter. *Creation of sacred: tracks of biology in early religions*. Harvard: Harvard University Press, 1998, p. 164.

<sup>10</sup> COURTHRIGHT, David T. *Forces of habit: drugs and the making of the modern world*. Cambridge: Harvard University Press, 2001, p. 31-32.

<sup>11</sup> BURKERT, Walter. *Ancient mystery cults*. Harvard: Harvard University Press, 1987, p. 108.

*obtinha ópio a baixo preço, a Cantão, onde entregava minha mercadoria às companhias que negociam com o produto.”<sup>12</sup>*

O comércio de ópio chinês, neste processo, expandiu-se consideravelmente durante o século XVIII, partindo de 800 caixas do produto transportadas para Cantão em 1770, para chegar a 7.800 caixas em 1795, e empregando 33 navios chineses entre 1764 e 1773, para chegar a 217 entre 1784 e 1793<sup>13</sup>, desaguando, finalmente, na guerra do ópio no século XIX.

Mas o ópio, ressalte-se, foi introduzido na China pelos ingleses, a partir de uma questão: como pagar os artigos produzidos pelos chineses, se os produtos ocidentais despertavam pouco interesse? Nas palavras de Landes, “a resposta, é claro, resultou ser o ópio, cultivado em Bengala e formador de mercado, tanto quanto formador de hábito”<sup>14</sup>. E a importação de ópio teve finalmente, como consequência, tornar deficitária a balança de pagamentos chinesa no século XIX, mesmo com o aumento da exportação de chá e seda. As exportações chinesas para a Europa- que tinham no chá seu principal produto- cresceram no início do século XIX, mas não o suficiente para contrabalançar o déficit causado pela importação de ópio<sup>15</sup>. As consequências foram drásticas para as comunidades que se viram envolvidas no cultivo da papoula, sendo que o pagamento era feito, com frequência com ópio para seu próprio uso<sup>16</sup>.

Tal processo não se restringiu, ainda, ao ópio, e é bem mais antigo. Assim é que Godinho refere-se ao largo consumo de bétel e ópio pelos orientais durante o período do descobrimento, especialmente entre os indianos, e conclui: “Não temos quaisquer números de produção, nem sequer de comércio, no que respeita ao bétel e ao ópio, que, no entanto representam, e de longe, as drogas mais difundidas no Oriente”<sup>17</sup>.

O processo de dessacralização envolveu, também, substâncias que hoje são legais, como bebidas alcoólicas, e que já tiveram, também, status religiosos. Os incas, por exemplo, criaram bebidas alcoólicas a serem utilizadas especificamente em cerimônias religiosas, e chamaram-nas uinapu. Segundo Garcilaso, “os Incas a proibiram por ser tão violenta em provocar a embriaguez. Mais tarde, disseram-me aqui que voltou a ser utilizada por alguns viciados”<sup>18</sup>. Garcilaso refere-se a uma transformação histórica a partir da qual o que era ritual degenerou em vício, com

---

<sup>12</sup> BALZAC, Honoré de. *Modesta Mignon*. Rio de Janeiro: Globo, 1989, p. 502.

<sup>13</sup> FRANK, André Gunder. *Acumulação mundial: 1492-1789*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977, p. 193.

<sup>14</sup> LANDES, David S. *A riqueza e a pobreza das nações: porque algumas são tão ricas e outras são tão pobres*. Rio de Janeiro: Campus, 1998, p. 171.

<sup>15</sup> GERNET, Jacques. *A history of chinese civilization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, p. 536.

<sup>16</sup> WOLF, Eric R. *Europe and the people without history*. Berkeley: University of California Press, 1982, p. 344.

<sup>17</sup> GODINHO, Vitorino Magalhães. *Os descobrimentos e a economia mundial*. Lisboa: Editorial Presença, 1991, vol. II, p. 204.

<sup>18</sup> O INCA GARCILASO DE LA VEGA. *O universo incaico*. São Paulo: EDUC, 1992, p. 176.



o consumo de coca e de bebidas alcólicas entre os índios residentes nos Andes mudando de padrão após a conquista espanhola. Tais substâncias deixaram de ser consumidas no contexto de cerimônias religiosas, gerando o alcoolismo ou, no caso da coca, transformando-se em produto obrigatório para os índios que trabalhavam nas minas, servindo como substituto do alimento, em um processo largamente incentivado pelos próprios espanhóis<sup>19</sup>. Criou-se um processo de ressignificação cultural a partir de uma nova realidade sócio-econômica. No caso de bebidas alcólicas, e tomando Quito como exemplo, Andrés-Gallego demonstra como a produção clandestina de aguardente - cujo principal consumidor era o índio - chegou a adquirir importância fundamental na economia da região e foi largamente utilizada, ainda, para enganar seu consumidor preferencial em transações comerciais<sup>20</sup>.

Também no Brasil a bebida foi consumida de forma ritual, e o cauim - bebida feita de milho - foi largamente utilizado pelos índios, embora aqui não se possa falar em influência sobre os portugueses. O milho, segundo Thevet, devia ser mastigado por moças virgens ou por mulheres casadas, desde que se abstivessem, por alguns dias, de relações sexuais com o marido<sup>21</sup>. O cauim era bebida privativa de homens que já haviam atingido a virilidade e seu consumo se dava por ocasião dos ritos de passagem<sup>22</sup>, em um procedimento comum à diferentes culturas. As bebidas rituais permaneceram por longo tempo na cultura indígena, sendo que, em pleno século XX, usava-se ainda, entre algumas tribos, o caapi, bebida extraída do cipó homônimo capaz de provocar alucinações, sendo que, já no século XIX, tribos baianas da região onde mais tarde Canudos seria fundado utilizavam a jurema, bebida extraída da planta homônima, para fins extáticos em cerimônias religiosas, visando a comunicação com os mortos<sup>23</sup>. Mas o processo de aculturação levou a paulatina substituição de tais bebidas pelas bebidas produzidas pelo homem branco: à secularização do consumo de bebidas alcoólicas, portanto.

Já o tabaco segue trajetória análoga em mais de um sentido. O primeiro contato do europeu com o produto ocorre na expedição de Colombo e é descrito pelos cronistas da época com ares de grande novidade: “*Encontraram muitas pessoas, homens e mulheres, que iam para suas aldeias, com um tição aceso na mão, com o qual acendiam ervas, cujas fumaças aspiravam*”<sup>24</sup>. Já no Brasil, o fumo, tragado até

---

<sup>19</sup> WACHTEL, Nathan. Os índios e a conquista espanhola. In: BETHEL, Leslie (org.). *História da América Latina - Vol. I: A América Latina Colonial*. São Paulo: EDUSP; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1998, p. 219.

<sup>20</sup> ANDRÉS-GALLEGO, José. 1992. *Quince revoluciones y algunas cosas más*. Madrid: MAPFRE, 1992, p. 182-4.

<sup>21</sup> THEVET, Fr. André. *Singularidades da França Antártica*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1944, p. 154.

<sup>22</sup> RAMOS, Arthur. *Introdução à antropologia brasileira - Vol. I*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1947, p. 105.

<sup>23</sup> DOBRORUKA, Vicente. *Antônio Conselheiro: o beato endiabrado de Canudos*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1997, p. 145.

<sup>24</sup> MAHN-LOT, Marianne. *Retrato histórico de Cristóvão Colombo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992, p. 56.

a embriaguez, era ingrediente indispensável na cerimônia indígena da Santidade<sup>25</sup>. Segundo Pinto, “o tabaco era sagrado entre todas as tribos tupis, não só por suas propriedades tidas por medicinais como, ainda, por causa das condições místicas que lhe eram atribuídas”<sup>26</sup>. Daí o nome de erva santa dado a ele, inicialmente, pelos portugueses; exatamente por seu uso ritual.

E, diga-se, não apenas entre os indígenas brasileiros já que, entre os indígenas norte-americanos, o cachimbo era o símbolo micro-cósmico do universo, com o barro do forninho representando a terra, a haste de madeira a vegetação e as esculturas da haste os animais e os pássaros<sup>27</sup>. Neste sentido, o cachimbo da paz-imagem tão vulgar- representava a união do homem com o universo, e a fumaça simbolizava a alma em comunhão com Deus. Não se trata de um ato vulgar: fumar representa, aí, uma união cósmica, mais que- embora também o seja- a resolução de problemas terrenos.

Se o fumo é visto hoje, de forma quase consensual, como uma substância nociva, também tal percepção apresentou mudanças: ela é, afinal, recente em termos históricos e, no período colonial, a perspectiva era oposta, com o fumo sendo fornecido para doentes e para escravos que exerciam um trabalho insalubre como o realizado nas catas. Segundo Pierson, “era costume dar aos escravos, toda semana, além do alimento regular, uma ração de fumo”<sup>28</sup>. Já segundo Scarano, “buscava-se um modo de compensar os possíveis males trazidos por lugares vistos como mefíticos por razões de clima, umidade e outras, ou tarefas consideradas trabalhosas”<sup>29</sup>. Na Colômbia, ainda, os escravos foram fumantes inveterados e seus proprietários davam a eles rações semanais de tabaco<sup>30</sup>.

Mas tal percepção é ainda mais antiga, uma vez que um século antes, em sua *História Natural e Médica*, publicada em 1648, João de Laet relatava suas observações sobre o Brasil holandês e, nelas, o tabaco era mencionado como planta “preciosa, nobilíssima e excelente”<sup>31</sup>, assim como Piso, um médico holandês vindo para o Brasil com Maurício de Nassau, aconselha o tabaco no combate às verminoses<sup>32</sup>.

---

<sup>25</sup> VAINFAS, Ronaldo. Da festa dos tupinambá ao sabá tropical: a catequese pelo avesso. In: JANCSÓ, István & KANTOR, Íris (orgs.). *Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa - Vol. I*. São Paulo: Hucitec/ EDUSP/ Fapesp/ Imprensa Oficial do Estado, 2001, p. 217.

<sup>26</sup> PINTO, Estevão. *Muxarabis & balcões e outros ensaios*. São Paulo: Nacional, 1958, p. 96.

<sup>27</sup> RENO, S. D. *Calumet*. In: HINNELS, John H. (org.). *Dicionário das religiões*. São Paulo: Cultrix, s.d., p. 53.

<sup>28</sup> PIERSON, Donald. *Branco e pretos na Bahia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945, p. 144.

<sup>29</sup> SCARANO, Julita. *Bebida alcoólica e sociedade colonial*. In: JANCSÓ, István & KANTOR, Íris (orgs.). *Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa - Vol. I*. São Paulo: Hucitec/ EDUSP/ Fapesp/ Imprensa Oficial do Estado, 2001, p. 470.

<sup>30</sup> WEST, Robert C. *La minería de aluvión en Colombia durante el período colonial*. Bogotá: Imprenta Colonial, 1979, p. 106.

<sup>31</sup> MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira - Vol. I*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1996, p. 137.

<sup>32</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul - Séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 134.

E, em comparação com a maconha, a trajetória do fumo apresentou menor turbulência e sua aceitação, com algumas ressalvas, foi pacífica. Se a maconha permaneceu inicialmente restrita aos escravos, por outro lado, os portugueses herdaram do indígena o hábito de utilizarem um certo fumo extraído de uma erva santa, na expressão de Cardim, que era antes bebido que tragado- sendo que beber fumo era como se designava, no período colonial, pelo menos em suas primeiras décadas, o ato de fumar-, segundo a descrição do autor:

*“A alguns faz muito mal e os atordo e embebeda; a outros faz bem e lhes faz deitar muitas reimas pela boca. As mulheres também o bebem, mas são as velhas e enfermas, porque ele é muito medicinal, principalmente para os doentes de asma, cabeça ou estômago, e daqui vêm grande parte dos portugueses beberem este fumo, e o tem por vício ou preguiça, e imitando os índios, gastam nisso dias e noites.”*<sup>33</sup>

Originário, portanto, do Novo Mundo, o tabaco tomará conta do mundo entre os séculos XVI e XVII, na expressão de Braudel, que historia a viagem por ele efetuada, seguida, aliás, de proibições baixadas ao longo do século XVII:

*“A planta, cultivada na Espanha desde 1558, depressa se difundiu na França, na Inglaterra (por volta de 1565), na Itália, nos Balcãs, na Rússia. Em 1575 chega às Filipinas, com o “galeão de Manilla”; em 1582, à Virginia, onde a sua cultura tem um primeiro progresso a partir de 1612; ao Japão, em 1590; a Macau, a partir de 1600; a Java, em 1601; à Índia e ao Ceilão por volta de 1605-1610.”*<sup>34</sup>

Mas sua oferta, no Brasil, demorou a se expandir, com o fumo, no período colonial, permanecendo artigo escasso e ansiosamente consumido, e os que tomavam tabaco em “*pó se viam desesperados pelo não terem*”<sup>35</sup>. O tabaco foi consumido no Brasil colonial usualmente em forma de rapé mas, também, como fumo de cachimbo e de mascar<sup>36</sup>, e Antonil menciona tal consumo: “*Homens há que, parece, não podem viver sem este quinto elemento, cachimbando a qualquer hora em casa e nos caminhos, mascando as suas folhas, usando de torcidas e enchendo os narizes deste pó*”<sup>37</sup>. A criação, por parte da Coroa, de uma Junta do Tabaco, em 1674, dá a dimensão da importância atribuída ao produto. Ele era

---

<sup>33</sup> CARDIM, Fernão. *Tratado da terra e gente do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939, p. 152.

<sup>34</sup> BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII* - Vol. II. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p. 234.

<sup>35</sup> SOUZA, Laura de Mello e. Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da vida privada no Brasil* - Vol. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 77.

<sup>36</sup> BOXER, C.R.. *A idade de ouro do Brasil* (dores de crescimento de uma sociedade colonial). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969, p. 173.

<sup>37</sup> ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982, p. 156.

utilizado como moeda de troca no tráfico de escravos, o que permite entendermos sua inserção na economia colonial.

A produção e comercialização, enfim, gerou uma camada de lavradores enriquecidos, mas não criou uma nobreza. Talvez por estar diretamente ligado ao comércio com a África, a produção de fumo gerava riqueza, mas os que enriqueciam-se com ela permaneciam como uma camada social desprovida do status outorgado aos senhores de engenho. Segundo Schwarz, “*tabaco era a cultura do ‘pequeno homem’*. Não era necessário o grande capital envolvido na operação de um engenho e os lavradores de tabaco não eram nem tão ricos nem tão poderosos politicamente quanto os fazendeiros de açúcar”<sup>38</sup>.

Sua produção deu-se, no Brasil, em termos de ciclos fortemente ligados ao tráfico de escravos, sendo centrada na Bahia, tanto que a produção encolheu com as restrições ao tráfico, correspondendo a 25% das exportações baianas entre 1796 e 1807, e caindo para 7,7% do total em 1840<sup>39</sup>. Mas este não foi um fenômeno restrito à produção brasileira. A região de Maracaibo, na América Espanhola, por exemplo, teve sua economia dominada pelo tabaco, em um ciclo que se esgotou e foi substituído pelo do cacau<sup>40</sup>: trajetória muito semelhante à vivida pela economia baiana.

E a Coroa também demonstrou interesse pelo produto. Assim é que, organizando-se em estanco em Portugal, o tabaco teve, ali, proibida sua cultura, em uma época na qual começou a ser largamente consumido, o que tornou seu comércio altamente lucrativo. Segundo Varnhagen, “*o mesmo estanco, arrematado a princípio em vinte e dois mil e duzentos cruzados, passou em 1642 a trinta e dois, e em 1659 já subia a 64.700 cruzados*”<sup>41</sup>.

Já durante o Império, o uso do tabaco permaneceu, mas sofisticou-se: entrou na moda, tornou-se requisito para pessoas elegantes, embora o mais utilizado fosse o charuto, e não mais o cachimbo, comum entre os negros e, por isso, mal visto nos salões do período. E isto embora o cachimbo já fosse usual entre os indígenas antes da chegada dos escravos ao Brasil, o que talvez o reabilitasse dentro da mentalidade indianista da época, abandonando-se, neste processo de sofisticação, expressões como beber fumo, que consistia em engolir e expelir a fumaça, hábito condenado por Urbano VIII no século XVII. E se a maconha migrou da África para o Brasil, a expressão beber fumo fez, segundo Cascudo, caminho inverso, migrando do Brasil para Angola, o que o leva a questionar: “*Mas o beber fumo foi em Angola*

---

<sup>38</sup> SCHWARTZ, Stuart B. *Burocracia e sociedade no Brasil colonial. A suprema Corte da Bahia e seus juizes: 1609-1751*. São Paulo: Perspectiva, 1979, p. 195.

<sup>39</sup> REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 35.

<sup>40</sup> CHAUNU, Pierre. *Sevilha e América nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: DIFEL, 1980, p. 114.

<sup>41</sup> VARNHAGEM, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil - Vol. III*. São Paulo: Melhoramentos, 1948 [1877], p. 248.

*um modismo brasileiro ou uma simultaneidade de hábito africano? Uma coincidência de técnicas*<sup>42</sup>. Tais maneiras, pouco nobres, foram sendo aos poucos abandonadas.

E durante o Império, finalmente, fumar passou a ser um rito de passagem: significava a passagem do adolescente para a idade adulta. Fumar na presença de adultos significava ser aceito como um deles; significa ainda, de certa forma.

Outros hábitos foram mantidos, alguns foram transformados. Maximiliano refere-se, desta forma, a algumas características do hábito de fumar no Brasil imperial: o uso do cachimbo pelas mulheres pobres, o hábito de fumar cigarros de papel colocados atrás da orelha, uso por ele atribuído à influência tupinambá, a preferência generalizada pelo rapé. Segundo ele, “o escravo mais indigente possui a sua caixa de rapé de folha de Flandres ou de chifre em geral uma simples peça de corno de boi tampada com uma rolha de cortiça”<sup>43</sup>.

Também Debret salienta a popularidade do rapé entre os brasileiros: O tabaco ao chegar à cidade na loja do varejista é picado ou socado de acordo com a qualidade que se deseja; para cheirar ou para fumar. Essa indústria é muito lucrativa, porquanto não há brasileiro que recuse uma pitada de rapé<sup>44</sup>. E o consumo de rapé se dá, na elite imperial, a partir de requintes tais como o descrito em anúncio publicado no **Jornal do Comércio**, em 1850: “Perdeu-se em S. Domingos, no dia 28 a 30 do corrente uma caixa de rapé, de ouro lavrado, com figura de um amante prostrado aos pés da amante. Terá de peso quinze oitavas”<sup>45</sup>.

A seguirmos, contudo, a descrição de Ferreira de Resende, temos uma evolução do hábito de fumar que se deu a partir de diferentes preferências e costumes, com tal hábito ganhando progressiva respeitabilidade, o surgimento do rapé desbancando seus demais concorrentes e o charuto, finalmente, tornando-se um vício aristocrático que terminou, finalmente, suplantando o rapé de forma mais ou menos generalizada<sup>46</sup>. Tal evolução é confirmada, ainda, pela análise feita por Mota a partir dos inventários de paulistas do período colonial. Segundo ele, nos inventários, umas três vezes se menciona o fumo, e isto no século XVIII. Registra-se uma boceta de tabaco. E foi como rapé, principalmente, que o fumo se usou entre os brasileiros polidos<sup>47</sup>.

E, efetuando um salto de dois séculos, vemos que o tabagismo entrou no esforço de guerra brasileiro, com as luvas e a bolsa usadas por Claudette Colbert em *Mulher*

---

<sup>42</sup> CASCUDO, Luis da Câmara. *Made in África*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, p. 179.

<sup>43</sup> WIED-NEUVID, Maximiliano de. *Viagem ao Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940 [1821], p. 95.

<sup>44</sup> DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil - Vol. I*. São Paulo: Martins, 1949 [1839], p. 250.

<sup>45</sup> RENAULT, Delso. *Indústria, escravidão, sociedade: uma pesquisa historiográfica no Rio de Janeiro do século XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1976, p. 54.

<sup>46</sup> RESENDE, Francisco de Paula Ferreira. *Minhas recordações*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944, p. 202.

<sup>47</sup> MOTA, Otoniel. *Do rancho ao palácio (evolução da civilização paulista)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941, p. 59.

<sup>48</sup> LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil - Tomo I*. Rio de Janeiro: INL; Lisboa: Portugália, 1945, p. 180.

de *Verdade* sendo leiloadas por Darcy Vargas visando a obtenção de verbas para a campanha “Cigarros para o Soldado Desconhecido”: uma atitude impensável nos dias de hoje. O que foi proibido em uma época histórica foi, desta forma, consumido sob padrões de tolerância e benevolência em outras, e as relações da Igreja com o tabagismo no Brasil - complexas e cambiantes - ilustram como tais mudanças de mentalidade ocorreram. Referindo-se ao fumo como gênero agrícola, Leite acentua: “Não foi cultivado diretamente pelos jesuítas, pelo menos ao começo. Mas ficou ligado ao seu nome... Nóbrega, em 1550, assinala já as qualidades desta erva”<sup>48</sup>. Ao mesmo tempo, um donatário como Vasco Fernandes Coutinho foi excomungado pelo Bispo Sardinha por fumar à maneira indígena.

Segundo Carneiro, “somente no século XVI, a partir do contato com os hábitos e práticas orientais, que a *Cannabis sativa* se revelou aos olhos europeus como uma planta de singulares efeitos mentais”<sup>49</sup>. Já no Brasil, se o tabaco foi, inicialmente, de uso ritual, também a maconha foi consumida a partir do mesmo contexto, a partir de ritos de iniciação que estão, desde milênios, na base do consumo ritual de substâncias alucinógenas. Assim, descrevendo o rito de iniciação ocorrido em um candomblé, Ramos não consegue identificar as plantas utilizadas, mas lembra ter Manoel Querino referido-se ao uso da diamba durante a cerimônia<sup>50</sup>. Já Freyre menciona outra utilidade da maconha nos ritos afro-brasileiros, referindo-se às “folhas de maconha que fumadas fechavam o corpo do crente e lhe davam sonhos de amor”<sup>51</sup>. E acentua em outro texto, escrito nos anos vinte: “Os negros trouxeram a maconha para o Brasil e aqui cultivaram como planta meio mística, para ser fumada em candomblés e xangôs, pelos babalorixás e pelos seus filhos. Também como planta afrodisíaca”<sup>52</sup>.

Por outro lado, a maconha sempre prescindiu de cerimoniais e ritos de iniciação para ser consumida e, se esteve associada a cerimônias religiosas, cedo abandonou seu sentido esotérico. Foi freqüentemente utilizada em ritos de iniciação, mas seu consumo os extrapolou e alcançou o dia-a-dia de seus usuários. Tornou-se, essencialmente, uma substância para ser utilizada no cotidiano, seu uso dispensando ocasiões especiais.

Maconha, tabaco. E o que se fumava no período colonial? Segundo Freyre, os senhores fumavam tabaco; hábito aristocrático. Já a maconha era chamada de “fumo de negro”, e era de uso praticamente exclusivo dos escravos<sup>53</sup>; fumá-la seria atitude degradante para um branco de certo prestígio. E Burton confirma a análise

---

<sup>49</sup> CARNEIRO, Henrique. *Amores e sonhos da flora: afrodisíacos e alucinógenos na botânica e na farmácia*. São Paulo: Xamã, 2002, p.209.

<sup>50</sup> RAMOS, Arthur. *O negro brasileiro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1951, p. 60.

<sup>51</sup> FREYRE, Gilberto. *Guia prático histórico e sentimental da Cidade do Recife*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968, p. 100.

<sup>52</sup> FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979 [1963], p. 110.

<sup>53</sup> FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos - Vol. II*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977 [1936], p. 363.

<sup>54</sup> BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1976 [1869], p. 208.

de Freyre referindo-se ao consumo de drogas entre os escravos em dias festivos: “Os preguiçosos e dissolutos iriam gozar a santidade do dia à moda africana, deitados ao sol e, se puderem, bebendo e fumando haxixe, como os semi-selvagens da Serra Leoa”<sup>54</sup>.

Exceções à parte, tanto o uso da maconha era restrito às classes baixas que um senhor de engenho como Júlio Bello afirma a virtual inexistência de drogas em seu tempo (ou talvez não considerasse a maconha uma droga): “Bebia-se assim na roda de boêmios daquele tempo, mais do que hoje, porém os terríveis entorpecentes modernos eram a bem dizer desconhecidos”<sup>55</sup>.

Difundida entre os negros nordestinos mesmo após a abolição, a maconha continuou não sendo considerada um vício, e um usuário assim a descreve: “Eu não fumo por vício. Ela me ilumina, me salvou muitas vezes... Essa erva protege como um santo, tem a mesma irradiação que um espírito”<sup>56</sup>. Seu uso expandiu-se, o que Levine assinala de forma mais precisa em termos geográficos: “Tanto os pobres rurais como os urbanos utilizavam frequentemente a maconha- conhecida por vários nomes diferentes como diamba, rafi ou fumo d’angola- especialmente na região do São Francisco e na costa do Nordeste”<sup>57</sup>.

O consumo de maconha tornou-se generalizado, por outro lado, em setores sociais específicos como, por exemplo, entre os jangadeiros do Nordeste; evidente influência escrava que os levou, segundo Freyre, a fumar e a ter visagens, o natural e o sobrenatural, sereias e maconha misturando-se<sup>58</sup>. E ele menciona, ainda, sua relação com um assassino, “autor de várias mortes; fumador de maconha, com barcapeiros do antigo Cais do Colégio, também do Recife”<sup>59</sup>.

Mas os padrões de tolerância estreitaram-se à medida que seu consumo aumentou. A maconha, ou diamba como ele a chama, foi consumida no sertão nordestino, segundo Iglésias, principalmente com o uso de cachimbos, embora o cigarro também pudesse ser utilizado, sendo seu uso uma cerimônia coletiva: uma espécie de sessão realizada principalmente aos sábados. E seu uso contínuo, ressalta ele, traz como resultado a morte. Iglésias prolonga-se, enfim, na descrição dos efeitos maléficos do vício, e conclui: “Logo, muito logo, os moços elegantes se embriagarão com a diamba: e como, desgraçadamente, eles tem irmãs, o vício terrível passará a fazer parte da moda, como já o é a mania do éter, da morfina, da cocaína”<sup>60</sup>.

---

<sup>55</sup> BELLO, Júlio Maria. *Memórias de um senhor de engenho*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944, p. 94.

<sup>56</sup> BASTIDE, Roger. *El sueño, el trance y la locura*. Buenos Aires: Amorrortu, 1976, p. 199.

<sup>57</sup> LEVINE, Robert M. *O sertão prometido: o massacre de Canudos no sertão brasileiro*. São Paulo: EDUSP, 1995, p. 165.

<sup>58</sup> FREYRE, Gilberto. *Assombrações do Recife velho*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1971, p. 16.

<sup>59</sup> FREYRE, Gilberto. *Como e porque sou e não sou sociólogo*. Brasília: Editora da UnB, 1968, p. 54.

<sup>60</sup> IGLÉSIAS, Francisco de Assis. *Caatingas e chapadões: notas, impressões e reminiscências do Meio-Norte Brasileiro - 1912-1919 - Vol. I*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958, p. 324-338.

<sup>61</sup> ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 150.

O que preocupa o autor, portanto, não é tanto o fato de a maconha ser consumida pelos mais pobres e, sim, o risco iminente de seu consumo chegar às elites.

Já no Rio de Janeiro a relação entre consumo de drogas e criminalidade é datada pelo depoimento de um morador mais idoso dos subúrbios cariocas, na qual é feita uma descrição da malandragem dos anos 30: “Aí começou a entrar o tóxico. De 50 para cá começou a se falar muito em maconha”<sup>61</sup>. E foi somente a partir dos anos 60, como acentua Velho, que seu consumo disseminou-se entre as elites e classes médias cariocas<sup>62</sup>.

Já a cocaína nunca esteve associada a rituais religiosos, mas ela foi mais de uma vez exaltada por seu valor medicinal. Ela foi mais de uma vez elogiada por seus efeitos terapêuticos, e Roquette Pinto utilizou-a com tal finalidade para tratar o ferimento de um membro da expedição da qual participava: “Para impressioná-lo fortemente, apliquei uma compressa de algodão com solução de cocaína. Cessou por encanto o sofrimento. Damasceno ficou surpreso; tornou-se ainda mais útil”<sup>63</sup>. Já Malinowski aplicou em si mesmo uma injeção de arsênico para combater sua sensação de inadaptação aos trópicos, com o mesmo efeito terapêutico, e foi no dia seguinte à farmácia comprar cocaína e morfina; medicamentos, segundo ele<sup>64</sup>.

De fato, o período entre 1860 e 1910 foi uma época na qual a cocaína era vista como uma mercadoria ligada à medicina e, na qual, a postura norte-americana em relação a um país produtor como o Peru era de incentivo à produção, tendo a política de combate às drogas sido adotada apenas a partir de 1910<sup>65</sup>. Neste primeiro período, foi largamente debatido e defendido o uso terapêutico do produto, e salientados seus efeitos anestésicos.

O que hoje chamamos de drogas, enfim - heroína, cocaína, maconha, entre outras - eram mercadorias legalmente vendidas e consumidas nos Estados Unidos, por volta de 1900. A cocaína foi ingrediente ativo da Coca Cola até 1903, além de licores e tabletes baseados no produto serem livremente vendidas. Em 1914, contudo, o Harrison Act já tinha como objetivo o controle estrito da comercialização e consumo de tais produtos, que já passavam, então, a ser vistos como drogas, chegando paulatinamente à proibição total a partir de 1922, quando se buscou a adoção, também, de políticas que visavam combater a produção efetuada em outros países<sup>66</sup>.

---

<sup>62</sup> VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994, p. 85.

<sup>63</sup> PINTO, Roquette. *Rondônia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935, p. 163.

<sup>64</sup> MALINOWSKI, Bronislaw. *Um diário no sentido estrito do termo*. Rio de Janeiro: Record, 1997, p. 42.

<sup>65</sup> GOTENBERG, Paul. Between coca and cocaine: a century or more of U.S. - peruvian drug paradoxes, 1860-1890. *The Hispanic American Historical Review*, v. 83, n. 1. Durnham, Duke University Press, 2003, p. 120.

<sup>66</sup> RECIO, Gabriela. Drugs and alcohol: US prohibition and the origins of the drug trade in Mexico, 1910-1930. *Journal of Latin American Studies*, v. 34, part 1. Cambridge, Cambridge University Press, 2002, p. 22-7.

<sup>67</sup> COHEN, Albert K. *Transgressão e controle*. São Paulo: Pioneira, 1968, p.78.



Em 1937, finalmente, foi aprovada nos Estados Unidos, a Lei de Taxação da Maconha, que transformou a compra, venda ou posse do produto em um crime grave, substituindo as leis estaduais existentes, a partir das quais as penalidades eram impostas de forma comparativamente bem mais suave<sup>67</sup>.

Ao mesmo tempo, outras substâncias eram vistas de forma menos tolerante. Desta forma, a morfina foi, segundo Yvorel, o paradigma das drogas que, durante o século XIX, geravam dependências não-alcóolicas: foi o fantasma do final do século e, ao mesmo tempo, uma figura literária elevada ao nível de tipo-ideal, com uma silhueta feminina permanentemente associada a uma certa perversidade<sup>68</sup>.

Ecos da discussão sobre o uso medicinal das drogas chegaram, ainda, ao Brasil. Utilizando Jacques, seu alter ego, como narrador, Olavo Bilac narrou, em texto publicado em 1894, suas experiências com haxixe, a dor física e a clarividência por ela produzidas, mas terminou por desaconselhá-lo por anular a vontade do indivíduo, mesmo ressaltando: “*O mais curioso é que o abalo produzido essa noite no meu organismo foi tão forte, tão brutal, que me restituiu a saúde: equilibrou-me os nervos e livrou-me da insônia. De modo que a canabina me curou, não pelo bem, mas pelo mal que me fez*”<sup>69</sup>.

No Brasil, ainda, o uso ou não da droga não estava associado tanto a seus efeitos sobre o organismo, e mais à uma questão de status, o que fica claro a partir da estratificação levada a cabo por Freyre dos usos e costumes coloniais referentes ao produto: “*o tabaco, para os senhores; a maconha- plantada, nem sempre clandestinamente perto dos canaviais- para os trabalhadores, para os negros, para a gente de cor; a cachaça, a aguardente, a branquinha*”<sup>70</sup>.

E outras substâncias, finalmente, eram consumidas. Câmara Cascudo, por exemplo, chama de ipandu o arbusto de onde se extrai a cocaína. Segundo ele, “*os caboclos torram-lhe as folhas, fazem dela um pó, que, misturado ao pó das folhas, também torradas, de embaúba, e adicionado ao polvilho de tapioca, constitui o ipandu, anestésico que pescadores e caçadores trazem na boca, para enganar a fome*”<sup>71</sup>.

Já outras drogas tiveram, no início do século, presença pouco expressiva. No Beco dos Ferreiros, zona do cais carioca, por exemplo, o chinês Afonso vendia ópio. A cocaína, por sua vez, já era bastante conhecida pelo carioca, e seu consumo era registrado nos bairros elegantes. Ela aparece em inúmeras obras de ficção escritas nos anos vinte, bem como nas revistas pornográficas de livre circulação no período, ao mesmo tempo em que Manuel Bandeira registra-a nos celebérrimos versos de *Não sei dançar*:

---

<sup>68</sup> YVOREL, Jean-Jacques. La morphinée: une femme dominée par son corps. *Communications*, n. 56. Paris, Seuil, 1993, p.105-111.

<sup>69</sup> BILAC, Olavo. *Vossa insolência*: crônicas. Organizado por Antônio Dimas. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 36.

<sup>70</sup> FREYRE, Gilberto. *Nordeste*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937, p. 15.

*Uns tomam éter, outros cocaína.  
Eu já tomei tristeza, hoje tomo alegria.*

Mas, assim como nos Estados Unidos, movimentos de temperança cedo se fizeram presentes, e os ventos mudaram. Na São Paulo dos anos vinte, a Ordem dos Bons Templários foi criada com o objetivo de “*combater as pragas sociais do alcoolismo, da morfina, do ópio e da cocaína*”<sup>72</sup>.

A preocupação quanto ao consumo de drogas por parte dos jovens seria encampada finalmente, e a partir de uma perspectiva marcadamente ideológica, pelo regime militar, onde mesclaria-se ao moralismo e ao anticomunismo, com os traficantes sendo identificados como agentes do comunismo internacional ou, no mínimo, como inocentes úteis. Segundo um Ministro da época, “*o uso da droga constitui um dos processos empregados por agentes internacionais a fim de destruir a tradição da família cristã brasileira*”. Trata-se de um plano que seguiria as diretrizes leninistas de desmoralização da juventude como uma das etapas para o triunfo do comunismo, e que envolveria as drogas e a pornografia no mesmo objetivo, já que “*todos nós sabemos que traficantes de drogas e produtores de livros obscenos estão de mãos firmemente estreitadas*”<sup>73</sup>.

Temos, enfim, a visão crítica em relação às drogas, mas temos, concomitantemente, um certo encantamento descrito por autores que a utilizaram. As drogas fascinaram mais de um pensador que buscou conhecê-las. Como lembra Wisnik, “*do fim do século XVIII ao século seguinte, espalhando-se depois entre simbolistas e modernistas, muitos poetas escreveram sobre (ou sob) efeitos de drogas*”<sup>74</sup>. Exemplifico: Benjamin, após diversas experiências com haxixe, acentua o “*encantamento que os viciados, sob os efeitos da droga, descobrem no cotidiano*”<sup>75</sup>. E Proust, igualmente e entre tantos outros autores, ressalta-o:

*“Não longe dali está o jardim secreto onde crescem como flores desconhecidas esses outros sons tão diferentes entre si, o sono do estramônio, do cânhamo indiano, dos múltiplos extratos do éter, o sono da beladona, do ópio, da valeriana, flores que permanecem fechadas até o dia em que o desconhecido predestinado venha tocá-las, fazê-las abrir-se e, por longas horas, verterem o aroma de seus sonhos particulares em um ser maravilhado e surpreso.”*<sup>76</sup>

---

<sup>71</sup> CASCUDO, Luis da Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984, p. 388.

<sup>72</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 85.

<sup>73</sup> BRITO, Eleonora Zicari Costa de. Imagens da infância e juventude “marginais” nos anos 70. In: ALMEIDA, Jaime de (org.). *Caminhos da História da América no Brasil: tendências e contornos de um campo historiográfico*. Brasília: ANPHLAC, 1998, p. 355.

<sup>74</sup> WISNIK, José Miguel. Iluminações profanas (poetas, profetas, drogados). In: NOVAES, Adauto (org.). *O olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 291.

<sup>75</sup> BENJAMIN, Walter. *Textos escolhidos*. Organizado por Flávio R. Kothe. São Paulo: Ática, 1991, p. 83.

<sup>76</sup> PROUST, Marcel. *O caminho de Guermantes*. Rio de Janeiro: Globo, 1988, p. 77.

Drogas e tabaco são, enfim, substâncias em relação às quais usos e tradições mudaram a partir de diferentes mudanças e costumes históricos, com os padrões de tolerância em relação ao uso de drogas sofrendo significativas transformações em termos históricos e, também, em termos espaciais, variando constantemente de um país para o outro e de uma época para a outra. Só a partir de tais mudanças tais usos e tradições podem ser compreendidas. E compreendê-los ajuda, finalmente, a captarmos nuances das sociedades e das épocas nas qual o consumo de tais substâncias se deu; às vezes de forma livre, outras vezes a partir de uma associação com os setores menos valorizados socialmente e outras, finalmente, sob o símbolo do status e da sofisticação.

### **Bibliografia**

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul - Séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ANDRÉS-GALLEGO, José. *Quince revoluciones y algunas cosas más*. Madrid: MAPFRE, 1992.
- ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982.
- BALZAC, Honoré de. *Modesta Mignon*. Rio de Janeiro: Globo, 1989.
- BASTIDE, Roger. *El sueño, el trance y la locura*. Buenos Aires: Amorrortu, 1976.
- BELLO, Júlio Maria. *Memórias de um senhor de engenho*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944.
- BENJAMIN, Walter. *Textos escolhidos*. Organizado por Flávio R. Kothe. São Paulo: Ática, 1991.
- BILAC, Olavo. *Vossa insolência: crônicas*. Organizado por Antônio Dimas. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- BOXER, C.R.. *A idade de ouro do Brasil (dores de crescimento de uma sociedade colonial)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII - Vol. II*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- BRITO, Eleonora Zicari Costa de. *Imagens da infância e juventude "marginais" nos anos 70*. In: ALMEIDA, Jaime de (org.). *Caminhos da História da América no Brasil: tendências e contornos de um campo historiográfico*. Brasília: ANPHLAC, 1998.
- BURKERT, Walter. *Ancient mystery cults*. Harvard: Harvard University Press, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Creation of sacred: tracks of biology in early religions*. Harvard: Harvard University Press, 1998.
- BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1976 [1869].
- CARDIM, Fernão. *Tratado da terra e gente do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.
- CARNEIRO, Henrique. *Amores e sonhos da flora: afrodisíacos e alucinógenos na botânica e na farmácia*. São Paulo: Xamã, 2002.
- CASCUDO, Luis da Câmara. *Made in África*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- \_\_\_\_\_. *Dicionário do folclore brasileiro*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984.
- CHAUNU, Pierre. *Sevilha e América nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: DIFEL, 1980.
- COHEN, Albert K. *Transgressão e controle*. São Paulo: Pioneira, 1968.

- COHN, Norman. *Cosmos, caos e o mundo que virá: as origens das crenças no Apocalipse*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- COURTHRIGHT, David T. *Forces of habit: drugs and the making of the modern world*. Cambridge: Harvard University Press, 2001.
- DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil - Vol. I*. São Paulo: Martins, 1949 [1839].
- DETIENNE, Marcel. *Les jardins d'Adonis: la mythologie des aromates en Grèce*. Paris: Gallimard, 1972.
- DOBRORUKA, Vicente. *Antônio Conselheiro: o beato endiabrado de Canudos*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1997.
- DUMÉZIL, Georges. *Mythe et épopée*. Paris: Gallimard, 1995.
- ELIADE, Mircea. *História das crenças e das idéias religiosas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1984, Tomo1, Vol. 2.
- \_\_\_\_\_. *Tratado de história das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- FRANK, André Gunder. *Acumulação mundial: 1492-1789*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- FREYRE, Gilberto. *Nordeste*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937.
- \_\_\_\_\_. *Como e porque sou e não sou sociólogo*. Brasília: Editora da UnB, 1968.
- \_\_\_\_\_. *Guia prático histórico e sentimental da Cidade do Recife*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.
- \_\_\_\_\_. *Assombrações do Recife velho*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1971.
- \_\_\_\_\_. *Sobrados e mucambos - Vol. II*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977 [1936].
- \_\_\_\_\_. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979 [1963].
- GERNET, Jacques. *A history of chinese civilization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. *Os descobrimentos e a economia mundial*. Lisboa: Editorial Presença, 1991, vol. II.
- GOTENBERG, Paul. Between coca and cocaine: a century or more of U.S. - peruvian drug paradoxes, 1860-1890. *The Hispanic American Historical Review*, v. 83, n. 1. Durham, Duke University Press, 2003.
- IGLÉSIAS, Francisco de Assis. *Caatingas e chapadões: notas, impressões e reminiscências do Meio-Norte Brasileiro - 1912-1919 - Vol. I*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.
- LANDES, David S. *A riqueza e a pobreza das nações: porque algumas são tão ricas e outras são tão pobres*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- LANTERNARI, Vittorio. *As religiões dos oprimidos: um estudo dos modernos cultos messiânicos*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil - Tomo I*. Rio de Janeiro: INL; Lisboa: Portugalia, 1945.
- LEVINE, Robert M. *O sertão prometido: o massacre de Canudos no sertão brasileiro*. São Paulo: EDUSP, 1995.
- MAHN-LOT, Marianne. *Retrato histórico de Cristóvão Colombo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Um diário no sentido estrito do termo*. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira - Vol. I*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1996.

- MOTA, Otoniel. *Do rancho ao palácio (evolução da civilização paulista)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.
- O INCA GARCILASO DE LA VEGA. *O universo incaico*. São Paulo: EDUC, 1992.
- PIERSON, Donald. *Branços e pretos na Bahia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945.
- PINTO, Estevão. *Muxarabis & balcões e outros ensaios*. São Paulo: Nacional, 1958.
- PINTO, Roquette. *Rondônia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.
- PROUST, Marcel. *O caminho de Guermantes*. Rio de Janeiro: Globo, 1988.
- RAMOS, Arthur. *Introdução à antropologia brasileira - Vol. I*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1947.
- RAMOS, Arthur. *O negro brasileiro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1951.
- RECIO, Gabriela. Drugs and alcohol: US prohibition and the origins of the drug trade in Mexico, 1910-1930. *Journal of Latin American Studies*, v. 34, part 1. Cambridge, Cambridge University Press, 2002.
- REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- RENAULT, Delso. *Indústria, escravidão, sociedade: uma pesquisa historiográfica no Rio de Janeiro do século XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1976.
- RENO, S. D. *Calumet*. In: HINNELS, John H. (org.). *Dicionário das religiões*. São Paulo: Cultrix, s.d.
- RESENDE, Francisco de Paula Ferreira. *Minhas recordações*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944.
- SCARANO, Julita. *Bebida alcóolica e sociedade colonial*. In: JANCSÓ, István & KANTOR, Íris (orgs.). *Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa - Vol. I*. São Paulo: Hucitec/ EDUSP/ Fapesp/ Imprensa Oficial do Estado, 2001.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Burocracia e sociedade no Brasil colonial. A suprema Corte da Bahia e seus juizes: 1609-1751*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- SOUZA, Laura de Mello e. *Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações*. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da vida privada no Brasil - Vol. 1*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- THEVET, Fr. André. *Singularidades da França Antártica*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1944.
- TROIKE, Rudolph C. The origins of plain mescalism. *American Anthropologist*, v. 64, n. 5, part 1. Menasha, American Anthropologist Association, 1962.
- VAINFAS, Ronaldo. Da festa dos tupinambá ao sabá tropical: a catequese pelo avesso. In: JANCSÓ, István & KANTOR, Íris (orgs.). *Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa - Vol. I*. São Paulo: Hucitec/ EDUSP/ Fapesp/ Imprensa Oficial do Estado, 2001.
- VARNHAGEM, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil - Vol. III*. São Paulo: Melhoramentos, 1948 [1877].
- VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- WACHTEL, Nathan. Os índios e a conquista espanhola. In: BETHEL, Leslie (org.). *História da América Latina - Vol. I: A América Latina Colonial*. São Paulo: EDUSP; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1998.

WEST, Robert C. *La minería de aluición en Colombia durante el período colonial*. Bogotá: Imprenta Colonial, 1979.

WIED-NEUVID, Maximiliano de. *Viagem ao Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940 [1821].

WISNIK, José Miguel. Iluminações profanas (poetas, profetas, drogados). In: NOVAES, Adauto (org.). *O olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

WOLF, Eric R. *Europe and the people without history*. Berkeley: University of California Press, 1982.

YVOREL, Jean-Jacques. La morphinée: une femme dominée par son corps. *Communications*, n. 56. Paris, Seuil, 1993.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

### RESUMO

#### O USO DE DROGAS E TABACO EM RITOS RELIGIOSOS E NA SOCIEDADE BRASILEIRA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA

O texto tem como objetivo historiar alguns aspectos históricos da produção e consumo de drogas e tabaco a partir da percepção do caráter mutante que as tradições e costumes ligados ao consumo de tais produtos assumiram. Dá ênfase, ainda, ao contexto brasileiro, estudando os significados históricos da produção e consumo de tais substâncias no Brasil, sua evolução e a evolução da mentalidade referente a tais produtos.

**Palavras-Chave:** Drogas; Tabaco; Consumo.

### ABSTRACT

#### DRUGS AND TOBACCO CONSUMPTION IN RELIGIOUS RITUALS AND IN BRAZILIAN SOCIETY: A COMPARATIVE ANALYSIS

This text intends to analyze some historical aspects of the production and consumption of drugs and tobacco from the perception of the mutant character that the tradition and consumption of such substances had assumed. It gives emphasis, still, to the Brazilian context, studying the historical meanings of the production and consumption of such substances in Brazil, its evolution and the evolution of mentality referring to such products.

**Keywords:** Drugs; Tobacco; Consumption.

## **AS PORTAS DA VIDA PARA AS FILHAS DA CARIDADE: FORMAS DE INSERÇÃO SOCIAL DAS MULHERES EXPOSTAS (RECIFE, 1830-1860)<sup>1</sup>**

*Alcileide Cabral do Nascimento<sup>2</sup>*

As mulheres deste estudo não são sinhás ou sinhazinhas, índias ou negras, escravas ou livres, mas aquelas que não tinham família ou parentes identificados, “filhas da caridade” particular e pública, que foram abandonadas na Roda dos Expostos. Para alguns, as expostas eram frutos da falha, da incontinência, da imoralidade, do desregramento, das práticas ilícitas ou da miséria.

Nem sempre o poder público se preocupou com o futuro das meninas que sobreviviam aos primeiros cuidados e cresciam na instituição ou fora dela, tornando-se adolescentes e mulheres. Falar dessas mulheres, muitas ainda meninas, é falar um pouco de nós mesmas. Da sua luta, da sua dor, das suas conquistas, dos seus prazeres, dos lugares sociais delimitados, da segregação racial e social, da exclusão social ainda tão presente no nosso país. Passado e presente dialogam e informam as linhas de continuidade e de rupturas, de avanços e recuos, de idas e vindas da trama que tece o encontro da história do indivíduo e do coletivo, do particular e do geral, da província e da nação, das mulheres e da mulher.

Em meados do século XIX, porém, o aumento da exposição de meninas e sua longa permanência na Casa dos Expostos se configuraram como um problema social. Não cabia mais à instituição apenas “salvar crianças” do infanticídio, mas “educar crianças” e torná-las úteis pelo trabalho ou pela constituição de famílias ordeiras. A questão que a instituição colocava era: o que fazer com as expostas que completavam sete anos, atingiam a maioridade e permaneciam na Casa? Como dar saída a essas meninas, a essas mulheres?

Essa questão guiou nosso olhar, sabendo que a vida não é regulada por um destino *a priori*, não é fruto da fatalidade, mas da ação dos homens que fazem a sociedade. Pelos relatórios e ofícios das instituições responsáveis pelas expostas buscamos investigar os discursos e as práticas que agiram para dar forma à sua inserção na sociedade recifense, enquadrando-as na vida social. Assim, essas mulheres não tiveram ‘destinos possíveis’. Entraram para a vida pelas portas abertas pelo poder público, mas nem sempre aceitaram o que lhes era imposto e algumas vezes abriram outras portas.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na mesa redonda “Imagens da Mulher”, durante o IV Encontro Estadual de História, promovido pela ANPUH, núcleo de Pernambuco, e realizado na UFRPE em setembro de 2002.

<sup>2</sup> Doutoranda em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Professora Assistente do Departamento de Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

## **A caminho da roda**

A Casa dos Expostos e a instalação da roda no Recife datam do final do século XVIII. O governador que propôs a criação dessa instituição diz, em carta enviada ao secretário da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, que não era possível conviver cotidianamente na vila do Recife e cidade de Olinda com o espetáculo dos corpos de crianças devorados por animais como cães e porcos, crianças deixadas à morte, muitas delas sem o sacramento do batismo. Com a instalação da roda, pretendia-se interditar a prática costumeira de abandonar crianças ao infanticídio. Em maio de 1789, ano em que foi criada, a Casa já contava com 40 crianças, que foram enviadas para amas de leite contratadas e pagas pela instituição<sup>3</sup>.

Até o início do século XIX, não há registros sobre os destinos das crianças que foram colocadas na roda. Sabemos apenas que entre 1789 e 1800 cinco crianças foram recuperadas por seus pais, depois do pagamento das despesas efetuadas pela instituição para sua criação<sup>4</sup>.

Para desalento das autoridades públicas, se a roda livrava a cidade de cenas barbarescas, com corpos de inocentes mutilados e devorados por animais, ela favorecia as relações intersexuais geradoras de filhos indesejáveis, pois ocultava as uniões ilícitas e a identidade dos parceiros, genitores e responsáveis pelas crianças<sup>5</sup>. Esse equipamento assistencial foi passível de diversos usos pelas camadas populares, assumindo, em alguns casos, um lado pernicioso, pois terminou por estimular o abandono de crianças.

A população recifense ressignificou o uso da roda, de forma a atender suas necessidades e expectativas. Mulheres escravas pretas e pardas passaram a colocar seus filhos na roda com a certeza de que assim lhes garantiriam a liberdade, e mulheres pretas e pardas livres depositavam seus filhos para ter o conforto de vê-los alimentados e criados pelo poder público. Essa utilização do equipamento da roda foi tachada pelo poder público como abusiva, pois a instituição tinha por função “*salvar inocentes frutos da incontinência e da miséria*” e não libertar filhos de escravos e criar filhos de mulheres “*vadias*” que ganhavam a vida se prostituindo<sup>6</sup>.

## **Os filhos e as filhas da Província**

Os diversos usos do equipamento da roda e da Casa dos Expostos pelas camadas populares ampliaram as finalidades do equipamento assistencial, contrariando as

---

<sup>3</sup> *Ofício do governador da Província, D. Tomás José de Mello, ao secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarino, Martinho de Melo e Castro, 11.05.1789. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Correspondência para a Corte, cód. 2, 1789. ms.*

<sup>4</sup> *Livro de Receita e Despesa da Casa dos Expostos, 1789-1800. ms. Acervo do Instituto Histórico, Arqueológico e Geográfico de Pernambuco.*

<sup>5</sup> Um trabalho que aborda as diferentes significações da roda é o de OLIVEIRA, Henrique Luiz Pereira. *Os filhos da falha: assistência aos expostos e remodelação das condutas em Desterro, 1828-1887*. São Paulo: PUC, 1990 (Dissertação de Mestrado em História).

<sup>6</sup> *Edital dos Governadores Interinos da Província, em forma de bando que se faz publicar e pregar sobre o enjeitados, expostos desta capitania*. APEJE, Registro de Provisões. N. 4, vol.3, 1800, p.74v. ms.



expectativas do poder público e daqueles que viam na roda apenas uma solução para o infanticídio, ao preservar a vida das crianças. Por essa razão, em 1800, o governo interino lançou um edital em forma de bando<sup>7</sup>, estabelecendo que doravante os enjeitados pretos e pardos pertenceriam à Casa do Expostos, seriam os filhos e as filhas da Província. Nessa condição, caberia ao poder público definir o futuro daqueles que escapavam com vida dos primeiros anos de criação, impedir as mães de resgatarem seus rebentos, e evitar que os expostos, meninas e meninos, ingressassem na ociosidade, na vadiagem ou na prostituição<sup>8</sup>.

As formas de inserção dos expostos na vida social correspondiam à divisão de papéis corrente entre os grupos da elite da sociedade colonial. Da mulher era esperado o aprendizado de tarefas ligadas ao espaço doméstico: cozer, bordar, organizar a casa etc. Dos rapazes era esperado o empenho no trabalho. Como esclarece Margareth Gonçalves, “o encaminhamento dos expostos para determinados serviços específicos supunha a predefinição de funções usualmente endereçadas a homens e mulheres”<sup>9</sup>.

Ao mesmo tempo, as formas de integração procuravam demarcar um lugar social, tomando como referência a cor e o sexo dos expostos. A disciplina, o controle e a necessidade de tornar os indivíduos úteis a si, à sociedade e ao Estado são os elementos constituintes desse processo de inserção dos expostos. Aos rapazes pretos e pardos caberia o trabalho nos engenhos, sem direito à educação das primeiras letras. Aos rapazes de cor branca, seria proporcionado o acesso à educação elementar - ler, escrever e contar -, além da aprendizagem de ofícios necessários para serem empregados na tropa e na marinha. Essa formação permitiria que os brancos ingressassem no mercado de trabalho urbano e nos serviços militares, enquanto os pretos ficariam circunscritos ao trabalho agrícola.

Segundo esse edital, as moças pretas e pardas deveriam se casar com os enjeitados de mesma cor. As moças brancas deveriam aprender a cozinhar, coser, fiar e tecer algodão em benefício da Casa dos Expostos, e só teriam direito a sair da instituição quando casadas com enjeitados ou sujeitos que tivessem ofícios. Neste caso não se definia a cor do pretendente.

Se essa lei foi aplicada, não o sabemos. Dela podemos inferir as estratégias usadas pelo poder público, ao utilizar a cor para definir o lugar social que as expostas ocupariam na sociedade, cerceando as possibilidades de ascensão social pelo casamento, pois condicionava as moças expostas pretas e pardas a casar com homens de igual cor e condição social. Nesse sentido, a essas mulheres, muitas ainda recém-saídas da adolescência, caberiam o trabalho doméstico e a procriação.

---

<sup>7</sup> O governo interino era composto pelo bispo D. José Joaquim de Azeredo Coutinho, Pedro Sheverin e José Joaquim Nabuco de Araújo. Bando era uma proclamação pública de lei, a fim de que todos tomassem conhecimento. Para tornar público o edital foi usado “*som de caixas*” (tambores) na vila do Recife. Cf. nota 4.

<sup>8</sup> ‘*Edital dos Governadores Interinos da Província...*’, doc. cit.

<sup>9</sup> GONÇALVES, Margareth de Almeida. Dote e casamento: as expostas da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro. In COSTA, Albertina de Oliveira & BRUSCHINI, Cristina (orgs.). *Rebeldia e submissão: estudos sobre a condição feminina*. São Paulo: Vértice/ Ed. Revista dos Tribunais/ Fundação Carlos Chagas, 1989, p. 63.

Já as brancas deveriam trabalhar para a instituição e teriam a liberdade de casar com homens que não fossem enjeitados, saindo do círculo de segregação racial e social imposto pelo poder público. Assim, a promoção de famílias sacramentadas, legitimadas e produtoras de indivíduos integrados à sociedade foi um dos objetivos da lei.

Assim, no século XIX emergiram novas questões em torno das crianças expostas: sua educação e a preocupação com o seu futuro. Cabia ao governo encontrar formas de inserção das expostas na sociedade, integrando-as a estratégia que visava o seu enquadramento ao perfil feminino vigente, que apontava os lugares socialmente aceitos para as mulheres: o lar e o trabalho doméstico. Evitava-se que a cidade e as famílias sofressem com as possíveis desordens provocadas por mulheres que tivessem na rua a sua fonte de sobrevivência, sem controle, gozando da sua liberdade e do seu corpo. Nos registros disponíveis, identificamos alguns 'mecanismos de escoamento' e enquadramento social que figuraram como possibilidades de inserção das expostas na sociedade recifense em meados do dezenove:

- a) casar e constituir família;
- b) trabalhar ou 'se engajar' em casa de família;
- c) estudar no Colégio das Órfãs.

### **O casamento e o dote**

Havia uma grande preocupação em casar as moças, para diminuir os custos da instituição com a sua manutenção e evitar que ingressassem na prostituição<sup>10</sup>. Ao mesmo tempo, investia-se na construção de uma imagem feminina definida pela idéia de mulher honesta, virtuosa, virgem e frágil, voltada para o cumprimento das obrigações no espaço doméstico. Mas, para isso, era necessária a concessão de dote, seja pela instituição que as criava, seja pela caridade de particulares.

O dote era uma prática costumeira presente desde os tempos coloniais no Brasil. Segundo Eni Mesquita, que estudou o casamento na sociedade paulista, o dote era primordial nos arranjos matrimoniais, dada a vinculação aos interesses sócio-econômicos<sup>11</sup>. O casamento não era fundado no amor e na atração física entre os cônjuges. A relação matrimonial firmava alianças, transmitia e garantia o patrimônio familiar. Nesse modelo, a mulher que possuía dote tinha mais possibilidade de contrair matrimônio<sup>12</sup>.

Do ponto de vista jurídico brasileiro após a Independência, o dote era entendido como os bens que a esposa, seus pais, ou outrem, por conta dela, davam ao esposo

---

<sup>10</sup> Essa preocupação estava presente em várias instituições do país, como observa MARCÍLIO, Maria Luiza. *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998, p. 297.

<sup>11</sup> SÂMARA, Eni Mesquita. O dote na sociedade paulista do século XIX: legislação e evidências. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, tomo XXX. 1980/ 1981, p. 41.

<sup>12</sup> GONÇALVES, Dote e casamento..., p. 61-62.

para ajuda da sustentação dos encargos do matrimônio e para manter a esposa no estado de viuvez, caso o marido viesse a falecer antes dela<sup>13</sup>.

O hábito de conceder dote a moças órfãs e expostas, condição necessária ao casamento, também era uma das maneiras dos ricos demonstrarem sua caridade para com os mais pobres. Ao mesmo tempo, figurava como uma forma de reforçar os mecanismos de estabilização da sociedade, pois valorizava a legitimidade, a tradição e a fidelidade das relações conjugais. Concediam-se dotes às órfãs e expostas através de testamentos ou diretamente às Casas de Misericórdia, onde muitas eram criadas<sup>14</sup>.

Não é possível datar a prática de dotar expostas no Recife, até porque ainda se conhece pouco a documentação colonial, haja vista o vasto acervo de inventários e testamentos em fase de organização no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, por exemplo. A notícia mais remota que se tem é a do testamento de D. Inês Barreto de Albuquerque que fundou com o seu marido, em 1684, o hospital para os pobres, chamado Hospital do Paraíso, na ilha de Santo Antônio. No rol dos legados, D. Inês destinava para D. Ana, enjeitada em sua casa, dois escravos e 100 arrobas de açúcar branco e pedia a sua sobrinha que a tivesse “*em sua casa se não lhe aparecer pai*”. Beneficiava ainda a filha natural de seu sobrinho, Domingo de Sá, com 100\$000 “*para ajuda no seu dote*”<sup>15</sup>.

Um outro registro que temos dessa prática, foi o legado feito em 10 de agosto de 1824, pelo padre João de Deos da Costa. O padre deixou dois andares na rua do Livramento para o patrimônio dos expostos, com a condição de dotar-se com duzentos réis, a cada três anos, uma exposta criada pela Casa dos Expostos. Até 1847, não havia uma lei que obrigasse o pagamento do dote às expostas, pela instituição responsável ou pelos cofres públicos<sup>16</sup>.

Em relatório de 1842, a Junta da Administração Geral dos Estabelecimentos de Caridade do Recife<sup>17</sup> considerava o pagamento do dote das expostas como um “abuso”, pois o mesmo não era autorizado por lei. No lugar de dotar as expostas que casavam, a Junta limitou-se em lhes dar um pequeno enxoval, cuja importância não excedia a cinquenta réis<sup>18</sup>. Sem dúvida, essa posição dificultava o ingresso das expostas no mercado matrimonial e contrariava uma prática corrente na sociedade - a de dotar as moças casadoiras, independente da condição social.

---

<sup>13</sup> SÂMARA, O dote na sociedade..., p. 43.

<sup>14</sup> FURTADO, Júnia Ferreira. *Cultura e sociedade no Brasil colônia*. São Paulo: Atual, 2000, p. 37.

<sup>15</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *História da família no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 35-36.

<sup>16</sup> *Relatório da Santa Casa de Misericórdia do Recife de 1842*. APEJE, Série SC - 01, fls.170-171. ms.

<sup>17</sup> Instituição criada por decreto de 13 de outubro de 1831, cumprindo resolução da Assembléia Geral Legislativa e do Governo Regencial, que manda reunir as casas de caridade do Recife e de Olinda, em Pernambuco, sob uma só administração, que passou a ser chamada Administração Geral dos Estabelecimentos de Caridade, centralizando os serviços assistenciais. Cf. *Coleção de Leis do Império do Brasil desde a Independência*. Ouro Preto: Tipografia Silva, 1831. Vol III, p. 454-456.

<sup>18</sup> Ver Decreto de 13 de outubro de 1831. *Coleção de Leis do Império do Brasil desde a Independência*. Ouro Preto: Tipografia Silva, 1831. Vol III, p. 454-456.

A ausência do dote poderia dificultar o casamento das expostas, pois as mesmas só teriam direito a um enxoval que não ultrapassava cinquenta réis, o que não era um grande atrativo para os rapazes. Sem recursos, sem família de berço ou tradição, como ingressar no mercado matrimonial? Essa atitude da Junta pode ter contribuído para elevar o número de expostas adultas que viviam na instituição, aumentando as dificuldades em mantê-las.

Só em meados do século XIX, com a aprovação do Regulamento para os Estabelecimentos de Caridade da Cidade do Recife de 1847<sup>19</sup>, as expostas passaram a ter direito ao dote. Ao completar dezesseis anos, a instituição deveria providenciar o casamento, aceitando para marido o pretendente que tivesse boa conduta, emprego ou ofício. As moças casadoiras teriam direito a um dote no valor de duzentos réis, um vestido de casamento e um enxoval composto por: seis camisas, seis pares de meia, dois pares de sapato, dois vestidos brancos, quatro vestidos de chita, seis lençóis, uma coberta de chita, seis fronhas e um baú. O enxoval deveria ser preparado pela noiva e suas companheiras<sup>20</sup>. Como a Junta alegava não ter recursos para dotá-las, a responsabilidade financeira passou, em 1849, para a Tesouraria Provincial, que aprovou em seu orçamento crédito para esse fim.

De maneira geral, o pretendente em desposar uma exposta deveria comunicar a sua intenção, por escrito, à instituição. Caberia ao regente da Casa dos Expostos ou ao diretor do Colégio das Órfãs se informarem da idoneidade do suplicante, se tinha ofício ou trabalho que lhe permitisse sustentar sua família. Em seguida, deveriam informar à Junta - e esta ao presidente da província -, ao mesmo tempo em que providenciariam a cerimônia religiosa, o enxoval e, por fim, o pagamento do dote. Assim, em 1855, Luiz Gomes Pereira dirigiu seu pedido de casamento a exposta Sinfrônia, existente no Colégio das Órfãs. Seu pedido foi informado ao presidente da província, pela diretoria do Colégio que já havia averiguado “a capacidade” do mesmo<sup>21</sup>.

Mesmo com a prática costumeira e agora legalizada, ainda assim os maridos das expostas tiveram dificuldades para receber os dotes. Em 1854, Thomas Vieira d'Alcântara, “na qualidade de administrador de sua mulher, a exposta Thereza Francisca de Jesus”, requereu o pagamento do dote. A Junta reconheceu seu direito, mas alegou não ter recursos e solicitou que o pagamento fosse feito pela Tesouraria Provincial<sup>22</sup>. Esse mesmo procedimento foi observado com o requerimento de José Maria Bitancourt, que solicitou, em agosto de 1860, o pagamento do dote de sua mulher, a exposta Bernarda de Medeiros<sup>23</sup>.

---

<sup>19</sup> Regulamento para os Estabelecimentos de Caridade da Cidade do Recife de 1847. *Coleção de Leis e Decretos da Província de Pernambuco de 1847*. Recife: Typographia de M. F. de Faria, 1847. APEJE.

<sup>20</sup> Regulamento de 1847. Doc. cit., art. 150, §2.

<sup>21</sup> *Ofício* da Junta da Administração dos Estabelecimentos de Caridade ao Presidente da Província, Dr. José Bento da Cunha Figueiredo. Recife, 12 de julho de 1855. APEJE, Série SC- 02, fl.147, ms.

<sup>22</sup> *Ofício* da Junta da Administração dos Estabelecimentos de Caridade ao Presidente da Província, Dr. José Bento da Cunha Figueiredo. Recife, 17 de julho de 1854. APEJE, Série SC- 02, fl.75, ms.

<sup>23</sup> *Ofício* do Provedor da Santa Casa de Misericórdia ao Presidente da Província, Dr. Ambrósio Leitão da Cunha. Recife, 17 de julho de 1860. APEJE, Série SC- 02, fl.39, ms.

Os pedidos de pagamento de dote foram constantes, dirigidos pelos maridos para a Junta e desta para a presidência da Província. A falta de recursos, somada às poucas chances das mulheres ingressarem no mercado de trabalho, no final do século XIX, tornou-se um grave problema para a Santa Casa de Misericórdia, que, desde 1860, havia assumido a assistência social da província pernambucana.

Em relatórios de 1880 e 1886, os provedores informavam a difícil situação financeira da instituição, visível no aumento da população assistida em suas instituições, no acúmulo de débitos com os fornecedores de gêneros alimentícios e no não pagamento dos dotes. Ao mesmo tempo, denunciava a aflição das expostas, que sofriam inúmeras violências de seus maridos, indo muitas delas parar no Hospital de Alienados. Havia também os maridos que recebiam o dote e sumiam, deixando a exposta em situação de abandono e sem qualquer recurso. Os provedores argumentavam que era preciso profissionalizar as moças por meio de oficinas e da educação, pois assim elas não dependeriam apenas do casamento. Além de poder se manter, teriam condições de ajudar a criar os filhos, e contribuir com o marido nas despesas domésticas. E, se abandonadas por eles, não cairiam na perdição. Com o seu trabalho, teriam como viver e cuidar dos filhos<sup>24</sup>.

### ***As vicissitudes do trabalho doméstico***

A responsabilidade de criar e educar expostas, sem que as despesas incidissem no orçamento dos cofres públicos, evitando-se o ócio e a prostituição, foi realizada pelo envio de meninas para casas de famílias, a fim de prestar serviços para pessoas de reconhecida probidade. A primeira regulamentação do trabalho dos expostos em Portugal, data de 31 de janeiro de 1775<sup>25</sup>. A lei portuguesa definia que, a partir dos sete anos, as crianças que não permanecessem nas residências das amas deveriam ser inscritas no juizado de Órfãos, para que este providenciasse trabalho de acordo com a sua idade. A legislação brasileira pós-independência reafirmou o antigo alvará português.

Em Pernambuco, o Regulamento de 1847 não dispunha, em nenhum dos seus artigos, sobre a locação de serviços das expostas, mas apenas dos expostos, que eram chamados de “rapazes” ao completar sete anos. No caso das moças, garantir um bom casamento e permitir o ingresso no mercado matrimonial, por meio do dote e enxoval, foi a grande preocupação. Mas a locação de serviços de expostas tornou-se uma saída para diminuir os excessivos gastos com as despesas de sua criação - agravados pelo constante enfeitamento de meninas com idade entre oito e treze anos na porta da Casa dos Expostos -, constituindo um dos mecanismos de escoamento de expostas nesse período.

Em relatório de 1835, encontramos uma relação de “expostas engajadas”, cujas idades variavam entre seis e vinte e um anos:

---

<sup>24</sup> *Relatórios* da Santa Casa de Misericórdia do Recife. Recife: Typographia Mercantil, 1878 e 1880 e 1886.

<sup>25</sup> *Alvará* de 31 de janeiro de 1775. Regula a criação, entrega e educação dos expostos de Hospital de Lisboa. Legislação Portuguesa (1775-1790) Lisboa: Typ. Maignrense, 1828, p. 4-6. APEJE.

Nº	Nome	Idade	Qual.	A Quem Entregue	Quando
1	Henriqueta	21	Branca	Cel. G. de Menezes V. de D.	07 ago. 1835
2	Umbelina	19	Dita	Bernardo Antônio de Miranda	Dito
3	Luiza	18	Parda	Antônio Roberto da Silva	Dito
4	Joanna	16	Dita	Domingo Alfonço Ferreira	Dito
5	Maria da Luz	15	Dita	T.M.F. Pereira da Silva	Dito
6	Maria do Espírito Santo	6	Dita	Cel. G.M.V. de D.	Dito
7	Raquel	14	Dita	D. A. Ferreira	Dito
8	Maria da Paz	15	Dita	Joze Bento da Costa	Dito

**Fonte:** Relatório da Administração Geral dos Estabelecimentos de Caridade do Recife, 30 set. 1835, publicado no **Diário de Pernambuco** em 27 nov. 1835, n.232.

Percebe-se que uma criança exposta, independente do sexo, ingressava aos seis anos no mundo adulto. Vale observar que o trabalho infantil não era uma prática exclusiva nem da província pernambucana e nem de país escravista como o Brasil, mas estava presente nos países europeus em processo de industrialização e ainda não era alvo de questionamentos severos.

Na década de 1850, o abandono de crianças de ambos os sexos entre oito e treze anos, na Casa dos Expostos, foi denunciado pela Junta da Administração dos Estabelecimentos de Caridade. Das trinta meninas que entraram na Casa com idade de até treze anos, três foram enviadas pelo subdelegado da freguesia da Boa Vista e Santo Antônio e vinte e sete foram deixadas na porta da instituição.

Ainda não sabemos as razões pelas quais os pais ou parentes abandonavam suas filhas. Para a Junta, essa situação figurava, primeiro, como um abuso das pessoas que desvirtuavam a função da Roda dos Expostos; segundo constituía um problema, pois a instituição não tinha recursos para manter essas meninas. Diante do aumento de expostas, a Junta solicitou do governo provincial autorização para “engajá-las” em casa de pessoas idôneas.

Em troca do sustento - alimentação e vestimentas - e moradia, as meninas não teriam direito a qualquer remuneração. Ademais, a família deveria se encarregar de sua educação ou prover meios para tal e assinar um termo de responsabilidade. Se, por um lado, o trabalho gratuito estimulava a permanência da exposta na família adotiva, por outro abria caminho para a escravização da criança<sup>26</sup>. Como a documentação demonstra, nem sempre as meninas foram bem tratadas, estando sujeitas a maus-tratos e violações de sua honra.

<sup>26</sup> Essa situação também foi constatada por VENÂNCIO, Renato Pinto. *Famílias abandonadas*. Campinas: Papirus, 1999, p. 143.

Esse foi o caso da exposta Florinda Maria da Conceição, que havia sido empregada na casa do desembargador Martiniano da Rocha Bastos. Seu pai, Francisco Domingos das Mercês d'Oliveira, dirigiu-se à Casa dos Expostos reclamando a posse de sua filha. Em seu requerimento, afirmava que a menor estava sofrendo maus-tratos em casas de famílias onde esteve a serviço. A Junta não aceitou tal alegação e a insinuação de abusos cometidos contra a garota, argumentando que além de falsas eram exageradas, pois a menor só tinha trabalhado na casa do desembargador, que seria incapaz de semelhante procedimento. Contudo, reconheceu a paternidade do suplicante, pelos sinais evidenciados no registro de entrada da criança, e seu direito à filha, depois de pagar as despesas com a criação da mesma<sup>27</sup>.

Em setembro de 1860, houve uma denúncia de maus-tratos e indícios de violação da honra que vinha sofrendo em casa de família a exposta Cândida. O provedor solicitou a volta da menina para a instituição, pois o Sr. Joaquim José Lopes da Cunha e sua mulher, Alexandrina Gonsalves da Silva, não deram a devida educação à menor que tinha catorze anos, “quando foi tirada de seu poder, nunca se confessara, e não sabia ler nem escrever e nem coser”. Além disso, a Junta insinuava que não queria citar “fatos” que pudessem “ofender a reputação do Suplicante e de sua mulher”, pois não ofereceram “as condições para a boa guarda e educação da exposta”<sup>28</sup>.

Embora o trabalho doméstico figurasse como uma forma de inserção das meninas expostas na sociedade, os perigos daí decorrentes eram enormes: escravização, prostituição, maus-tratos e atentados ao pudor e honra não eram práticas isoladas e colocavam em risco suas vidas.

### **A educação no Colégio das Órfãs**

Por muito tempo a província de Pernambuco não teve uma instituição específica para educar as meninas expostas ou órfãs pobres. No Rio de Janeiro, por exemplo, a coincidência nas datas de criação da Casa dos Expostos e do Recolhimento das Órfãs - 1738 e 1739, respectivamente - demonstra a preocupação da Irmandade da Misericórdia com a proteção e a educação das mulheres<sup>29</sup>. No Recife, somente em 1847 foi instalado o Colégio das Órfãs, embora a lei de sua criação datasse de 1835, ou seja, doze anos antes<sup>30</sup>. O Colégio tinha por fim educar meninas órfãs pobres e expostas, a partir dos sete anos de idade. Mas, a escolha das expostas se dava pela cor: eram as meninas e moças brancas que teriam direito a ingressar no

---

<sup>27</sup> Ofício da Junta da Administração dos Estabelecimentos de Caridade ao Presidente da Província, Dr. José Bento da Cunha Figueiredo. Recife, 24 de agosto de 1854. APEJE, Série SC- 02, fl. 84.

<sup>28</sup> Ofício do Provedor da Santa Casa de Misericórdia ao Presidente da Província, Dr. Ambrósio Leitão da Cunha. Recife, 4 de setembro de 1860. APEJE, Série SC - 03, fl.41.

<sup>29</sup> GONÇALVES, Dote e casamento..., p. 63.

<sup>30</sup> Lei Provincial nº 7, de 10.06.1835. Cf. *Coleção de Leis, Decretos e Resoluções da Província de Pernambuco, dos anos de 1835 e 1836*, t I. Recife: Tipografia de M. F. de Faria, 1836. **Relatório** da Santa Casa da Misericórdia do Recife. Recife: Typographia Mercantil, 1878.

Colégio. Também admitia em suas dependências pensionistas entre sete e quinze anos.

Uma distinção entre as expostas residentes no Colégio e as que moravam na Casa dos Expostos era um maior valor do dote destinado ao casamento. No lugar de duzentos réis, os maridos das expostas do Colégio receberiam trezentos réis. Criavam-se na prática duas categorias de expostas, uma diferenciação perniciososa, que poderia gerar preferência entre os pretendentes ao matrimônio com mulheres expostas, por exemplo.

Uma outra possibilidade que se abria para as suas vidas era a admissão como “*mestras do colégio*”, se apresentassem “*suficiente capacidade*”, o que lhes garantiria uma gratificação mensal. Por fim, órfãs e expostas, entre quinze e vinte um anos, poderiam ser engajadas em casas de famílias para o serviço doméstico, firmando-se o contrato, segundo o que designava a lei de 10 de junho de 1835.

Entre 1854 e 1860, período em que pesquisamos os ofícios da Junta da Administração dos Estabelecimentos de Caridade, responsável pela Casa dos Expostos, encontramos cinco meninas que foram enviadas para o Colégio das Órfãs. Nestes casos, não se tratavam de crianças órfãs, mas de meninas expostas, entre oito e dez anos, que eram enviadas para diminuir as despesas da Casa dos Expostos, bem como para receber educação.

#### **Expostas enviadas para o Colégio das Órfãs**

<b>Data de Envio</b>	<b>Nome</b>	<b>Idade</b>	<b>"Qualidade"*</b>
12 mai. 1854	Maria Luiza de Sant'Anna	9 anos	Branca
12 mai. 1854	Maria Francisca da Silva	9 anos	Branca
12 mai. 1854	Maria da Paz de Miranda	8 anos	Parda
10 ago. 1854	Sofia Maria da Conceição	10 anos	Branca
21 set. 1854	Joaquina Maria da Conceição	9 anos	Branca

**Fonte:** Ofícios da Junta da Administração dos Estabelecimentos de Caridade ao Presidente da Província, Dr. José Bento da Cunha Figueiredo. Recife, 12.05 / 10.08 / 21.09 de 1854. APEJE, Série SC-02, p.52; 80; 92.

\* “Qualidade”, conceito presente no documento, qualificava a garota pela cor.

A educação ministrada incutia uma moral cristã, com a valorização da honestidade, do comportamento modesto, recatado e grave, característico de mulheres virtuosas. Percebia-se a mulher como frágil e desprotegida. Era necessário protegê-la e, por meio da educação, qualificá-la para ingressar no mercado matrimonial ou no mercado de trabalho urbano.

#### **Considerações finais**

O casamento, o trabalho doméstico e a educação elementar constituíram os ‘mecanismos de escoamento’ de expostas, criados no decorrer do século XIX como possibilidades de inseri-las na vida social. Não se tratavam mais de obras de cunho caritativo, mas filantrópico. Como filhas da província, as meninas teriam que ser



úteis a si, à sociedade e ao Estado seja constituindo famílias legítimas, seja inseridas no mercado de trabalho, ainda que sob a proteção de dispositivos legais. Era necessário repor, de diferentes maneiras, o investimento público com a sua criação e educação.

Desses mecanismos, o casamento e o trabalho doméstico sofreram um enorme desgaste. Por um lado, os maus tratos dos maridos ou o sumiço deles após o recebimento dos dotes - levando algumas mulheres ao Hospital dos Alienados -, somados à impossibilidade financeira da instituição de pagar os dotes e oferecer o enxoval às expostas, demonstraram os limites da via matrimonial para o enquadramento das expostas na sociedade. Por outro lado, a alocação do trabalho das expostas em casas de famílias de “reconhecida idoneidade”, muitas vezes abriu caminho para a escravização, a prostituição, os maus-tratos e as violações à honra, colocando em risco a vida dessas mulheres. Apesar da vigilância, dos dispositivos legais criados para coibir as práticas abusivas de uma sociedade escravocrata e machista contra as expostas, e da própria recusa delas em aceitar alguns trabalhos e casamentos, os ‘mecanismos de escoamento’ entraram em crise. No final do século, se não as profissionalizassem - ameaçava o provedor, Dr. Joaquim Correia de Araújo em 1888 -, só restaria à Santa Casa da Misericórdia devolver as “filhas da caridade” à rua, pois a sociedade não lhes abria outras “portas da vida”<sup>31</sup>.

## **Bibliografia**

- Alvará de 31 de janeiro de 1775. Regula a criação, entrega e educação dos expostos de Hospital de Lisboa. Legislação Portuguesa (1775-1790) Lisboa: Typ. Maigrense, 1828, p. 4-6. APEJE.
- COLEÇÃO de Leis do Império do Brasil desde a Independência. Ouro Preto: Tipografia Silva, 1831. Vol III.
- Edital dos Governadores Interinos da Província, em forma de bando que se faz publicar e pregar sobre o enfeitados, expostos desta capitania. APEJE, Registro de Provisões. N. 4, vol.3, 1800, p.74v. ms.
- FURTADO, Júnia Ferreira. *Cultura e sociedade no Brasil colônia*. São Paulo: Atual, 2000.
- GONÇALVES, Margareth de Almeida. Dote e casamento: as expostas da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro. In COSTA, Albertina de Oliveira & BRUSCHINI, Cristina (orgs.). *Rebelião e submissão: estudos sobre a condição feminina*. São Paulo: Vértice/ Ed. Revista dos Tribunais/Fundação Carlos Chagas, 1989.
- Lei Provincial nº 7, de 10.06.1835. Cf. *Coleção de Leis, Decretos e Resoluções da Província de Pernambuco, dos anos de 1835 e 1836*, t I. Recife: Tipografia de M. F. de Faria, 1836.
- Livro de Receita e Despesa da Casa dos Expostos*, 1789-1800. ms. Acervo do Instituto Histórico, Arqueológico e Geográfico de Pernambuco.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- Ofício da Junta da Administração dos Estabelecimentos de Caridade ao Presidente da Província*, Dr. José Bento da Cunha Figueiredo. Recife, 12 de julho de 1855. APEJE, Série SC- 02, fl.147, ms.
- Ofício da Junta da Administração dos Estabelecimentos de Caridade ao Presidente da Província*, Dr. José Bento da Cunha Figueiredo. Recife, 17 de julho de 1854. APEJE, Série SC- 02, fl.75, ms.
- Ofício da Junta da Administração dos Estabelecimentos de Caridade ao Presidente da Província*, Dr. José Bento da Cunha Figueiredo. Recife, 24 de agosto de 1854. APEJE, Série SC- 02, fl. 84.

---

<sup>31</sup> *Relatório da Santa Casa de Misericórdia do Recife*. Recife: Typographia Universal, 1888. Arquivo da SCMR.

Ofício do governador da Província, D. Tomás José de Mello, ao secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarino, Martinho de Melo e Castro, 11.05.1789. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Correspondência para a Corte, cód. 2, 1789. ms.

Ofício do Provedor da Santa Casa de Misericórdia ao Presidente da Província, Dr. Ambrósio Leitão da Cunha. Recife, 17 de julho de 1860. APEJE, Série SC- 02, fl.39, ms.

Ofício do Provedor da Santa Casa de Misericórdia ao Presidente da Província, Dr. Ambrósio Leitão da Cunha. Recife, 4 de setembro de 1860. APEJE, Série SC - 03, fl.41.

OLIVEIRA, Henrique Luiz Pereira. *Os filhos da falha: assistência aos expostos e remodelação das condutas em Desterro, 1828-1887*. São Paulo: PUC, 1990 (Dissertação de Mestrado em História).

Regulamento para os Estabelecimentos de Caridade da Cidade do Recife de 1847. *Coleção de Leis e Decretos da Província de Pernambuco de 1847*. Recife: Typographia de M. F. de Faria, 1847. APEJE.

Relatório da Santa Casa da Misericórdia do Recife. Recife: Typographia Mercantil, 1878.

Relatório da Santa Casa de Misericórdia do Recife de 1842. APEJE, Série SC - 01, fls.170-171. ms.

Relatório da Santa Casa de Misericórdia do Recife. Recife: Typographia Universal, 1888. Arquivo da SCMR.

Relatórios da Santa Casa de Misericórdia do Recife. Recife: Typographia Mercantil, 1878 e 1880 e 1886.

SÂMARA, Eni Mesquita. O dote na sociedade paulista do século XIX: legislação e evidências. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, tomo XXX. 1980/ 1981.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *História da família no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

VENÂNCIO, Renato Pinto. *Famílias abandonadas*. Campinas: Papirus, 1999.

## RESUMO

### AS PORTAS PARA AS FILHAS DA CARIDADE: FORMAS DE INSERÇÃO SOCIAL DAS MULHERES EXPOSTAS (RECIFE, 1830-1860)

O abandono de crianças nas ruas, nas portas de casas e igrejas foi uma prática costumeira no Brasil, e particularmente no Recife, desde os tempos coloniais. Em 1789, o governador da província de Pernambuco criou a Casa dos Expostos e instalou a roda, para receber os bebês e providenciar os primeiros cuidados. Nem sempre o poder público se preocupou com o futuro das meninas e moças que, sobrevivendo aos primeiros cuidados, cresciam na instituição ou fora dela. Em meados do século XIX, porém, a longa permanência das meninas na Casa dos Expostos, somada ao aumento do abandono de garotas entre oito e treze anos, se configurou como um problema social. Neste artigo, procuramos investigar os discursos e as práticas que agiram para dar forma à inserção das expostas na sociedade recifense, entre 1830 e 1860.

**Palavras-Chave:** Relações de Gênero; Mulheres Expostas; Assistência.

## ABSTRACT

### THE DOORS OF LIFE FOR THE CHARITY'S DAUGHTERS: FORMS OF THE EXPOSED WOMEN'S SOCIAL INSERT (RECIFE, 1830-1860)

The children's abandonment in the streets, in the doors of houses and churches was an usual practice in Brazil, and particularly in Recife, since the colonial times. In 1789, the governor of Province of Pernambuco created the "Casa dos Expostos" (*House of the Exposed*) and installed the wheel, to receive the babies and to provide the first cares. Not always the public power worried about the girls' future and girls that, surviving the first cares, grew in the institution or out of it. In the middle of the 19<sup>th</sup> century, however, the girls' long permanence in the *casa dos Expostos*, added to the increase of the girls' abandonment between eight and thirteen years, turned in a social problem. In this article, we tried to investigate the discourses and the practices that acted to give form to the insert of the exposed ones in the society of the city of Recife, between 1830 and 1860.

**Keywords:** Gender; Exposed Women; Attendance.

## A GRANDE IMIGRAÇÃO EUROPÉIA PARA O BRASIL E O IMIGRANTE ESPANHOL NO CENÁRIO DA CAFEICULTURA PAULISTA: ASPECTOS DE UMA (IN)VISIBILIDADE

Marília D. Klaumann Cánovas<sup>1</sup>

*“La emigración española representa uno de los fenómenos más característicos de nuestra historia durante los dos últimos siglos. Es también quizá uno de los que la memoria colectiva sustituye un conocimiento profundo por unas imágenes tópicas: una vieja maleta, apenas sujeta con unas cuerdas, reposando junto a un banco, en el que descansa, con desmayo, una negra figura, en una estación de ferrocarril casi desierta.*

*Más lejanas, como imágenes de color sepia, unos emigrantes que saludan desde un barco.*

*Poco más sabemos de nuestros emigrantes; como se fuesen unos recuerdos de los que tuviésemos interés por hacerlos desaparecer de nuestra memoria y, sin embargo, difícilmente puede comprenderse nuestro pasado sin considerar el fenómeno emigratorio...”<sup>2</sup>*

De pouquíssima visibilidade, o imigrante espanhol que se destinou ao Estado de São Paulo, no período denominado de **emigração em massa**<sup>3</sup>, trazia em sua bagagem imaginária as mesmas expectativas e anseios que motivaram a todos aqueles que - provenientes das mais distintas regiões europeias, num primeiro momento, mas também da Ásia, logo depois -, se viram impelidos a empreender a odisséia atlântica.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em História Social pela Universidade de São Paulo.

E-Mail: <mariliacanovas@uol.com.br>.

<sup>2</sup> Pronunciamento do Ministro de Trabajo y Seguridad Social, Sr. Luíz Martínez Noval, na Apresentação da Edição Comemorativa dos 500 anos do Descobrimento da América, *Historia General de la emigración española a Iberoamérica, 1492-1992* (Madrid: CEDEAL - Fundación Centro Español de Estudios de America Latina, 1992, p. XIII).

<sup>3</sup> Denominação atribuída ao período compreendido entre o fim das guerras napoleônicas até a depressão mundial de 1930, ocasião em que 60 milhões de europeus (e 10 milhões de asiáticos) cruzaram o oceano em direção a outros continentes. Deste total, 71% teriam se dirigido para os Estados Unidos, 21% para a América Latina, e apenas 7% para a Austrália. Desses 21% ou 11 milhões de pessoas que se dirigiram a América Latina neste período, 38% eram italianos, 28% espanhóis e 11% portugueses, para citar as correntes majoritárias. Focalizando especificamente o espanhol, tem-se uma cifra aproximada a 3 milhões de pessoas. Cf. MÖRNER, Magnus. *Aventureros y proletarios: los emigrantes en Hispanoamerica*. Madrid: Editorial Mapfre, 1992, p.76.

Esse imigrante deixava para trás um país em crise, uma “*Espanha invertebrada*”<sup>4</sup>. A finais do século XIX, a Espanha possuía uma população de 18,5 milhões de pessoas, densidade considerada crítica para um país pobre, com um setor agrário representando 2/3 de sua economia, apresentando acentuadas contradições internas que resultaram em profundos descompassos não apenas entre os diversos setores da sociedade mas, igualmente, entre suas diversas regiões.

Coexistiam, de um lado, setores produtivos, agrários e industriais, identificados com uma nascente burguesia e, de outro, imensas regiões improdutivas, resultado das desapropriações dos latifúndios pertencentes à Igreja Católica - processo a que se denominou de desamortização, no caso, eclesiástica<sup>5</sup>.

Tais desamortizações estendem-se, posteriormente, também às propriedades pertencentes aos municípios - desamortização civil -, calculadas em 5 milhões de hectares e, depois, ocorrem os confiscos das propriedades legitimamente herdadas e denominadas de *manos muertas*<sup>6</sup>.

Como resultado dessa ingerência oficial, o camponês vê-se progressivamente desalojado do uso das terras comunais<sup>7</sup>, ao mesmo tempo em que, em decorrência dos leilões a que foram submetidas, assiste-se à transferência de imensas propriedades e bens comunais arrematados por grandes proprietários, num movimento que, no entanto, não logrou trazer qualquer benefício aos lavradores, nem deu lugar ao camponês proprietário, contribuindo tão somente para acirrar o seu alijamento dos tradicionais meios de subsistência.

*“Ya no había bienes municipales que repartir en pequeños lotes como  
antaño, las tierras señoriales habían sido completamente privatizadas y  
la desamortización puesto en manos privadas un número significativo*

---

<sup>4</sup> José Ortega y Gasset, um dos mais notáveis escritores espanhóis contemporâneos, assim se referia a Espanha deste período, num claro reconhecimento do desmembramento, da desconexão, dos descompassos e da desigualdade da sociedade espanhola. In: *España invertebrada*: bosquejo de algunos pensamientos históricos. 2. ed. Madrid: Calpe, 1922 (sobretudo p. 177-178).

<sup>5</sup> A denominada “desamortização eclesiástica”, na verdade levada a efeito em sucessivas etapas, consistiu em desapropriações, por parte do Governo Central, de áreas pertencentes a determinadas ordens religiosas, igrejas e mosteiros - que pelo direito civil e canônico eram perpétuas. De acordo com o direito canônico, esses bens podiam ser incorporados aos organismos eclesiásticos, mas não podiam ser desvinculados dos mesmos por contrato ou qualquer outro título, oneroso ou lucrativo. Calcula-se que entre as desamortizações e os resgates de pensões e rendas, o Estado tenha arrecadado 2.700 milhões de pesetas.

<sup>6</sup> Com efeito, denominavam-se *manos muertas* aos proprietários de imóveis cuja posse sobre os mesmos não poderia ser alienada e, por extensão, também recebiam a mesma denominação os bens de raiz inalienáveis. Já no século XVIII delineou-se na Espanha o problema das *manos muertas* que se encontrava em estreita relação com o da desamortização eclesiástica (...); daí, a denominação ter sido estendida na Idade Moderna e na época contemporânea aos proprietários cuja *hacienda* (herdade, fazenda) imóvel constituía uma dotação permanente, como era o caso dos bens territoriais da Igreja e dos *mayorazgos* [cf. *Diccionario de Historia de España*, tomo II (I-Z e apêndices). Madrid: Revista de Occidente, 1952, p. 351; tradução nossa].

<sup>7</sup> Terras pertencentes aos municípios antes das desamortizações e às quais, historicamente, os camponeses tinham acesso através do sistema de campos abertos (Antigo Regime), onde tinham liberdade de buscar o melhor aproveitamento (caça, pesca, lenha, coleta de frutos, etc..).

*de montes y dehesas<sup>8</sup> de aprovechamiento vecinal<sup>9</sup> y, lo que es peor aún, limitado las posibilidades de las nuevas y más numerosas generaciones de campesinos de acceder a la tierra (...).<sup>10</sup>*

Desse modo, o que se observa é a persistência do padrão tradicional, concentrador de terra nas mãos dos *terrateníentes*, responsável pela estagnação econômica, fato agora agravado pelos recentes arremates de propriedades e, conseqüentemente, pela extensão dos domínios, onde se praticava uma agricultura extensiva e pouco produtiva.

*“Cuando este tipo de derechos desaparece como consecuencia de la afirmación en el campo de la propiedad privada o estatal, los jornaleros se ven abocados a conseguir a través del mercado los bienes que antes conseguían gratis de la naturaleza (...) y el trabajo asalariado (...) se convierte en la fuente principal de ingresos (...).”*

Porém,

*“(...) el salario no siempre representa el único ingreso ni constituye la única condición reproductiva del grupo doméstico jornalero. La Historia de Andalucía muestra, por ejemplo, las frecuentes migraciones temporeras de jornaleros - a la manzana, a la uva, etc... e incluso a la siega o a la aceituna dentro del mismo perímetro andaluz - ; lo frecuente que era el tener **pequeñas parcelas en arrendamiento o aparcería**; el recurso a la caza (muchas veces furtiva); a la recolección de frutos silvestres o sobrantes, una vez alzadas las cosechas; o a la combinación del trabajo a jornal en el campo con otro tipo de actividad (...); o la importancia que hasta finales del siglo XIX tuvo para las economías domésticas jornaleras el aprovechamiento de bienes y derechos comunales o las parcelas de propios<sup>11</sup> repartidas anualmente.*

*(...) que en la campiña, especialmente está la propiedad bastante fraccionada y que existen además multitud de predios<sup>12</sup> arrendados en **pequeñas parcelas** (...) en donde son contados los campesinos que viven exclusivamente del salario; **casi todos son pequeños propietarios o arrendatarios** (...)<sup>13</sup>.*

*El valor semántico que los censos dan al término ‘jornalero’ no se refiere únicamente a las formas de percepción del salario, sino que refleja a la perfección el problema de la inestabilidad del empleo (...). De ahí que*

---

<sup>8</sup> *Dehesas*: pastagens, campos cultivados.

<sup>9</sup> *Vecinal*: municipal.

<sup>10</sup> NAVARRO, Manuel González de Molina. Siete problemas en la interpretación tradicional sobre el movimiento campesino andaluz. *Historia y fuente oral*, Barcelona, Universidad de Barcelona, n. 8, 1992, p.44-45.

<sup>11</sup> *Parcela de propios*: espaços de uso comum.

<sup>12</sup> *Prédio*: Fazenda, quinta, herdade.

<sup>13</sup> NAVARRO, Siete problemas..., p. 28-29.

*los censos incluyan en la categoría de jornaleros en las ciudades a todos aquellos trabajadores sin conocimiento expreso de un oficio, cuyo quehacer cotidiano se mueve a lo largo de un año en ámbitos muy diferentes: peón de albañil, mozo de cuerda, recadero, mendigo involuntario (...), una situación que afecta sobre todo a los campesinos que llegan a la ciudad y que encuentran difícil acomodo en los mercados de trabajo urbanos.*"<sup>14</sup>

Como se deprende do exposto, a economia de subsistência do camponês vê-se submetida, em função da aceleração dos processos de apropriação privada, a um crescente processo de mercantilização.

Quase simultaneamente, assiste-se à crise que afetou o vinhedo andaluz por ocasião do final da década de 70, denominada filoxera<sup>15</sup>, e que, incidindo sobre as pequenas propriedades, teria provocado a ruína de muitos camponeses, constando que, no litoral andaluz, entre 95 e 100% das superfícies vitivinícolas foram destruídas.

Desta forma, o camponês que, como a grande maioria, não possuísse uma pequena propriedade - e até mesmo o pequeno proprietário, agora expropriado por impostos e empréstimos -, necessitava, para garantir a sua sobrevivência, competir com um mercado de trabalho, possivelmente escasso junto aos grandes latifúndios produtivos, oferecendo seus serviços de *jornalero*, muitas vezes aliando a este, outras atividades, como o arrendamento e a parceria.

Há alguns registros e narrativas impagáveis na literatura espanhola da época relatando o triste cotidiano dos *braceros*, que trabalhavam a um jornal de *dos reales y cinco*; em sua obra *La Bodega*, Blasco Ibañez, expõe uma das maiores feridas nacionais do período: a fome.

*“Trabajar todo el día bajo el sol ó sufriendo frío, sin más jornal que dos reales y cinco como retribución extraordinaria e inaudita en la época de la siega! Era verdad que el amo daba la comida, pero ¡ que comida para unos cuerpos que de sol á sol (...).*

*En verano, durante la recolección, les daban un potaje de garbanzos<sup>16</sup>, manjar extraordinario, del que se acordaban todo el año. En los meses restantes, la comida se componía de pan, sólo de pan. Pan seco en la mano y pan en la cazuela<sup>17</sup>, en forma de gazpacho fresco o caliente, como si en el mundo no existiese para los pobres otra cosa que el trigo. Una panilla escasa de aceite (...) servía para diez hombres. Había que añadir unos dientes de ajo y un pellizco de sal ...*

---

<sup>14</sup> BAHAMONDE, A. & MARTÍNEZ, J. *Historia de España, siglo XIX*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1994, p. 476-477.

<sup>15</sup> Filoxera é o nome do inseto que atacou as videiras andaluzas a partir de 1878-80, proveniente da França; tal denominação se estendeu também ao fenômeno.

<sup>16</sup> Garbanzo: grão-de-bico.

<sup>17</sup> *Cazuela*: guisado feito em caçarola.

Tres comidas hacían al día los braceros, todas de pan: una alimentación de perros. A las ocho de la mañana, cuando llevaban más de dos horas trabajando, llegaba el gazpacho caliente, servido en un lebrillo<sup>18</sup>. Lo guisaban en el cortijo, llevándolo adonde estaban los gañanes (...).

A mediodía era el gazpacho frío, preparado en el mismo campo. Pan también pero nadando en un caldo de vinagre, que casi siempre era vino de la cosecha anterior que se había torcido. Unicamente los zagales y los gañanes, en toda la pujanza de su juventud, le metían cucharada en las mañanas de invierno, engulléndose este refresco, mientras el vientecillo frío les hería las espaldas. Los hombres maduros, los veteranos del trabajo, con el estómago quebrantado por largos años de esta alimentación, manteníanse á distancia, rumiando un mendrugo seco.

Y por la noche, cuando regresaban á la gañancia para dormir, otro gazpacho caliente: pan guisado y pan seco, lo mismo que por la mañana. Al morir en el cortijo alguna res cuya carne no podía aprovecharse, era regalada á los braceros, y los cólicos de la intoxicación alteraban por la noche el amontoamiento humano (...).

*Los hombres empezaban de pequeños el aprendizaje de la fatiga aplastante, del hambre engañada.*"<sup>19</sup>

Essa radiografia, sem retoques, e relatada em tantas outras passagens literárias, credita maior verossimilhança à narrativa de um emigrante que a protagonizou, demonstrando que a fome não era apenas o enredo (ficcional?) de um romance de época. Ela continuava habitando, nas lembranças rememoradas, o cotidiano das pessoas que dela conseguiram escapar:

*“Lá na Espanha, meu pai contava que tinha gente que trabalhava hoje pr’a comer o pão amanhã; trabalhava, às vezes, a troco de um pão...; era muita pobreza (...). Tinha gente que tava mais remediadinho, né?! Diz (o pai) que tinha dois vizinhos lá no pueblo, casou a filha de um, que estava mais remediado, e os outros, coitados, que não tinham jantado naquela noite, foram dormir sem janta - também não tinha com quê, né? -, e aquele que foi dormir sem janta tava devendo um dinheiro pr’o outro que tinha casado a filha, tinha uma terrinha, (diferente) do outro que trabalhava por dia, jornalero como fala espanhol, trabalhava o dia inteiro pr’a comer no outro dia. Então, diz que foram dormir sem janta, e então diz que bateram na porta, e ele pensou: tenho certeza que vieram trazer janta pr’a nós, de certo, que sobrou do casamento. Diz que foi até a porta, abriu e o outro disse: ó, vim ver se o senhor me arruma metade do que me deve!; Ele respondeu: ai, mi hombre, estamos sem janta, porque não tenho nem para comer. O outro disse: não*

---

<sup>18</sup> Lebrillo: terrina.

<sup>19</sup> IBAÑEZ, Vicente Blasco. *La bodega*. Valencia: Prometeo, 1919 [1904], p. 104-106.

*tenho nada com isso, preciso do que está me devendo! . Meu pai via que na Espanha era muita pobreza.*"<sup>20</sup>

Entre 1860 e 1920 a população *jornalera* havia aumentado em termos relativos, passando de 17 a 18% da população total; os níveis salariais, estipulados entre 1,40 e 1,80 pesetas por dia, apesar disto, apresentaram aumento em 417 dos 700 municípios, conforme um informe oficial de 1905, provavelmente resultante da ação sindical.

No entanto, a despeito das melhorias salariais, o custo de vida vinha sofrendo contínuas altas, e provocando desemprego. Bernal<sup>21</sup> sustenta que a condição de vida *jornalera* era bem pior que a dos pequenos proprietários, e que, portanto, aqueles teriam muito mais necessidade de emigrar. No entanto, como é de se imaginar, a maioria deles sequer dispunha das condições mínimas para tal. Emigrar, assim, não era uma opção para todos. Mesmo contando com o subsídio da passagem, isto envolvia uma série de providências e gastos, consigo e com sua família, a que nem todos podiam arcar.

Apesar disso, o fator central que parece ter impulsionado a emigração, parece residir naquilo que Sanchez-Albornoz<sup>22</sup> denomina de crise de subsistência, ou miséria institucionalizada, que se abateu sobre o campesinato andaluz de finais do século XIX, entendendo-se por isto a falta de trabalho continuado, os baixos salários e as condições desfavoráveis e díspares do sistema tributário com relação ao pequeno proprietário.

Outra das razões que impelia famílias inteiras a deixarem para trás seu pequeno *pueblo*, vender seus poucos pertences ou deixá-los com algum parente ou amigo, consignados em troca de algum montante em dinheiro, pode ser identificada no medo de que seus filhos fossem convocados para as guerras, recurso utilizado pelo governo espanhol na tentativa de salvar suas últimas colônias ultramarinas - Porto Rico, Filipinas e, sobretudo, Cuba, de maior interesse econômico.

Havia, ainda, a questão do Marrocos. Desde 1909, a Espanha havia implementado a sua ocupação militar, conforme acordo realizado com a França, fixando as respectivas zonas de protetorado. O principal objetivo era garantir a exploração das minas de ferro próximas a Melilla; choques com os marroquies eram freqüentes, como o ocorrido em 1893, durante as obras de fortificação de Melilla, consoante com a desconcertante política do Governo espanhol na África,

---

<sup>20</sup> Fragmento do depoimento de D. Teodora Dias, 75 anos, prestado a autora no ano de 1980. Seu pai, extremenho de Cáceres, chegara ao Brasil em 1905 (ano em que ela nasceria), dirigindo-se para Bebedouro, como colono em uma fazenda de café (para outros depoimentos dos emigrantes, ver CANOVAS, Marília. Os espanhóis de Villa Novaes e suas narrativas. *Travessia - Revista do Migrante*, São Paulo, Gráfica e Editora Peres Ltda., ano XVII, n. 49, mai./ago. 2004, p. 31-39).

<sup>21</sup> BERNAL, Antonio M. La emigración de Andalucía. In: ALBORNÓZ, N. Sánchez (comp.). *Espanoles hacia América: la emigración en masa, 1880-1930*. Madrid: Alianza Editorial, 1988, p. 156.

<sup>22</sup> ALBORNÓZ, N. Sánchez. *España hace un siglo: una economía dual*. Barcelona: Península, 1968. ALBORNÓZ, N. Sánchez. *Los precios agrícolas durante la segunda mitad del siglo XIX*. Madrid: Banco de España, 1975 (*apud* Bernal, 1988: 154).



o que vai se constituir motivo de constante polêmica entre os oficiais, muitos dos quais propunham o abandono de Marrocos.

Tanto as guerras coloniais na América, quanto a guerra do Marrocos, a mais longa (de 1909 a 1927), representaram uma motivação para a emigração das famílias, tentando evitar que seus filhos fossem enviados para as frentes de batalha.

A deserção ao serviço militar, aliás, consistirá na principal preocupação do governo espanhol e único fator restritivo às emigrações, até as primeiras décadas do século XX.

*“(...) a guerra em Cuba e em Melilla (Marrocos). Todas as semanas partiam para a América e África centenas de moços, imberbes muitos deles. Nas docas do porto nas plataformas da estação podiam-se ver cenas dilaceradoras. A Guarda Civil tinha muitas vezes de abrir fogo contra as mães que tentavam impedir o transporte de tropas, retendo os braços nas amarras ou bloqueando a passagem das locomotivas. Daquelas centenas de milhares de jovens que partiam para a frente muito poucos haveriam de voltar, e ainda assim, mutilados ou gravemente doentes.”<sup>23</sup>*

*“Desse modo perdemos as últimas colônias (...) e agora nos encontramos com os portos transbordando de repatriados. Diariamente chegavam, com efeito, barcos que traziam para a Espanha os sobreviventes das guerras de Cuba e das Filipinas. Haviam combatido durante anos nas selvas apodrecidas e embora fossem muito jovens já pareciam velhos. Quase todos voltavam doentes de febres tersãs. Seus familiares não queriam acolhê-los por medo do contágio e tampouco encontravam trabalho ou algum meio de subsistência. Eram tantos que até para pedir esmola tinham que fazer fila. As pessoas não lhes davam nem um centavo: vocês deixaram que pisoteassem a honra da pátria e ainda têm a desfaçatez de vir inspirar compaixão, diziam-lhes. Muitos se deixavam morrer de inanição pelas esquinas, já sem ânimo para nada.”<sup>24</sup>*

Seu êxodo, assim, provocado pela fome, pelo medo das convocações militares e pela descrença nos rumos do país, se dava majoritariamente em famílias, requisito básico para que se lhes outorgasse o subsídio da passagem para a travessia, concedido pelo governo paulista.

Nas décadas de 1900-1920, a emigração andaluza parece adquirir corpo e atuar de maneira uniforme por quase toda a região; estima-se que 10% de toda a população espanhola tenha emigrado entre 1901-11, e destes, 80% seriam camponeses, sobretudo das zonas tipicamente minifundiárias.

Que indicadores nos revelam tais dados?

Em primeiro lugar, cronologicamente, indicam o caráter de fenômeno tardio dessa imigração quando comparado à italiana, por exemplo, o que também reforça

<sup>23</sup> MENDOZA, E. *A cidade dos prodígios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 156.

<sup>24</sup> MENDOZA, *A cidade...*, p. 187.

algumas hipóteses calcadas em investigações mais recentes, segundo as quais o contingente potencial à emigração se compunha majoritariamente de pequenos proprietários - e não de *jornaleros*, como poderia se supor -, tese esta que se sustenta na observação dos coeficientes de imigração na Andaluzia, que comprovam, no período imediatamente anterior ao das grandes emigrações, a ocorrência de um remanejamento a nível provincial, isto é, uma mobilidade populacional, sobretudo no período imediatamente anterior ao das emigrações em massa, das zonas tipicamente minifundiárias para aquelas onde predominavam os latifúndios<sup>25</sup>.

De qualquer modo, é possível identificar, neste fluxo, os momentos mais relevantes: em primeiro lugar, e coincidindo com a praga da filoxera na Andaluzia Oriental, consta que as primeiras levas dirigiram-se para a Argentina, por volta do ano de 1870.

Já sob eixos de massividade, a primeira década do século XX, especialmente os anos de 1905-1906, alcançou um volume de entradas até então inédito para o Brasil, que se suplantaria na década seguinte, pelo montante dos fluxos contabilizados para os anos de 1912-1913. Esses seriam os dois principais marcos cronológicos da entrada de imigrantes espanhóis no Estado de São Paulo.

### ***Por que para o Brasil, ou melhor, por que para São Paulo?***

O Brasil jamais representou o destino preferencial desse imigrante. A ele conviria, até por questões de idioma, dirigir-se à Argentina ou ao Uruguai, países que, tal como o Brasil nesse período, procuravam atrair mão-de-obra europeia.

No entanto, o Brasil acenava com uma facilidade que não era ofertada pelos outros países - o subsídio -, o qual também podia ser utilizado, como consta ter ocorrido, para finalmente se atingir o destino desejado.

Informes da Secretaria da Agricultura dão conta de que muitos espanhóis utilizavam-se do subsídio para, uma vez em São Paulo, e alegando terem sido enganados quanto ao destino, solicitarem uma passagem para o Estado do Rio Grande do Sul. Tal procedimento, de tão freqüente, alertou os funcionários de que eles, na verdade, estavam tentando apenas atingir os dois países do Prata, a Argentina e o Uruguai e, a partir de então, tais passagens passaram a ser negadas.

O ciclo do café representou um marco na economia brasileira. De reconhecida importância, sob vários aspectos. Na Província de São Paulo, por exemplo, ele foi o responsável, até 1930, por mais da metade dos ingressos provinciais.

Era preciso, no entanto, irrigar constantemente sua cultura intensiva com mão-de-obra farta. Esse foi o principal foco da política imigratória brasileira desse período: suprir as fazendas que rasgavam o interior da Província/Estado com imigrantes constituídos em famílias, o que, conforme sua ótica, evitaria, entre outras

---

<sup>25</sup> Em seu trabalho *Despoblación y repoblación de España* (Madrid, 1929), M. Fuentes (*apud* Bernal, 1988: 150 e ss.) apresenta diversos quadros estatísticos dos movimentos populacionais internos da Andaluzia, através dos quais tenta comprovar a tese do deslocamento havido das zonas de minifúndio para as de latifúndio (sobretudo Jaén, Córdoba, Sevilha, Cádiz e Huelva) observado na fase anterior das emigrações em massa.

coisas, que se deslocassem com mais freqüência, de fazenda a fazenda em busca de melhores contratos.

Nossos fazendeiros eram, igualmente, os próprios governantes neste período, e, como tal, nesta conjugação de interesses, utilizavam-se da máquina estatal para uma agressiva política imigratória “oficial” de arregimentação em larga escala, cuja oferta crescente lhes garantiria maior barganha nos contratos.

*“Até a última década (do século passado) os grandes fazendeiros foram os dirigentes de São Paulo. O interesse coletivo confundia-se com os interesses de classe. Os problemas de mão-de-obra, de povoamento, das vias de comunicação foram considerados e tratados acima de tudo em função dos interesses dos fazendeiros.”<sup>26</sup>*

Tal política imigratória assentava-se sobre alguns pilares, sendo o principal deles, o subsídio à passagem do candidato à emigração.

Por outro lado, a Lei nº 673, de 9 de setembro de 1899, previa outras facilidades ao imigrante subsidiado: o desembarque à sua chegada no porto de Santos, e o transporte até a Hospedaria dos Imigrantes às custas do Estado; o sustento e o alojamento na Hospedaria durante os oito primeiros dias após a chegada; colocação por intermédio da Agência Oficial 27 e transporte da Hospedaria até a estação de trem mais próxima à fazenda.

*“(Esta) opção significou o emprego de enormes verbas, canalizadas através do Estado, para a importação de braços, transformados em mão-de-obra barata para a acumulação do capital cafeeiro. Entre 1881 e 1917, os gastos com imigração feitos pelo Tesouro Nacional somaram 137 219 379\$465. Esta cifra refere-se a verbas despendidas em todas as unidades do País, da qual, como se sabe, São Paulo recebeu grande*

---

<sup>26</sup> MONBEIG, Pierre. *Le pionniers et planteurs de São Paulo*. Paris, 1952, p.123-124 [apud MERTZIG, Lia R. L. *As dificuldades de adaptação do imigrante no Estado de São Paulo: repatriação e reemigração, 1889-1920*. São Paulo: FFLCH-USP, 1977, p. 47 (Dissertação de Mestrado)].

<sup>27</sup> A partir da primeira década do século criaram-se alguns organismos com a finalidade de assistir o imigrante e proteger o trabalhador rural. Aparece, assim, em 1906, a Organização de Colocação e Trabalho (mais tarde *Agência Oficial de Colocação*), anexa à Hospedaria, que deveria disciplinar o mercado de trabalho e os contratos que eram executados. É de 1907 a criação da Inspeção da Imigração do Porto de Santos, para recepcionar os imigrantes e de 1911 o Patronato Agrícola que tinha como finalidade “*tornar efetivas as leis decretadas pela União Federal e pelo Estado de S. Paulo em favor do imigrante e outros operários agrícolas*”. O Patronato deveria oferecer assistência jurídica gratuita aos colonos a fim de conseguirem o cumprimento dos contratos de trabalho; deveria, ainda, levar às autoridades competentes as queixas dos imigrantes a respeito de atentados contra sua honra, vida e bens. Em 1911, tentativas de institucionalizar os serviços de imigração e de trabalho culminaram com a criação do DET - Departamento Estadual do Trabalho, que englobava a Inspeção de Imigração no porto de Santos, a Hospedaria dos Imigrantes e a Agência Oficial de Colocação (cf. PETRONE, Maria Theresa S. *Imigração*. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História geral da civilização brasileira: o Brasil Republicano*. vol. 2, tomo III. São Paulo: Difel, 1978, p. 113-114).

parcela. Ademais, é preciso acrescentar os gastos provenientes do governo de São Paulo, que, no mesmo período, somaram cerca de 92 000 000\$000.”<sup>28</sup>

*“Estatísticas dão conta da adequada ‘performance’ do Poder Público no programa de imigração subvencionada, em sua tarefa de abastecer as lavouras cafeeiras paulistas de um contingente de força de trabalho sempre superior à demanda, durante vários anos. Estimativas feitas por Holloway apontam que, no período 1894-1914, o volume de imigrantes que afluíram para as áreas do café era praticamente o dobro do que seria necessário para o trabalho naquelas, equivalendo esse excedente a cerca de 300.000 pessoas. Também Hall, baseando-se em dados de produção e de produtividade do trabalho, com referência ao período 1910-1914, estima que cerca de 300.000 trabalhadores seriam necessários para cuidar e colher o café já plantado, sendo que, até esse período, já haviam entrado cerca de 750.000, a maioria dos quais destinados às áreas cafeeiras de S.Paulo.”<sup>29</sup>*

Os fazendeiros, no entanto, possuíam muitos aliados nesta empreitada, a iniciar pelos “*ganchos*”, assim denominados os agentes de emigração contratados pelas companhias de navegação ou pelos próprios governos dos países receptores, que percorriam os *pueblos* tentando persuadir as pessoas do campo das vantagens da emigração, além de facilitar-lhes os trâmites para a obtenção da documentação e até mesmo a sua falsificação.

Muitos encareciam os preços das passagens e outros ainda ofereciam empréstimos com juros elevados, pelos quais sugeriam a hipoteca de alguns bens a seu favor. Atuavam como *ganchos* desde secretários das prefeituras e juizados locais, farmacêuticos, comerciantes e até párocos, ou qualquer indivíduo que fosse bem relacionado. Muitos eram proprietários das pensões próximas aos portos de embarque, que exploravam aqueles que, chegados dos *pueblos*, aguardavam a data de saída do navio. Consta que receberiam de 5 a 10 libras por cada candidato que convenciam e que enviavam para o porto de embarque.

Sua atuação sempre foi contestada. Vendiam ao candidato uma imagem de país que ele jamais encontraria - que, aliás, eles próprios desconheciam -, e a ilusão do enriquecimento e da possibilidade de fácil acesso à propriedade agrária.

*“Ganhar dinheiro! Viemos naquela fé que Brasil era só juntar dinheiro, né? Mas todo mundo veio enganado, chegavam aí, chegavam nas fazendas que não tinha nem estrangeiro, era aquela brasileira, negros, né?!...; uma comida tudo diferente, arroz, feijão, mandioca, essa*

---

<sup>28</sup> BOLETIM DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DO TRABALHO. São Paulo, ano VII; n. 34/35, 1919, p. 340, p. 342 e p. 343 (apud KOWARICK, L. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 100).

<sup>29</sup> SPINDEL, Cheywa R. *Homens e máquinas na transição de uma economia cafeeira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 94 (citando Holloway, 1974, p. 249-258 e Hall, 1969, p. 165-166).

*coisarada que lá não tem; lá tem também, mas não diário que nem aqui. E serviço... tudo diferente: carpir café com enxada, apanhar café, abanar café... ; e a pessoa sofre, né?”<sup>30</sup>*

Comparativamente às demais nacionalidades, temos o seguinte quadro, abaixo (Quadro I), que nos fornece a exata dimensão do volume de mão-de-obra que ingressou no Estado de São Paulo, nos anos de 1885 a 1929, tendo como destino prioritário as fazendas de café de seu interior. Interessante notar as três principais correntes - italianos, espanhóis e portugueses -, e como os espanhóis sucederam cronologicamente aos italianos, credenciando a hipótese que relaciona a falta de oportunidades reclamada por aqueles ao caráter tardio de seu ingresso.

**QUADRO I**  
**DISCRIMINAÇÃO POR QUINQUÊNIOS, DAS PRINCIPAIS**  
**NACIONALIDADES ENTRADAS NO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**ANOS 1885-1929**

PERÍODO	TOTAL	ITALIANOS	PORTUGUESES	ESPAANHÓIS	JAPONESES	DIVERSOS
1885-1889	167.664	137.367	18.486	4.843	---	6.968
1890-1894	319.732	210.910	30.752	42.316	---	20.899
1895-1899	415.253	219.333	28.259	44.678	---	11.305
1900-1904	171.295	111.039	18.530	18.842	---	11.191
1905-1909	196.539	63.595	38.567	69.682	825	23.870
1910-1914	362.898	88.692	111.491	108.154	14.465	40.096
1915-1919	83.684	17.142	21.191	27.172	12.649	5.530
1920-1924	197.312	45.306	48.200	36.502	6.591	60.713
1925-1929	289.941	29.472	65.166	27.312	50.573	17.418

Fonte: HOSPEDARIA DOS IMIGRANTES. *Imigrantes estrangeiros entrados no Estado de S. Paulo - Período 1885/1961. Discriminação por quinquênios, das principais nacionalidades entradas no Estado, em três quartos de século de existência da Hospedaria “Visconde de Parnaíba”*. São Paulo, 1978, s/n.

Fazer a América! E nessa ilusão vieram levas e mais levas de imigrantes oriundos da Espanha. Até 1930, 75% do total ingressado destinava-se à Província/ Estado de São Paulo e, de conformidade com o Recenseamento Nacional de 1920, oito a cada dez espanhóis residiam nas zonas cafeeiras de seu interior. Seu montante percentual diante das demais correntes é objeto do Quadro II, a seguir:

---

<sup>30</sup> Fragmento de depoimento do Sr. Ildefonso Blasquez Sanchez, 84 anos, consignado à autora em 1980, em Vila Novaes, localidade próximo a Catanduva. Seu Ildefonso chegara ao Brasil em 1905, acompanhando sua família aos nove anos de idade, procedente de Cáceres, na Extremadura.

**QUADRO II**  
**IMIGRANTES ESPANHÓIS ENTRADOS NO ESTADO DE S. PAULO**  
**1885-1929**

PERÍODO	QUANTIDADE	PORCENTAGEM SOBRE AS OUTRAS PROCEDÊNCIAS <sup>31</sup>
1885-1889	4.834	2,88%
1890-1894	42.316	13,23%
1895-1899	44.678	10,76%
1900-1904	18.842	10,99%
1905-1909	69.682	35,45%
1910-1914	108.154	29,80%
1915-1919	27.172	32,47%
1920-1924	36.502	18,50%
1925-1929	27.312	9,42%
TOTAL	379.492	17,21%

Fonte: RELATÓRIOS DA SECRETARIA DA AGRICULTURA.  
*Imigrantes estrangeiros entrados no Estado de S. Paulo - Período 1885/1961.*

Por razões diversas, a essa expressividade numérica parece não corresponder, ainda hoje, um número equivalente de investigações, se compararmos aos trabalhos multidisciplinares que foram destinados ao imigrante italiano, por exemplo, mas também aos japoneses, alemães, sírio-libaneses e outros contingentes minoritários.

Esta constatação já era recorrente, quando, nos inícios da década de oitenta do século passado, após longa peregrinação por diversos locais e acervos, na tentativa de rastrear a presença de vestígios da passagem desse contingente migratório pelo Estado de São Paulo, foi-nos sugerida como uma possibilidade a localidade de Villa Novaes, próxima à cidade de Catanduva, no Oeste Paulista, por haver concentrado em sua ocupação inicial, grande número de famílias espanholas que para lá haviam ocorrido, nas primeiras décadas, atraídas pela possibilidade de adquirir seu quinhão de terra. Lá existiriam, segundo o informante, remanescentes (ainda) de primeira geração e seus descendentes, cujas histórias lhe eram familiares e próximas, já que sua mãe fora parteira no local por várias décadas<sup>32</sup>.

<sup>31</sup> Consideramos aqui somente aquelas de maior importância para o período, como os italianos e os portugueses, até 1905-1909, e, a partir de 1910-1914, também os japoneses.

<sup>32</sup> D. Olga Birolli González, residente à época em Catanduva, teria realizado cerca de 2.000 partos na vila. Devemos a ela, pessoa respeitada na comunidade, a acolhida favorável que tivemos em Villa Novaes.

Lá chegando, depois de algumas escalas e parada obrigatória em Catanduva - Villa Novaes, à época não dispunha sequer de uma linha regular de transporte coletivo -, tivemos novo impacto. A pequena vila não possuía biblioteca ou arquivo, menos ainda um museu, e as informações iniciais acerca da possibilidade da existência de qualquer documentação que pudesse subsidiar uma investigação eram díspares.

Havia, no entanto, as pessoas remanescentes da “colônia”, de quem procuramos nos acerrar. A partir dos primeiros contatos, e depois, nas longas conversas embaladas pelas histórias e narrativas pessoais carregadas de lembranças de seu país, da viagem, da chegada ao Brasil, das fazendas por onde passaram, das dificuldades e desapontamentos inerentes ao processo que vivenciaram, foram longos os momentos de rememoração, que, por outro lado, nos davam a sensação de estarmos no lugar certo.

Para muitos deles, a influência do meio e as relações interpessoais e grupais havia criado uma fala peculiar, um espanhol aportuguesado por elementos locais, que, todavia, conservava um *acento* - sotaque - marcadamente espanhol na forma de narrar e na construção dos períodos e das frases.

De todo modo, aquelas narrativas, mergulhadas na trajetória singular de que tinham sido protagonistas, começaram a ganhar corpo e nexos, emoldurando um quadro referencial que incitava nosso interesse pela investigação, mesmo que essa ainda se revelasse inexequível.

Simultaneamente, íamos checando suas indicações de locais que poderiam conservar documentos da época que remontava à sua chegada no local. Museus, arquivos, bibliotecas, casas de cultura, prefeituras, câmaras municipais, foram rigorosamente mapeados e consultados todos aqueles ainda existentes nos municípios a quem Villa Novaes, nos estágios iniciais de sua ocupação vinculava-se administrativamente - antes mesmo de receber essa denominação -, e a quem depois pertencera como distrito<sup>33</sup>.

Dentre os documentos localizados nestes vários locais, muitos fragmentos de História, de vários matizes e épocas e que podiam, quando muito, contribuir aqui e ali como um dado, uma informação a mais. Nada com sustância suficiente para evocar e ilustrar o processo que pretendíamos examinar.

Neste ínterim, entretanto, continuávamos a nos reunir com a colônia e, cada vez mais, a interessar-nos por montar o xadrez de seus relatos; percebíamos, também, crescer seu interesse, revelando-nos informações, possibilidades, pistas, estratégias e indicações de toda ordem.

---

<sup>33</sup> Villa Novaes aparecerá oficialmente como distrito apenas em 1925, pertencendo ao Município de Jaboticabal a quem se filiará até 1935; depois, passará a se reportar a Catanduva, de 1935 a 1938 e, finalmente, a Tabapuã, de 1938 a 1997, quando passa a município. Nos primórdios de sua ocupação, São Sebastião do Turvo, depois Irupy, era o Distrito de Paz que congregava toda uma vasta região inicialmente constituída por mata virgem e propriedades agrárias esparsas, que, paulatinamente desmembradas, resultaram em novas denominações de sítios e fazendas, depois povoados e vilas, dentre as quais a depois denominada Villa Novaes, umas das células iniciais.

Foi quando, finalmente, nossa atenção foi despertada para os volumes dispostos no pequeno cartório de Villa Novaes - de propriedade de um descendente de espanhóis, Sr. Paschoal Blasquez Sanchez -, que nos franqueou a consulta a seus inúmeros livros de registros, dos quais, de todo mudo, constavam apenas os efetuados a partir do momento em que Villa Novaes transformara-se em distrito, ou seja, a partir de 1925.

A série anterior a 1925, depois localizada, e remontando ao ano de 1900, encontrava-se conservada no Cartório do Município de Paraíso e fora recolhida de dois distritos anteriores: o de São Sebastião do Turvo, localidade extinta por uma epidemia, sucedido depois pelo de Irupy, que passou a concentrar o registro das ocorrências civis dos habitantes daquela boca de sertão<sup>34</sup>.

Esta e outras descobertas documentais acabaram por assegurar a possibilidade de uma investigação, que, anos depois, acabou redundando em nossa Dissertação de Mestrado<sup>35</sup>.

Contudo, o diferencial, inédito e valoroso nessa trajetória, pode ser atribuído à participação dos emigrantes na sua elaboração. Lentamente fomos percebendo o privilégio que se nos afigurava a prerrogativa da exploração do patrimônio oral representado por aqueles personagens-vetores de História. Eles eram, afinal, o objeto que se transmutara em sujeito, numa rara combinação. Aquele grupo havia efetivamente partilhado de uma experiência singular, que buscávamos reconstruir.

Muitos deles, de idade avançada, pertenciam à primeira geração de emigrados e haviam protagonizado o processo que nos empenhávamos em investigar. Assim, se a sua trajetória concreta e formal no país de destino estava inscrita naqueles livros cartoriais, por que não recuperá-la numa reelaboração com as narrativas, procedimento que permitiria a apropriação de outras faces que dificilmente poderiam ser apreendidas pela História oficial?

Surgiu, então, a idéia de (também) utilizar seus relatos, e de forma sistemática, como uma oportunidade ímpar de apreender as diversas manifestações de sua identidade individual e grupal, de identificar a sua consciência quanto ao processo a que se viram submetidos, e de, enfim, captar que imagem esse imigrante forjara de si mesmo<sup>36</sup>.

Dada a extensão do material oral coletado juntos aos espanhóis de Villa Novaes, destacamos para a oportunidade fragmentos das falas de três dos narradores - Sr. Ildefonso Blasquez Sanchez, D. Teodora Diaz e Sr. Tercifon Cabrera -, acreditando que das histórias extraordinárias destes emigrantes obscuros transpira um dos capítulos mais expressivos e vigorosos de nossa História Social.

---

<sup>34</sup> Os 18 livros cartoriais de Registro de Nascimento e os 33 livros de Escrituras e Testamentos pertencentes aos dois Cartórios, por nós microfilmados na íntegra, geraram 11.000 fotogramas distribuídos em 18 rolos de microfilmes, hoje disponíveis no CAPH - Centro de Apoio à Pesquisa em História, do Departamento de História da USP.

<sup>35</sup> CANOVAS, Marília. *A Emigração espanhola e a trajetória do imigrante na cafeicultura paulista: o caso de Villa Novaes, 1880-1930*. São Paulo: FFLCH-USP, 2001 (399 p.). Livro no prelo. A dissertação encontra-se disponível no Portal do Saber da USP (<http://www.saber.usp.br>), catalogada por título, autor e palavras-chave.

<sup>36</sup> A íntegra dos depoimentos prestados à autora encontra-se em anexo à dissertação, em disquete. Fragmentos deles, no entanto, estão transcritos no texto.



## **Os narradores e suas histórias**

*“Cada ser humano é um abismo e a gente tem vertigens quando se debruça sobre um deles”.*

Georg Büchner, Woyseck, 1944.

### **A ESPANHA**

*“(...) Eu vou dizer para a senhora, nós saímos da Espanha porque o povo tinha aquela agonia de ganhar e nós, do jeito que tava lá, meu pai era pobre (...) eu tinha nove anos quando nós viemos, nós não precisava de vir pra trabalhar de empregado aqui, porque meu pai tinha um terreninho, uma casa pra morar, ganhava pra comer(...).”*

*“(...) Ele plantava roça, trigo, grão de bico, cevada, batata; tinha um pedacinho de terra que tinha oliveira dando fruta, tinha um pedaço de uva dando, um terreninho pra plantar cebola, alho, tinha pêra, tinha maçã, figo, né. E ele trabalhava todo ano, plantava roça, terreno lá dos ricos, eles davam aquele terreno a 20% da produção e o pai plantava lá todo ano. E podia levar lenha, podia ter criação lá, no campo, tudo isso. Criação não pagava nada.”*

### **A CHEGADA AO BRASIL**

*“(...) Nós ficamos num hotel, e de lá pegamos um trem e viemos para Bebedouro. Era uma casa de imigrantes, ficamos lá dois ou três dias, por conta do Governo, acho que era na Hospedaria. Tratava a gente como animal, passava até fome lá.”*

*“(...) Passava fome, quem tinha dinheiro ainda comprava qualquer coisa lá, uma bolacha, uma coisa, mas quem não tinha (...).”*

*“(...) Teve muito pessoal que nós ficamos aqueles três dias lá, que dormia no chão, assim, não tinha nem um colchão onde dormir. (Era) tudo largado.”<sup>37</sup>*

### **A(S) FAZENDA(S) DE CAFÉ, O COLONATO, A AQUISIÇÃO DO SÍTIO, OS BRASILEIROS**

*“(...) Meu pai veio na fazenda de um tal Querubim Franco em Bebedouro, nas redondezas de Bebedouro, nove meses trabalhou lá, colhendo a colheita de café, chegou fora de tempo já. E trabalhou lá nove meses. E nesses nove meses, aos oito dias, eu nasci, que ele estava*

---

<sup>37</sup> Sr. Ildfonso Blasquez Sanchez. Aos 84 anos, era o mais idoso - também o mais eloquente e crítico -, dos imigrantes a narrar sua trajetória. Chegara ao Brasil aos nove anos, em 1905, com sua família, procedente de Cáceres, na Extremadura.

*lá, que chegou da Espanha, e já vim com nove meses para a outra fazenda. Lá teve quatro anos na outra fazenda. Já lembro de tudo naquela fazenda.”*

*“(…) Ele (referindo-se a seu pai) foi trabalhar lá na Fazenda do Otaviano Ferraz, cunhado de Querubim Franco, lá perto de Bebedouro; lá fez quatro anos. Café já formado, só trabalhar e colher... secar no terreno.”*

*“(…) Mas era muita espanholada lá... tem alguns aqui, os Cantarera... ihhh... muita espanholada, lembro quase de todos lá, que trabalhavam naquela fazenda né, e lá, meu pai, eu já lembro, quando meu pai ia receber o pagamento, todo sábado, eu ia com ele.”*

*“(…) Antigamente era assim; meu pai pegava a cadernetinha, disse me alembro, ia com ele, uma franguinha atrás dele, eu lembro que o patrão estava deitado naqueles tempos, né, numa rede, parece que estou vendo, olha, com quatro anos, que não tinha cinco anos ainda eu; ele levantava, ia numa mesinha, escrevia, escrevia, dava a cadernetinha pro meu pai. Era perto, não era alijado; casa de fazenda era um pouquinho longe da colônia, mas era uma coloniada lá, tudo espanhol, quase tudo espanhol. E ali foram juntando ali, naquela fazenda e outra que tava lá, perto lá, de um tal de Passa Quatro, fazendeiro, era médico, também lá muita espanholada, naquele ano vinha muita espanholada da Espanha porque na Espanha era muito difícil pra ganhar pra comer, muito pobre, muita pobreza, né?”*

*“(…) Ele pegou um café de meia, e quando fazia dois anos que estava trabalhando naquele café, tirou 600 sacos de café, 300 pr´o patrão, 300 p´ra ele, e lá ele foi e vendeu o saco de café a \$10.000 réis; daí, ganhou pra comprar um sitinho. Comprou um sitinho, aqui no Córrego do Matão, 25 alqueires, pagou 3\$500 contos, com escritura, talão de cisa e tudo; eu tava com sete anos, 1913, então (...).”*

*“(…) Meu pai cercou tudo, limpou, roçou, queimou, depois plantou para formar o pasto que era tudo sarogo. E o que era de roça, o que vendeu pr´a nós aquela terra, quem vendeu pr´a nós, o que era de roça, 15 alqueires, ele comprou d´uma viúva, a troco de um cavalo e um garrafão de pinga! D´uma viúva, 15 alqueires, deu um garrafão de pinga pr´a ela e um cavalo velho!”*

*“(O vendedor) morava numa tapera, tapera de chão, as paredes de coqueiro. Tinha aquela tapera largada, os porcos entrava por um lado, saía por outro, e pousava lá de noite; meu pai ia com as irmãs, foram e limparam e encheram de terra, arrumaram para a gente poder entrar lá.”*

“(…) *Aí, quando eu tinha uns vinte anos, não acabei de contar para a senhora, ele queria vender o sítio, ir para a Espanha. Sabe quanto davam no sítio? 100\$000 conto. Nossa Senhora! O finado meu pai disse que com esse 100\$000 conto lá na Espanha ele era o mais rico do pueblo, ele falava assim pr’a nós (...): ‘Olha, pai, não me interessa, não quero saber da Espanha’.*”<sup>38</sup>

“(…) *(Meu pai não tinha) ninguém conhecido. Veio pra Fazenda Dona Luisa, em Monte Azul. Empregado da fazenda, sete anos. Toda a família. É que o fazendeiro foi e pegou ele lá no porto (em Santos) e trouxeram. Veio sete famílias, sete famílias viveram sete anos lá. Guardaram um conto e quinhentos no fim de sete anos. E as sete famílias de lá vendendo ovos a \$200 réis a dúzia do ovo, dava um conto e quinhentos. Depois de sete anos, juntaram umas sessenta famílias! Tudo espanhol e italiano.*”

“(…) *Só tratar (café). Podia plantar mantimentos e ter galinha e vender ovo.*”

“(…) *Na Espanha não tinha aquele sino, como que de uma igreja, tocava às três horas da manhã. Três horas pra mãe levantar e fazer café. E às seis horas tornava tocar outra vez pr’a nós tomar café e comer alguma coisa. E minha mãe que fazia tudo.*”

“(…) *Com aquele 1\$500 conto, ele comprou dez alqueires (...) a primeira compra, 1912, do finado Inocêncio Perez. E depois comprou oito alqueires com o cunhado dele. Aqui, nós compramos catorze alqueires (bem depois).*

“(…) *Nós entramos com a mudança tudo junto, sete famílias!*”

“(…) *Aqui, pr’a ir fazer compra...; a senhora conhece Catanduva? Tinha quatro casas! Hoje Catanduva é boa! Naquele tempo não era Catanduva, era Serradinho E depois passou para Vila Adolfo. Catanduva passou por três nomes; agora não mudou mais já faz cinqüenta anos.*”

“(…) *Naquele tempo nós levamos dois dias de viagem. Carro de boi. Primeiro não tinha nada (referindo-se aos móveis), tinha um banco de pau... um banco à toa, não tinha nada. Guarda-roupa, (risos) guarda-roupa eu só tive o primeiro quando casou o meu filho José.*”

---

<sup>38</sup> D. Teodora Dias. D. Teodora, então com 75 anos, nascera no Brasil. Seu pai, Isaac Diaz Bote, natural de Cáceres, na Extremadura (como a família de Seu Ildefonso), havia chegado ao Brasil, pela primeira vez em 1899, deixando seus bens - “alguma terra e duas casas”-, com parentes. Depois de uma passagem de seis anos por uma fazenda em Ribeirão Preto, resolvera retornar à Espanha, onde faleceu sua primeira esposa, deixando-lhe três filhos. Então, lá mesmo, casa-se novamente, com D. Manuela, que viria a ser a mãe de D. Teodora; resolve voltar ao Brasil “porque lá era tudo muito difícil, muito pobre” e aqui chegou em 1905, ano do nascimento de D. Teodora.

*“Era puro mato! Daqui a Catanduva, era tudo puro mato! Puro mato, daqui a Tabapuã, conhece Tabapuã?”*

*“(Fomos morar) debaixo de uma árvore! (A casa) demorou dois meses! Não tinha serraria pr’a serrar madeira, quer dizer que, assim ... põe um pau pregado do lado de cá, outro de lá...., lascas, assim e pronto... assim ... (demonstrando).”<sup>39</sup>*

(Os brasileiros):

*“(...) Esse era espanhol, mas o resto que morava aqui (em Vila Novaes) era tudo brasileiro. Tinha alguns, na beira deste Córrego aí, num ranchinho de sapé. Ihh... quase todos eles tinham terreno, não plantavam, não trabalhavam, era só caçar e pescar, não cuidavam de nada, mas tinha uma porção deles por aí, mas não tinham o que comer, todos eles tinham terreno, o que comer não tinham... Não, não plantavam nada...; abriam um pedaço em volta da casa, plantavam uns pés de milho, umas abóboras, uns quiabos e uns pés de mandioca e iam passando com aquilo...; caçar, matar um bicho no mato para comer (...).”<sup>40</sup>*

### **IMPRESSÕES GERAIS**

*“(Escola): ... nós era burro, era moleque e era burro... Porque não sabia ler nem escrever, isso aí. Meus pais também não sabia nada! Ninguém sabia nada! Era tudo burro! Então, veio um homem lá de Santa Adélia que sabia leitura, era um tal Juan, era espanhol. Ele veio porque a gente ia dar serviço pr’a ele, pr’a trabalhar. Sozinho, veio para ver se dava serviço, para trazer a família pr’a morar. Pai disse: eu dou, três alqueires, tudo de lá é teu, por seis anos... Com o trato de nós fazer aula..., seis anos pr’a estudar, ali... Si, ler, escrever, fazer conta, tudo! Ele disse: Eu pego. (...) A família foi aqui, então, juntou sessenta alunos. Tudo da família da gente. Aí, ele deu o curso de meio ano. Dava das seis da manhã, até às nove para os pequenos. É, quando eram os grandes era das sete da tarde até as nove da noite, já virou o horário, porque a gente tinha que trabalhar na roça... então, a gente trabalhava até uma hora dessas, janta e já vai... Aí ele fez dois horários.”<sup>41</sup>*

*“(Registros, batismos, cartórios): Aqui quando nascia criança no começo, aqui no Córrego Grande, tinha o tal Ramón Sanchez ,*

---

<sup>39</sup> Sr. Tercifon Cabrera. Aos 76 anos, residia desde 1912 em Córrego Seco, arredores de Villa Novaes. Ali, seu pai comprara com a poupança amealhada em sete anos de trabalho como colono em uma fazenda de Monte Azul, a primeira propriedade da família, de 10 alqueires.

<sup>40</sup> Fragmento de depoimento. Sr. Ildfonso Blasquez Sanchez, citado.

espanhol, homem rico com muito nome, então, parece que a cada dois, três meses vinha o padre, de Jaboticabal, a cavalo, então, mandava avisar primeiro, o dia da chegada dele aí, então, a turma ia lá e batizava tudo. Lá no Córrego... Que igreja! Na casa dele! A criança era registrada em Irupi, uma vilinha que tinha na beira do Turvo que tinha Cartório, então, a criança era registrada ali.”

“Esse Cartório de Irupi (agora) é em Paraíso. Documento de escritura, terra, aqui era tudo em Jaboticabal. Iam a cavalo, daqui, lá. Lá passavam as escrituras, em Irupi, mas o registro era em Jaboticabal. Todo lugar que tiver Cartório pode passar a escritura, mas o registro só na Comarca. Agora, o casamento e o registro da criança era Irupi.”

“(O idioma português): (Aprendi) logo, logo, daí a pouco que cheguei; agora, o pai e a mãe não aprenderam nunca (risos). Em casa, com a mulher e os filhos, a conversa é em espanhol; não tinha nada de brasileiro, e eles falam todos ainda em espanhol, porque eram pequenos... E eles, então, aprenderam a conversar em espanhol, porque eu não deixei de criança eles largarem. Queriam conversar entre eles lá, em brasileiro... aqui... não, aqui vocês vão aprender o espanhol! Agora, por fora, você quer caprichar, fala em brasileiro à vontade! A mulher não fala nada em brasileiro.”

“(O Brasil): Teve conhecido que mandou perguntar, ah... falávamos aqui é assim... não vem pensando que chega aí e enche o saco de dinheiro, não.. que precisa suar; Senão, fica aí, que é melhor do que aqui!”

“Sendo estrangeiros, não tem direito a mandar no Brasil... não pode nem votar... Eu mesmo, nas primeiras eleições que tiveram aqui, me aconselharam muito, fazia tudo de graça (naturalização), mas eu não quis, eu não, porque tinha intenção de voltar para a Espanha; e chego lá, não sou mais espanhol, né? Então, não quero ser brasileiro!”

“(Villa Novaes): Era uma “matéria” pr’a criar bicho! Não só Novaes. Tudo por aqui, até Catanduva. Nossa Senhora! Uma mata que dava medo, o largo aí era uma mata que dava medo, a gente tirava pau aí que ia que nem daqui lá naquelas laranjeiras de grande.”<sup>42</sup>

“... Depois que começou abrir a vila, que começou a fazer casas, começou a formar a vila é que puseram o nome de Novaes. “No vaes”, por que não ia mesmo!!! (risos), porque tinha pouco movimento, mas

---

<sup>41</sup> Fragmento de depoimento. Sr. Tercifon Cabrera, citado.

<sup>42</sup> Fragmento de depoimento. Sr. Ildelfonso Blasquez Sanchez, citado.

*teve tempo que tinha três máquinas, quatro de serraria, de onde meu sogro era uma, outra do finado Capitão Chico Pinto que era um baiano, de uma fazenda pr'a lá também, e tinha duas máquinas de benefício, uma era do Miguel Ruiz, benefício de arroz e café, e depois tinha oito ou nove empório de roupa, tinha médico...”*<sup>43</sup>

### **Considerações Finais**

A temática imigratória desse período, o da imigração em massa, é das mais complexas. Desenrola-se no plano visível e concreto dos deslocamentos humanos enquanto fenômeno de caráter coletivo atrelado a circunstâncias históricas, porém tramita sutilmente por outros campos do saber, vinculados à dimensão pessoal do fenômeno, infiltrando-se e engendrando múltiplas abordagens.

D. Teodora, Seu Tercifon, Seu Ildefonso, e mais D. Ana Garcia, D. Carmen Dueñas, D. Ana Crespo Moreno, Seu Manuel Martinez, em suas narrativas particulares, na evocação das reminiscências de seu itinerário individual de experiência humana, permitiram uma abordagem privilegiada à temática, enriquecendo-a com elementos intangíveis à História oficial, promovendo, assim, um profícuo diálogo entre diferentes suportes empíricos.

Queremos crer, parafraseando Ecléa Bosi<sup>44</sup> quando se refere à questão da subjetividade nas narrativas, mais do que demonstrar a ampla possibilidade de abordagens permitidas e oferecidas pela questão migratória, que seus (dos imigrantes) erros e lapsos foram menos graves em suas conseqüências do que as omissões da História oficial.

Estamos, assim, convencidos de que “*nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a História*”<sup>45</sup>, reconhecendo, portanto, que muito ainda há que ser feito para superar o diagnóstico de invisibilidade que paira sobre o imigrante espanhol e que parece dominar, igualmente, a outra “ponta” do mesmo fenômeno, se levarmos em conta as declarações com que iniciamos esse limitado ensaio.

### **Bibliografia**

- ALBORNÓZ, N. Sánchez. *España hace un siglo: una economía dual*. Barcelona: Península, 1968.
- ALBORNÓZ, N. Sánchez. *Los precios agrícolas durante la segunda mitad del siglo XIX*. Madrid: Banco de España, 1975.
- BAHAMONDE, A. & MARTÍNEZ, J. *Historia de España, siglo XIX*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1994.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985 (“Obras Escolhidas”, Vol. I).
- BERNAL, Antonio M. La emigración de Andalucía. In: ALBORNOZ, N. Sánchez (comp.). *Espanoles hacia América: la emigración en masa, 1880-1930*. Madrid: Alianza Editorial, 1988.
- BOLETIM DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DO TRABALHO. São Paulo, ano VII; n. 34/35, 1919.

---

<sup>43</sup> Fragmento de depoimento. D. Teodora Dias, citado.

<sup>44</sup> BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1979, p. 1.

<sup>45</sup> BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 223 (“Obras Escolhidas”, Vol. I). Citado geralmente como “Teses”.

- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1979.
- CANOVAS, Marília. *A Emigração espanhola e a trajetória do imigrante na cafeicultura paulista: o caso de Villa Novaes, 1880-1930*. São Paulo: FFLCH-USP, 2001 (Dissertação de Mestrado).
- CANOVAS, Marília. Os espanhóis de Villa Novaes e suas narrativas. *Travessia - Revista do Migrante*, São Paulo, Gráfica e Editora Peres Ltda., ano XVII, n. 49, mai./ ago. 2004.
- DICCIONARIO de *Historia de España*, tomo II. Madrid: Revista de Occidente, 1952.
- FUENTES, M. *Despoblación y repoblación de España*. Madrid: s.r., 1929.
- GASSET, José Ortega y. *España invertebrada: bosquejo de algunos pensamientos históricos*. 2. ed. Madrid: Calpe, 1922.
- HALL, Michel. *The origins of mass immigration in Brazil, 1871-1914*. Columbia University, 1969 (PhD Thesis).
- HOLLOWAY, Thomas H. *Condições do mercado de trabalho e organização de trabalho nas plantações na economia cafeeira de S.Paulo, 1885-1915: uma análise preliminar*. Estudos Econômicos. São Paulo, v. 2, n. 6, 1972, p. 145-180.
- \_\_\_\_\_. *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo - 1886/1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- IBAÑEZ, Vicente Blasco. *La bodega*. Valencia: Prometeo, 1919 [1904].
- KOWARICK, L. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MENDOZA, E. *A cidade dos prodígios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- MERTZIG, Lia R. L. *As dificuldades de adaptação do imigrante no Estado de São Paulo: repatriação e reemigração, 1889-1920*. São Paulo: FFLCH-USP, 1977 (Dissertação de Mestrado).
- MONBEIG, Pierre. *Le pionniers et planteurs de São Paulo*. Paris, 1952.
- MÖRNER, Magnus. *Aventureros y proletarios: los emigrantes en Hispanoamerica*. Madrid: Editorial Mapfre, 1992.
- NAVARRO, Manuel González de Molina. Siete problemas en la interpretación tradicional sobre el movimiento campesino andaluz. *Historia y fuente oral*, Barcelona, Universidad de Barcelona, n. 8, 1992.
- NOVAL, Luíz Martínez Noval. Apresentação. *Historia General de la emigración española a Iberoamérica, 1492-1992*. Madrid: CEDEAL - Fundación Centro Español de Estudios de America Latina, 1992.
- PETRONE, Maria Theresa S. Imigração. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História geral da civilização brasileira: o Brasil Republicano*. vol. 2, tomo III. São Paulo: Difel, 1978, p. 113-114).
- SPINDEL, Cheywa R. *Homens e máquinas na transição de uma economia cafeeira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

## RESUMO

### A GRANDE EMIGRAÇÃO EUROPEIA PARA O BRASIL E O IMIGRANTE ESPANHOL NO CENÁRIO DA CAFEICULTURA PAULISTA: ASPECTOS DE UMA (IN)VISIBILIDADE

Neste artigo buscamos recuperar aspectos relacionados ao fenômeno da emigração em massa que configurou um determinado período histórico compreendido entre o fim das guerras napoleônicas e a depressão mundial de 1930. Procuramos, neste processo, visualizar a corrente imigratória originária da Espanha, país que contribuiu com o terceiro maior contingente para o Brasil no período, e cujo destino prioritário eram as fazendas de café que rasgavam o Oeste Paulista, servindo-se, para tanto, das facilidades promovidas pelo Governo do Estado de São Paulo, que tinha no subsídio à passagem do imigrante “apto” para o trabalho seu principal aliado. Nesse intento, buscamos reconstruir o processo de formação e evolução da localidade de Villa Novaes, cujas origens vincularam-se às grandes transformações introduzidas pelo avanço da agricultura cafeeira na região e à presença, sempre progressiva, de contingentes imigratórios de origem espanhola, com cujos remanescentes tivemos o privilégio de partilhar narrativas inspiradas na experiência singular a que se tinham submetido. Essa abordagem, permitindo a articulação de duas fontes empíricas, justificava-se sobretudo pela especificidade do tema e consistiu na operação de alinhar os pontos de contato entre os documentos escritos e os depoimentos orais, na abordagem de aspectos pouco examinados por nossa historiografia, relacionados ao caráter peculiar do imigrante espanhol no Brasil no período em pauta.

**Palavras-Chave:** Imigração; Emigração Espanhola; Espanhóis em São Paulo; Cafeicultura; Oeste Paulista.

## ABSTRACT

### THE GREAT EUROPEAN MIGRATION TO BRAZIL AND THE SPANISH IMMIGRANT IN THE COFFEE PLANTATIONS IN SÃO PAULO: ASPECTS OF AN (IN)VISIBILITY

Our research aims at recovering and investigating the formation and development of a community whose origins are linked to two factors, namely, the considerable changes introduced by the upgrading of the coffee planting techniques in the region later on designated as Araraquarense, and the progressive presence of immigrant contingents of Spanish origin. As a matter of fact, the analytical reconstruction of the Spanish settlement in that region, Villa Novaes, provided elements for another series of wider formulations, whose fundamental variants derive from these immigrants' native land. We tried to apprehend the multiple dimensions of the phenomenon of mass emigration of Spaniards in its roots, and to investigate the expectations of these immigrants concerning the country they were bound to as a whole, and, more specifically, the aspects revealed by the community in which they settled down, and which is the object of this thesis. Our aim was the one of setting up a referentially integrated and organic view. With this aim, and considering the double nature of our study - the collective and the individual one - we privileged two types of empirical sources to support our investigation: besides consulting written documents, we tried to open space for the investigation of the experiences of those who had actually lived all that series of past episodes, casting them as protagonists rather than as minor characters within the scenery of History. The combination of the two aforementioned types of sources aimed at recovering and discussing the particular characteristics of Spanish immigrants in Brazil in the focused period (1880-1930), and at understanding their role within the general context of immigration in Brazilian society.

**Keywords:** Immigration; Spanish Immigration; Coffee planting; Mass Spanish Emigration.



**“ISHA MEHAGUERET”:  
JUDIA IMIGRANTE EMPREENDEDORA EM SÃO PAULO  
(1945-1956)**

*Marie Felice Weinberg<sup>1</sup>*

*“arte e a ciência, a história e a literatura...”<sup>2</sup>.*

*Afinal, quem fez a História: a Garota de Ipanema ou o poeta Vinícius de Moraes?*

Este trabalho é baseado em entrevistas com grupo de mulheres judias, imigrantes e empreendedoras. As entrevistadas emigraram para a cidade de São Paulo quando a II Guerra Mundial e o 2º governo de Getulio Vargas findara. A história oral foi a metodologia utilizada, alinhando a transformação dos valores frente às condições de mulher economicamente ativa, identidade judaica e aculturação, em circunstâncias favoráveis encontradas no cenário político, econômico e social do período.

Se a História Oral discute a documentação viva, ainda não aprisionada pela linguagem escrita e incorpora visões subjetivas, sentimentos e observações dos indivíduos, quais são os indivíduos e de quais sentimentos falamos? Sendo vários os discursos que participam, integram e recontam a realidade, a reconstrução dos fatos e a colagem das informações podem ter diversas formas.

Portanto, esta metodologia foi escolhida por valorizar o olhar do observador, quando ao descrever a história de vida, pondera sobre as causas e os efeitos do momento em que a história foi contada. É o diálogo entre o observador e o sujeito efetivada na entrevista (“entre-vistas” ou “olho no olho”) de modo a ampliar o discurso em vários significados. Assim, a autoria das histórias é fruto da integração entre o discurso, os fatos e a capacidade interpretativa do pesquisador em recontar a história, desvendadas segundo suas entrelinhas<sup>3</sup>.

As 22 entrevistas se estenderam pelo universo cultural judaico imigrante: mulheres ashkenazitas, (de origem da Europa Central e Oriental, como também identificadas pelo idioma iídiche - língua baseada no alemão arcaico, mesclada a hebraísmos e eslavismos); sefarditas (dos países banhados pelo Mediterrâneo, bem como da Europa em geral, se estendendo até o Oriente próximo, tais como: França,

---

<sup>1</sup> Mestre em Língua Hebraica, Literatura e Culturas Judaicas pela Universidade de São Paulo. E-Mail: <mariefelice\_w@yahoo.com.br>.

<sup>2</sup> YERUSHALMI, Yosef Hayim. Zakhor. *História judaica e memória judaica*. São Paulo: Imago, 1988, p. 117.

<sup>3</sup> FENELON, Déa Ribeiro. Cultura e história social: historiografia e pesquisa. *Projeto História*, São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em História e Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, n. 10, dez. 1993, p. 77.

Itália, Turquia, Chipre, Grécia, Bulgária Tunísia, Líbia, Marrocos, Argélia e Egito. São provenientes da Península Ibérica e estão identificados pelo idioma ladino) e orientais (oriundas do Oriente próximo e Médio), objetivando uma abordagem multicultural.

Para esta análise foi criada uma personagem imaginária, de nome *Isha Mehagueret*, que traduzindo do hebraico significa “Mulher Imigrante”, baseada na metodologia do *discurso-síntese*<sup>4</sup>.

Logo, a personagem ficcional “Isha Mehagueret” é fruto da condensação das conversas e frases marcantes e representativas da individualidade e a história é transcrita costurando os resultados estatísticos das respostas tabuladas, numa estrutura literária enriquecida pelas circunstâncias que permearam a realidade histórica do objeto estudado. Desse modo quem participou com seu discurso, permanece vivo e pode se identificar nos parágrafos e não raro, em expressões, diferentemente de tabelas, gráficos ou percentagens, frias e inanimadas.

### **Europa, 1922**

Eu me chamo Isha Mehagueret, e vou começar a falar de meus tempos de menina ainda na Europa Central, onde nasci, assim ... na década dos 20, numa aldeia, onde as mulheres eram muito bonitas. Eu também já fui bonita.

Na casa de minha avó eu e Anit aprendemos a fazer *chalá*<sup>5</sup>. Fazíamos sempre algumas a mais e dávamos para famílias mais pobres. Anit era minha melhor amiga e companheira de todas as horas, inclusive de sinagoga, onde juntas íamos todas as sextas-feiras para o *Shabat*. Nossas mães também eram muito unidas, trabalhavam como enfermeiras numa casa para idosos. O pai de Anit morreu logo que ela nasceu e a mãe casou com um dentista de quem ela gostava muito.

Meu pai, alfaiate mais conhecido e respeitado da nossa aldeia, trabalhava também como tesoureiro da sinagoga, onde participava ativamente das rezas e das reuniões. A nossa vida orbitava no calendário dos eventos na sinagoga. As Grandes Festas eram muito esperadas e comemoradas na casa dos meus avós, que moravam atrás da sinagoga. A família era grande e essas festas eram divertidas, longas e sempre acabávamos adormecendo entre as camas, os sofás e os colos disponíveis.

Todos se conheciam na cidade. Os almoços de *Shabat*<sup>6</sup> terminavam com longas discussões sobre os fundamentos judaicos, a filosofia por trás dos rituais, o significado de cada um deles, e por aí a fora.

Em casa, lia-se muito. Falávamos alemão, *ídish*, polonês e não raro o russo e o romeno, mas meus pais fizeram questão de que aprendêssemos também o inglês, o que veio a ser de grande importância para mim, alguns anos mais tarde. Entre

---

<sup>4</sup> LÊFEVRE, Fernando; LÊFEVRE, Ana Maria Cavalcanti & TEIXEIRA, Jorge J. V. (orgs.). *O discurso do sujeito coletivo: uma nova abordagem metodológica em pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: EDUCS, 2000, p. 19.

<sup>5</sup> Pão especial para o jantar de Shabat.

<sup>6</sup> Dia santificado, tem início ao aparecer da primeira estrela da sexta-feira e termina no sábado, também, ao aparecer da primeira estrela.

livros, jornais e revistas aprendemos sobre o movimento sionista, que ganhava corpo entre alguns dos amigos dos meus pais que acabaram por emigrar para Israel.

Foi em *Chanuká*<sup>7</sup> de 32 que fui para Lodz, cidade onde minha tia Chana morava. Ela cozinhava com esmero e acredito que meu gosto pela boa comida venha desta época. Lodz era uma cidade industrial, com ruas largas, pessoas desconhecidas e diferentes. Eu me assustei ao notar que as pessoas não se cumprimentavam nas ruas. Embora minha tia acendesse as velas de *Shabat*, ela nem sempre freqüentava a sinagoga. Estivemos uma vez na sinagoga de seu bairro e o serviço religioso era estranho para mim, tudo era mais sério, até as músicas. Durante a prédica falou-se na responsabilidade de sermos judeus. À noite, minha tia explicou e falou sobre certos cuidados que deveríamos tomar ao andar pelas ruas, na escola e nas lojas evitando falar em *ídish* com qualquer pessoa, já que alguns não tinham simpatia por judeus. Foram os primeiros sinais de anti-semitismo com os quais tive contato.

Foi por conta do curso técnico de corte e costura que meus pais me enviaram para a casa dessa tia em Lodz. A casa que era muito grande foi sublocada para a família de meus tios. Os moradores tinham um belo piano e foi assim que meu primo Ariel aprendeu a tocar. Anos mais tarde ele se tornou um renomado pianista em Nova York.

Em Lodz freqüentei a escola regular com aulas de francês, inglês, história e matemática, e à tarde, a profissionalizante em corte-costura. Eu desde pequena brincava na máquina de costura da minha avó, fazendo roupas para bonecas. Foi uma fase deliciosa! Eu era muito caprichosa e guardo até hoje meus cadernos com a teoria sobre moda, técnicas de proporção, equilíbrio e desenho (croquis). Um dia vou tentar reescrever para o português e até quem sabe, ensinar costura. No curso eu ia inventando modelos e produzindo peças de roupas com jornais velhos que coloria. Adorava fazer camisolas decotadas que pareciam roupas de baile. A minha tia reprovava a minha ousadia.

Mas negócio mesmo foi com meu pai, o comerciante, que aprendi. Observava-o na alfaiataria e na pequena loja de armarinhos onde ele trabalhava. Afinal, eu não me sentia tão à vontade entre as tarefas da minha mãe que era ótima dona de casa. Eu ia para a loja dizendo: “Vou respirar o ar de fora”. Eu sonhava com tesouras, tecidos e moldes, mas nunca pensei que essa profissão fosse garantir a minha sobrevivência e, inclusive, da minha família, durante um certo tempo!?

Em 38, Morgit, minha prima veio morar com esses meus tios. Os pais dela eram jornalistas e tinham fugido para a Suíça. Eram foragidos, acusados de crime político, por terem publicado e distribuído diversos panfletos contra discriminação do governo russo e alemão. Ela havia ficado sozinha com seus irmãos menores numa aldeia maior que a nossa, chamada Satu-Mare, na Transilvânia, norte da Romênia que fazia fronteira com a Hungria, a Checoslováquia e Polônia. A região, antes da Primeira Grande Guerra, pertencia ao Império austro-húngaro. Depois, toda Transilvânia passou a ser chamada de Romênia. Em 1940 voltou a pertencer à

---

<sup>7</sup>Festa do Milagre das Luzes que acontece em dezembro.

Hungria. Em 1945, no final da Guerra, de novo à Romênia. Isto tudo hoje é história, para minha época era o dia a dia.

Em Satu-Mare todos os judeus moravam no mesmo bairro, assim como na aldeia dos meus tempos de criança. Para minha surpresa havia duas sinagogas, uma liberal-sionista e outra *chassídica*<sup>8</sup>, dos Printz. Eles eram muito ricos e religiosos e donos de uma fábrica de painéis de ágata. Eles pagaram o curso para Pauline nos EUA.

Minha outra prima Pauline. Ela também tem uma história emocionante. Órfã aos dezesseis anos, fugiu para Bruxelas, e depois Paris onde ficou escondida numa igreja até conseguir novos documentos, com a Cruz Vermelha. Depois da guerra ela emigrou para os Estados Unidos, onde cursou contabilidade. Mas não era feliz sozinha. Encontrou nas listas de identificação de sobreviventes, divulgadas pelo mundo inteiro, o nome do tio dela que estava morando em São Paulo. Ela imigrou para cá e não demorou a casar-se com um ortodoxo que veio de Budapeste. Eles hoje têm um neto advogado. Mas o começo não foi nada fácil. O marido começou com uma fabriqueta de lingerie e as coisas não iam tão bem. Ela foi ajudar com a contabilidade, depois inventou um crediário em que as parcelas iam diminuindo. Foi bom por um tempo, mas ela não gostava de trabalhar com peças pequenas. Fez uma parceria com duas tecelagens e começou a fazer matelassê para colchas de cama exclusivas. Hoje, exportam. Apesar de tanto trabalho, ela ainda cuida de uma creche para meninas órfãs, ensina inglês e costura. Ela conta que quando chegou ao Brasil ganhou uma família e retribui essa sorte! Nós cuidamos da família e dos amigos.

Eu tinha uma outra tia, por parte de pai que veio ficar conosco assim que o marido morreu. Eles costuravam soutiens e cintas por encomenda. Foi com ela que eu de fato aprendi uma profissão.

A guerra chegou. Fizemos uma reunião familiar que veio a ser a última. Lá foi decidido que deveríamos emigrar para onde fosse possível e quando estivéssemos em segurança passaríamos o endereço a Dom Fellipe, o padre da igreja que ficava perto da praça onde era a alfaiataria do meu pai. Ele nos ajudou, e chegou a fazer conversões, casamentos e entregou a documentação acima de qualquer suspeita. Cada núcleo familiar ficou incumbido de levar um pedaço da história: álbum de fotos, o castiçal de *ChanuKá*, a toalha de *Rosh Hashaná*<sup>9</sup>, o quadro que ficava na sala de jantar da minha avó...coisas que eu nunca mais vi! Não lembro mais quanto ficou faltando, são pedaços que ficaram espalhados e não conseguimos mais juntar. Isso ainda machuca.

Nos últimos dias antes da partida tive a sorte de encontrar a minha antiga professora, sabíamos que era o último encontro. Chorei e entre soluços de tantas perdas, ela sugeriu o nome de um noivo para mim. Meu pai aceitou de imediato, afinal era de uma “boa família”. Um cliente de meu pai que havia se tornado prefeito da cidade preparou os papéis e formalizamos o casamento civil. A cerimônia terminou ao som de tanques e soldados. Gritos, vidros quebrando, coisas caindo.

---

<sup>8</sup> Movimento judaico da Europa Central.

<sup>9</sup> Ano Novo judaico.

Fugimos para o cemitério que foi durante um tempo um lugar seguro. Anit, minha amiga que estava apaixonada por um ortodoxo russo foi embora já com uma filha na barriga, direto para Filadélfia. Até hoje somos muito amigas, de tempos em tempos eu vou, ela vem e sentamos em qualquer lugar e falamos de dentro da alma.

Fomos a Kluj, na Transilvânia, eu e meu marido, meus pais e meu irmão. Soubemos por amigos que muitos estavam se arranjando por lá. Apareceu a alternativa de alistamento para o exército de Israel. Meu irmão se alistou e foi como camareiro no navio que ia para lá. Com o primeiro dinheiro mandou buscar meus pais assim que terminou a guerra. Ele lutou com os ingleses pela Fundação de Israel e depois da Declaração de Independência voltou a trabalhar no navio fazendo a rota para os Estados Unidos. Na passagem pela Itália trazia bijuterias finas, caixas inteiras. Todos assim faziam, cada um trazia alguma coisa, revendiam e começaram a fazer dinheiro. Ele casou em Israel, mas suas duas filhas nasceram aqui e já são oito netos.

Eu e meu marido localizamos um vizinho que já vivia em São Paulo e mandou a carta de chamada para nós. Conseguimos vir, através da Itália. Depois que chegamos à Áustria, uma entidade sionista nos ajudou a chegar à Itália para buscar o visto de chamada no consulado brasileiro. Eu já estava grávida.

Berij e sua família estavam nos esperando no porto e ficamos inicialmente instalados em sua casa em São Paulo, que ficava em frente à praça da Estação da Luz, onde tinha um lago com peixes vermelhos e podíamos atravessá-lo por uma ponte. Foi o nosso tempo de lua-de-mel.

Aos poucos começamos a sair de casa, havíamos ficado impressionados com as favelas e a pobreza e demoramos a entrar em contato com as pessoas. Outra coisa que estranhamos eram os negros que nós nunca tínhamos visto, ao mesmo tempo em que nos encantávamos com tanta mistura, eram japoneses, árabes, italianos... tantos sotaques. As aulas de português começaram no navio e de fato ajudaram, mas ainda assim ficávamos confusos ao percebermos que a maioria dos brasileiros não sabia ler. Eram muito atenciosos e prestativos talvez até serviçais. Os costumes sobre higiene eram muito diferentes, mesmo com tanta água. Andar pelas ruas sem sombrinha, como era o costume local, parecia impossível. O clima quente e úmido deixava a roupa marcada pelo suor e nem assim as pessoas deixavam de se cumprimentar com longas seqüências de beijos, pareciam íntimos desde sempre!!

A realidade se fez premente e eu comecei a trabalhar numa alfaiataria, que tinha uma freguesia diferenciada, era no centro da cidade, no Largo do Arouche. O dono confeccionava paletós e *blazers* e eu, no começo, ajudava na parte de acabamento e depois passei a fazer também as provas.

Aos poucos eu fiz amizades e grandes amigas, deixei a alfaiataria e comecei a atender em casa fazendo novamente roupa íntima. Quando meu segundo filho nasceu não dava mais e acabamos alugando na região um galpão. Elas vinham com hora marcada para ter sempre privacidade e eu tinha muito cuidado com isso. *Soutien* e cinta exigem também muita paciência. Eu preparava um chá e

servia com bolachas e uns chocolates muito gostosos que eu comprava da Monique. Ela é uma egípcia que chegou em 1952 ou 1953 fugindo das perseguições que estavam acontecendo contra os judeus como retaliação à Fundação de Israel. Com ela eu conheci um outro judaísmo. Tudo para ela é cheio de sinais e significados e para minha surpresa ela não falava *ídish*. Era uma mistura de espanhol com hebraico, o ladino. As músicas e as comidas são diferentes, embora comemorações religiosas sejam as mesmas, tudo muito perfumado. Os chocolates dela também tinham perfume, mas ela conta que demorou em acertar o ponto dos chocolates que derretiam muito fácil. Até no jeito de ser mulher notei diferença, se mantinham reservadas dos homens, eram mais maquiadas, usavam muitas jóias e quando se reuniam soltavam gargalhadas como eu nunca tinha visto. Criamos uma amizade que me permitiu trocar exóticas receitas e até aprender algumas melodias. Hoje ela mora no “Lar Golda Meyer” e quando a visito faço questão que ela leia a borra de café, mais uma das coisas que tantas vezes compartilhamos.

O meu atelier foi crescendo e foi ficando elegante. Comecei a pensar em fazer lingerie também. Foi quando o meu marido, que não ia bem com a sua loja de material elétrico, resolveu me ajudar no negócio. Aos poucos as primas começaram a ajudar e chegou o momento que contratamos, primeiro uma costureira, depois uma modelista...

Uma delas mal falava português, só polonês. Ela imigrou com o marido para o Rio e faziam lenços de cabeça e pescoço, porém o clima era quente e não conhecendo nem religiosas, nem portuguesas resolveram tentar a sorte em São Paulo. Ela muito tempo comigo.

E o meu negócio foi crescendo. Eu comecei uma nova fase, que incluía viagens para o exterior em busca de modelos, detalhes e renda. Assim recomecei a confecção de camisolas e peignoir. Enfim, eu estava realizando um sonho que eu pensava soterrado pelos muitos tanques de guerra.

Viajei algumas vezes para a Europa, por onde houvesse a moda para as várias coleções que produzi, principalmente depois que o atacado impulsionou o negócio. Fui também para Nova York. Sempre descobria mais alguém da família para visitar. Hoje tenho a minha filha em Miami e meus netos que estudam em colégio judaico, diferente do que fizemos para os nossos filhos, porque naquela época, isso não era importante.

Peter, irmão de Don Fellipe, que para proteger sua esposa judia, também, imigrou para cá, tornou-se um empresário que influenciou muito o meu negócio. Com ele construímos uma amizade de muita confiança, inicialmente estimulada pela gratidão ao apoio. Eles estavam enriquecendo com uma malharia e me incentivaram a apostar no mercado atacadista. A primeira coleção foi vendida por seus próprios representantes.

Cometi muitos erros no começo. O meu primeiro mostruário foi em tamanho 46. Eu não sabia fazer atacado. Eu engordei um pouquinho fiquei entre 44 e 46 e fiz do meu tamanho, e se não vendesse?... Então eu usaria! Então Peter me explicou sobre as vantagens da apresentação no tamanho 40. A *lingerie* ficaria mais

modelada, a peça mais atraente e até mais econômica. Ele me ensinou muitos truques deste novo mundo.

Com o dinheiro que meu irmão trouxe de Israel alugamos outro galpão com espaço maior. Devagar a coisa foi engrenando, até o governo inventar um viaduto, este que passa pelo Largo do Arouche, mas logo um conhecido arrumou um novo espaço. Acho que os acontecimentos fizeram com que nós, os imigrantes de modo geral, ficássemos mais fechados como um grupo, pelo menos no princípio. No caso dos judeus, isso era mais forte, porque algum anti-semitismo ainda se podia sentir. É caso de uma senhora que vive atualmente no Lar com minha amiga Monique. Ela teve um açougue, num bairro longe da maior parte dos imigrantes judeus. O negócio funcionava bem até a morte da mãe. Por causa dos preparativos diferentes, descobriram que eram judeus e deixaram de comprar, fantasiando sei lá o que sobre a carne. Quando esse assunto aparece entre as moradoras do Lar, cada uma conta e reconta sua história.

Aparecem algumas surpresas como a Riva que cresceu como protestante e tempos depois converteu-se ao judaísmo. Ou ainda o caso dos filhos de Varja que só depois de adultos descobriram serem judeus, mas não se interessaram em resgatar o vínculo. Quando alguém ainda reclama da vida, Clara se exalta e protagoniza a defensora da existência do Lar “Golda Meyer”, motivo suficiente para todos se orgulharem da cultura e da filosofia judaica que cultua a solidariedade, mencionando ainda o fato de São Paulo ter acolhido tantos imigrantes com espaço e liberdade para progredir. Clara e seu marido foram ativistas políticos e ela mantém essa força em sua alma e na pose do discurso.

Eu, em meus dias de trabalho, ficava na oficina o dia todo, mas na hora do almoço eu recebia deliciosos pratos que só a minha mãe sabia fazer. Ela também cuidava dos meus filhos pequenos. Demorou um tempo até podermos ter uma empregada. Aliás, elas me assustavam um pouco com sugestões que pareciam feitiçaria, como curar dor de barriga com chá da goiabeira do jardim do Seu Antônio, ou a dor de ouvido com um copo d’água embaixo do berço enquanto o bebê dormia. Faz tempo tudo isso!!

O tempo passou e veio o *Bar-Mitzva*<sup>10</sup> de meu filho e só depois de seu casamento com a Denise, passamos a freqüentar a Hebraica. Recomeçamos a sentir o espírito de comunidade. Hoje fazemos doações para várias entidades aqui de São Paulo e também de Israel.

Mas, para os meus filhos crescerem, muitos rolos de tecido foram enfiados, quero dizer, tecido ou renda esticado em camadas para cortar um determinado modelo. Eles cresceram e estudaram, tudo graças ao sucesso de nossa marca. Eu pude fazer sucesso porque tive a sabedoria em relação ao meu marido e à minha família. A mulher pode ser a mentora mas, deve manter a humildade em casa.

A minha filha também sabe disso. Ela trabalha como instrumentadora e está estabelecida no Rio de Janeiro. Meu genro é médico cardiovascular, não judeu e eles se entendem muito bem. Resolveram a circuncisão dos filhos no hospital. É lá

---

<sup>10</sup> Festa da maioridade masculina que se comemora aos 13 anos.

que vou para me aposentar. Vou curtir os netos. Tenho três. Pensei talvez em trabalhar por lá, mas ela não vai me deixar, ela acha que é tempo de ter hora. Ter tempo para ver o tempo.

### **Fontes Orais**

Nomes fictícios das mulheres imigrantes judias empreendedoras em São Paulo:

Amelie; Claudete; Dália; Daniela; Esmeralda; Isabel; Juliette; Linda; Luiza; Myetta; Margareth; Maura; Miriam; Nice; Nitzá; Regina; Rosália; Ruth; Samantha; Sofia; Suzana e Zélia.

### **Bibliografia**

FENELON, Déa Ribeiro. Cultura e história social: historiografia e pesquisa. *Projeto História*, São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em História e Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, n. 10, dez. 1993.

LÊFEVRE, Fernando; LÊFEVRE, Ana Maria Cavalcanti & TEIXEIRA, Jorge J. V. (orgs.). *O discurso do sujeito coletivo: uma nova abordagem metodológica em pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: EDUCS, 2000.

YERUSHALMI, Yosef Hayim. Zakhor. *História judaica e memória judaica*. São Paulo: Imago, 1988.

#### **RESUMO**

#### **“ISHA MEHAGUERET”: JUDIA IMIGRANTE EMPREENDEDORA EM SÃO PAULO (1945-1956)**

Baseando-se em entrevistas com imigrantes judias na cidade de São Paulo que se revelaram empreendedoras e utilizando estudos metodológicos diferenciados, ousamos criar uma história que, embora captada de fatos reais, é resultado de um *patchwork* de discursos a que chamamos de Ishá Mehagueret, expressão em hebraico que significa mulher imigrante. A partir do levantamento de dados de 22 entrevistas, tabulação foi criada uma personagem ficcionada que apresenta a realidade histórica os resultados estatísticos numa estrutura literária.

**Palavras-Chave:** História Oral; Gênero; Empreendedorismo; Imigrantes.

#### **ABSTRACT**

#### **“ISHA MEHAGUERET”: JEWISH WOMEN IMMIGRANT ENTREPRENEURS IN SÃO PAULO (1945 -1956)**

This study is based on interviews carried out with a group of Jewish immigrant women, who are also entrepreneurs, or business-women. From the collection of data raised in the 22 interviews, a fictional character was created, who introduces the historical reality of the statistical results in a literary structure.

**Keywords:** Oral History; Gender, Entrepreneurs; Immigrants.



## ESPAÇO E VIVÊNCIA: TRANSFORMAÇÕES MODERNIZADORAS NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Maurício Silva<sup>1</sup>

Herdeiro de uma tradição cultural que tem na apologia da razão uma característica inelidível, o homem moderno ainda se debate entre dois conceitos que, embora sejam de natureza filosófica, encontram sua realização plena no pragmatismo do cotidiano: tempo e espaço. Filosoficamente, são conceitos que de certa forma relacionam-se diretamente com a própria existência humana, além de tudo o que está mediata ou imediatamente ligado à fenomenologia. Pragmaticamente, são coordenadas necessárias a toda e qualquer ocorrência física. Assim, não há qualquer possibilidade de se pensar o homem - racionalmente falando - fora dos parâmetros que, bem ou mal, definem conceitos tão voláteis como estes.

Concepções, por isso mesmo, indeterminadas, mas que não dispensam suas propriedades restritivas, responsáveis pelo fato de o ser humano sentir-se obrigado a atuar estritamente dentro de limitados marcos espaço-temporais. Desse modo, podemos dizer que, por se tratar de conceitos fluidos - o que em última instância nos permite pensar em alterações e mudanças contínuas -, tanto o tempo quanto o espaço estebelecem intrínseca relação com um singular processo de *transformações essenciais*. Daí o fato de termos a possibilidade de analisar os fenômenos, no âmbito temporal, sob uma perspectiva sincrônica e/ ou diacrônica; e, no âmbito espacial, numa ótica que vai da concepção de largura à de altura e profundidade.

De qualquer maneira, o homem não pode jamais - ainda sob uma avaliação estritamente racional, o que corresponde a dizer moderna - ser compreendido fora dos limites espaciais e temporais, sendo obrigado inevitavelmente a colocar-se à disposição das transformações a que tempo e espaço estão, em substância, sujeitos.

No Brasil, a chamada Primeira República tem sido estudada como uma fase histórica pródiga em transformações. Estas transformações, evidentemente, não são homogêneas, nem atingem a todas as suas personagens da mesma maneira.

Fazendo um desdobramento dos conceitos acima aludidos, poder-se-ia dizer que, a começar pelos próprios limites espaciais, não se pode afirmar - sem incorrer em erro crasso - que as transformações ocorridas durante a Primeira República tenham causado os mesmos efeitos na capital da República e nas suas mais distanciadas províncias. Igualmente, no que concerne aos limites cronológicos, seria incoerente dizer que tais transformações tenham sido uniformes durante todo o período que se estende da Proclamação da República (1889) até a Revolução de

---

<sup>1</sup> Doutor em Literatura Brasileira pela Universidade de São Paulo. Professor do Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas - UNIFMU e do Centro Universitário Nove de Julho - UNINOVE, em São Paulo.

Vargas (1930), quando a oligarquia agrária é relativamente afastada do poder, completando-se a primeira fase do nosso período republicano. Ao contrário, é possível verificar, no que diz respeito às transformações do período, sensíveis diferenças entre uma fase de pré-transformações (1889-1902), considerada uma espécie de preparação para alterações mais radicais, encetadas pelo governo de Rodrigues Alves; uma fase de transformações propriamente ditas (1902-1922), quando o país passa por uma série de alterações não apenas estruturais, mas também ideológicas; e uma fase de pós-transformações (1922-1930), em que tais modificações já se revelam completamente incorporadas pela sociedade.

No presente ensaio, teremos como principal objeto de estudo as chamadas transformações modernizadoras, sobretudo de natureza urbana, ocorridas nos limites espaciais da capital federal (Rio de Janeiro) e nos limites temporais da fase aqui denominada de transformação (1902-1922). Neste contexto, daremos uma especial atenção aos efeitos que tais transformações tiveram no imaginário da época, na medida em que se pode constatar um reflexo significativo das mesmas sobre as concepções, aqui expostas, de tempo e espaço.

### ***Transformações modernizadoras: questões preliminares***

Antes de mais nada, é necessário que se desfaçam alguns equívocos conceituais, sem o que toda nossa metodologia de trabalho ficaria inevitavelmente comprometida.

Há que se distinguir, neste sentido, os conceitos de modernidade e modernização, fundamentais para o estudo que aqui buscamos realizar. O que corresponde a perguntar: seriam as transformações modernizadoras, ocorridas durante a Primeira República, um fenômeno de modernidade ou de modernização?

Procurando fazer uma distinção entre estes dois conceitos, Raymundo Faoro nos ensina que, embora ambos os processos estejam permeados por um certo direcionamento ideológico, há diferenças fundamentais entre os mesmos, na medida em que a concreção do primeiro passa pela prática efetiva da cidadania, e a realização do segundo, por uma atuação de natureza visivelmente autoritária, na sua discriminação classista:

*“diga-se, por enquanto, que a modernidade compromete, no seu processo, toda a sociedade, ampliando o raio de expansão de todas as classes, revitalizando e removendo seus papéis sociais, enquanto que a modernização, pelo seu toque voluntário, se não voluntarista, chega à sociedade por meio de um grupo condutor, que, privilegiando-se, privilegia os setores dominantes.”<sup>2</sup>*

Já o historiador José Murilo de Carvalho, num de seus excelentes estudos sobre este período, não hesita em apontar todo o processo de marginalização social a que teria sido submetida a população da época durante o desencadeamento da

---

<sup>2</sup> FAORO, Raymundo. A questão nacional: a modernização. *Estudos Avançados*. Universidade de São Paulo, v. 6, n. 14, jan./abr. 1992, p. 08.

República<sup>3</sup>. Não seria exagero pensar que tal marginalização continuou sendo, após o processo de instalação da República, uma das mais relevantes características de uma política cruelmente marcada pelo domínio completo de uma oligarquia alheia aos reclamos da camada popular, ideologia esta que encontrou seu desfecho e sua melhor simbologia na concepção - própria do governo Washington Luís - da questão social como caso de polícia.

Ora, não é difícil perceber que a política modernizadora desencadeada a partir de 1889 - e até muito antes - esteve mais para um processo de modernização do que de modernidade, sobretudo por sua natureza excludente. Isso significa, no rastro dos dois autores acima citados, que se revelou antes uma atitude de protecionismo classista, uma vez que buscou privilegiar determinados setores da sociedade, efetivando uma modernização de casta. Afastado deste processo, o povo sofreria, mais tarde, todas as conseqüências maléficas do “progressismo” rodriguesalvesiano, que culminaria, entre outras coisas, com a revolta contra a política higienista de Osvaldo Cruz.

Neste sentido, é necessário ainda atentarmos para mais uma distinção. É sabido que o processo de modernização por que passou o Brasil nesta época teve como um de seus principais fundamentos a apologia do progresso. E quando falamos em progresso, há uma imediata associação deste conceito com o de desenvolvimento, o que nos levaria a pensar que a base concreta do processo aqui apontado poderia partir de uma deliberada política desenvolvimentista, levada a termo por nossos governantes republicanos. Cabe a esta altura uma segunda questão: teria o nosso processo de modernização, durante a Primeira República, tido com base concreta uma política desenvolvimentista ou uma simples estratégia de crescimento?

Não é de se espantar - já respondendo a esta questão - que houvesse uma assombrosa unanimidade entre a intelectualidade da época, no sentido de que a cidade do Rio de Janeiro teria passado, sobretudo a partir do começo do século, por um vertiginoso e infrene processo de crescimento urbano. E não é difícil, neste sentido, encontrar cronistas mundanos - espalhados pelas inúmeras revistas que se publicavam então - espantando-se com a velocidade dos acontecimentos: entre pasmo e admiração, entre elogios e críticas às transformações por que passava a Capital Federal, não podia faltar nem a visão épica de uma realidade cuja principal característica era modificar-se de forma mais rápida do que a população pudesse acompanhar. É o que se pode constatar da observação que o mais conhecido e festejado autor da época faz em relação à figura do engenheiro Paulo de Frontin, um dos responsáveis por todo o processo de modernização urbana na Capital Federal: “*opera e vence, o homem-força, cuja acção surpreende e desorienta a turba na pasmaceira e que a habituou na politicalha lerda*”<sup>4</sup>. Essa mesma perplexidade da população diante das transformações vertiginosas, que se pode depreender das palavras corretas de Coelho Neto, é-nos relatada por Raymundo de Athayde, falando agora de outra figura central em toda essa dinâmica progressista, Pereira Passos,

---

<sup>3</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

<sup>4</sup> COELHO NETO. Gilliat e o polvo. *O meu dia*. Porto: Chardron, 1922, p. 67-71.

além de nos revelar o grau de afastamento da população das decisões governamentais, a qual era compulsoriamente conduzida pelos homens do governo:

*“a população experimentava dest’arte a sensação de estar sendo conduzida abruptamente para um ambiente novo que a perturbava e às vezes a desgostava. As ruas cheias de poeira, o pó em turbilhão redemoinhava em dança louca por toda a cidade. Edifícios, prédios comerciais, casas de família, hoje estavam de pé, amanhã não mais existiriam. Nesse torvelinho, ninguém sabia onde começavam ou acabavam as ruas ou avenidas; onde moravam os amigos, o lugar certo da farmácia, da quitanda ou do açougue.”<sup>5</sup>*

Na maior parte das manifestações que se verificaram, sobretudo na imprensa local, contra ou a favor de tais transformações, o que se pode constatar é, como se aludiu antes, uma gritante unanimidade no sentido de indicar mais um processo de crescimento do que propriamente uma deliberada política desenvolvimentista. Ou seja, mais um processo quantitativo de modernização do que um processo qualitativo, como nos ensina Henri Lefévre<sup>6</sup>.

Daí podermos concluir que, acima de tudo, aquilo que aqui chamamos de transformações modernizadoras - e que vigoraram incontestemente, enquanto atuação político-social e urbana durante toda a Primeira República - não foi senão uma conjunção de dois fatores distintos, embora interdependentes: a modernização e o crescimento. Além disso, pode-se observar que, em ambos os fatores, uma de suas principais marcas foi a completa marginalização da camada popular das decisões referentes à política social no Rio de Janeiro. Sem dúvida alguma, esse alijamento teria conseqüências indesejáveis à maioria da população, o que se iria refletir não apenas numa forma autônoma e original de agrupamento coletivo (favelas, morros e subúrbios), mas também numa série de manifestações contrárias à política oficial (greves e revoltas).

Cumprido, portanto, analisar em que medida tais transformações influíram no cotidiano da população e qual o seu impacto nos dois conceitos abordados logo no início do nosso trabalho: espaço e tempo. Neste sentido, convém desde já esclarecer que tanto as transformações ocorridas no âmbito do espaço, quanto no âmbito do tempo, cidadãos estabelecem uma relação imediata com o advento da urbanização do Rio de Janeiro durante a Primeira República. Assim, por meio de uma leitura da realidade urbana que se instala na capital a partir do começo do século XX - isto é, através de um deliberado exercício de percepção urbana<sup>7</sup> -, tentaremos desvendar a influência do processo de transformação modernizadora na vida dos cidadãos e da cidade.

---

<sup>5</sup> ATHAYDE, Raymundo A. de. *Pereira Passos: o reformador do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: A Noite, s.d., p. 250.

<sup>6</sup> LEFÉVRE, Henri. *La revolución urbana*. Madrid: Alianza Editorial, 1983.

<sup>7</sup> Para a noção de percepção urbana, consultar FERRARA, Lucrecia d'Aléssio. *Ver a cidade: cidade, imagem, leitura*. São Paulo: Nobel, 1988.

### ***Prevalência do espaço urbano: a cidade moderna***

O processo de urbanização acelerado, desencadeado na cidade do Rio de Janeiro a partir do governo de Rodrigues Alves, teve conseqüências diversas na vida do moradores da capital. A própria cidade sofreu transformações inimagináveis até então, quando grande parte de sua região central foi atingida, num trabalho de remodelação urbana cujos primeiros passos ficaram conhecidos pelo sugestivo nome de Bota-Abaixo. Não é de se estranhar que as modificações de uma realidade tão concreta quanto parece ser a urbana tivessem conseqüências diversas também no imaginário popular, assunto que ainda está por ser devidamente estudado.

Todo esse esforço - que conseguia agrupar num mesmo ideal nomes tão importantes e diversos como os de Pereira Passos, Paulo de Frontin, Lauro Müller e Osvaldo Cruz - tinha, em última instância, um só objetivo: o de transformar a antiga e arcaica cidade do Rio de Janeiro num novo espaço de convivência social. Em outras palavras: numa cidade moderna.

As transformações modernizantes no espaço urbano da capital, contudo, começaram muito antes do que as atitudes tomadas pelos políticos do começo do século podem sugerir. Antes de se efetuarem as transformações da cidade propriamente dita, verificaram-se algumas importantes transformações na cidade. É o caso, por exemplo, de uma nova realidade técnica que se impunha desde meados do século XIX, com toda a sua parafernália mecanicista, onde não faltavam as ferrovias, as máquinas industriais, as armas de guerra, os aparelhos de precisão mecânica e, mais tarde, os automóveis.

Com efeito, em pouquíssimo tempo a população urbana tomava contato com uma outra realidade, até então desconhecida: ganhava corpo o mundo inovador da tecnologia, factível não apenas graças à revolução industrial que vinha ocorrendo na Europa finissecular<sup>8</sup>, mas também à adoção de uma série de novos meios energéticos pelo Brasil, modificações tecnológicas que trariam conseqüências inenarráveis ao imaginário da população, criando as mais diversas representações fantasmagóricas<sup>9</sup>.

As transformações urbanas propriamente ditas, as modificações ocorridas no aspecto físico da cidade, influíram de forma decisiva na vida particular dos cidadãos. Tiveram como modelo inegável a remodelação da capital francesa promovida por Haussmann e seus colaboradores, o que levaria um anônimo cronista, nas páginas de uma famosa revista mundana, a chamar o próprio Pereira

---

<sup>8</sup> Trata-se da chamada Segunda Revolução Industrial, ocorrida na Europa em fins do século XIX, cujo caráter modernizante-cosmopolista exerceria sensível influência em todo o mundo (cf. SEVCENKO, Nicolau. O cosmopolitismo pacifista da Belle Époque: uma utopia liberal. *Revista de História*, São Paulo, Universidade de São Paulo, n. 114, jan. - jun. 1983, p. 85-94). Neste contexto, até a passagem da Monarquia para a República já vem sendo considerada uma conseqüência direta do processo de modernização ocorrido na época (cf. PETRONE, Maria Theresa Schorer. As crises da Monarquia e o Movimento Republicano. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, Universidade de São Paulo, n. 16, 1985, p. 31-41).

<sup>9</sup> HARDMAN, Francisco Foot. Técnica e sociedade: maquinismo como espetáculo no Brasil pré-industrial. *Remate de Males*, Campinas, n. 7, 1987, p. 157-166.

Passos de “Hausmann brasileiro”, cujo principal mérito estava no fato de ter emancipado a cidade de seu “anachronismo colonial” e de ter rejuvenescido a sua deplorável “senectude provinciana”<sup>10</sup>. A intenção primeira destas transformações modernizantes foi, portanto, dar à Capital Federal um feitiço menos provinciano e anacrônico: trata-se da interminável luta entre a cidade arcaica e ultrapassada e a cidade nova e moderna, que começava a despontar.

Neste embate sem tréguas, tudo começava pelas inumeráveis demolições, que atingiam indistintamente ruas e casas, monumentos e igrejas, e que tiveram como principal marca a derrubada do Morro do Castelo: tendo começado em 1904 e seguido, com interrupções, até a década de 1920, o trabalho de derrubada do Morro criou um verdadeiro alvoroço na cidade, com opiniões diversas por toda parte. Não havia meio de ficar indiferente às obras de demolição da famosa colina, que, de fato, mexia profundamente com o imaginário da população<sup>11</sup>. Na imprensa e fora dela, as opiniões divergiam, indo desde os que louvavam a decisão de se extirpar aquele “kisto na aorta da cidade”, até os críticos mais obstinados do que se considerava uma empreitada verdadeiramente desumana e dispendiosa<sup>12</sup>.

Após as demolições, as construções. Estas iam desde a edificação de monumentos e teatros, até o alargamento de ruas e a remodelação de quarteirões inteiros. E se o Morro do Castelo foi a marca principal da fase demolidora do Bota-Abaixo, não há como deixar de ver na construção da Avenida Central o símbolo maior da reorganização urbanística da cidade.

Com efeito, louvado em prosa e verso por alguns e criticado a plena voz por outros, o processo de remodelação da capital teve na Avenida Central um marco indelével. Para a abertura daquela que, em pouco tempo, se tornaria a verdadeira vitrine da cidade, não se mediam esforços: não havia lei, edificação ou comunidade que pudesse impedir a abertura da gloriosa avenida. A impressão generalizada era de uma guerra total, como se pode verificar nos comentários e nas fotografias veiculadas ostensivamente pela pomposa revista *Kósmos*<sup>13</sup>. Além disso, os trabalhos

---

<sup>10</sup> Anônimo. O Memorial da Sociedade dos Architectos: o Rio de Janeiro de hontem, de hoje e de amanhã. *A Revista da Semana*, Rio de Janeiro, n. 34, ago. 1922.

<sup>11</sup> Com efeito, corria, no começo do século, a notícia de que os jesuítas, expulsos do território nacional pelo Marquês de Pombal, teriam escondido, no Morro, lendário e valioso tesouro. Feito o desmonte, o que se descobriu não foi mais do que algumas galerias subterrâneas, que guardavam parco material sem valor monetário (DUNLOP, C. J. *Rio antigo*. 3 Vols. Rio de Janeiro: Editora Rio Antigo, 1960). Tais fatos foram responsáveis, pelo menos, por uma importante estréia no jornalismo profissional, a de Lima Barreto, que em 1905 escreve para o *Correio da Manhã* uma série de reportagens em torno destas escavações e descobertas (cf. BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto: 1881-1922*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981).

<sup>12</sup> Para a primeira opinião: consultar Anônimo. Pela Belleza do Rio. *A Revista da Semana*, Rio de Janeiro, n. 31, jul. 1922. Para a segunda, consultar as considerações de Coelho Neto que, entre outras coisas, compara nosso morro nativo ao portentoso Etna italiano, curiosamente considerando o primeiro um “morro Jeca-tatú” (COELHO NETO. O Etna. *Bazar*. Porto: Chardron, 1928, p. 58-63).

<sup>13</sup> Consultar, entre outros, o extenso artigo dedicado à Avenida Central escrito por Alfredo Lisboa (A Avenida Central. *Kósmos - Revista Artística, Científica e Litteraria*, Rio de Janeiro, n. 11, nov. 1904). Além de inúmeras fotos dos trabalhos de abertura da Avenida, publicou-se ainda, neste

de abertura da avenida foram motivo de comentários dos mais diversos cronistas mundanos da época, de Coelho Neto e Lima Barreto a Humberto de Campos e Olavo Bilac. E, com certeza, do mais expressivo e polêmico de todos eles, o pitoresco repórter dândi João do Rio, entusiasta do progresso urbano e cujas reveladoras palavras sintetizam bem a importância da Avenida Central para a cidade modernizada que então começava a se impor:

*“quando esse grande homem (Rodrigues Alves) quebrou uma fita que inaugurava a Avenida Central (...) resumiu o seu governo, criou um simbolo, marcou uma data. O Brasil, em usos, costumes, idéias, forças de projeção, ficou dividido: o Brasil de antes da Avenida, e o de depois da Avenida (...) porque essa artéria é o poema das aspirações do Brasil moderno.”<sup>14</sup>*

\*

Há ainda um outro aspecto do processo de urbanização ocorrido no Rio de Janeiro do início do século intimamente ligado ao que chamamos aqui de transformações modernizadoras: trata-se da obstinada tendência de se considerar toda a sistemática de modernização da cidade como uma autêntica ação civilizatória. Neste sentido, e numa perspectiva bastante curiosa, modernizar e civilizar passaram a ser considerados verdadeiros sinônimos.

Já foi por demais citada a divisa “o Rio civiliza-se”, criada por Figueiredo Pimentel e que se tornou o símbolo das transformações por que passava a Capital Federal no começo do século. Nesta expressão sintética, estaria representado não apenas todo um processo de civilização explícita que ia tomando corpo paulatinamente nos centros urbanos, mas também a idéia de que tal processo seria uma conseqüência direta das transformações modernizadoras de natureza urbana por que passavam as grandes cidades.

Num contexto como este, a antiga oposição entre a cidade arcaica e a cidade moderna emerge sob uma nova roupagem: agora, o que se contrapõe é, antes, a civilização e a barbárie. Reabre-se, assim, uma disputa que, desde os primeiros anos da formação latino-americana, tinha como pólos opostos a cidade e o campo<sup>15</sup>, admitindo o espaço urbano como cenário unificado para o embate e passando a contrapor dois lados de uma mesma realidade espacial: a civilização e a barbárie urbanas. Curiosamente, esta oposição vai receber novo desdobramento, em que a civilização passa a ser representada pela área central e a barbárie, pelo subúrbio.

---

mesmo número, uma interessante planta da mesma, em escala 1:4000, com uma referência a cinquenta e três terrenos adquiridos pela municipalidade e o espectro do seu perfil longitudinal.

<sup>14</sup> RIO, João do (sob o pseudônimo de P. B.). *Bahia Illustrada*, n. 39, jun. 1921, p. 86-88. Opinião análoga, o autor já tinha veiculado um ano antes na revista *Brazil Illustrated*.

<sup>15</sup> A respeito do triunfo da cidade urbana e civilizada sobre a barbárie rural na história da América Latina, consultar, dentre a vasta bibliografia existente: RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Esta distinção não podia escapar - como de fato não escapou - aos olhos atentos e sempre críticos de alguns cronistas da época, entre eles o maior retratista da realidade suburbana de então: de fato, Lima Barreto, o grande romancista carioca dos subúrbios, situa alguns de seus principais romances naquela parte tão esquecida da cidade. E, mais do que isso, o crônista carioca revela uma consciência nítida dessa distinção perversa: “*vê-se bem que a principal preocupação do atual governador do Rio de Janeiro é dividi-lo em duas cidades: uma será a européia e a outra, a indígena*”<sup>16</sup>.

Mas esta divisão, como era de se esperar, não possuía apenas detratores. Havia também os entusiastas da civilização infrene, que defendiam uma atitude mais rígida do governo e que não hesitavam em fazer uma relação direta entre urbanismo e civilização. Cabem, neste caso, as figuras do já citado João do Rio, talvez o principal defensor de um processo civilizatório sistemático, e do poeta e crônista Olavo Bilac, cujas palavras reveladoras não deixam dúvida sobre a relação acima aludida: “*não sei bem para que servirá dar avenidas, árvores, jardins, palácios a esta cidade - se não derem aos homens rudes os meios de saber o que é civilização*”<sup>17</sup>.

Um dos aspectos mais interessantes dessa ligação entre urbanismo e civilização - vale dizer, de toda essa ação civilizatória promovida pelo governo e pela elite modernizante - é a intensa campanha em favor da higienização da cidade. Assim, com a propaganda higienista encabeçada pela célebre figura de Osvaldo Cruz, o que podemos chamar de urbanismo civilizatório ganha expressão máxima, e a higiene passa a ser a ordem do dia.

Mais uma vez, o modelo é a Europa civilizada, particularmente a França, que conheceu semelhante febre da higienização a partir do final do século XIX<sup>18</sup>. Nas páginas de nossas revistas mundanas, eram assim comuns conselhos de toda espécie, desde a advertência de que a “*higiene moderna*” recomenda subir quatrocentos ou mais degraus de escada por dia (*Eu Sei Tudo*), até o incitamento à dança e aos banhos de mar (*A Cigarra*), sem nos esquecermos de alguns curiosos inventos adequados à higienização dos corpos, como um pequeno instrumento destinado a promover nada mais do que o “*beijo antiseptico*” (*Eu Sei Tudo*). Não sem razão, as personagens de um dos mais importantes romances históricos de Coelho Neto, que trata precisamente da vida urbana carioca na passagem do século,

---

<sup>16</sup> BARRETO, Lima. *O prefeito e o povo*. Marginália. São Paulo: Brasiliense, 1956, p. 117-119. Sobre a caracterização de Lima Barreto como autor que privilegiou a temática suburbana, ver Lúcia Miguel-Pereira, para quem ele teria sido “*o cronista de seus muitos amados subúrbios*” (Prefácio. In: BARRETO, Lima. *Clara dos Anjos*. Rio de Janeiro: Merito, 1948, p. 13-21) e Moisés Gicovate, para quem ele foi “*o romancista da vida dos subúrbios*” (*Lima Barreto: uma vida atormentada*. São Paulo: Melhoramentos, s.d.).

<sup>17</sup> BILAC, Olavo (sob o pseudônimo de O. B.). *Chronica. Kósmos - Revista Artística, Científica e Litteraria*, Rio de Janeiro, n. 11, nov. 1904.

<sup>18</sup> Cf. WEBER, Eugen. *França fin-de-siècle*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. Para os fundamentos sócio-ideológicos da propaganda higienista de Osvaldo Cruz, cf. MENDONÇA, Marina Gusmão de. *Desenvolvimento e miséria: as raízes da Revolta de 1904*. São Paulo: FFLCH-USP, 1988 (Dissertação de Mestrado em História).



tem como uma das principais características idiossincráticas o hábito de tomar banhos<sup>19</sup>.

No fundo, pode-se constatar perfeitamente que o que se tinha em mente com toda essa dinâmica civilizatória não era senão a consolidação definitiva de um verdadeiro espaço higienizado. Só assim seria possível civilizar a população e, mais do que isso, dar por concluído todo o processo de transformações modernizadoras iniciadas desde o começo do século, já que a higiene passou a fazer parte indissociável do mesmo. É precisamente neste contexto que podemos entender as palavras lapidares de um dos mais copiosos cronistas da época, que - em sintonia com a proposta de Bilac de se instaurar entre nossos jovens a higiene obrigatória, mesclando sintomaticamente patriotismo e higienismo - proclama: “o futuro do Brasil está, efetivamente, muito mais na torneira, na caixa d’água, na margem do rio, do que na escola, no livro, no banco da Academia”<sup>20</sup>.

\*

No processo de consolidação do espaço urbano verificado no Brasil do começo do século, reformas urbanísticas e morais (se por moralidade entendermos um vago sentido de civilidade) vigoraram incontestemente. Aliás, atuaram em conjunto no sentido de dar à cidade uma nova face, uma face mais “honestas”, em oposição ao seu feitio anacrônico e colonial. Neste sentido, urbanismo e civilidade são lados de uma mesma moeda: a moeda da modernização. Trata-se, em última instância, de transformações mais ou menos aprofundadas que tiveram como intuito modificar não apenas o aspecto externo da cidade, mas também o *modus vivendi* de seus cidadãos, privilegiando uma nova sociabilidade.

As conseqüências destas transformações todos nós conhecemos: de um lado, não apenas o alijamento das populações mais pobres da área central da cidade, realidade física eleita como o espaço por excelência das transformações, mas também a marginalização desta mesma massa popular da nova sociabilidade que se instaura neste espaço; de outro lado, a divisão entre dois tipos de comunidades que, por força da situação, acabaram convivendo numa mesma cidade - a dos civilizados (ou higienizados) e a dos bárbaros, evidência que teve o seu trágico desfecho na histórica Revolta da Vacina.

Neste sentido, podemos dizer que houve de fato, nessa época, uma prevalência do espaço urbano, apontando claramente para a intenção de tornar a Capital Federal uma cidade moderna. Moderno, aqui, significa não apenas novo e universal,

---

<sup>19</sup> Cf. COELHO NETO. *A conquista*. Porto: Cardron, 1921. Ver também seu romance *A Capital Federal*, onde o banho representa, a um só tempo, a saída de uma condição de barbárie e o “batismo da civilização” (apud BROCA, Brito. Coelho Neto e Arthur Azevedo. *Revista do Livro*, ano III, n. 12, dez. 1958, p. 193-194).

<sup>20</sup> CAMPOS, Humberto de. O prestígio do sabonete. *Mealheiro de Agripa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936, p. 81-84. Afrânio Peixoto, outro cronista da época, era igualmente um entusiasta da higiene como processo civilizatório da população brasileira (Cf. PEIXOTO, Afrânio. *Clima e saúde: introdução biogeográfica à civilização brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975).

mas também higiênico e civilizado. Os agentes dessa modernização, evidentemente, foram - além dos políticos comprometidos com as chamadas transformações modernizadoras - uma classe social bastante distinta, que agrupava desde uma elite cosmopolita ávida por adotar os modelos europeus de convivência social até cronistas mundanos de periódicos locais, que não hesitavam em utilizar sua pena para louvar estas mesmas modificações. Por tudo isso, é mais do que simbólico o fato de que Olavo Bilac, considerado na época uma das maiores expressões literárias nacionais, tenha dado irrestrito apoio aos trabalhos de reformas por que passava a cidade e a sociedade como um todo, e, através de uma encomiástica retórica, onde urbanismo e civilismo passam a ter um mesmo e único sentido, tenha elogiado abertamente a atuação salutar do que muito apropriadamente chamaria de “*picaretas regeneradoras*”<sup>21</sup>.

### **No ritmo do tempo urbano: vida moderna**

Não foi apenas no sentido de criar uma cidade moderna que as transformações modernizadoras desencadeadas no Brasil republicano atuaram. Era de se esperar que tais modificações - de natureza fundamentalmente urbana, mas de conseqüências que ultrapassavam essa realidade - também tivessem reflexos na concepção de tempo desfrutada pelos habitantes do Rio de Janeiro.

Com efeito, para além das alterações vivenciadas pelo espaço urbano - no sentido de se criar um espaço moderno e civilizado -, há que se ressaltar as alterações sofridas pelo próprio tempo urbano, que acabavam resultando inevitavelmente num novo estilo de vida, numa incipiente *vida moderna*.

Como, portanto, seria essa tão inesperada vida moderna, que subitamente tornou-se um dos assuntos preferidos dos agentes de comunicação e sociabilização urbanos? Em primeiro lugar, à nova realidade que se instaurava correspondia uma nova forma de convivência social, que pressupunha - antes de mais nada - a disposição de um tempo previamente determinado. Já não se podia considerar a antiga conversa à porta de casa, o velho cavaco descompromissado, a ultrapassada palestra de comadres e compadres em torno de uma mesa lauta ou simples como formas de convivência social do novo espaço urbano. A nascente realidade que se estabelece colocou o país na órbita das grandes civilizações ocidentais, tornando o Rio de Janeiro - pelo menos aos olhos de seus habitantes - uma grande metrópole urbana. E os modelos de convivência são outros, como outros serão os lugares e o modo de se relacionar socialmente: agora, têm-se teatros novos e reformados, os cinematógrafos começam a se popularizar, tornando-se verdadeiros espetáculos de tecnologia, a velha Rua do Ouvidor ganha ares modernos, além do que a cidade adquire, com a Avenida Central, uma nova passarela para o afetado relacionamento de sua sociedade mundana. E tudo isso requer, antes de mais nada, uma relação diferente com a velha concepção de tempo, requer um tempo que obedeça ao novo ritmo da cidade, um tempo urbano.

---

<sup>21</sup> BILAC, Olavo (sob o pseudônimo de O. B.). *Chronica. Kósmos - Revista Artística, Científica e Litteraria*, Rio de Janeiro, n. 03, mar. 1904.

Há toda uma realidade tecnológica que altera sensivelmente a relação do homem com o tempo: os telefones tornam as conversas mais ágeis e dinâmicas, os automóveis e os bondes elétricos diminuem as distâncias, instaurando na cidade toda uma complexa rede de vasos comunicantes (várias ruas são alargadas, possibilitando um maior escoamento dos automóveis e dos pedestres), estradas de ferro são inauguradas. A máquina é espetáculo, e um pequeno instrumento de medição do tempo começa a se tornar peça obrigatória: o relógio de pulso. Se acrescentarmos a tudo isso, os salões, os cafés, os banhos turcos, os progressos domésticos, não será difícil perceber que a vida ganhava um novo ritmo, muito mais frenético, muito mais extático, muito mais vertiginoso<sup>22</sup>.

A literatura entra no ritmo da cidade, a escritura se altera, tornando-se mais dinâmica e ligeira<sup>23</sup>. Também no que diz respeito à temática tratada pelos livros, é possível verificar relações entre a literatura e o processo de modernização por que passava a cidade: Lucília, num dos romances de Coelho Neto que melhor trata desta questão, ao chegar à cidade se vê vítima de um “*atordoamento vertiginoso*”, em meio à “*circulação estonteante de automóveis, correrias, atropelos, pregões, tinidos de campanhas e um soturno rumor continuo, reboante, vindo de longe como cachoeira*”; Mario Lacosta, num dos melhores contos de Benjamim Costallat, teria manifestado o desejo de “*conhecer em seus detalhes a vida internacional e moderna do Rio*”, compartilhando da intimidade de seu “*moderno amigo e de sua moderníssima amiga*”; num conto de Arthur Azevedo, Salema confessa ter procurado obstinadamente a viúva Perkins “*nos bondes, na Rua do Ouvidor, nos teatros, nos bailes, nos passeios, nas festas*”; e mesmo um autor tão crítico dos modernismos urbanos como Lima Barreto não hesita, num de seus romances, em se referir ao Teatro Lírico, embora com uma ácida ironia, como o “*ponto mais elegante do Brasil; ponto para que convergem tudo que há de mais fino na minha terra*”<sup>24</sup>.

Tudo isso pressupõe, evidentemente - como vínhamos ressaltando desde o princípio - um novo ritmo de vida, que poderia ser sintetizado numa única e expressiva palavra: velocidade.

\*

Com efeito, a tão decantada vertigem causada pela velocidade tomou conta da cidade nas primeiras décadas do século. Não é de se espantar que todos - de populares a intelectuais - ficassem pasmados diante do novo ritmo - veloz, ligeiro, célere - que a cidade ia adquirindo.

---

<sup>22</sup> Cf. ARAUJO, Rosa Maria Barboza de. *A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

<sup>23</sup> Para a relação entre a literatura e a técnica no começo do século, consultar SÜSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de letras: literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia de Letras, 1987.

<sup>24</sup> Os trechos aqui transcritos referem-se, respectivamente, às seguintes obras: COELHO NETO. *O Polvo*. São Paulo: Jornal do Comércio, 1924; COSTALLAT, Benjamim. *Modernos...* Rio de Janeiro: Benjamim Costallat & Miccolis, 1920; AZEVEDO, Arthur. *Vida alheia: contos e comédias*. Rio de Janeiro: Bruguera, s.d.; BARRETO, Lima. *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*. Rio de Janeiro: Garnier, 1990.

Além da multidão de pessoas que invadia as ruas da antiga cidade pacata e provinciana (o *turbilhão* urbano de que tanto se falou na época), havia ainda o ritmo frenético dos automóveis, novos habitantes de uma cidade que não parava de crescer. Crescer e correr. A “alta” taxa de acidentes automobilísticos assustava os cidadãos, sempre perseguidos pelos *chauffeurs* inescrupulosos. Havia, neste sentido, entre os cronistas da época, uma unanimidade de vozes contra todo tipo de motoristas e automóveis: desde os bondes elétricos até os carros de praça. Nos periódicos mundanos e livros de crônica em geral, era possível encontrar algumas charges sobre o assunto, sempre carregadas de uma cômica ironia; ou então coléricos artigos, reclamando providências contra o descaso com que os pedestres eram tratados pelos motoristas; ou ainda curiosas crônicas de ocasião, onde, por exemplo, era possível encontrar - num misto de ironia, graça e desilusão -, inesperadas descrições sobre a experiência pessoal de ser atropelado<sup>25</sup>.

Não eram apenas os acidentes que incomodavam os habitantes da nova cidade. Mais do que isso, era a velocidade mesma com que os motoristas dirigiam suas máquinas poderosas, fazendo das turbilhonantes ruas da cidade verdadeiras pistas de corrida. Realidade descrita até mesmos nas crônicas humorísticas e descompromissadas com que Humberto de Campos brindava seus leitores nas páginas do *Imparcial*, sob o pseudônimo de Conselheiro XX:

*“a fúria com que os automóveis percorrem a cidade, deixando pelas ruas, em dois traços de sangue, o rastro das rodas assassinas, está reclamando uma providência enérgica emanada das autoridades policiais. Dia não há, realmente, em que se não registre uma vítima dos chauffeurs, e tudo provém da velocidade com que marcham os carros.”*<sup>26</sup>

Acidentes à parte, a vertigem da velocidade tomava conta também de outras realidades não menos palpáveis e cotidianas. É o caso, por exemplo, das profissões. Em função da velocidade, os motoristas dos antigos coches eram substituídos pelos motoristas de velozes automóveis; o comércio ganhava um aliado de peso, cuja principal função era divulgar uma maior quantidade de produtos num menor espaço de tempo: a publicidade; as máquinas industriais agilizavam a produção, e entrávamos na era da mecânica, cujo principal símbolo seja talvez o tear mecânico, a tomar o lugar das famosas costureirinhas; o transporte entre continentes, começava a ganhar o auxílio do velocíssimo avião; e até a guerra se tornava mais ágil com o advento das novas e poderosas armas de combate.

O Brasil, como o mundo, caminhava em ritmo acelerado.

---

<sup>25</sup> Para as charges: Desastre e Optimismo, *Eu Sei Tudo*, Rio de Janeiro, n. 3, 30 ago. 1917. Para as críticas coléricas, ver a afirmação de Couto de Magalhães que, embora trate particularmente de São Paulo, reflete a mesma situação que enfrentava na época a cidade carioca: “*ha motoristas que esmagam um corpo humano, com a mesma indiferença com que passam sobre um pedaço de pau atravessado na estrada*” (MAGALHÃES, Couto de. Aspectos da rua: os autos. *A Cigarra*, São Paulo, n. 08, ago. 1914). Para a experiência do atropelamento: LUSO, João. Impressões dum atropelado. *Reflexos do Rio*. Porto: Chardron, 1923, p. 31-38.

<sup>26</sup> CAMPOS, Humberto (sob o pseudônimo de Conselheiro XX). Os automóveis. *Vale de Josafá*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1944, p. 191-193.

Mas nenhuma outra profissão deve ter sentido mais a influência da velocidade do que a de escritor. Com efeito, não há trabalho que requeira mais paciência, mais disponibilidade de tempo, mais disposição para o estatismo do que o de escritor, que precisa pensar, planejar, formular, redigir, corrigir, reescrever e passar tudo a limpo antes de ver seu trabalho impresso. Sem dúvida alguma, escrever é, a um só tempo, a arte da reflexão e um exercício de paciência. Pelos menos, até o advento do progressismo tecnológico, que com suas máquinas de datilografia, com suas impressoras mais rápidas e ágeis, com a profissionalização do escritor a partir da expansão da imprensa, proporcionou uma sensível mudança no cenário da escrita, substituindo a *écriture artistique* dos adeptos da Arte Nova pela *écriture automatique* divulgada pelo Surrealismo.

Muitos perceberam estas modificações e sofreram suas inevitáveis conseqüências, sendo obrigados a tornar suas produções mais curtas e viáveis (inclusive obedecendo a uma tendência do público, no sentido de adquirir maior quantidade de informações num menor espaço de tempo), além de precisarem se submeter a uma nova concepção de escritura - mais *ao correr da pena*. Até mesmo os gêneros literários sofreram as conseqüências inevitáveis destas transformações, já que esta pode ser considerada uma época em que os romances longos e marcados pelo enredo carregado da fase romântica são substituídos pela prosa ligeira das crônicas mundanas<sup>27</sup>. Não é de se espantar, por exemplo, que Coelho Neto se sinta obrigado a dedicar uma de suas inúmeras crônicas exatamente ao tema da profissionalização do escritor, descrevendo a cidade no momento em que “*de afogadilho, urgido pelo tempo*” escreve sua coluna jornalística para *A Noite*; ou então que uma das personagens de João do Rio, falando sobre a vida agitada numa estação de águas, cujo *way of life* era inegavelmente o mesmo do da Capital Federal, afirme: “*a vida não me dá tempo de escrever*”; ou ainda que Humberto de Campos - outro profissional da escrita jornalística -, numa abordagem um pouco mais ampla, se sinta assombrado diante do despotismo do tempo: “*tudo realmente, entre nós, é pressa, é impaciência, é ânsia, é desejo de chegar. Ninguém espera mais pela queda dos grãos da ampulheta. A árvore do Tempo é nervosamente sacudida pelo tronco, para que se desprendam, de pronto, e em cacho, os frutos louros das Horas*”<sup>28</sup>.

A velocidade, com efeito, exercia inegável influência em todos os âmbitos sociais - do trabalho à vida mundana, da escrita ao comércio, da cultura à economia. Cria-se, como já se ressaltou mais de uma vez, uma nova dinâmica social e urbana e, conseqüentemente, um novo tipo de cidadão, a que muito apropriadamente

---

<sup>27</sup> Sobre a profissionalização dos escritores nesta época e a prevalência da crônica como gênero literário, consultar DIMAS, Antônio. *Ambigüidade da crônica: literatura ou jornalismo?* *Littera*, São Paulo, ano IV, n. 12, set.- dez. 1974, p. 46-51; MARTINS, Luis. *Do folhetim à crônica. Suplemento Literário*. São Paulo, Conselho Estadual de Cultura/ Comissão de Literatura, 1972, p. 11-18; e SÜSSEKIND, *Cinematógrafo...*

<sup>28</sup> Para Coelho Neto, cf. *Às pressas. Meu dia*, p. 79-82; para João do Rio, cf. *A correspondência de uma estação de cura*. São Paulo: Scipione, 1992; para Humberto de Campos, cf. *A Academia. Da Seara de Booz (1915-1916)*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1945, p. 213-216.

poderíamos chamar de *homo velox*, um ser totalmente dominado pelo descontínuo e pelo imprevisto<sup>29</sup>.

Essa realidade tem muito a ver com um novo estilo de vida que se impunha, sendo ao mesmo tempo causa e conseqüência deste. Para uma vida moderna, uma concepção moderna de tempo. Para um espaço moderno, um tempo moderno. Por isso, é impossível pensar na nova dinâmica tempo/ espaço que começava a surgir no início do século - fato premonitório de uma modernidade emergente -, sem considerar os novos ritmos de vida que se estabeleciam na cidade, como sugere e sintetiza, desde o seu título, uma das mais significativas e impressionantes crônicas de Hermes Fontes:

*“A successão dos factos e a evolução dos usos tendem a acelerar, dia a dia, o rythmo da vida contemporanea, propulsionando-a em movimentos que levam à vertigem e em pulsações cuja intensidade vibratoria vae mantendo-a em estado normal de febre (...) Reina em todos os desejos e em todos os negocios a preocupação geral da synthese, de sorte que em todos os ramos da intelligencia e da actividade a fórmula victoriosa é a do Maximo no Minimo, isto é, a possibilidade de essencializar no minuto que passa, todas as sensações da hora que vem (...) Nessa lueta constante de motores e dynamos, forças cegas que o homem põe a febricitar na ancia de resumir, em seu proveito, o tempo e o espaço, e em que a locomotiva cede á aeronave, o teatro ao cinema, o livro ao magazine, o desenho á vinheta, a paixão ao capricho, o amor ao béguin; nessa effervescencia rotativa, turbilhonante, que é, em nossos dias, a civilização - a noção de julgar, de bem apreciar os valores humanos, cada vez mais se burla, se dificulta, e, de restrição em restrição, resultará em impossibilidade absoluta.”*<sup>30</sup>

## **Conclusão**

Sem dúvida alguma, as primeiras duas décadas do século passado podem ser consideradas um autêntico período de transformação, mas mais ainda de transição. Transição para o novo, para o moderno que já se avizinhava. Transição, inclusive, para uma nova concepção de nação, que ia paulatinamente abandonando sua condição arcaica para alcançar uma ansiada condição moderna.

Curiosamente, o efeito de toda esta dinâmica reproduzia a dialética - já apontada em outras épocas - das idéias fora do lugar, já que ao lado de todo um aparato modernizante, a realidade social continuava a ser a da discriminação, a do preconceito, a da pobreza. Em uma palavra: a do atraso. Assim, modernização e arcaísmo conviviam, na verdade, lado a lado, separados apenas por um frágil

---

<sup>29</sup> Cf. FABRIS, Annateresa. O cenário e o espaço do trabalho: representações da modernidade na produção cultural brasileira (1900-1922). *Revista da Biblioteca Mário de Andrade*, São Paulo, v. 50, jan. - dez. 1992, p. 145-150.

<sup>30</sup> FONTES, Hermes. Os novos rythmos da vida. *Juizos Ephemeros*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1916, p. 13-20.

limite imaginário ou concreto, que poderia ser simbolizado tanto pelo traçado da nova e deslumbrante Avenida Central quanto pelo umbral da refinada Confeitaria Colombo<sup>31</sup>.

Transição também para concepções diferentes de tempo e de espaço, como acabamos de ver, em que a uma cidade nova corresponde um novo ritmo de vida: instala-se, na nossa velha capital, uma nova urbanidade.

Trata-se, antes de tudo, de uma inaudita constatação da mudança, um tema recorrente na cultura luso-brasileira, desde Camões e Gregório de Matos até os dias atuais. E que, nos primeiros anos do presente século logrou ser devidamente representada pelas páginas efêmeras e requintadas das nossas revistas mundanas. Daí o fato de ser mais ou menos comum encontrarmos nos periódicos da época frases que denotavam, numa mistura de espanto e êxtase, semelhante consciência: “cidade minha amada, como vais mudando! (...) mudando tanto e tão depressa”<sup>32</sup>.

No limiar de uma nova era, as transformações modernizadoras por que passava o Brasil já alertavam para uma imprevisível realidade que despontava, ainda informe, no nebuloso horizonte do país.

### **Bibliografia**

ANÔNIMO. O Memorial da Sociedade dos Architectos: o Rio de Janeiro de hontem, de hoje e de amanhã. *A Revista da Semana*, Rio de Janeiro, n. 34, ago. 1922.

ANÔNIMO. Pela Belleza do Rio. *A Revista da Semana*, Rio de Janeiro, n. 31, jul. 1922.

ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. *A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

ATHAYDE, Raymundo A. de. *Pereira Passos: o reformador do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: A Noite, s.d.

AZEVEDO, Arthur. *Vida alheia: contos e comédias*. Rio de Janeiro: Bruguera, s.d.

BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto: 1881-1922*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

BARRETO, Lima. *O prefeito e o povo*. Marginalia. São Paulo: Brasiliense, 1956.

\_\_\_\_\_. *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*. Rio de Janeiro: Garnier, 1990.

BILAC, Olavo (sob o pseudônimo de O. B.). *Chronica. Kósmos - Revista Artística, Científica e Litteraria*, Rio de Janeiro, n. 03, mar. 1904.

\_\_\_\_\_. *Chronica. Kósmos - Revista Artística, Científica e Litteraria*, Rio de Janeiro, n. 11, nov. 1904.

BROCA, Brito. Coelho Neto e Arthur Azevedo. *Revista do Livro*, ano III, n. 12, dez. 1958.

---

<sup>31</sup> Semelhante paralelo é possível verificar, por volta da mesma época, em São Paulo, onde, inclusive, logrou plena realização - em face das transformações modernizadoras - o processo de remodelação espaço-temporal presente na capital (cf. SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole - São Paulo: sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia de Letras, 1992). Não é despropositado, neste sentido, apontar um papel análogo ao desempenhado pela Avenida Central e Confeitaria Colombo, no Rio de Janeiro, aquele exercido pela Rua Direita e Casa Branca, em São Paulo.

<sup>32</sup> R. Notas de um fluminense. *A Ilustração Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 32, set. 1910, p. 86-88.

- CAMPOS, Humberto de. O prestígio do sabonete. *Mealheiro de Agripa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.
- CAMPOS, Humberto (sob o pseudônimo de Conselheiro XX). Os automóveis. *Vale de Josafá*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1944.
- CAMPOS, Humberto de. A Academia. *Da Seara de Booz (1915-1916)*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1945.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- COELHO NETO. *A conquista*. Porto: Cardron, 1921.
- \_\_\_\_\_. *O meu dia*. Porto: Chardron, 1922.
- \_\_\_\_\_. *O Polvo*. São Paulo: Jornal do Comércio, 1924.
- \_\_\_\_\_. *O Etna. Bazar*. Porto: Chardron, 1928.
- COSTALLAT, Benjamim. *Modernos...* Rio de Janeiro: Benjamim Costallat & Miccolis, 1920.
- DIMAS, Antônio. Ambigüidade da crônica: literatura ou jornalismo? *Littera*, São Paulo, ano IV, n. 12, set.- dez. 1974.
- DUNLOP, C. J. *Rio antigo*. 3 Vols. Rio de Janeiro: Editora Rio Antigo, 1960.
- FABRIS, Annateresa. O cenário e o espaço do trabalho: representações da modernidade na produção cultural brasileira (1900-1922). *Revista da Biblioteca Mário de Andrade*, São Paulo, v. 50, jan. - dez. 1992.
- FAORO, Raymundo. A questão nacional: a modernização. *Estudos Avançados*. Universidade de São Paulo, v. 6, n. 14, jan./abr. 1992.
- FERRARA, Lucrecia d'Aléssio. *Ver a cidade: cidade, imagem, leitura*. São Paulo: Nobel, 1988.
- FONTES, Hermes. Os novos rythmos da vida. *Juizos Ephemeros*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1916.
- GICOVATE, Moisés. *Lima Barreto: uma vida atormentada*. São Paulo: Melhoramentos, s.d..
- HARDMAN, Francisco Foot. Técnica e sociedade: maquinismo como espetáculo no Brasil pré-industrial. *Remate de Males*, Campinas, n. 7, 1987.
- LEFÉBVRE, Henri. *La revolución urbana*. Madrid: Alianza Editorial, 1983.
- LISBOA, Alfredo. A Avenida Central. *Kósmos - Revista Artística, Científica e Litteraria*, Rio de Janeiro, n. 11, nov. 1904.
- LUSO, João. Impressões dum atropelado. *Reflexos do Rio*. Porto: Chardron, 1923.
- MAGALHÃES, Couto de. Aspectos da rua: os autos. *A Cigarra*, São Paulo, n. 08, ago. 1914.
- MARTINS, Luis. Do folhetim à crônica. *Suplemento Literário*. São Paulo, Conselho Estadual de Cultura/ Comissão de Literatura, 1972.
- MENDONÇA, Marina Gusmão de. *Desenvolvimento e miséria: as raízes da Revolta de 1904*. São Paulo: FFLCH-USP, 1988 (Dissertação de Mestrado em História).
- MIGUEL-PEREIRA, Lúcia. Prefácio. In: BARRETO, Lima. *Clara dos Anjos*. Rio de Janeiro: Mérito, 1948.
- PEIXOTO, Afrânio. *Clima e saúde: introdução biogeográfica à civilização brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975.
- PETRONE, Maria Theresa Schorer. As crises da Monarquia e o Movimento Republicano. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, Universidade de São Paulo, n. 16, 1985.



- R. Notas de um fluminense. *A Ilustração Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 32, set. 1910.
- RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- RIO, João do (sob o pseudônimo de P. B.). *Bahia Illustrada*, n. 39, jun. 1921.
- \_\_\_\_\_. *A correspondência de uma estação de cura*. São Paulo: Scipione, 1992.
- SEVCENKO, Nicolau. O cosmopolitismo pacifista da Belle Époque: uma utopia liberal. *Revista de História*, São Paulo, Universidade de São Paulo, n. 114, jan. - jun. 1983.
- \_\_\_\_\_. *Orfeu extático na metrópole - São Paulo: sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia de Letras, 1992.
- SÜSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de letras: literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia de Letras, 1987.
- WEBER, Eugen. *França fin-de-siècle*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

#### RESUMO

#### ESPAÇO E VIVÊNCIA: TRANSFORMAÇÕES MODERNIZADORAS NA PRIMEIRA REPÚBLICA

No presente artigo, analisamos o processo modernizador por que passa o Rio de Janeiro durante a Primeira República, ressaltando sua influência nas concepções de tempo e espaço, junto ao imaginário popular. Abordamos, neste sentido, toda uma gama de conceitos relativos a tais transformações, aliando-as às modificações urbanas concretas sofridas pela Capital Federal no período presidencial de Rodrigues Alves.

**Palavras-Chave:** Rio de Janeiro; Urbanismo; Modernidade; Tempo; Espaço.

#### ABSTRACT

#### PLACE AND TIME: RIO DE JANEIRO'S MODERNITY ON THE FIRST REPUBLIC

The present article analyses the cultural and social context of Brazilian history, and points out to two aspects of Rio de Janeiro modernity on the turn-of-the-century: time and place. Adopting a historical perspective, it reveals some urbanistics aspects of Brazilian society on Rodrigues Alves government.

**Keywords:** Rio de Janeiro; Urbanization; Modernity; Time; Place.

## A PEDAGOGIA DA HISTÓRIA DE MURILO MENDES (SÃO PAULO, 1935)

Itamar Freitas<sup>1</sup>

### Introdução

O ensino de história na escola secundária norte-americana foi construído sobre três modos de ver a educação, no período que compreende o início da década de 1890 a meados da década de 1930. A primeira, contemporânea da entrada “definitiva” da história para os currículos da escola secundária (1892), foi justificada, entre outras razões, pela necessidade de “americanizar” os imigrantes, ou seja, socializá-los na tradição norte-americana. O culto às virtudes cívicas tinha importante papel nessa tarefa. Prescrevia-se, além do ensino de história antiga e medieval, a história da Inglaterra, França e dos Estados Unidos. Nesse tempo, as idéias herbartianas - pedagogia, psicologia, método de ensino - davam a direção da educação histórica, como se pode perceber nos resultados da Conference on History, Civil Government, and Political Economy - Madison, dezembro de 1892<sup>2</sup>.

Na mesma década, porém, John Dewey fundava a conhecida University Elementary School (1896) e publicava *My pedagogic creed* (1897), desferindo contundentes golpes no herbartianismo. Mas, a direção do movimento educacional em larga escala - a orientação dentro da universidade e das reformas operadas na rede - só seria modificada a partir de 1911, com os trabalhos de várias comissões revisoras que tematizaram, tanto a reorganização da educação secundária, quanto a invenção e a relevância dos *social studies* em seus programas. Nesses atos, tiveram participação central a American Historical Association e a National Education Association<sup>3</sup>.

Nos anos 1920 e, notadamente, após a depressão que estimularia o projeto político do New Deal, os princípios deweyanos já eram hegemônicos e se espalhavam pelo mundo por meio das publicações e dos projetos de reformas produzidas pelo filósofo pragmatista: educação centrada na criança, ligação presente-passado-

---

<sup>1</sup> Doutorando em História da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Mestre em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: <itamarfreitas@bol.com.br>.

<sup>2</sup> JOHNSON, Henry. History in the school curriculum after 1890. In: *Teaching of History: in elementary and secondary schools, with applications to allied studies*. New York: The Macmillan Company, 1960 [1940], p. 58-66; NOVICK, Peter. *That noble dream: the “objectivity question” and the American historical profession*. New York: Cambridge University Press, 1998, p. 187-188.

<sup>3</sup> CARVALHO, Delgado de. *Introdução metodológica aos estudos sociais*. Rio de Janeiro: Agir, 1957, p. 32-34, 143-144; JOHNSON, *History...*, p. 72-76; DEWEY, John. *Morale et education*. In: *L'école et l'enfant*. Neuchatel: Delachaux & Niestlé, [1913] [Publicado em inglês, New York, 1897], p. 129-172; LUZURIAGA, Lorenzo. *História da educação e da pedagogia*. 11 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979, p. 236.

futuro, formação de hábitos, responsabilidade social, manutenção da democracia, etc. Mas o vocabulário, porém, era bem outro e poderia ser representado no emblemático título cunhado por um dos vários discípulos de John Dewey, William Hear Kilpatrick, em 1926: *Education for a changing world*. O secundário dos anos 1930 já tinha a marca dos “curriculum-makers” - Rugg, Bagley, Bobbitt, Charters entre outros e a história, “definitivamente” não era mais disciplina. Era matéria dos *social studies*, juntamente com sociologia, economia política e geografia<sup>4</sup>.

Essa era, portanto, a imagem que o professor Murilo Mendes consumia da trajetória dos estudos de história dentro da escola secundária norte-americana no período correspondente à nossa Primeira República. Ele pensava que tal caminho - o percurso da “vitoriosa filosofia da educação norte-americana”<sup>5</sup> - deveria ser trilhado pela Comissão responsável por elaborar o Plano Nacional de Educação se se quisesse salvar o ensino de história e mantê-lo vivo nos programas da escola brasileira. Mas não bastava apenas dar uma nova orientação para a disciplina. A produção da pedagogia renovada para a história dependeria de mudanças mais amplas nas políticas públicas da União e, especificamente, de uma reconstrução da escola secundária brasileira. Foi isso que o professor normalista propôs, inicialmente, em sua tese para catedrático da Universidade de São Paulo em 1935.

### **Um plano para o secundário brasileiro**

Em 1935, Murilo Mendes já era um americanista. Apropriava-se metodicamente da literatura sobre filosofia da educação, reformas na escola secundária e métodos aplicados ao ensino de história. Era lente da Escola Normal de Campinas em 1928, onde demonstrou simpatia pelas idéias de Sampaio Dória e Lourenço Filho<sup>6</sup>. Com esse mesmo Lourenço - de *Introdução ao estudo da escola nova* (1926, 1930), do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* e da viagem de estudos aos Estados Unidos (dez. 1934 - mar. 1935) - continuou nos momentos em que preparava a sua tese para concorrer à cadeira de Metodologia do Ensino Secundário, do Instituto de Educação da USP. Era esse o objetivo imediato do seu texto. A outra meta, como registrado, foi contribuir com a elaboração do Plano Nacional de Educação.

Era um americanista não apenas por seu alinhamento ao Lourenço Filho ou por citar a literatura norte-americana. Para Murilo Mendes, os norte-americanos

---

<sup>4</sup> MENDES, Murilo. *A história no curso secundário*: monografia para o concurso da cadeira de Metodologia do Ensino Secundário do Instituto de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo: Gráfica Paulista/ João Bentivegna, 1935, p. 18; NADAI, Elza. Estudos Sociais no primeiro grau. *Em Aberto*, Brasília, n. 37, p. 1-16 jan./ mar. 1988, p. 2; NOVICK, *That noble...*, p. 187-188 e p. 370-371.

<sup>5</sup> Notadamente, em sua última fase, a dos *social studies*.

<sup>6</sup> Murilo Mendes proferiu discurso na festa de formatura do quarto ano da mesma Escola. O discurso trás os seguintes tópicos: O ideal educativo; A solidariedade humana; Liberdade e personalidade; Liberdade e educação; Educador e educando - cita Lourenço Filho; Liberdade para o educando; Liberdade - o ideal da educação; Liberdade do espírito; O homem das metrópoles; A vida interior; Liberdade didática - citando Sampaio Dória; O culto de um ideal. Cf. MENDES, Murilo. Discurso de Paraninfo proferido na festa de formatura do 4º Ano da Escola Normal de Campinas, em 1 de dezembro de 1928. *Educação*, São Paulo, v. 7, n. 1-2, p. 123-142, jan./fev., 1929, p. 123-142.

não somente serviam como inspiração. Em lugar como o Brasil, onde a pesquisa educacional ainda engatinhava, os *yankees* eram o próprio diapasão, fornecendo o diagnóstico e as soluções para o ensino secundário brasileiro, haja vista as semelhanças que abraçavam a sociedade dos dois países. Vejamos.

O diagnóstico, fundado em relatos de pesquisa sobre a educação secundária norte-americana, apontara pelo menos quatro grandes problemas que foram prontamente enfrentados pelos reformadores daquele país. Em primeiro lugar, havia uma excessiva participação dos “especialistas” (professores de matéria) em detrimento dos “professores de educação” na construção dos programas e nas discussões sobre melhoramentos do ensino. Isso provocava o desvirtuamento das finalidades da educação secundária. *“A educação para eles [os especialistas] era antes de tudo ‘uma questão de dominar logicamente as matérias de ensino de forma a que viessem ser melhor ensinadas’*”, ao contrário do que seria fundamental *“para qualquer plano de educação”*: o conhecimento *“das necessidades sociais da juventude”*, o exame das práticas pedagógicas, do pensamento educacional (filosofia da educação) e *“das conquistas psicológicas mais recentes”*.

Vencidas essas dificuldades, aproximadamente nos anos 1930, os reformadores norte-americanos enfrentaram um outro problema que foi relacionar os *“diferentes fatores sociais... em sua interdependência recíproca e em função do problema americano integral... encarar a América como um todo, como uma união nacional”*<sup>8</sup>. Por fim, os pesquisadores descobriram que as causas da crise social do período estavam relacionadas às *“características do mundo moderno”*: o dinamismo do fazer do homem e das relações sociais; a falta de coordenação entre as partes do *“sistema social”*; a desigualdade dos ritmos de mudança na economia e na sociedade; e a tendência à centralização, proporcionada pelo avanço das comunicações. Numa só frase: descobrira-se que o mundo não era mais estático, sua característica era a mudança. E se a nação quisesse manter-se em consonância com o progresso, deveria adaptar-se a essa realidade, imprimindo novo ritmo às mudanças nas idéias e ideais no seio familiar e em outras instâncias. Daí, a importância de se produzirem *“métodos de educação adequados à ordem nova”*<sup>9</sup>.

A transposição do modelo reformador dos Estados Unidos não se dava sem a devida ponderação crítica. Murilo Mendes estava atento às possíveis rejeições ao seu americanismo. Mas, insistiu em sugerir essa direção à comissão responsável pelo Plano Nacional de Educação:

*“Dir-se-á: a estonteante complexidade da vida norte-americana não oferece um paralelo para a vida brasileira; as dificuldades dos Estados Unidos não são as nossas dificuldades; seria preciso provar-se a conveniência de encarar nosso meio por um critério global, como o que eles preconizam... Mas seria impossível negar que os fatores de uma civilização em mudança são comuns a todas as nações, tanto quanto*

---

<sup>7</sup> SMITH, s.d, p. 228, *apud* MENDES, A história..., p. 18.

<sup>8</sup> SMITH, s.d, p. 228, *apud* MENDES, A história..., p. 19.

<sup>9</sup> Recent social trends in the United States, sd., p. XIV-XV, *apud* MENDES, A história..., p. 20-21.

ao Brasil, e que, em essência, os destinos da nacionalidade estão a exigir no Brasil, como em toda a parte, cada vez mais uma visão e uma orientação de conjunto, só possível quando um vasto trabalho de análise social revelar a necessidade da coordenação de todas as atividades nacionais, com indisfarçável preeminência da ordem educacional. (...) Se for esse o critério das comissões incumbidas de proceder ao levantamento do problema educacional brasileiro e não nos parece que haja outro mais adequado para análise social que há de preceder a elaboração do plano nacional, havemos de assistir ao desmonte das velhas concepções pedagógicas em vigor, para dar lugar a novos fundamentos e novas finalidades da educação secundária.”<sup>10</sup>

Do diagnóstico, das similitudes entre Brasil e Estados Unidos, chega Murilo Mendes às seguintes soluções:

*“Seremos forçados a abandonar a idéia de uma formação secundária como preparação para a vida social, concebida esta pela forma estática e rígida que constituía a finalidade em vista na educação antiga e teremos de aceitar, como fundamento da escola secundária, a necessidade de um ajustamento mais flexível numa sociedade em mudança, em que todas as oportunidades se ensejem aos adolescentes para adquirirem sua autonomia e criarem sua personalidade na fixação dos interesses vocacionais que os solicitarem. Teremos de abandonar, também, numa educação para uma democracia, princípio supremo que não parece se traduzir em atitudes concretas, no verbalismo acadêmico de nossas doutrinas, a velha concepção de uma função nitidamente seletiva do ensino secundário.”*<sup>11</sup>

A solução redentora, ou seja, o planejamento de um novo ensino secundário para o Brasil, coloca em confronto duas formações sociais que condicionam duas formas educacionais (ou duas pedagogias). Essa dicotomia também era responsável pela nova orientação dos estudos históricos que se queria empreender nas escolas brasileiras. E o Murilo Mendes tratou de fazer as suas escolhas optando por um secundário de fundo americanista.

### **A pedagogia da história de Murilo Mendes**

O enunciado da pedagogia da história de Murilo Mendes insere-se no exposto da terceira coluna da figura n. 1, obviamente. Por isso, inicia-se com o tradicional desmonte da pedagogia em vigor em 1935, o responsável pelo “*desvirtuamento e o descrédito do ensino de história*”. Não era um mal brasileiro, tampouco do novo mundo. O problema tinha raízes no “florescimento da política do nacionalismo” - no movimento imperialista da França, Itália e da Alemanha. O colonialismo, conta o professor, teria modificado a concepção de passado nacional, confundindo e identificando como “irmãos gêmeos” os termos nacionalismo e militarismo,

---

<sup>10</sup> MENDES, A história..., p. 22.

<sup>11</sup> MENDES, A história..., p. 23.

**PLANO DE MURILO MENDES PARA A EDUCAÇÃO SECUNDÁRIA BRASILEIRA  
E OS MODELOS EM DISPUTA EM MEADOS DA DÉCADA DE 1930**

<b>Caracterização</b>	<b>Para o Velho Secundário</b>	<b>Para o Novo Secundário</b>
Origem/ país	França (em particular e Europa de forma geral)	Estados Unidos
Sociedade/ tipo	Estática, rígida, elitista, aristocrática, de classes	Em mudança, democrática, que respeita as diferenças de interesse e de capacidade dos estudantes
Fundamento	Preparação para a vida social estática; seletiva (entre as elites)	Ajustamento flexível à sociedade em mudança; promoção dos meios para a autonomia dos adolescentes; ainda seletiva (mas, recrutando adolescentes em todas as classes)
Finalidade (objetivos gerais)	Racionalista, Intelectualista, formalista; formar o discernimento; visa adaptar o indivíduo para a vida adulta com valores estáticos e prefixados	Experimental, social, funcional; proporcionar ao estudante os meios de obter sua autonomia e torná-lo capaz de construir o seu próprio mundo de valores e padrões de comportamento
Objetivos específicos	Fornecer preparo humanístico da adolescência para os cursos superiores (preparar para exames e fornecer certificados de aprovação)	Alta socialização (integração social - contribuir com a conservação e a harmonia na vida familiar, profissional, com a cidadania); desenvolvimento do impulso criador da personalidade (orientação vocacional -profissional)
Valor das matérias	Valor em si e para si	Valor relativo às necessidades individuais (do adolescente) e sociais (da nação)
Psicologia da aprendizagem	A aprendizagem ocorre por transferência	A aprendizagem ocorre na mente do aluno, por intermédio de conexões
Teóricos orientadores	Herbart	Dewey, Kilpatrick, Monroe, Smith

Obs.: Quadro comparativo, elaborado a partir dos escritos de Murilo Mendes (1935: 22-31).

nacionalismo e história. O ensino de história tornou-se, desde então, um meio bastante eficaz para formar o patriota e para incutir as “virtudes cívicas”. Era essa noção que vigorava pelo mundo e também no Brasil dos anos 1930<sup>12</sup>: uma história que “servia de instrumento de propaganda do poder existente, quer para o pan-germanismo, como para o fascismo e o comunismo”. Essa constatação habilitava-o a concluir enfaticamente que, no Brasil, o ensino de “história continua a ser tendencioso, parcial e belicista, visando claramente preparar na criança de hoje o soldado de amanhã”<sup>13</sup>.

O outro “desvirtuamento” tinha relação direta com a “técnica viciosa de sua metodologia”. A história parecia infensa à qualquer tentativa de inovação

metodológica. Os “países mais adiantados em educação” concordavam nos diagnósticos. O ensino de história, centrado na memorização dos fatos provocava o desinteresse, e até o ódio dos alunos, que se viam, muitas vezes, como incapazes e utilizavam-se da “cola” para obterem a aprovação. As soluções, contudo, não eram consensuais, mesmo entre as nações “leaders”. Nos ginásios brasileiros,

*“(...) a preleção, que é uma modalidade de exposição, é o velho e batido método que o ensino de história sugere ao professor neófito, seduzido pela tentação de expor, explanar, argumentar e deduzir toda a matéria, numa ordenação clara e lógica, que lhe parece perfeita, como forma de ensino.*

*Não conta, a princípio, com a passividade da classe de cuja receptividade abusa, na certeza de que está interessando e produzindo. E vai expondo. Ponto atrás de ponto. Marcada a sabatina ou a primeira chamada, irá ver, e só então, se suas bonitas preleções deram o resultado que esperava. Se, como verificação da aprendizagem, ele se dá por satisfeito em constatar que os alunos mostraram-se capazes de reter e repetir o que fora explicado, o ensino de história vai bem e as suas preleções prosseguem.”<sup>14</sup>*

Murilo Mendes ressaltava que alguns professores tentavam inovar: ofereciam um resumo prévio da lição, um quadro sinótico, um esquema, solicitavam um “ensaio sobre a matéria explicada”, mas os alunos não eram orientados para o trabalho extra-classe. Outros utilizavam mapas, gravuras como auxiliares na reconstrução do passado, faziam perguntas no meio da preleção, inseriam o teste como medida de verificação da aprendizagem. Contudo, não se extirpava ‘o maior defeito’ do ensino: “o seu caráter formal, na transmissão dos conhecimentos” e o não atendimento “à modificação da conduta que os estudos históricos poderiam trazer ao adolescente”<sup>15</sup>.

Males denunciados, segue Murilo Mendes para o anúncio dos três elementos fundamentais da nova pedagogia: as finalidades, o conteúdo e a metodologia. Não se tem como saber, por hora, se a ordem desses elementos está relacionada às circunstâncias de produção - ele escrevia para a cadeira de Metodologia -ou às concepções de educação e de educação secundária pregadas nos EUA dos anos 1930. Têm-se apenas o documento como testemunho. Nele, o primado indutivista impera. A disposição dos marcadores metadiscursivos conduz o leitor para uma espécie de *gran finale*, ou seja, os movimentos retóricos do texto indicam que o inventário de métodos, ocupantes das últimas seis páginas da tese, é a grande contribuição que se quer anunciar.

---

<sup>12</sup> Murilo Mendes identifica o projeto de inclusão da História do Brasil nos currículos do secundário - projeto do deputado federal [Varderley Pinho?] - como uma iniciativa que ressaltava mais a “finalidade cívica” que a finalidade “cultural” do ensino de história, mantenedora, portanto, da concepção patriótica/ militar. (cf. MENDES, A história..., p. 37-38).

<sup>13</sup> MENDES, A história..., p. 38.

<sup>14</sup> MENDES, A história..., p. 43.

<sup>15</sup> MENDES, A história..., p. 43.

Qual a finalidade do ensino da história numa civilização em mudança? Murilo Mendes faz troça dos argumentos anti-americanistas que exortam as bases “idealistas” e o “espírito de latinidade” como traços dominantes da sociedade brasileira. Para estes, seria uma ameaça a “infiltração” do pensamento utilitário, característico dos Estados Unidos. Em Spencer, afirma Murilo Mendes, já estava inscrito o sentido ampliado desse “utilitarismo”, incluindo a satisfação das necessidades materiais e espirituais. Assim, não haveria o que temer no pensamento educacional norte-americano; em outras palavras, não haveria o propalado conflito entre utilitarismo e humanismo - podemos dizer, entre utilitarismo e humanidades (humanidades cuja compatibilidade com a sociedade brasileira era costumeiramente reivindicada).

*“O problema geral (...) é saber como praticar as exatas regras de conduta em todas as direções e sob todas as circunstâncias. Como tratar o corpo; como tratar o espírito; como dirigir os nossos negócios; como educar uma família; como se conduzirem os cidadãos; como se utilizar de todas as fontes de felicidade que a natureza proporciona.”<sup>16</sup>*

As finalidades do ensino de história preconizadas pelos especialistas - professores de história e, notadamente, historiadores de ofício - foram examinadas e logo descartadas. Numa sociedade em mudança, deveria vigorar o ponto de vista “rigorosamente educacional”, os critérios dos pedagogos já explicitados: os interesses da personalidade do adolescente e as exigências de uma democracia<sup>17</sup>.

Por esses princípios, o ensino de história não teria valor em si. Sua importância e, daí, a sua finalidade, seria justificada pelo necessário predomínio das ciências sociais no currículo do secundário - história, geografia, economia, sociologia, educação cívica e ciência política. Como ciência, a história era não só fundamental na construção das demais ciências sociais - aí Murilo Mendes não teve como evitar a contribuição do especialista francês Charles Seignobos (1898) - com também deveria ela incorporar a “finalidade máxima” dos estudos sociais, qual seja, a de “consequir uma compreensão e uma apreciação do ambiente social pelo aluno, de forma a que ele possa contribuir eficazmente no desenvolvimento do bem estar coletivo”<sup>18</sup>.

*“Quando se puder estender ao ensino secundário brasileiro um harmonioso programa de ciências sociais, com a mesma unidade do plano de Denver, inteligentemente adaptado por Delgado de Carvalho às escolas primárias do distrito Federal, outro será o papel da história, com objetivos educacionais de muito maior eficiência e interesse, na educação nacional.”<sup>19</sup>*

Com isso, não se queria dizer que a história não possuísse valores particulares, ou finalidades mais específicas. Sob o ponto de vista dos valores “sócio-cívicos” ou “morais” [que são valores educacionais], a história teria a responsabilidade de

---

<sup>16</sup> SPENCER, s.d., *apud* MENDES, A história..., p. 46.

<sup>17</sup> MENDES, A história..., p. 51.



*“tornar o mundo inteligível ao aluno, pelo desenvolvimento de uma perspectiva histórica, com o conhecimento dos fatos históricos, explicados e compreendidos, em suas relações de causalidade e modalidade, de tempo e lugar. Também nessa divisão se destacam como valores educacionais de máxima importância ideais e atitudes de incontestável utilidade para inculcar e desenvolver na personalidade dos adolescentes, além de outros valores vocacionais<sup>20</sup> e propedêuticos<sup>21</sup>, para a integração da cultura. Finalmente, da natureza dos estudos históricos derivamos os chamados valores de conceitos, como a continuidade e a unidade da experiência humana, dinamismo e evolucionismo, e a consciência da evidência histórica.”<sup>22</sup>*

Tratar de metodologia da história<sup>23</sup> obriga a pensar nos conteúdos de história. Estes, como as finalidades e a metodologia, também estão condicionados à nova concepção de psicologia da educação, agora, fundada no interesse do aluno e no respeito às peculiaridades cognitivas de cada fase da adolescência. É preciso então selecionar duplamente. Selecionar para satisfazer o interesse do adolescente e também para adequar o assunto ao processo de aprendizagem.

Nesse ponto, mais uma vez salienta-se a disputa entre as concepções dos professores de história e dos historiadores com a idéia dos educadores (sobre a história a ser ensinada). Sob o aspecto do interesse do aluno, o exemplo é pouco claro. Mas, pode-se depreender que a sua crítica está dirigida à história política, a esse tempo, hegemônica entre os historiadores e dominante no secundário brasileiro. O gênero não é tão nocivo por conta do acúmulo de datas, nomes e batalhas. O problema é que a história política forma *“uma atitude errônea e absurda para com as nossas origens”*<sup>24</sup>.

---

<sup>18</sup> Cf. INGLIS, Alexander. Principles of secondary education, sd. apud MENDES, A história..., p. 52, 58.

<sup>19</sup> MENDES, A história..., p. 52.

<sup>20</sup> Sobre os valores profissionais e vocacionais, *“parece-nos desnecessário encarecer a importância do estudo de história para os que pretendam ingressar em certas carreiras, com a diplomacia e o magistério”*. MENDES, A história..., p. 57.

<sup>21</sup> *“Dentre os propedêuticos é certo que os estudos puramente humanistas, como a literatura e a filosofia, não se realizam com êxito sem uma boa base histórica, e que, além dos estudos universitários, a história passa a ser o indispensável ‘instrumento de cultura intelectual’ a que aludia Seinobos”*. MENDES, A história..., p. 77.

<sup>22</sup> MENDES, A história..., p. 58, grifos do autor. Entender por *“conhecimento dos fatos históricos”* os lucros oferecidos pela exposição da miríade de fatos históricos. Por *“natureza dos estudos históricos”*, entender os lucros obtidos pela reflexão, síntese, dessa miríade de fatos, ou seja, as regularidades, os conceitos extraídos da reflexão sobre o passado conhecido.

<sup>23</sup> Para Murilo Mendes, trata-se mais de *“diretrizes... para atingir novas e melhores finalidades... linhas gerais, suficientemente flexíveis, em que elas [as matérias] possam se desenvolver, em obediência à nova concepção do ensino secundário”* e não *“uma metodologia do ensino de história no curso secundário”*. MENDES, A história..., p. 59.

<sup>24</sup> MENDES, A história..., p. 64.

Em relação ao aprendizado, ela também apresenta outros inconvenientes. Para Murilo Mendes, “*aprender é realizar conexões*” e “*nem todo o material histórico se presta para a consecução destes objetivos*”. A história política é excessivamente lógica e atrapalha a interpretação da “*nossa evolução econômica e cultural*”<sup>25</sup>.

A questão dos conteúdos é encerrada com o anúncio das novas conquistas historiográficas (estamos nos anos 1930), que coincidem com a nova concepção educacional.

*“O domínio da história ampliou-se consideravelmente nos últimos tempos e o anseio de se estudar mais uma história da ‘civilização’ do que uma história ‘universal’ determinou a investigação de material histórico anteriormente desprezado. Uma história cultural compreende hoje o estudo das instituições sociais mais importantes (...) Uma das grandes dificuldades, assim, da metodologia da história, continua a ser a escolha das instituições a que se deve dar preferência. Reçamos no velho problema de buscar uma melhor interpretação para a história, se clássica ou teológica, se política, econômica ou cultural. Inútil dizer que a essa interpretação ficará também condicionado o problema do método.”*<sup>26</sup>

Observem que Murilo Mendes propõe o afastamento “do ponto de vista do historiador” quando se trata de teorizar sobre a história a ser ensinada nos ginásios. Mas, o processo de construção do conhecimento histórico, ou seja, o método de pesquisa e exposição preconizado pelo historiador deveria ser de total domínio do professor do secundário. Ele chegou a sugerir que os professores fizessem cursos de “*especialização de historiografia*”, “*não com o objetivo de desenvolverem uma teoria da história, mas com o propósito de se familiarizarem com os métodos da construção histórica, de que muito poderiam se valer nos trabalhos de classe*”<sup>27</sup>.

Então o método do historiador seria utilizado em sala de aula? Sim e não. O professor teria que dominar a operação histórica, mas não transformaria alunos do secundário em historiadores. O método do historiador seria utilizado somente na medida em que concorresse com a “a realização da aprendizagem”. Um poderoso auxiliar do método, nesse sentido, seria o entendimento de como se construía a verdade histórica - a compreensão do caráter transitório e histórico desse tipo de verdade. Esse ponto tem grande relevância no preparo do professor para fazer cumprir as finalidades sociais da matéria. O entendimento de “*que cada geração tem um ideal diferente que a leva a buscar uma interpretação diversa do passado*” abre caminho para a compreensão da dinamicidade das sociedades e concede legitimidade às transformações operadas em cada presente. A lição é tipicamente deweana e incorpora - não se sabe se voluntária ou involuntariamente - a lógica presentista da pesquisa histórica preconizada, entre outros, pelo filósofo pragmatista.

---

<sup>25</sup> MENDES, A história..., p. 62, 65.

<sup>26</sup> MENDES, A história..., p. 64-65.

<sup>27</sup> MENDES, A história..., p. 65.

O grande auxílio à “realização da aprendizagem” proporcionado pelo método do historiador - a crítica histórica *stricto sensu* -, entretanto, viria das possibilidades de implantação do ensino “ativo” em história.

*“Se o nosso objetivo é acabar com a passividade dos alunos de história, porque estamos certos de que só se aprende o que se exercita, os grandes problemas de método do ensino de história dizem respeito à organização das atividades em que os adolescentes possam se interessar e que satisfaçam às finalidades em vista. (...). Afigura-se-nos que é possível, sem prejuízo da realização do programa estalonado [montado sobre a história política], ensinar ao aluno a aprendizagem ativa, do que há de mais valioso no passado, pelos seus próprios meios e iniciativas, num desdobramento constante de interesses, em que a construção histórica seja sua obra exclusiva.”*<sup>28</sup>

O exemplo de Murilo Mendes é, novamente, a experiência de Delgado de Carvalho contida no livro *História geral*, escrito em co-autoria com Wanda M. Cardoso. Uma obra que contemplava

*“leituras históricas, exercícios, tópicos a estudar, testes, cartas históricas, biografias, e referências bibliográficas, além de uma inteligente documentação gráfica. É todo um conjunto dos melhores materiais de estudo que permite ao aluno uma atividade espontânea, individualizada ou socializada, sob a orientação hábil, mas pouco aparente do professor.”*<sup>29</sup>

O exemplo vem também dos Estados Unidos. Além do moderno livro didático, dever-se-ia também - isso já estava ocorrendo em 1936 - transformar a sala de aula numa espécie de laboratório de pesquisa histórica, onde estivessem à disposição dos estudantes

*“[t]odos os materiais para uma construção histórica tanto quanto possível autônoma, desde os source-books, em que os documentos são a cópia fiel dos originais, apenas ordenados literariamente, até os mapas, gravuras, modelos, gráficos, livros de referências e folhas soltas, especialmente adequados a esse trabalho (work-sheets).”*<sup>30</sup>

Lógica da pesquisa histórica, livros didáticos e laboratório do historiador: faltavam apenas os modos de organização das atividades em sala de aula. Assim, para não dispersar, para “tirar partido dessas situações de aprendizagem”, o professor teria, à sua disposição, toda a experiência norte-americana codificada no início do século XX: os planos Dalton e Winetka, o estudo controlado, a dissertação socializada, o método de projetos, o sistema unitário ou método das unidades. Todos eram bons modelos de organização. Previam o trabalho individual, o trabalho

---

<sup>28</sup> MENDES, A história..., p. 67.

<sup>29</sup> MENDES, A história..., p. 67.

<sup>30</sup> MENDES, A história..., p. 68.

coletivo, a liberdade no cumprimento das tarefas, contratos de trabalho entre alunos e professores, auto-avaliação e a investigação estudantil de problemas contemporâneos. Entretanto, a preferência de Murilo Mendes recai sobre o *Unit system*, de H.C. Morrison, e as experimentações do professor Kimmel.

Não foi muito clara, porém, a exposição desse método. Murilo Mendes enfatiza a sua grande vantagem: a substituição do “ponto” por uma “unidade” de temas; a liberdade do aluno e a posição do professor como o coordenador das atividades, como “*guia e amigo*” do aluno<sup>31</sup>. O que seria uma “unidade”? O professor responde com Morrison: “*são os movimentos de maior significação na história humana que explicam a sociedade em que o aluno vive*” (...) *Os movimentos dominantes da história, os princípios e motivos que os criaram, os efeitos por eles produzidos em acontecimentos posteriores e as tendências da história são os elementos de uma ‘Unidade’*”.

*“O título ‘A guerra mundial’ sugere o tipo clássico de ponto, em que há uma narrativa a ser ensinada e estudada. Se, porém, lhe substituirmos o título por ‘O fim da autocracia’ ou o ‘Colapso do sistema europeu’, ou qualquer outro que exprima o ponto de vista do historiador sobre a natureza do conflito, logo uma indagação se desperta no espírito do estudante, que se pode satisfazer por uma compreensão mais ampla. (...).*

*Um dos melhores exemplos de uma unidade é a Revolução Industrial, movimento de grande significação, nem só na história da Inglaterra como da França, Alemanha, Estados Unidos, Itália, Rússia e outros países, inclusive o Brasil. Pensa o professor Kimmel, ao citar este exemplo, que os alunos que ganhem uma compreensão dos princípios básicos e das modificações tecnológicas resultantes daquele movimento, de fato adquirem uma perspectiva diferente e uma visão muito justa de uma das fases mais significativas da história mundial.”*<sup>32</sup>

Com esse exemplo de aplicação encerra-se a metodologia da história proposta pelo professor Murilo Mendes, último tópico da pedagogia da história para o ensino secundário destinado às escolas brasileiras.

\* \* \*

O americanismo do educador Murilo Mendes, exposto na tese *A história no curso secundário*, é bastante elástico. Mendes é um homem sensato, um conciliador - há de haver quem o rotule como reformista conservador, etc. Ele preconiza uma reforma sem revolução, ou seja, uma mudança com ordem. Sob esse aspecto, fez par com Dewey e com o Durkheim de *Éducation et Sociologie*, quando pregava

---

<sup>31</sup> “*Cabe-lhe determinar as unidades, preparar as folhas de orientação ou de trabalho, realizar palestras com estudantes, individualmente ou em grupos, esclarecer dificuldades encontradas nos estudos, fornecer material adicional, quando necessário, e sugerir processos, sem dominar a situação*”. MENDES, A história..., p. 73.

<sup>32</sup> MENDES, A história..., p. 72, grifos do autor.

ordem na organização escolar, ou seja, a possibilidade de conviver com o tradicional e transformá-lo gradualmente, e ordem na estrutura social<sup>33</sup> - da impossibilidade de se negar de todo a função seletiva da escola secundária, a manutenção de certa hierarquia entre as classes.

A conciliação também se demonstra na escolha dos agentes formuladores das políticas educacionais. Mesmo tendo anunciado a opinião de historiadores e de professores de história como um problema, ele não consegue expulsar os especialistas da sua teoria do ensino de história. Acaba recrutando Charles Seignobos e juntando teoria da ciência da história francesa - o primado do método da crítica documental histórica sobre a epistemologia das ciências sociais - com a teoria educacional norte-americana - o primado das ciências sociais no currículo do secundário (submissão da história aos *social studies*). Parece uma justaposição esdrúxula. Na França, no final do século XIX e início do século XX, lutava-se pela manutenção da hegemonia da história na universidade, frente à nascente sociologia. Nos Estados Unidos, os historiadores pós-Dewey lutavam pela integração das ciências sociais ao currículo do secundário. Murilo Mendes faz a síntese dessas duas atitudes para justificar as inovações propostas para o secundário brasileiro.

Por essa pedagogia, como se vê, não fica muito claro o status da história escolar: ela é matéria ou disciplina? Ela, apenas, usufrui dos métodos didáticos dos *social studies* ou se dilui no conteúdo multidisciplinar? E sendo ministrada autonomamente, seus conteúdos e finalidades ganham caráter presentista - como queria Dewey - ou historicista - como pregavam o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo?

Sob um aspecto, pelo menos, não se pode acusá-lo de pouco claro e/ou confuso: o da necessidade da ciência da pedagogia como orientadora dos processos de ensino e de aprendizagem no ensino secundário, o de história incluso. Ele faz uma analogia entre o ensino secundário da França e o do Brasil. Sabe-se que Durkheim é um crítico do secundário francês, justamente, pelo desprezo dos professores dos liceus pelos estudos pedagógicos em seus ofícios e pelo vigor da idéia de que o saber ensinar é uma questão de “*aptidão inata*” ou de “*pleno domínio da matéria*”. Tanto para Durkheim, quanto para Mendes, entronizar a pedagogia (ou educação) no secundário era condição fundamental para a sua renovação. E fazer entrar a pedagogia implicava transferir o poder de elaboração dos programas para os pedagogos ou, em instância futura, substituir a geração de professores autodidatas pela geração de formados nas faculdades de filosofia -instruídos em ciência da história e em ciência(s) da educação.

Que fim levou a pedagogia da história de Murilo Mendes? Sabe-se que ela chegou a ser testada por ele mesmo, na Escola Normal de Campinas, no curso de história da civilização<sup>34</sup>. O “método” da dissertação socializada - que se confundia com “*o plano dos grupos de discussão ou de seminários*”, também era posto em prática em seus cursos de sociologia educacional na Escola Normal Padre Anchieta. Não colhi indícios, porém, de que as suas idéias e práticas para o ensino de história na escola secundária tenham migrado para o curso superior de formação docente,

---

<sup>33</sup> MENDES, A história..., p. 24, 30-31.

para o qual submetera a sua tese. Até mesmo sua passagem pelo Instituto de Educação é pouco conhecida.

Por outras vias, sabemos que o regulamento de 1935 (do Instituto de Educação da Universidade de São Paulo) prescrevia a instituição de oito cadeiras para o curso de formação de professores. A História era tema da 7ª cadeira - *Metodologia do Ensino Primário*, e da 8ª cadeira - *Metodologia do ensino secundário*. Cada cadeira era o centro/topo de uma secção que agregava, além do catedrático, uma série de assistentes. A 8ª cadeira teve Murilo Mendes como professor assistente em 1935 e 1936. Não tinha donos essa cadeira. Foi ocupada interinamente pelo professor francês, Paul Arbousse-Bastide (catedrático contratado) e por Milton da Silva Camargo Rodrigues (catedrático concursado) em 1938. Neste ano, Murilo Mendes não mais constava da relação dos assistentes. Em junho de 1938, Camargo Rodrigues dividiu a cadeira em *Didática Geral* (regida por ele mesmo) e *Didática Especial* (por matérias). A didática especial dessa cadeira - didática do ensino secundário - foi assumida pelo professor de história do Colégio São Paulo, Antônio Cesarino Júnior, ganhando o nome de *Didática Especial de História da Civilização*. Murilo Mendes não apareceu também nessa relação de professores de 1938<sup>35</sup>.

Teria sido, então, a primeira derrota da pedagogia da história americanista em terras paulistas, no momento em que se pretendia generalizar uma pedagogia da história para todo o Brasil? Não sabemos ainda. Mas é certo que no mesmo ano em que Murilo Mendes produzia o seu trabalho, estabelecendo pontes com o carioca Carlos Delgado de Carvalho (cultor dos *social studies*), o primeiro livro de Jonathas Serrano - professor da Escola Normal do Rio de Janeiro e do Colégio Pedro II - que orientava os professores na difícil tarefa de ensinar a história, entrava para a bibliografia da disciplina metodologia do ensino primário. O próprio Serrano lançava, com o auxílio de Lourenço Filho, o primeiro manual dedicado à pedagogia da História no ensino secundário - *Como se ensina história*<sup>36</sup>, um trabalho com orientação bem diferente da tese do professor paulista. Orientação, inclusive, que pode ter migrado, em parte, para as prescrições formuladas por Capanema em 1942 e que vão permanecer nos dispositivos legais até o início da década de 1950. Mas, aí já estamos em outro capítulo da história de uma pedagogia da história para a escola secundária brasileira: o dos protagonistas que ocuparam, concomitantemente, os postos de professor de escola normal, professor de história na escola secundária e de historiador do IHGB.

---

<sup>34</sup> “O método de projetos: (...) De técnica suficientemente conhecida, nos dispensamos de detalhar sua extensão ao ensino de história. Suponhas-se que um professor haja feito uma rápida revista cronológica dos acontecimentos decisivos da História Moderna e passe a sugerir à classe a investigação de certos problemas contemporâneos, à luz da perspectiva histórica adquirida. Desde que esses projetos sejam bem selecionados os alunos poderão realizá-los com vantagem sobre a classe tradicional, que siga o compêndio e seja condenada a receber o ‘pratinho já feito’. ‘Problemas, projeto-problema, **challenges** e **life-topics**’ são termos comuns nos Estados Unidos e que mais ou menos se confundem para designar a mesma atividade”. MENDES, A história..., p. 70.

<sup>35</sup> Cf. EVANGELISTA, Olinda. *A formação do professor em nível universitário: o Instituto de Educação da Universidade de São Paulo - 1934/ 1938*. São Paulo: PUC-SP, 1997 (Tese de Doutorado em Filosofia da Educação), p. 136-137.

<sup>36</sup> SERRANO, Jonathas. *Como se ensina história*. São Paulo: Melhoramentos, 1935.

## **Bibliografia**

- CARVALHO, Delgado de. *Introdução metodológica aos estudos sociais*. Rio de Janeiro: Agir, 1957.
- DEWEY, John. *Morale et education*. In: *L'école et l'enfant*. Neuchatel: Delachaux & Niestlé, [1913] [Publicado em inglês, New York, 1897].
- EVANGELISTA, Olinda. *A formação do professor em nível universitário: o Instituto de Educação da Universidade de São Paulo - 1934/ 1938*. São Paulo: PUC-SP, 1997 (Tese de Doutorado em Filosofia da Educação).
- JOHNSON, Henry. *History in the school curriculum after 1890*. In: *Teaching of History: in elementary and secondary schools, with applications to allied studies*. New York: The Macmillan Company, 1960 [1940].
- KILPATRICK, William Heard. *Educação para uma civilização em mudança*. 4 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1965.
- LUZURIAGA, Lorenzo. *História da educação e da pedagogia*. 11 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.
- MENDES, Murilo. *Discurso de Paraninfo proferido na festa de formatura do 4º Ano da Escola Normal de Campinas, em 1 de dezembro de 1928*. *Educação*, São Paulo, v. 7, n. 1-2, p. 123-142, jan./fev., 1929.
- \_\_\_\_\_. *A história no curso secundário: monografia para o concurso da cadeira de Metodologia do Ensino Secundário do Instituto de Educação da Universidade de São Paulo*. São Paulo: Gráfica Paulista/ João Bentivegna, 1935.
- NADAI, Elza. *Estudos Sociais no primeiro grau*. *Em Aberto*, Brasília, n. 37, p. 1-16 jan./ mar. 1988.
- NOVICK, Peter. *That noble dream: the "objectivity question" and the American historical profession*. New York: Cambridge University Press, 1998.
- PILETTI, Nelson (org.). *Educação brasileira: a atualidade de Lourenço Filho: trabalhos apresentados durante o "Ano Lourenço Filho", instituído pela Feusp em 1997 para comemorar o centenário de nascimento do educador Manoel Bergstrom Lourenço Filho*. São Paulo: FE-USP, 1999.
- SERRANO, Jonathas. *Metodologia da história na aula primária*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1916.
- \_\_\_\_\_. *Como se ensina história*. São Paulo: Melhoramentos, 1935.

### **RESUMO**

#### **A PEDAGOGIA DA HISTÓRIA DE MURILO MENDES (SÃO PAULO, 1935)**

Esse texto discute a tentativa de sistematização de uma pedagogia da história para a escola secundária brasileira, fundada em bases norte-americanas e divulgada em 1935, no momento em que se elaborava o Plano Nacional de Educação para o Brasil. O artigo é parte de uma pesquisa mais abrangente que rastreia as formas de apropriação de modelos pedagógicos dominantes - franceses, norte-americanos e alemães - e as condições de possibilidade de uma pedagogia da história à brasileira, no período de centralização e universalização do ensino secundário no país, ou seja, no âmbito das reformas Francisco Campos (1931) e Gustavo Capanema (1942).

**Palavras-Chave:** Pedagogia da História; História do Ensino de História; Murilo Mendes

### **ABSTRACT**

#### **THE PEDAGOGY OF HISTORY BY MURILO MENDES (SÃO PAULO, 1935)**

This text discusses the attempts of systemizing pedagogy of history for Brazilian secondary schools, based on the North American models that were in fashion back in 1935, at the time when the National Educational Policies were being created in Brazil. The article is part of a wider research which traces the methods of appropriation of the dominant pedagogical models - French, North American and German - as well as the conditions and possibilities of an authentic pedagogy of Brazilian history, during the period of centralization and universalization of secondary school teaching in this Country, i.e., in the light of the reforms made by Francisco Campos (1931) and Gustavo Capanema (1942).

**Keywords:** Pedagogy of History; History of History Teaching; Murilo Mendes.

## PAULO DUARTE E A DEFESA DA UNIVERSIDADE

Marli Guimarães Hayashi<sup>1</sup>

Em dezembro de 1965 foi afixado no Quadro de Avisos da Escola Politécnica o seguinte comunicado:

*“A Diretoria da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo comunica aos srs. Alunos que, considerando como um insulto pessoal ao sr. Diretor e demais membros do Corpo Docente da Escola Politécnica da USP, a eleição do sr. Paulo Duarte, para paraninfo da turma de engenheiros de 1965, resolve se abster de enviar qualquer representante oficial às solenidades de formatura dos citados engenheiros por não terem os mesmos agido dentro do espírito da revolução de 31 de março de 1964. Gabinete do Diretor, São Paulo, 2 de dezembro de 1965. (a) - Tarcísio Damy de Souza Santos.”<sup>2</sup>*

A repulsa da Direção da Escola Politécnica a figura de Paulo Duarte foi uma das consequências de sua entrevista ao jornal *A Gazeta*, em 11 de maio daquele ano, na qual expôs os problemas da Universidade de São Paulo (USP). Por conta disso, Duarte, que era diretor do Instituto de Pré-História (IPH) e membro do Conselho Universitário, estava sendo processado pela reitoria.

A entrada de Paulo Duarte na USP ocorreu em dezembro de 1962, quando foi criado o Instituto de Pré-História<sup>3</sup>. O surgimento do órgão foi a concretização de uma luta que durou quase vinte anos. Advogado, formado pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco, Paulo Duarte sempre foi um autodidata nos estudos pré-históricos. Ao viver na França, entre os anos 30 e 40, ele se tornou amigo do diretor do Museu do Homem de Paris, Paul Rivet. Ao ser apresentado ao diretor, Paulo Duarte contou-lhe sobre seus estudos solitários de antropologia e da pré-história e declarou que queria *“lixar o autodidatismo no esmeril do Museu”*<sup>4</sup>. Rivet colocou à sua disposição os laboratórios e gabinetes, tendo o jornalista a chance de conviver com professores de diversas áreas tais como Marcel Mauss, Paul Valéry, Lucien Febvre, Pe. Teilhard de Chardin, dentre outros. Os cursos possibilitavam a Duarte livrar-se desse autodidatismo que o incomodava, a fim de obter, no campo científico, o reconhecimento esperado. Integrar-se aos meios universitários sempre foi seu grande objetivo, desde que participou da fundação da Universidade de São Paulo.

---

<sup>1</sup> Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo. E-Mail: <marligh@uol.com.br>.

<sup>2</sup> DUARTE, Paulo. *O resto não é silêncio...* (oração de paraninfo da turma de 1965, da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo). São Paulo: s.r., 1966, p. 17.

<sup>3</sup> Pelo decreto n. 41.222, de 17 de dezembro de 1962, foram criados dois novos institutos na USP: o de Pré-História e o de Biologia Marinha.

<sup>4</sup> DUARTE, Paulo. *O espírito das catedrais*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 267.



Em 1919, Paulo Duarte ingressou no jornalismo quando começou a trabalhar n' *O Estado de S. Paulo*. O emprego propiciou o início de uma amizade com Júlio Mesquita Filho, atuando em vários acontecimentos encabeçados pelo “grupo do Estado”, sendo a criação da USP, em 1934, um deles. Essa ligação é um exemplo do que Jean-François Sirinelli chamou de “*sensibilidade ideológica ou cultural comum*” em torno da qual um grupo de intelectuais se organiza e que o historiador não pode subestimar ou ignorar. Igualmente importante no meio intelectual é a noção de geração, pois os processos de transmissão intelectual são essenciais, uma vez que um intelectual sempre se define por referência a uma herança, como legatário ou filho pródigo<sup>5</sup>. Paulo Duarte atribuía sua formação a duas pessoas ligadas ao *Estadão*: Júlio Mesquita e Amadeu Amaral. O crítico literário Wilson Martins assim explicou essa relação:

*“Seus dois ‘fanatismos mentais’ eram São Paulo e a civilização francesa, o que o identificava com o chamado ‘grupo do Estado’, sistema planetário que recebia luz e calor de Júlio Mesquita Filho, depois do primeiro Júlio Mesquita, de quem Paulo Duarte era filho espiritual e por quem alimentava uma devoção religiosa.*

*Claro, ser filho espiritual não lhe dava a condição de irmão mais velho e muito menos a de patriarca que todos reconheciam em Júlio Mesquita Filho desde que assumiu a herança paterna e que resguardava discreta, mas ciosamente. O orgulho paulista, que ele encarnava como ninguém, encontrou na revolução de 1932 a representação política mais afirmativa, ao mesmo tempo em que a derrota concorreu para acentuar ainda mais a consciência da singularidade paulista. Note-se que, por muitos anos, o jornal foi a voz mais autorizada e influente da comunidade e dos sentimentos profundos, sem prejuízo dos ressentimentos que ‘os Mesquita’ despertavam em outros círculos.”*<sup>6</sup>

Por essa grande proximidade com a família proprietária do jornal *O Estado de S. Paulo*, Paulo Duarte, ao lado de Júlio Mesquita Filho, colaborou na organização da Universidade de São Paulo. Segundo o jornalista, coube-lhe indicar Henrique da Rocha Lima e Fernando de Azevedo para a comissão que trataria desse projeto. Vetou o nome de Guilherme de Almeida, mas concordou com a presença de Teodoro Ramos e André Dreyfuss, convidados por Mesquita Filho<sup>7</sup>. As discussões prosseguiram e professores estrangeiros eram convidados, mas na publicação do anteprojeto de fundação da Universidade de São Paulo, o nome de Paulo Duarte fora omitido sem qualquer explicação. Tempos depois, Júlio Mesquita Filho teria enviado ao companheiro uma cópia do decreto-lei que criava a USP, assinada por todos os membros da comissão, para que Duarte colocasse sua assinatura. De raiva, não o fez e nem agradeceu a atenção, mas garantiu: “*Ninguém poderia jamais negar-me o título de um de seus fundadores*”.

---

<sup>5</sup> SIRINELLI, Jean-François. *Os intelectuais*. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1966, p. 248.

<sup>6</sup> Questionário respondido por Wilson Martins. Curitiba, 02 de setembro de 1999.

<sup>7</sup> DUARTE, Paulo. *Memórias: Selva Oscura* - vol. III. São Paulo: Hucitec, 1976, p. 68-73.

A omissão do nome de Duarte pode ser explicada pela relevância do projeto para uma parcela da elite paulista. As derrotas de 1930 e de 1932 teriam sido motivadas pela falta de quadros especializados para o trabalho político e cultural. Por isso, a fundação da Universidade de São Paulo em 1934 representava a criação de um instrumento de luta contra as pretensões de mando no plano federal<sup>8</sup>. Para Simon Schwartzman, a estruturação da USP deveu-se a três pessoas: Armando de Salles Oliveira, governador do Estado; Júlio Mesquita Filho; e Paulo Duarte. A exclusão do nome deste último refletia a atmosfera da época, além de ser presença marcante para uma iniciativa daquela envergadura, dentro de um projeto político de reconquista da hegemonia perdida<sup>9</sup>. Embora oficialmente omitido da história da Universidade de São Paulo, Duarte fez questão de ingressar e defender a instituição que ajudou a criar.

Essa luta foi bastante evidente poucos meses depois do golpe de 1964. Em maio, numa carta endereçada a Júlio Mesquita Filho, Duarte narrou as arbitrariedades sofridas pela USP. Com a conivência da reitoria, a repressão policial passou a ser constante, com vários detidos, dentre os quais o físico Mário Schemberg. O professor teve sua casa revirada em busca de “planos subversivos”, com depredação da biblioteca e de objetos de arte. Segundo Paulo Duarte, o reitor interino e o diretor da Faculdade de Filosofia foram proibidos de visitar Schemberg e, em sua opinião, não protestaram de maneira suficientemente enérgica. A situação, argumentava o jornalista, não visava a manutenção da ordem e a preservação do regime vencedor, mas a “*execução de denúncias dadas por inimigos sem envergadura que se aproveitam dos momentos de confusão para vingar-se de agravos pessoais*”<sup>10</sup>. Outro exemplo citado na carta foi a prisão do professor da Faculdade de Filosofia de Rio Claro e diretor da Fapesp, Warwick Kerr. A fim de exibir sua autoridade, o delegado de polícia Nestor Penteado apostou, na mesa de um bar, que prenderia um professor da Faculdade de Filosofia. Kerr permaneceu onze horas detido e nenhuma providência ou medida de esclarecimento foi tomada junto à polícia<sup>11</sup>.

O protesto de Paulo Duarte enviado ao dono do jornal *O Estado de S. Paulo* já denunciava a implantação do terrorismo cultural na Universidade de São Paulo. Pouco tempo depois, o reitor Luís Antônio da Gama e Silva nomeou uma comissão para investigar atividades subversivas na USP. Essa comissão de expurgo arrolou cinquenta e duas pessoas, sendo quarenta e quatro professores, como candidatos à suspensão dos direitos políticos por concluir que fossem “*doutrinadores e agentes dos processos subversivos*”<sup>12</sup>. O jornalista estava convicto de que esses professores

---

<sup>8</sup> MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1979.

<sup>9</sup> SCHWARTZMAN, Simon. A Universidade de São Paulo. In: *Formação da comunidade científica no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Rio de Janeiro: Finep, 1979, p. 203.

<sup>10</sup> A carta de Paulo Duarte a Júlio Mesquita Filho foi publicada em *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 15 mai. 1964.

<sup>11</sup> *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 15 mai. 1964.

<sup>12</sup> ADUSP. *O Livro Negro da USP: o controle ideológico da Universidade de São Paulo*. São Paulo: Adusp, 1978, p. 16.

foram delatados pelos próprios colegas porque, do levantamento feito pela Universidade, apenas dois ou três nomes foram aceitos pelos militares para a instauração de inquéritos.

No Conselho Universitário, Paulo Duarte protestava contra a prisão de professores e alunos, denunciava as intimidações feitas pela polícia, reclamava da invasão do Centro Acadêmico da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e acusava existir na USP um terrorismo cultural<sup>13</sup>. No entanto, as manifestações do jornalista não ficaram restritas no âmbito da Universidade de São Paulo. Através da imprensa, ele demonstrava seus descontentamentos e expunha os problemas. Sua manifestação mais enfática aconteceu na entrevista dada ao jornal *A Gazeta*<sup>14</sup>. Nela, ele denunciou a existência da cátedra vitalícia e o terrorismo cultural. Sobre a primeira questão, afirmou:

*“De um modo geral, o que se via era o candidato à cátedra fazer pequeno esforço inicial para sua conquista num concurso (muitas vezes, uma ação entre amigos), para, uma vez conquistada, nela encarapitar-se para o resto da vida, usando dela, não para servir a universidade, mas para servir a sua própria carreira pessoal, o seu consultório ou o seu escritório ou, ainda, à sua própria vida pública, enquanto que, moços capazes e cultos ficavam anos e anos marcando passo, sem a menor oportunidade para completar o seu ciclo universitário.”*<sup>15</sup>

Para Paulo Duarte, quem defendia a cátedra vitalícia eram os “velhos rinocerontes” que dominavam o Conselho Universitário. O termo rinoceronte podia ser tomado, segundo ele, em vários sentidos. Um deles era o fato deste animal ser míope. Contudo, seu uso foi ampliado com a peça *Le Rhinocéros*, do dramaturgo Eugène Ionesco. Nessa obra Ionesco fez uma sátira àqueles que, na II guerra, não reagiram durante a ocupação alemã na França, optando por adaptar-se à nova situação, ao invés de abrir mão de uma vida confortável e tranqüila, garantida pelos invasores aos que não resistissem, nem criassem problemas. A respeito do terrorismo cultural, o diretor do Instituto de Pré-História foi igualmente implacável em suas palavras:

*“(...) O golpe de março-abril substituiu alguns dirigentes corruptos por alguns dirigentes formalmente honestos, mas a corrupção continuou e as punições recaíram apenas sobre alguns corruptos que não tiveram tempo de aderir. Nesse ambiente precário, social e político, se os corruptos dele souberam aproveitar-se, também se aproveitaram os medíocres que cada vez mais iam perdendo as suas oportunidades entre nós, graças à Universidade. Esta, a causa direta do terrorismo cultural que se levantou mesmo à revelia dos altos círculos diretores da nova situação. Para se apossarem dos cargos e da universidade os medíocres*

---

<sup>13</sup> USP. *Atas do Conselho Universitário*. Livro 28, 552ª sessão, 21 set. 1964, fl. 39-45.

<sup>14</sup> A entrevista foi feita pela repórter Guido Fidélis, sob o título “Realidade Universitária - Professor denuncia: ‘terrorismo cultural e cátedra vitalícia impedem desenvolvimento da USP’”.

<sup>15</sup> *A Gazeta*, São Paulo, 11 mai. 1965.

*assanharam o seu atrevimento e as suas ambições contra os verdadeiros universitários. O pior é que os mais sanhudos agressores da universidade, os mais elevados expoentes do terrorismo cultural foram aqueles professores que pela falta de alicerces morais e intelectuais temiam pelas suas cátedras e pelas suas posições. Eles foram constituir as comissões de inquérito que apontaram mais de cinquenta universitários, professores e alunos, que deviam ser expulsos e terem seus direitos políticos cassados. Isso, pelo crime de serem lúcidos e de quererem pensar sem dar satisfação à política. Felizmente - os militares que depois tomaram conta dos processos, mostraram possuir mais respeito pela universidade do que aqueles universitários, porque dos mais de cinquenta indicados para servir de combustível às fogueiras da inquisição, os militares só puderam definir um ou dois nomes como passíveis de um processo de subversão; de corrupção não foram encontrados traços dentro da USP e, isto, porque não se investigou este aspecto. Seria perigoso para os próprios inquisidores.”<sup>16</sup>*

Todo campo é um lugar de lutas e o campo científico é o espaço de jogo de uma luta concorrencial, na qual se busca o monopólio da autoridade científica ou da competência científica, ou seja, a capacidade de falar e agir legitimamente, que é socialmente outorgada a um agente determinado<sup>17</sup>. A luta pela autoridade científica é uma espécie particular de capital social, definido por Pierre Bourdieu, como sendo o conjunto de recursos atuais ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento<sup>18</sup>. Ao tornar público os problemas da USP, Paulo Duarte imbuíu-se de um capital social que não era legitimado por seus pares dentro da instituição. Por isso, alguns dias depois da publicação da entrevista, a Faculdade de Direito, por iniciativa do professor Alfredo Buzaid, apresentou uma moção ao Conselho Universitário propondo a abertura de um inquérito contra o diretor do IPH, a fim de apurar as injúrias, calúnias e difamações citadas<sup>19</sup>. Esse processo administrativo, que o jornalista apelidou de “Processo dos Rinocerontes”, durou cerca de um ano e não foi suficiente para expulsá-lo da Universidade de São Paulo, ao menos naquele momento. O diretor do IPH acabou sendo absolvido nesse processo, mas, em 1969, junto com outros professores, ele deixou a USP compulsoriamente.

Para o sociólogo Florestan Fernandes naquele período ocorreram dois movimentos simultâneos: um localizava-se nas escolas superiores e na universidade; o outro, concentrava-se no centro da sociedade brasileira. Ambos estariam interligados devido ao “*desenvolvimento capitalista da cidade de São Paulo, dos*

---

<sup>16</sup> A *Gazeta*, São Paulo, 11 mai. 1965.

<sup>17</sup> ORTIZ, Renato (org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983, p.122-123.

<sup>18</sup> NOGUEIRA, Maria Alice e CATANI, Afrânio (orgs). *Pierre Bourdieu: escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 67.

<sup>19</sup> DUARTE, Paulo. *Processo dos Rinocerontes: razões de defesa e outras razões...* São Paulo: s.r., 1967, p. 149-150.

*fermentos lançados pela crueza e magnitude das lutas operárias nesta cidade e do engolfamento das elites e antielites nos conflitos culturais e políticos desencadeados por tais lutas*<sup>20</sup>. No caso da USP a polarização foi extrema porque as divisões internas, que envolveram professores, funcionários e alunos, eram fruto das lutas de classe. Esse grupo, de características mais ou menos conservadoras, aderiu ao golpe de 64 e levou para a Universidade a ditadura implantada na sociedade global. Isto mostra que o movimento não era “exterior”: a universidade não se “rendeu à ditadura”. Ainda de acordo com o sociólogo:

*“Já no segundo ano da década de 60, os conspiradores civis e militares vasculharam seus pontos de apoio e deram um balanço nas forças vivas da reação existentes na USP. Houve uma mobilização prévia, e os que se distinguiram na fase acesa da rebelião pela conquista do poder governamental foram contemplados com vários cargos públicos, de ministros para baixo. A primeira lista de expurgo de professores e o primeiro projeto de como sufocar a sedição imperante na USP foram traçados nessa fase, numa colaboração íntima de professores com oficiais de serviço de segurança e com policiais do DOPS.”*<sup>21</sup>

Mesmo durante o andamento do processo movido pela Reitoria, Paulo Duarte não esmoreceu em seu propósito de defender a USP. Apesar dos protestos da Direção da Escola Politécnica, os alunos mantiveram o convite e o jornalista foi o paraninfo da turma de 1965. Em seu discurso, elogiou Armando de Salles Oliveira e Júlio Mesquita Filho pela coragem em fundar a Universidade de São Paulo. Atacou a ditadura estadonovista que expulsou os professores estrangeiros da instituição, implantando a mediocridade e iniciando a decadência. Ainda assim, afirmou Duarte, a Universidade era a última catacumba de inconformismo que restava porque nela estava a mocidade. Além do mais, conjugava ensino e pesquisa, tornando-se um órgão da civilização, o único capaz de transformar massas em povo. Caberia à juventude lutar pela defesa da Universidade, para que esta não fosse definitivamente contaminada pela corrupção e depravação que se instaurou na política brasileira. Ao final, o diretor do Instituto de Pré-História citou palavras de Franz Kafka: “os rinocerontes invadiram o templo e beberam o vinho dos vasos sagrados. Isto passou a repetir-se (tornou rotina), até que se chegou a prever a hora do incidente e este incidente tornou-se parte do rito (dos velhos)...” E concluiu, pedindo aos jovens que resistissem aos rinocerontes que tentavam dominar a Universidade<sup>22</sup>.

As divergências entre Paulo Duarte e alguns dirigentes da Universidade de São Paulo não se iniciaram com o golpe de 64, mas em meados da década de 50. Nas

---

<sup>20</sup> FERNANDES, Florestan. *A questão da USP*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 48-49.

<sup>21</sup> “A respeito de professores que colaboraram com o regime militar podemos citar como exemplos: Luís Antônio Gama e Silva, ex-ministro da Justiça e da Educação; Alfredo Buzaid, também da Justiça; Hugo Leme, da Escola de Piracicaba, ministro da Agricultura; Miguel Reale e Ernesto Leme, que tornaram-se secretários da Justiça, bem como Ataliba Nogueira, secretário da Educação”.

<sup>22</sup> DUARTE, *Processo...*, p. 16.

páginas da revista *Anhemi*<sup>23</sup>, fundada e dirigida por ele, havia vários artigos que tornavam públicos os problemas da USP, sobretudo os da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL). Em 1955, indignado com a concessão de láureas a indivíduos que nada representavam para a USP nem a vida cívica brasileira, Júlio Mesquita Filho devolveu seu título de *Doutor Honoris Causa*, concedido a ele em 1934. Alegou que a essência do espírito universitário - a modéstia e o recato - estava sendo desvirtuada pelos professores, tornando o quadro docente um “*órgão de elogios mútuos, a distribuir títulos honoríficos aos seus próprios colegas*”<sup>24</sup>.

A atitude de Mesquita Filho levou Paulo Duarte a relatar as mazelas da USP, a começar por uma parcela dos professores que pouco se interessavam pela formação da mocidade, mas pelos proventos financeiros que a cadeira oferecia. A regra dos concursos era a de candidatos e bancas fracas. Essa situação ocorria em toda a Universidade, mas, para desgosto de Duarte, também na FFCL que deveria ser “a alma da USP” porque concentrava disciplinas comuns a vários institutos - economia, política, biologia, química, física, matemática - tornando-se o local onde pesquisadores, professores, cientistas e intelectuais aprenderiam a pensar. A Faculdade de Filosofia estava sendo tomada por uma mediocridade desonesta devido a um grupo de professores que tornaram-se “proprietários de cátedras”. Essas “*panelinhas*”, escreveu Duarte na *Anhemi*, eram “*autênticas chocadeiras de mediocridades, futuros professores mais medíocres ainda, mas utilíssimos à panelinha do seu criador*”<sup>25</sup>. E citava exemplos, como no concurso para a cátedra de Psicologia Educacional, “*cujas realizações se resolveram como mera formalidade para dar o posto a um assistente da cadeira ainda não bastante preparado para ocupá-la*”<sup>26</sup>.

Muito do que foi dito por Paulo Duarte ao jornal *A Gazeta* e a outros órgãos de imprensa na década de 60 não era nenhuma novidade. Os artigos na *Anhemi* tornaram seu relacionamento com a USP bastante tenso. A expulsão da Universidade, ocorrida em 25 de abril de 1969, pôs fim a essas divergências<sup>27</sup>. O próprio jornalista admitiu:

*“As minhas antigas ligações com a Universidade e a minha situação de diretor da revista Anhemi já me haviam colocado em situação especial*

---

<sup>23</sup> A revista *Anhemi* surgiu em dezembro de 1950. De periodicidade mensal, a publicação definia-se como sendo de alta cultura e, segundo Paulo Duarte, fora criada em oposição à imprensa sensacionalista da época. Publicava artigos de intelectuais de diversas áreas e nacionalidades, divulgando também trabalhos de acadêmicos. Por problemas econômicos, a *Anhemi* deixou de ser editada em novembro de 1962.

<sup>24</sup> *Doutor Honoris Causa*. *Anhemi*, São Paulo, v. XXI, n. 61, p. 534-538, dez. 1955.

<sup>25</sup> Faculdade de Filosofia. *Anhemi*, São Paulo, v. XXIII, n. 68, p. 350-354, jul. 1956.

<sup>26</sup> Faculdade de Filosofia. *Anhemi*, São Paulo, v. XXIII, n. 68, p. 350, jul. 1956.

<sup>27</sup> Com base no Ato Institucional n. 5, os servidores compulsoriamente aposentados foram: Alberto de Carvalho da Silva, Bento Prado, Caio Prado Júnior, Elza Salvatori Berquó, Emília Viotti da Costa, Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes, Hélio Lourenço de Oliveira, Isaias Raw, Jean Claude Bernadet, Jon Maitrejean, José Arthur Gianotti, Júlio Puddles, Luiz Hildebrando P. da Silva, Luiz Rey, Mário Schenberg, Octávio Ianni, Paulo Mendes da Rocha, Olga Baeta Neves, Paula Beiguelman, Paulo Duarte, Paul Singer, Pedro Calil Padis, Reynaldo Chiaverini, Sebastião Baeta Henriques. Os nomes foram publicados no D. O. U. de 29 de abril de 1965.

*dentro da Universidade, desde muitos anos antes de vir nela dirigir um instituto científico.”*<sup>28</sup>

O golpe de 64 também levou a um afastamento entre Júlio Mesquita Filho e Paulo Duarte. Com a perseguição e expulsão dos melhores professores, os estudantes eram, segundo Duarte, a única coisa boa da USP. Essa opinião não era compartilhada por Mesquita Filho, para quem os estudantes estavam corrompidos pela esquerda, participando “*de agitações provocadas por demagogos e aventureiros ao serviço da subversão*”<sup>29</sup>. Para Paulo Duarte, assustado com o fantasma do comunismo, o amigo “*voltava às costas ao tigre da corrupção*”, não querendo admitir que o movimento de 64 fora um malogro. E acusou a falta de apoio de *O Estado de S. Paulo* “*que abandona aos seus prostituidores a sua própria filha: a Universidade*”<sup>30</sup>. Atribuía ao *Estadão* a co-responsabilidade pela difícil situação enfrentada pela USP após o golpe. Paulo Duarte agia, nesse momento, praticamente sozinho, sem nenhum respaldo de peso. Tal isolamento é compreensível. Assim como a atração e a amizade, a hostilidade, a ruptura, o rancor também tem um papel decisivo no meio intelectual. Se, num determinado momento essa afetividade ganha um significação específica, “*num meio teoricamente colocado sob o signo da clarividência*”, em outro, as tensões decorrentes dos debates de idéias e dos fatores afetivos, levam a uma patologia do intelectual. Evidentemente, é preciso tomar cuidado com tal abordagem, já que esta pode ser desviada e, “*de clínica, tornar-se polêmica, alimentando sobretudo uma certa visão antintelectualista*”. No entanto, não se pode abandoná-la totalmente<sup>31</sup>.

A expulsão do diretor do IPH da Universidade de São Paulo em abril de 1969 foi o resultado desse isolamento e da falta de capital científico necessário para atuar naquele campo. Como afirma Bourdieu, sempre que os recursos científicos se acumulam, é importante acumular o capital científico para ter acesso aos problemas e instrumentos científicos, isto é, a luta científica (direito de entrada)<sup>32</sup>. O afastamento compulsório não foi suficiente para manter Duarte calado. Em 1977 depôs na Comissão Especial de Inquérito sobre a USP, instituída na Assembléia Legislativa de São Paulo. Junto aos deputados, lembrou as origens da Universidade, seus princípios e propósitos, a vinda dos professores estrangeiros e as dificuldades vividas pela instituição a partir do Estado Novo, quando teria começado a intromissão político-partidária. Em 1964, prosseguiu Duarte, boa parte dos professores - “*os rinocerontes*” - aderiu ao golpe, passando a perseguir os alunos que os contestavam. Nesses embates entre professores e alunos, estes últimos sempre tinham a razão porque, segundo o jornalista, os primeiros eram, na maioria das vezes, incompetentes, desatualizados e pouco interessados na formação dos

---

<sup>28</sup> Unicamp - Arquivo Paulo Duarte - Pré-História: correspondência (1960-1965) - Pasta 288.

<sup>29</sup> Unicamp - Arquivo Paulo Duarte - USP: reforma universitária (1965) - Pasta 365: carta de Paulo Duarte a Júlio Mesquita Filho (06 set. 1965).

<sup>30</sup> Unicamp - Arquivo Paulo Duarte - USP: reforma universitária (1965) - Pasta 365: carta de Paulo Duarte a Júlio Mesquita Filho (31 jan. 1965).

<sup>31</sup> SIRINELLI, Os intelectuais, p. 250.

<sup>32</sup> ORTIZ (org.), *Pierre Bourdieu...*, p. 143.

alunos. Essa situação o fez posicionar-se ao lado dos estudantes contra a invasão da USP pela polícia militar, fato que teria sido causado pelas intrigas de professores irritados com os alunos. O ex-diretor do Instituto de Pré-História considerava que a Universidade de São Paulo estava decadente, não acreditando na sua reabilitação e, por isso, aceitou depor - queria demonstrar que não era cúmplice do descalabro que reinava na instituição.

Mas as críticas de Paulo Duarte não se limitaram à Universidade que ajudou a fundar. Manifestou descontentamento com a criação de inúmeras faculdades no interior do estado, onde os professores, sem morar próximo ao local de trabalho, saíam de São Paulo para lecionar. Na opinião do jornalista, o professor que agia dessa forma era apenas um burocrata recebendo vencimentos como docente. Com uma situação dessas, era impossível haver envolvimento com o trabalho, desconhecendo os alunos e dando um tipo de aula que era um “*comiciozinho de prosa fiada*”<sup>33</sup>. A criação de uma universidade, com faculdades espalhadas em Rio Claro, Franca, Marília, Ilha Solteira, contradizia a própria palavra *universitas* porque “*todos têm que ficar juntos, todos têm que aprender juntos, porque o aluno aprende com o professor e o professor, se for bom professor, aprende todos os dias com o aluno também*”<sup>34</sup>. Paulo Duarte declarou que, se vivo, o amigo Júlio Mesquita Filho ficaria indignado ao ver seu nome dado a uma “*Universidade arquipélago*”. E para Duarte, a Universidade de Campinas era a única esperança de reabilitar a Universidade do Brasil porque seu fundador, Zeferino Vaz, instituiu, com competência e dignidade, a tecnologia; aliada à ciência pura e a pesquisa, pois estas últimas deveriam dominar a primeira.

Na Comissão Especial de Inquérito, o ex-diretor do IPH falou ainda da necessidade de melhor fiscalização do uso de verbas para evitar o desperdício de dinheiro público e mostrou-se favorável ao pagamento da universidade pública pelos alunos de classes abastadas. Era contrário ao empréstimo de dinheiro concedido pelo Estado aos estudantes para o financiamento do curso superior. Ele entendia que o governo tinha grandes chances de levar um calote. Em seu depoimento, Paulo Duarte demonstrou não aceitar a idéia de democratização do ensino pelo fato de as faculdades particulares existirem e terem muitos alunos. Para Duarte isso não era democracia, e sim demagogia. Defendeu melhores salários aos professores para que o ofício do magistério não se tornasse definitivamente um bico. E por fim, o jornalista lembrou que a instituição mais importante da sociedade era a universidade por ser a sua estrutura. Sem a universidade não seria possível uma sociedade “*hígida*” e, citando a frase de um professor a De Gaulle - “*A tropa de choque da França é a Universidade*” - acrescentou que o futuro do Brasil estava associado ao da universidade.

Sem dúvida esse foi um dos poucos momentos em que o jornalista agiu sozinho, defendendo ferozmente não apenas a Universidade de São Paulo, mas as

---

<sup>33</sup> Comissão Especial de Inquérito sobre a USP - Íntegra dos esclarecimentos prestados pelo professor Paulo Duarte em 12 de maio de 1977. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, 23 ago. 1977.

<sup>34</sup> Comissão Especial de Inquérito sobre a USP - Íntegra dos esclarecimentos prestados pelo professor Paulo Duarte em 12 de maio de 1977. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, 23 ago. 1977.



instituições de ensino superior. Com relação a USP, Paulo Duarte, mais do que um do fundadores, mostrava-se, segundo Florestan Fernandes, “um feitor ciumento e, por vezes, intransigente”<sup>35</sup>.

### **Bibliografia**

ADUSP. *O Livro Negro da USP: o controle ideológico da Universidade de São Paulo*. São Paulo: Adusp, 1978.

DUARTE, Paulo. *O resto não é silêncio...* (oração de paraninfo da turma de 1965, da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo). São Paulo: s.r., 1966.

\_\_\_\_\_. *Processo dos Rinocerontes: razões de defesa e outras razões...* São Paulo: s.r., 1967.

\_\_\_\_\_. *Memórias: Selva Oscura - vol. III*. São Paulo: Hucitec, 1976.

\_\_\_\_\_. *O espírito das catedrais*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

FERNANDES, Florestan. *A questão da USP*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1979.

NOGUEIRA, Maria Alice & CATANI, Afrânio (orgs). *Pierre Bourdieu: escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.

ORTIZ, Renato (org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

SCHWARTZMAN, Simon. A Universidade de São Paulo. In: *Formação da comunidade científica no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Rio de Janeiro: Finep, 1979.

SIRINELLI, Jean-François. *Os intelectuais*. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1966.

USP. *Atas do Conselho Universitário*. Livro 28, 552a sessão, 21 set. 1964.

### **RESUMO**

#### **PAULO DUARTE E A DEFESA DA UNIVERSIDADE**

O jornalista e intelectual Paulo Duarte participou, em 1934, da fundação da Universidade de São Paulo (USP) onde, em 1962, também criou e dirigiu o Instituto de Pré-História (IPH). A partir do golpe militar de 1964, Duarte, que sempre denunciou as irregularidades que ocorriam na USP, passou a ser considerado uma figura incômoda. O artigo trata da atuação do jornalista na instituição nesse período, quando sofreu represálias e foi perseguido por seu posicionamento feroz e crítico na defesa da Universidade que ajudou a criar. Por essa razão, ele foi cassado e expulso da USP.

**Palavras-Chave:** Intelectuais Paulistas, Golpe de 64; Universidade de São Paulo.

### **ABSTRACT**

#### **PAULO DUARTE AND THE DEFENSE OF UNIVERSITY**

In 1934, the journalist and intellectual Paulo Duarte participated of São Paulo University (USP) foundation, where in 1962, he created and was director of Pre-History Institute. Since *coup d'etat* in 1964, Duarte becomes an inconvenience personage. The article shows his action at University in decade of 60, when Paulo Duarte was chidden because he made accused about unruly at USP. So, he was abrogated and banish from São Paulo University.

**Keywords:** Paulistas Intellectuals; 64' Coup d'Etat; São Paulo University.

<sup>35</sup> *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 17 nov. 1979.

# DESENVOLVIMENTO HUMANO OU CRESCIMENTO ECONÔMICO? OS ANOS 1980 NO BRASIL

Jadir Peçanha Rostoldo<sup>1</sup>

## **Introdução**

Esse artigo objetiva analisar a relação entre desenvolvimento humano e crescimento econômico na década de 1980, no Brasil, privilegiando as variáveis não-econômicas. De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) desenvolvimento humano “(...) *pode ser definido como um processo abrangente de expansão do exercício do direito de escolhas individuais em diversas áreas: econômica, política, social ou cultural*”<sup>2</sup>. Esse conceito foi utilizado para a elaboração do primeiro Relatório do Desenvolvimento Humano<sup>3</sup> (RDH), publicado em 1990, como uma das formas de reverter o processo em que os aspectos materiais associados ao desenvolvimento tinham maior peso do que os aspectos associados aos valores humanos.

Nesse sentido, é preciso esclarecer que o desenvolvimento humano não é o contrário do crescimento econômico<sup>4</sup>, mas o crescimento econômico é uma condição tão necessária para o desenvolvimento humano como este é para o crescimento econômico. É essa visão da sociedade que vamos utilizar para analisar a década de 1980 no Brasil<sup>5</sup>. Ampliando nossa análise para além da área econômica, percebemos que a sociedade brasileira progrediu em alguns aspectos. Não eliminou totalmente seus problemas, mas avançou na busca por uma sociedade mais justa e igualitária.

A análise está dividida em três partes, além da conclusão. Na primeira, focamos os números e as discussões sobre a educação, quantidade de analfabetos, taxa de alfabetização, nível de escolaridade e qualidade educacional. Na segunda, trabalhamos com os dados sobre a saúde, a habitação e o saneamento básico, como o acesso ao sistema de saúde, taxa de natalidade e mortalidade, desnutrição, condições habitacionais e acesso aos serviços de água e esgoto. Na terceira, nosso olhar se direciona para o mercado de trabalho e a pobreza, o desemprego, a taxa de participação da população no mercado de trabalho e o índice de pobreza. Na conclusão, utilizamos os dados e as informações apresentadas para fazer uma discussão com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

---

<sup>1</sup> Historiador, Mestre em Economia, Doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo. Professor do Instituto de Educação Superior Novo Milênio (Campus Serra), no Espírito Santo.

<sup>2</sup> PNUD (Brasil). Projeto Desenvolvimento Humano no Brasil com a participação do IPEA, FJP e IBGE. *Desenvolvimento humano e condições de vida: indicadores brasileiros*. Brasília: [s.n.], 1998, p. 5.

<sup>3</sup> Internacional.

<sup>4</sup> Análise dos países tendo como parâmetros principais as variáveis econômicas, principalmente a renda *per capita*.

<sup>5</sup> Os anos 1980 são conhecidos, principalmente, por uma constante crise econômica, caracterizada por altas taxas de inflação, grande crescimento da dívida externa e planos econômicos ineficientes.

## Educação

A Educação nos anos 1980 passou por algumas melhoras, apesar da manutenção de sérios problemas de evasão, repetência e analfabetismo. O número de pessoas de quinze anos ou mais que não sabe ler e escrever, indicador internacional de analfabetismo, diminuiu nesse período, passando de 26,0% em 1980 para 18,8% em 1989, como mostra a Tabela 1. Além dessa melhora, Carvalho, Kappel e Alves<sup>6</sup> argumentam que outros resultados importantes e positivos ocorreram: o maior decréscimo proporcional do analfabetismo rural em relação ao urbano e a evolução positiva da frequência escolar (Tabelas 2 e 3). A frequência correspondente ao pré-escolar na idade de cinco e seis anos duplicou na década e grupos de idade de sete a quatorze mantiveram taxas de escolarização progressivas, passando de 70,3% em 1981 para 83,9% em 1989, principalmente nas famílias cujos rendimentos são de até ½ salário mínimo.

**TABELA 1**  
**NÚMERO DE ANALFABETOS E TAXA DE ANALFABETISMO**  
**NA FAIXA ETÁRIA DE QUINZE ANOS OU MAIS, 1980-1989**

ANO	POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS	Nº DE ANALFABETOS DE 15 ANOS OU MAIS	TAXA DE ANALFABETISMO
1980	74.436.482	19.330.254	26,0%
1983	78.504.410	17.204.041	21,9%
1986	86.454.036	17.320.725	20,0%
1989	93.642.547	17.587.580	18,8%

Fonte: Adaptada de BRASIL/MEC (1990: 20).

**TABELA 2**  
**BRASIL: POPULAÇÃO DE QUINZE ANOS E MAIS E TAXA DE**  
**ANALFABETISMO, SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, 1981 E 1989**

	SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	TOTAL	ANALFABETA	TAXA DE ANALFABETISMO
<b>1981</b>	Urbana	55.122.555	8.810.708	16,0%
	Rural	19.556.894	8.181.792	41,8%
	Total	74.679.449	16.992.500	22,8%
<b>1989</b>	Urbana	71.701.431	9.588.977	13,4%
	Rural	21.949.222	7.999.244	36,4%
	Total	93.650.653	17.588.221	18,8%
<b>VARIAÇÃO ABSOLUTA</b>	Urbana	16.578.876	778.269	- 2,6%
	Rural	2.392.328	- 182.548	- 5,4%
	Total	18.971.204	595.721	- 4,0%

Fonte: Adaptada de Silva (1992: 36).

<sup>6</sup> CARVALHO, José C. B. de; KAPPEL, Maria D. B. & ALVES, Maria I. C. Condições educacionais. In: IBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Indicadores sociais: uma análise da década de 1980*. Rio de Janeiro: IBGE, 1995, p. 283-295.

**TABELA 3**  
**BRASIL: PESSOAS DE SETE A QUATORZE ANOS, POR CONDIÇÃO**  
**DE FREQUÊNCIA À ESCOLA, 1981 E 1989**

FREQUÊNCIA À ESCOLA		NÚMEROS ABSOLUTOS		DISTRIBUIÇÃO (%)		VARIACÃO ABSOLUTA (B - A)
		1981 (A)	1989 (B)	1981	1989	
Não estavam na escola	Até 1/2 salário mínimo	5.887.066	2.942.056	44,2	24,6	- 2.945.010
	Total	6.847.373	4.410.828	29,7	16,1	- 2.436.545
Estavam na escola	Até 1/2 salário mínimo	7.423.141	9.034.255	55,8	75,4	1.611.114
	Total	16.211.038	22.997.700	70,3	83,9	6.786.662
Não estavam/estavam na escola	Até 1/2 salário mínimo	13.310.207	11.976.311	100,0	100,0	- 1.333.896
	Total	23.058.411	27.408.528	100,0	100,0	4.350.117

Fonte: Adaptada de Silva (1992: 37).

Outra variável que Carvalho, Kappel e Alves destacaram para o período foi a elevação do nível de escolaridade dos chefes domiciliares, de um perfil majoritariamente analfabeto e não alfabetizado funcionalmente em 1980<sup>7</sup>, passou para um perfil em 1991 de alfabetizados funcionais<sup>8</sup>. Esse dado é importante, pois a escolaridade dos chefes domiciliares afeta diretamente seus familiares, tanto pelo lado orçamentário, em relação às oportunidades de bem-estar material de seus dependentes, quanto pelo sócio-educacional, condicionando as chances de escolarização de seus filhos e a própria ambiência cultural da família.

Um estudo do Ministério da Educação, em 1990, mostrou crescimento em dois pontos centrais do processo educacional brasileiro, a educação pré-escolar e o atendimento aos portadores de necessidades especiais (Tabelas 4 e 5). A educação pré-escolar é um dos investimentos preventivos mais eficazes no contexto de uma política social da infância. No Brasil, durante a década de 1980, houve um expressivo aumento do atendimento à criança de zero a seis anos, com um incremento no número de instituições e programas voltados para essa faixa etária. Em relação aos portadores de necessidades especiais, o sistema de ensino brasileiro determina que eles tenham acesso à educação especial durante todas as fases de ensino, e que essa educação proporcione: o desenvolvimento pleno de sua personalidade e a promoção de suas capacidades; a participação ativa na vida social e no mundo do trabalho; e a aquisição e elaboração de conhecimentos. Dados recentes mostram que 10% da população brasileira apresentam algum tipo de deficiência, porém apenas uma pequena parcela é atendida pelas instituições especializadas. Apesar de os números serem pequenos, na década de 1980. Houve uma melhora nesse acesso, que precisa de continuidade para que o ensino brasileiro promova um melhor atendimento às pessoas que apresentam necessidades especiais, transformando-as em verdadeiros cidadãos.

<sup>7</sup> 55% eram sem instrução ou com apenas as séries iniciais do ensino primário.

<sup>8</sup> 21% com primário completo e quase 36% de escolarizados pós-primário completo.

**TABELA 4**  
**EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR: POPULAÇÃO DE ZERO A SEIS ANOS**  
**E TAXA DE ATENDIMENTO, 1980-1989**

ANO	POPULAÇÃO DE 0-6 ANOS	TAXA DE ATENDIMENTO 0-6 ANOS
1980	22.536.396	5,9%
1983	22.266.679	8,9%
1986	23.759.776	12,0%
1989	23.133.083	15,3%

Fonte: Adaptada de BRASIL/MEC (1990: 25).

**TABELA 5**  
**EDUCAÇÃO ESPECIAL**  
**INSTITUIÇÕES ESPECIALIZADAS: NÚMEROS DE INSTITUIÇÕES,**  
**ATENDIMENTO EDUCATIVO (MATRÍCULA)**  
**E PESSOAL DOCENTE, 1981-1988**

ANO	INSTITUIÇÕES ESPECIALIZADAS	ATENDIMENTO EDUCATIVO (MATRÍCULA)	PESSOAL DOCENTE
1981	787	54.530	8.930
1984	843	76.525	10.857
1985	853	75.697	10.966
1987	1.035	77.259	14.787
1988	1.206	87.968	20.555

Fonte: Adaptada de BRASIL/MEC (1990: 68).

Em relação ao Sistema de Ensino Superior, Batista<sup>9</sup> argumenta que, apesar de problemas, como a formação estritamente profissional, levando a deficiências no desenvolvimento de pesquisas, e o alto custo, o ensino superior apresentou crescimentos importantes, que ainda precisam ser melhorados para que possa contribuir mais ativamente para o processo de desenvolvimento do País (Tabelas 6, 7, 8 e 9). O corpo docente apresentou um crescimento de 21% na década e o número de instituições cresceu no âmbito estadual, municipal e particular, verificando-se que ocorreu a formação de faculdades integradas e de universidades a partir da unificação de instituições isoladas. O crescimento da matrícula foi de 10% e houve uma queda na relação alunos/docentes, que passou de 11,8 em 1980 para 10,8 em 1989, devido ao aumento no número de docentes contratados. Os docentes melhoraram sua titulação: em 1980, 26% eram especialistas, 14% mestres e 11% doutores; em 1989, esses percentuais passaram, respectivamente, para 29%, 19% e 12%, e houve uma massificação desse ensino, demonstrada pela notável expansão da oferta de vagas, que cresceu 16% na década de 1980.

<sup>9</sup> BATISTA, Edlamar. *Ensino superior no Brasil: 1980-1991*. Brasília: IPEA, 1993 (Série "Texto para Discussão", n. 321).

**TABELA 6**  
**ENSINO SUPERIOR: Nº DE FUNÇÕES DOCENTES CONTRATADAS POR**  
**DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, 1980-1989**

EXERCÍCIO	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR	TOTAL	%
1980	45.010	15.180	4.186	52.451	116.827	-
1989	48.107	24.812	4.250	63.727	140.896	21%

Fonte: Adaptada de Batista (1993: 27-31).

**TABELA 7**  
**NÚMERO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES) POR**  
**DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, 1980-1989**

EXER.	FEDERAL		ESTADUAL		MUNICIPAL		PARTICULAR		TOT.
	UNIV.	ISOL.	UNIV.	ISOL.	UNIV.	ISOL.	UNIV.	ISOL.	
1980	34	18	9	44	2	89	20	662	878
1989	35	19	16	68	3	79	39	643	902

Fonte: Adaptada de Batista (1993: 27-31).

**TABELA 8**  
**ENSINO SUPERIOR: NÚMERO DE FUNÇÕES DOCENTES, CONTRATADAS,**  
**AFASTADAS E EM EXERCÍCIO POR GRAU DE FORMAÇÃO, 1980-1989**

ANO	CONTRATADOS	AFASTADOS	GRADUAÇÃO	ESPECIAL.	MESTRADO	DOCTORADO
1980	116.827	7.039	49.550	30.360	16.651	13.227
1989	140.896	12.867	43.852	41.007	26.899	16.271

Fonte: Adaptada de Batista (1993: 27-31).

**TABELA 9**  
**ENSINO SUPERIOR: PRINCIPAIS VARIÁVEIS, 1980-1989**

EXERC.	VAGAS	ISCR. VESTIBULAR	INGRESSOS	MATRÍC.	FORMADOS	VAGAS OCIOSAS	RELAÇÃO ALUNOS/DOCENTE
1980	404.814	1.803.567	356.667	1.377.286	226.423	48.147	11,8
1989	466.794	1.818.033	382.221	1.518.904	232.275	84.573	10,8

Fonte: Adaptada de Batista (1993: 27-31).

Os dados apresentados sobre a educação brasileira na década de 1980 demonstram um processo evolutivo de grande importância. É verdade que o País continua com sérios problemas educacionais, mas também é inegável que as ações implementadas naquela década contribuíram para amenizá-los.

### ***Saúde, Habitação e Saneamento Básico***

O acesso à saúde no Brasil, um dos principais direitos do cidadão, vem se alterando positivamente desde meados do século XX. Essa situação fica evidente,

nos anos 1980, quando analisamos variáveis como natalidade, mortalidade e prevalência de desnutrição sob a ótica da relação entre a transição epidemiológica<sup>10</sup> e a transição demográfica<sup>11</sup>.

**TABELA 10**  
**TAXAS DE NATALIDADE E MORTALIDADE<sup>12</sup>, ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER E FECUNDIDADE TOTAL<sup>13</sup>, 1970-1980-1990**

ANOS	1970	1980	1990
NATALIDADE	37,7	-	25,0
MORTALIDADE	9,4	-	7,0
ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER	52,7	60,1	65,6
FECUNDIDADE TOTAL	5,76	4,35	3,64

Fonte: Adaptada de Monteiro (1995: 67).

Segundo Monteiro<sup>14</sup>, a queda da natalidade e mortalidade leva a um aumento da esperança de vida ao nascer e à redução da fecundidade (Tabela 10). Nos anos 1980, a população brasileira teve sua esperança de vida acrescida em cinco anos<sup>15</sup>, enquanto a queda na fecundidade, que aumenta o intervalo entre os partos, influenciou decisivamente na diminuição dos riscos de desnutrição e mortalidade de crianças, pois as mães passaram a ter mais tempo para cuidar dos filhos, aumentando o período de amamentação. O autor demonstra que, no mesmo período, a mortalidade infantil reduziu-se em mais de 1/3, passando de 75 para 47,5 óbitos por mil nascidos vivos (Tabela 11). Vale lembrar que esse é um indicador das condições gerais de saúde da população, sendo utilizado internacionalmente como indicador social. Além disso, a mudança na mortalidade proporcional por idade, entre 1977 e 1988, quando se percebe a diminuição da proporção de óbitos infantis e de crianças menores de dez anos, e o aumento da proporção de óbitos após cinquenta anos refletem não só a diminuição da mortalidade, mas também o envelhecimento da população, que são outros indicadores de melhorias nas condições de saúde da população brasileira na década de 1980 (Tabela 12).

---

<sup>10</sup> Mudanças nos padrões e níveis de saúde.

<sup>11</sup> Mudanças na mortalidade e fecundidade.

<sup>12</sup> Nascimentos e óbitos/ 1000 habitantes.

<sup>13</sup> Filhos/ mulher.

<sup>14</sup> MONTEIRO, Mário F. G. A mortalidade no contexto da transição epidemiológica. In: IBGE, *Indicadores...*, p. 67-77.

<sup>15</sup> O aumento na quantidade de vida pode não refletir necessariamente uma melhora da qualidade de vida, no entanto, valores baixos expressam condições de saúde precária.

**TABELA 11**  
**TAXAS DE MORTALIDADE INFANTIL<sup>16</sup>, 1980-1988**

ANOS	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
TAXAS	75,0	68,4	64,5	66,7	65,9	58,1	53,2	51,0	47,5

Fonte: Adaptada de Monteiro (1995: 69-70).

**TABELA 12**  
**MORTALIDADE PROPORCIONAL POR IDADE<sup>17</sup>, 1977-1988**

ANO	IDADES								
	- 1 ANO	1 - 9	10-19	20-29	30-39	40-49	50-64	65-79	80+
1977	26,74	6,74	2,93	4,78	5,69	7,91	16,02	20,89	8,35
1988	13,58	3,25	2,77	5,64	6,69	8,27	18,85	25,63	15,32

Fonte: Adaptada de Monteiro (1995: 69-70).

Em relação à desnutrição, Silva<sup>18</sup> nos apresenta dados positivos para a década: das crianças de zero a cinco anos, houve uma significativa e generalizada diminuição, de cerca de 46,1% em 1974/1975 para 30,7% em 1989. Segundo o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), o quadro nutricional melhorou devido a fatores diretos, como as melhorias de saneamento básico<sup>19</sup>, e fatores indiretos, por exemplo, queda da fecundidade, melhor nível geral de conhecimento e informação da população, crescente acesso a bens e serviços modernos e a rápida urbanização, característicos da década de 1980.

Pontual<sup>20</sup> defende que o direito a uma habitação condigna, além do conceito de abrigo, deve compreender a integração com a cidade em seu entorno, a disponibilidade de infra-estrutura urbana e de acesso ao mercado de trabalho e aos equipamentos públicos, é um pré-requisito importante para o exercício da cidadania. Assumindo esse conceito, um domicílio adequado propicia as condições necessárias para a proteção física dos seus moradores, o convívio familiar, a integração do indivíduo na comunidade e a reprodução da força de trabalho. Durante a década de 1980, houve no Brasil uma melhora geral nas condições habitacionais. Alexandre e Caillaux<sup>21</sup> utilizaram quatro variáveis para compor o quadro habitacional brasileiro naquele período (Tabelas 13 e 14), comprovando essa melhora:

<sup>16</sup> Óbitos infantis por mil nascidos vivos.

<sup>17</sup> % óbitos.

<sup>18</sup> SILVA, Luiz C. E. (coord.). *O que mostram os indicadores sobre a pobreza na década perdida*. Brasília: IPEA, 1992 (Série "Texto para Discussão", n. 274).

<sup>19</sup> Fornecimento de água, infra-estrutura urbana e atenções básicas de saúde.

<sup>20</sup> PONTUAL, Ricardo. A questão habitacional no âmbito do sistema financeiro da habitação. In: IBGE, *Indicadores...*, p. 221-241.

<sup>21</sup> ALEXANDRE, Marco A. dos Santos; CAILLAUX, Elisa. Condições habitacionais. In: IBGE, *Indicadores...*, p. 245-262.



- *Habitação*: envolve as variáveis ligadas à estrutura física dos domicílios, se os componentes de parede, piso e cobertura são de materiais duráveis ou não duráveis;
- *Serviços*: variáveis ligadas à existência de serviços básicos de utilidade pública nos domicílios, esgotamento sanitário/uso da instalação sanitária, abastecimento d'água, destino do lixo e iluminação elétrica;
- *Bens*: envolve as variáveis ligadas à posse de bens essenciais às condições de saúde, higiene, preparação e conservação dos alimentos, filtro de água, fogão e geladeira;
- *Densidade*: apresenta a relação entre o número de habitantes do domicílio e o número de cômodos.

**TABELA 13**  
**PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS PARTICULARES**  
**PERMANENTES ADEQUADOS**  
**ÁREA URBANA - 1982 E 1990**

REGIÕES	HABITAÇÃO		SERVIÇOS		BENS		DENSIDADE	
	1982	1990	1982	1990	1982	1990	1982	1990
Norte	84,8	89,7	20,2	40,7	33,0	40,6	29,2	40,8
Nordeste	79,7	86,0	18,3	32,7	35,9	44,6	47,8	55,6
Sudeste	93,7	96,4	65,1	75,6	60,0	67,5	50,0	62,9
Sul	96,6	96,2	45,5	64,0	75,1	86,3	59,7	71,7
Centro-Oeste	86,1	92,5	25,1	41,1	50,1	63,4	49,4	65,2

Fonte: Alexandre e Caillaux (1995: 246).

**TABELA 14**  
**PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS PARTICULARES**  
**PERMANENTES ADEQUADOS**  
**ÁREA RURAL - 1982 E 1990**

REGIÕES	HABITAÇÃO		SERVIÇOS		BENS		DENSIDADE	
	1982	1990	1982	1990	1982	1990	1982	1990
Nordeste	40,6	54,9	1,1	2,9	4,7	9,7	35,9	41,7
Sudeste	75,2	86,6	3,7	13,9	15,8	33,4	51,1	60,9
Sul	90,6	94,2	2,1	7,4	41,6	67,8	48,7	63,3
Centro-Oeste	50,6	71,7	0,7	3,7	8,4	24,4	38,6	50,9

Fonte: Alexandre e Caillaux (1995: 246).

Silva<sup>22</sup> também concorda que ocorreram melhorias nas condições de habitação na década de 1980. Podemos verificar essa mudança pela redução da participação relativa dos domicílios rústicos<sup>23</sup> e dos com elevada densidade<sup>24</sup> no conjunto de

<sup>22</sup> Silva (coord.), *O que mostram...*

<sup>23</sup> Aqueles em cuja construção predominam os materiais improvisados.

<sup>24</sup> Com mais de três moradores por dormitório.

domicílios brasileiros. Os domicílios rústicos passaram de 9,9% para 5,8% e os com elevada densidade de 16,3% para 11,8%, no período de 1981 a 1989. Para o autor, a melhoria das condições nas favelas e nos loteamentos periféricos contribuiu decisivamente para essa transformação.

As melhorias em relação à habitação na década de 1980 foram evidentes. No entanto, não podemos esquecer que as desigualdades continuam grandes, evidenciando a necessidade da adoção de uma política habitacional agressiva e sistemática, visando a eliminar os desequilíbrios.

Em relação ao saneamento básico, o Brasil apresentou uma grande expansão dos serviços na década de 1980 (Tabela 15). Segundo Santos<sup>25</sup>, no final do período, 81,6% dos moradores das cidades eram abastecidos de água no interior de seus domicílios, 53% possuíam instalação sanitária de uso exclusivo ligada à rede geral e 78,5% tinham lixo coletado, taxas que representaram grande progresso nas condições de bem-estar da população. Na área rural, o nível de atendimento foi mais baixo do que na urbana, no entanto também apresentou sensíveis melhoras. O abastecimento de água por rede geral, com canalização interna, atendia 3,2% dos domicílios em 1980 e atingiu 12,9% em 1990. Aqueles domicílios que possuíam instalação sanitária ligada à rede geral ou fossa séptica passaram de 7,1% em 1980 para 13% em 1990, 12% tinham o lixo coletado e 34,5% queimado ou enterrado em 1990. Como consequência dessa evolução favorável, em 1990, 93,67 milhões de pessoas eram atendidas por sistemas de água, 54,8 milhões possuíam instalação sanitária ligada à rede de esgoto, e 22,3 milhões, ligada à fossa séptica, enquanto 89,9 milhões tinham o lixo coletado.

**TABELA 15**  
**BRASIL: DISTRIBUIÇÃO DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES**  
**URBANOS POR SERVIÇO DOMICILIAR**  
**1981/1990**

ANO	ABASTECIMENTO DE ÁGUA POR REDE GERAL		INSTALAÇÃO SANITÁRIA DE USO EXCLUSIVO		COLETA DE LIXO
	COM CANALIZAÇÃO INTERNA	SEM CANALIZAÇÃO INTERNA	REDE GERAL	FOSSA SÉPTICA	
1981	70,0	9,6	38,0	16,1	65,8
1990	82,7	7,9	50,9	17,5	80,5

Fonte: Adaptada de Santos (1995: 270).

### ***Mercado de Trabalho e Pobreza***

Considerando o mercado de trabalho, Amadeo *et al*<sup>26</sup> argumentam que, apesar de a taxa de crescimento do PIB nos anos 1980 ter sido bastante inferior a dos anos 1970, o número de postos de trabalho, naquela década, cresceu

<sup>25</sup> SANTOS, Marcio M. Condições de saneamento básico. In: IBGE, *Indicadores...*, p. 265-277.

<sup>26</sup> AMADEO, E. et al. *A natureza e o funcionamento do mercado de trabalho brasileiro desde 1980*. Brasília: IPEA, 1994 (Série "Texto para Discussão", n. 353).

continuamente a uma taxa de 3,5% a.a.<sup>27</sup>, superando a taxa de crescimento populacional de 2,1% a.a. Em números absolutos, a população ocupada cresceu de 45,5 milhões em 1981 para 62,1 milhões em 1990, representando mais de 16 milhões de novos postos de trabalho e um crescimento de mais de 35% na força de trabalho do período. Em relação aos anos 1970, o crescimento em termos absolutos foi maior e, em termos relativos, foi similar. O nível de desemprego permaneceu estável e baixo durante toda a década de 1980. No final do período recessivo de 1981/1983, a taxa atingiu 4,9% da força de trabalho e no final da década oscilava entre 3,5 e 4%.

A excepcional capacidade de absorção de mão-de-obra da economia brasileira, na década de 1980, fica evidente quando analisamos a taxa de participação no mercado de trabalho. Segundo Amadeo *et al*<sup>28</sup>, ela cresceu três pontos percentuais entre 1979 e 1990, mostrando que, apesar do baixo crescimento do PIB, o volume de empregos gerados foi suficiente não só para manter a taxa de desemprego baixa, mas também para suportar um crescimento significativo na taxa de participação. Dessa forma, podemos verificar que a criação de postos de trabalho não foi um problema significativo durante a década de 1980.

O crescimento de três pontos percentuais da taxa de participação da população no mercado de trabalho correspondeu a um crescimento da população economicamente ativa em 3,5% a.a. Esse percentual foi superior à expansão da população ativa, 2,7% a.a. Segundo Silva<sup>29</sup>, esse dado é importante, pois, além de ocorrer em um período de baixo crescimento econômico, contribuiu na geração de rendimentos das famílias. Para o autor, outro indicador importante do período é a taxa de desemprego aberto<sup>30</sup>, que sofreu uma redução de 4,3% em 1981 para 3% em 1989, significando uma redução absoluta no número de desocupados de 2.023 para 1.891 mil. A força de trabalho com mais de cinco anos de estudo aumentou de 36,2% para 46,7%, e os rendimentos médios mensais dos ocupados obtiveram um crescimento real de 2,9% a.a. no mesmo período. Os ganhos foram importantes para os trabalhadores, mas não podemos esquecer que o mercado de trabalho no Brasil ainda apresenta grandes desigualdades, que precisam ser eliminadas.

Analisando o mercado de trabalho brasileiro, Baer<sup>31</sup> detectou que houve um aumento de 3% no emprego no setor de empresas públicas no período 1980/85, assim como os salários reais em São Paulo aumentaram entre 1986/1989 e os níveis de emprego nas indústrias paulistas mantiveram-se estáveis entre 1980/1990. No entanto, embora o desemprego aberto continuasse a ser relativamente baixo nas regiões metropolitanas, ocorreu um considerável aumento de trabalhadores não registrados em 1991 e um acentuado aumento de trabalhadores autônomos após 1986, indicando um crescimento significativo do setor informal. Para o autor os números da década indicam um declínio no bem-estar da força de trabalho.

---

<sup>27</sup> Cerca de 1,9 milhão de novos empregos por ano.

<sup>28</sup> AMADEO *et al*, *A natureza...*

<sup>29</sup> SILVA (coord.), *O que mostram...*

<sup>30</sup> Ou taxa de desocupação aberta - porcentagem das pessoas desocupadas em relação às pessoas economicamente ativas.

<sup>31</sup> BAER, Werner. *A economia brasileira*. São Paulo: Nobel, 2002.

No período entre 1981/1990, utilizando os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), Oliveira, Porcaro e Jorge<sup>32</sup> verificaram uma intensidade maior do crescimento dos indicadores de participação no mercado de trabalho em relação a evolução da população brasileira: enquanto a população cresceu 23,1%, a população economicamente ativa (PEA) e a população ocupada (PO) cresceram, respectivamente, 35,8% e 36,6%. Apesar do número generalizado, os autores defendem que a tendência de maior participação econômica é inquestionável. Não esquecendo que, em 1990, o critério de seletividade da população ocupada era diferente do de 1981: maior grau de envelhecimento, melhores níveis de escolaridade, uma distribuição mais equitativa entre homens e mulheres, e uma concentração ainda maior em atividades urbanas e não agrícolas.

Para os autores, durante 1981/1990 o terciário foi o setor que mais cresceu sua expansão ocupacional, centrado nos serviços públicos, no comércio estabelecido e ambulante, e na prestação de serviços. Essa concentração ocorreu devido aos baixos requerimentos (de capital ou de capacidade profissional) que esses postos de trabalho pressupõem para serem exercidos. As alterações no mercado de trabalho, no referido período, podem ser percebidas por um crescimento acentuado de atividades que demandam baixa qualificação, pela expansão da produção independente em áreas urbanas, por uma participação da mulheres na população ativa e por uma menor proporção de contribuintes à Previdência Social.

As mudanças no perfil de trabalho e do rendimento durante a década de 1980, tanto provocou o surgimento de fenômenos como a perda de importância relativa do assalariamento, em contraposição à produção independente, e a redução na proporção de trabalhadores vinculados à Previdência Social, quanto intensificou alguns processos, tais como a urbanização e terceirização no mercado de mão-de-obra, o aumento das taxas de atividade econômica, sobretudo das mulheres, a deterioração dos níveis de rendimento, e a precarização das relações de trabalho, motivada, principalmente, pela redução dos níveis de cobertura social e/ou de menores níveis de remuneração.

Silva<sup>33</sup> realizou um estudo, a partir dos indicadores apontados acima, para os anos de 1981 e 1989, com o objetivo de analisar o crescimento da pobreza<sup>34</sup> no período. Constatou que houve uma deterioração da situação econômica do País nessa época, porém, em relação aos indicadores sociais, o consenso geral do aumento da pobreza não se manteve, pois alguns indicadores mostraram melhorias nas condições de vida da população.

Os dados das tabelas a seguir mostram que as porcentagens de famílias até ¼ sm *per capita* se reduziram em 2,3% entre 1981 e 1989; as de ¼ a ½ sm em 1,8%; e as de ½ a 1 sm em 2,6%. Dessa forma, a redução de famílias pobres foi de 4,1%,

---

<sup>32</sup> OLIVEIRA, Jane Souto de; PORCARO, Rosa Maria; JORGE, Angela Filgueiras. *Mudanças no perfil de trabalho e rendimento no Brasil*. In: FIBGE, *Indicadores...*, p. 145-178.

<sup>33</sup> Silva (coord.), *O que mostram...*

<sup>34</sup> A metodologia utilizada para separar as famílias ou indivíduos pobres dos não pobres foi o poder de compra do salário mínimo. Fixou-se um valor arbitrário em termos absolutos ou *per capita* a partir do qual seria definido o conjunto das famílias/indivíduos pobres.

o que equivale a 5,8% em número de pessoas<sup>35</sup>. No entanto, precisamos levar em consideração que houve crescimento absoluto dos pobres e que o percentual da pobreza familiar ou individual<sup>36</sup> ainda é um número alto e inadmissível. Por outro lado, é inegável que a classe que se situa na faixa de rendimentos superior a um salário mínimo *per capita* cresceu na década a uma velocidade superior ao crescimento vegetativo das famílias e dos indivíduos: aumento da ordem de 5,5 milhões de famílias (5,7% a.a.), totalizando 17,6 milhões de pessoas (5,3% a.a.), enquanto, no Brasil, as famílias cresceram cerca de 9 milhões (3,6% a.a.) e a população aproximadamente 24 milhões (2,3% a.a.). Silva (1992) considera que, no universo da análise, a evolução da pobreza tendeu a melhorar na década de 1980, tanto pelo tamanho médio familiar<sup>37</sup> quanto pela homogeneização do salário mínimo.

**TABELA 16**  
**BRASIL: DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS E PESSOAS RESIDENTES EM**  
**DOMICÍLIOS PARTICULARES, SEGUNDO CLASSES DE RENDIMENTO**  
**MENSAL FAMILIAR PER CAPITA, 1981 E 1989**

	CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR <i>PER CAPITA</i> (EM SALÁRIOS MÍNIMOS)	1981 % (A)	1989 % (B)	VARIAÇÃO ABSOLUTA (B - A)	TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO ANUAL (%)
FAMÍLIAS	ATÉ 1/4	17,7	15,4	- 2,3	- 1,7
	1/4 - 1/2	20,8	19,0	- 1,8	- 1,1
	1/2 - 1,0	25,4	22,8	- 2,6	- 1,4
	MAIS DE 1,0	35,3	41,7	6,3	2,1
ACUMULADO	ATÉ 1/4	17,7	15,4	- 2,3	- 1,7
	1/4 - 1/2	38,5	34,4	- 4,1	- 1,4
	1/1 - 1,0	63,9	57,2	- 6,7	- 1,4
PESSOAS	ATÉ 1/4	22,3	19,5	- 2,8	- 1,7
	1/4 - 1/2	23,4	20,4	- 3,0	- 1,7
	1/2 - 1,0	24,6	22,5	- 2,1	- 1,1
	MAIS DE 1,0	28,9	36,4	7,5	2,9
ACUMULADO	ATÉ 1/4	22,3	19,5	- 2,8	- 1,7
	1/4 - 1/2	45,7	39,9	- 5,8	- 1,7
	1/2 - 1,0	70,3	62,4	- 7,9	- 1,5

Fonte: Adaptada de Silva (1992: 14).

<sup>35</sup> Aceitando o limite de 1/2 salário mínimo (sm) *per capita* para medição da pobreza relativa e utilizando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) como deflator desse mesmo salário.

<sup>36</sup> Cerca de 30% do total.

<sup>37</sup> Que passou de 4,30 componentes em 1981 para 3,91 em 1989.

**TABELA 17**  
**BRASIL: FAMÍLIAS E PESSOAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES, SEGUNDO CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR PER CAPITA, 1981 E 1989**

	CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR PER CAPITA (em salários mínimos)	1981 (em milhares) (A)	1989 (em milhares) (B)	VARIAÇÃO ABSOLUTA (B - A)	TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO ANUAL (%)
<b>FAMÍLIAS</b>	ATÉ 1/4	4.894	5.653	759	1,8
	1/4 - 1/2	5.762	6.959	1.197	2,4
	1/2 - 1,0	7.025	8.342	1.316	2,2
	MAIS DE 1,0	9.787	15.274	5.487	5,7
<b>ACUMULADO</b>	ATÉ 1/4	4.894	5.653	759	1,8
	1/4 - 1/2	10.656	12.612	1.956	2,1
	1/1 - 1,0	17.681	20.954	3.272	2,1
<b>PESSOAS</b>	ATÉ 1/4	26.610	27.921	1.311	0,6
	1/4 - 1/2	27.868	29.172	1.304	0,6
	1/2 - 1,0	29.336	32.253	2.917	1,2
	MAIS DE 1,0	34.416	52.064	17.648	5,3
<b>ACUMULADO</b>	ATÉ 1/4	26.610	27.921	1.311	0,6
	1/4 - 1/2	54.478	57.093	2.615	0,6
	1/2 - 1,0	83.814	89.346	5.532	0,8

Fonte: Adaptada de Silva (1992: 15).

### **Conclusão**

Os dados e informações apresentados em todas as análises anteriores nos levam a pensar o desenvolvimento da sociedade brasileira por outra ótica, aquela em que se mensura o desenvolvimento humano a partir de diversas variáveis, além da econômica. Com esse objetivo, o PNUD criou, em 1990, o Índice do Desenvolvimento Humano (IDH), que vem se constituindo em um dos instrumentos mais aceitáveis para o conhecimento das realidades sociais de um povo e para a mobilização política em busca do progresso integral e harmônico das nações. Esse índice representa três características desejáveis e esperadas do processo de desenvolvimento humano: a longevidade de uma população, expressa pela esperança de vida; seu grau de conhecimento, representado pela taxa de alfabetização de adultos e pela taxa combinada de matrícula nos três níveis de ensino; e sua renda ou PIB *per capita*, ajustada para refletir a paridade do poder de compra entre os países. Ele se situa entre os valores zero e um, da seguinte forma:

- Países com baixo desenvolvimento humano, quando o IDH for menor do que 0,500;
- Países de médio desenvolvimento humano, para os valores entre 0,500 e 0,800;
- Países de alto desenvolvimento humano, quando o índice for superior a 0,800<sup>38</sup>.

<sup>38</sup> PNUD, *Projeto Desenvolvimento...*, p. 20

A partir do estudo “Desenvolvimento Humano e Condições de Vida: Indicadores Brasileiros”, o PNUD<sup>39</sup> demonstrou que o Brasil, historicamente, tem avançado na área de desenvolvimento humano quando esse processo é medido pelo IDH (TABELA 18). Na década de 1980, tanto o País quanto todas as macrorregiões tiveram sensível e sistemática melhoria nos seus índices, assim como nos seus três componentes. O Brasil como um todo chegou próximo ao índice de alto desenvolvimento em 1991 (0,787), e três macrorregiões atingiram esse índice no mesmo ano (Sudeste - 0,832, Sul - 0,834 e Centro-Oeste - 0,817). A grande contribuição para essa melhoria veio da dimensão longevidade e educação, com parcelas de 45% e 38%, respectivamente. A dimensão renda teve uma contribuição pequena, de 16% do total. Fica evidenciado, então, que a renda é uma dimensão necessária, mas não suficiente do desenvolvimento humano, ratificando dessa forma o novo conceito de desenvolvimento adotado pelo PNUD.

Entretanto, algumas análises sobre os padrões e níveis de desenvolvimento social no Brasil, dos anos 1980, apontam para um agravamento do quadro social marcado pela precariedade do trabalho, pela elevada concentração de renda, e pelo expressivo

**TABELA 18**  
**ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)**

UNIDADE	BRASIL		NORTE		NORDESTE		SUDESTE		SUL		CENTRO-OESTE	
	1980	1991	1980	1991	1980	1991	1980	1991	1980	1991	1980	1991
Esperança de vida ao nascer (anos)	61,76	66,13	60,30	65,67	57,67	62,71	64,26	67,71	64,60	68,90	62,22	67,14
Taxa de alfabetização de adultos (%)	74,70	80,60	69,40	75,90	54,10	63,50	83,50	88,20	84,20	88,70	76,50	83,90
Taxa combinada de matrícula nos 3 níveis de ensino (%)	61,20	67,80	55,60	63,00	56,00	60,30	65,70	72,90	60,80	70,70	62,90	73,20
PIB per capita PPC\$	4.882	5.023	3.068	3.516	2.021	2.360	6.981	6.867	5.235	5.237	4.271	5.575
PIB per capita ajustado PPC\$	4.882	5.023	3.068	3.516	2.021	2.360	5.250	5.248	5.182	5.182	4.271	5.205
Índice de esperança de vida	0,613	0,686	0,588	0,678	0,545	0,629	0,654	0,712	0,660	0,732	0,620	0,702
Índice de educação	0,702	0,763	0,648	0,716	0,547	0,624	0,776	0,831	0,764	0,827	0,720	0,803
Índice de PIB	0,887	0,913	0,550	0,633	0,356	0,419	0,955	0,955	0,942	0,942	0,773	0,947
IDH	0,734	0,787	0,595	0,676	0,483	0,557	0,795	0,832	0,789	0,834	0,704	0,817

Fonte: Adaptada de PNUD (1998: 124).

<sup>39</sup> PNUD, *Projeto Desenvolvimento...*

grau de desigualdade social. Por outro lado, podemos caracterizar o período por suas conquistas democráticas e pela emergência de novas e articuladas demandas colocadas pela sociedade organizada, onde observa-se um considerável incremento na constituição de sindicatos, partidos e movimentos sociais, que proporcionam o surgimento de uma maior pluralidade ideológica, a emergência de novos atores políticos e a expressão articulada de novas demandas sociais.

A educação, a saúde, as taxas de natalidade, mortalidade e desnutrição, as condições de habitação e de saneamento básico, o mercado de trabalho e os números da pobreza, entre outros indicadores, devem ser analisados quando se pretende compreender a história de um país em um determinado período. O crescimento econômico não pode ser a única variável a ser considerada, pois o desenvolvimento humano não resulta apenas do setor econômico. Aceitando o conceito de desenvolvimento do PNUD, acreditando ser o IDH um importante índice para se conhecer a realidade de um país e analisando os dados apresentados, observamos que o Brasil progrediu na década de 1980. Reconhecemos que não foi o progresso esperado e necessário para suprir as carências da população, mas foi suficiente para provocar uma melhoria nos indicadores sociais.

### **Bibliografia**

- AMADEO, E. et al. *A natureza e o funcionamento do mercado de trabalho brasileiro desde 1980*. Brasília: IPEA, 1994 (Série “Texto para Discussão”, n. 353).
- BAER, Werner. *A economia brasileira*. São Paulo: Nobel, 2002.
- BATISTA, Edlamar. *Ensino superior no Brasil: 1980-1991*. Brasília: IPEA, 1993 (Série “Texto para Discussão”, n. 321).
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Administração Geral. *A educação no Brasil na década de 80*. Brasília: MEC, 1990.
- IBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Indicadores sociais: uma análise da década de 1980*. Rio de Janeiro: IBGE, 1995.
- SILVA, Luiz C. E. (coord.). *O que mostram os indicadores sobre a pobreza na década perdida*. Brasília: IPEA, 1992 (Série “Texto para Discussão”, n. 274).

### **RESUMO**

#### **DESENVOLVIMENTO HUMANO OU CRESCIMENTO ECONÔMICO? OS ANOS 80 NO BRASIL**

O artigo analisa a relação entre desenvolvimento humano e crescimento econômico na década de 1980, no Brasil, privilegiando as variáveis não econômicas. Apresenta e discute os indicadores da educação, da saúde, as taxas de natalidade, mortalidade e desnutrição, as condições de habitação e de saneamento básico, o mercado de trabalho e os números da pobreza no período. Destaca a importância do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como instrumento para o conhecimento das realidades sociais e para a mobilização política. Conclui que, apesar dos problemas econômicos, o país progrediu na busca de um desenvolvimento humano aceitável nos anos 1980.

**Palavras-Chave:** Desenvolvimento Humano; Crescimento Econômico; Década de 1980.

### **ABSTRACT**

#### **HUMAN DEVELOPMENT OR ECONOMICS GROWTH? THE 1980's IN BRAZIL**

This article analyses the relationship between human development and economics growth in the 1980's in Brazil, privileging non economics variables. It presents and discusses the education and health indicators, birth, death and nourished poorly rates, housing and basic sanitation conditions, work market and poverty data in that period. It emphasizes the Human Development Index (HDI) as an important instrument for obtaining knowledge about social realities and political mobilization. It concludes stating that, despite de economic problems, the country improved in search of for acceptable human development in the 1980's.

**Keywords:** Human Development; Economics Growth; 1980's.







## REPENSANDO 'A HISTÓRIA REPENSADA' DE KEITH JENKINS

JENKINS, K. *A História repensada*. Tradução de Mario Vilela. Revisão Técnica de Margareth Rago. São Paulo: Contexto, 2001.

Paulo Renato da Silva<sup>1</sup>

Até meados do século XX, a História ainda era muito parecida com as estradas do oeste norte-americano imortalizadas por Hollywood: reta, plana e sem viciniais. Essa estrada chamada positivismo era percorrida com segurança pelos historiadores até seu destino, a verdade. No entanto, novos caminhos surgiram para novos pontos de chegada trazidos pelo que conhecemos como pós-modernismo. As estradas também começaram a ser percorridas por novos transeuntes. É nesse emaranhado viário, ou melhor, paradigmático, de tráfego intenso, que muitos historiadores estão perdidos, tanto os mais jovens, que se sentem obrigados a escolher um dentre vários caminhos, como os mais velhos, que têm dificuldades para percorrer as novas estradas. Nessa situação, ainda que apresente algumas imprecisões e lacunas, *A História repensada (Rethinking History)* do historiador inglês Keith Jenkins permite aos historiadores se localizarem com mais precisão perante as mudanças provocadas pelo pós-modernismo. Apesar de ter sido publicado em 1991 e traduzido em 2001 - primeiro livro de Jenkins no Brasil -, sua discussão continua pertinente e assim promete continuar por muito tempo.

Uma pequena observação sobre a tradução do título: ainda que a tradução esteja certa, o tradutor teria sido mais feliz caso tivesse optado por *Repensando a História*. O gerúndio aproximaria mais o título do texto, que discorre sobre os questionamentos, superações e mudanças que marcam a História atualmente. *A História Repensada* traz a idéia do fechamento de um novo conceito de História, o que poderia levar Jenkins a ser enquadrado, erroneamente, na antiga estrada positivista.

Jenkins afirma que o texto é introdutório e polêmico. Na introdução, coloca a clássica pergunta "O que é a história?"<sup>2</sup>. O caráter introdutório da questão dispensa comentários e o polêmico está na resposta que se delineia ao longo do texto. A polêmica está presente desde a introdução, quando o autor afirma que novos transeuntes como literatos e filósofos pensam muito mais sobre seus respectivos objetos do que os historiadores. Mais do que isso, são considerados modelos a serem seguidos pela preocupação com "as 'leituras' e a elaboração de significados"<sup>3</sup>.

Assim, o autor questiona a visão positivista do passado. Jenkins considera que a História não consegue, não pode apreender plenamente a complexidade do

---

<sup>1</sup> Mestrando em História pela Universidade Estadual de Campinas.

<sup>2</sup> JENKINS, *A História...*, p. 17.

<sup>3</sup> JENKINS, *A História...*, p. 20.

passado. Ao invés de procurarem “a” verdade, os historiadores deveriam se preocupar com “as” verdades do passado. Jenkins alerta que isso não é nenhuma novidade, visto que a historiografia sempre lotou prateleiras sobre um mesmo tema: “Fica evidente que os historiadores deveriam levar em conta esses argumentos quando põem mãos à obra, mas com frequência, eles não o fazem. E, quando o fazem, raramente os desenvolvem”<sup>4</sup>.

O autor ainda lembra que a quantidade de fontes é muito grande, o que gera a necessidade de recortes espaciais, temáticos e temporais, ou muito pequena, o que impossibilita o desenvolvimento de uma pesquisa. Além disso, coloca que os historiadores nunca encontram todas as respostas para suas questões nas fontes e, assim, precisam formular hipóteses para prosseguirem com suas pesquisas. Nesse ponto, novos buracos aparecem na estrada quando o autor lança a questão da ideologia na História e sua influência nos recortes e nas hipóteses dos historiadores.

A ideologia é apresentada em *A História repensada* de um modo amplo, não somente na dimensão política ou partidária. A ideologia é o presente, o contexto econômico, social e cultural no qual estão inseridos os historiadores e produtores das fontes. Jenkins frisa o condicionamento ideológico da leitura e produção textual. “Assim como somos produtos do passado, assim também o passado conhecido (a história) é um artefato nosso. Ninguém, não importando quão imerso esteja no passado, consegue despojar-se de seu conhecimento e de suas pressuposições”<sup>5</sup>. Se a ideologia influencia tanto as fontes como os historiadores, a historiografia deveria ser analisada como uma fonte.

Além disso, ao dar destaque à ideologia, Jenkins questiona a neutralidade, objetividade do historiador ao relacionar a História com o poder. O autor lembra da importância da História para a legitimação de movimentos sociais e instituições como a universidade. Por isso, Jenkins reformula a pergunta da introdução. “Assim (...) fica claro que responder à pergunta ‘O que é a história?’ de modo que ela seja realista está em substituí-la por esta outra: ‘Para quem é a história?’”<sup>6</sup>.

O autor também destaca pressões do cotidiano que dificultam a apreensão do passado pelos historiadores. Pressões de familiares e amigos por mais convivência, do local de trabalho, no qual se manifestam divergências pessoais e profissionais, das editoras, que impõem extensão, formato, estilo, reescritas e prazos. Contudo, essas pressões ainda são minimizadas ou mesmo ignoradas pela maioria dos historiadores.

Essas são as principais questões levantadas por *A História Repensada*. O autor menciona Alex Callinicos, para quem o pós-modernismo demonstrou a “inadequação da realidade aos conceitos”<sup>7</sup>. Em poucas palavras, a resposta polêmica que se delineia ao longo do texto é que não existe “a” História, pois não existe “o” caminho para “a” verdade.

---

<sup>4</sup> JENKINS, *A História...*, p. 61.

<sup>5</sup> JENKINS, *A História...*, p. 33.

<sup>6</sup> JENKINS, *A História...*, p. 41.

<sup>7</sup> JENKINS, *A História...*, p. 100.

No entanto, conforme mencionado, o texto apresenta algumas imprecisões e lacunas, provocadas mais pelo momento de crise e transição paradigmática no qual vivemos do que por equívocos de Jenkins.

Em primeiro lugar, o autor coloca que seu objetivo é ajudar o historiador “a ter controle de seu próprio discurso”<sup>8</sup>. Ora, Jenkins demonstra exatamente o contrário, considerando-se o leque amplo de interferências sobre o trabalho do historiador. Nas notas, coloca que ter controle do discurso é “ter poder sobre o que você quer que a história seja, em vez de aceitar o que outras pessoas dizem que ela é”<sup>9</sup>. Nesse trecho, o autor parece se esquecer das diferentes leituras às quais estão sujeitas as fontes e a historiografia. Os historiadores precisam ter consciência, não controle do próprio discurso, consciência dos seus propósitos e limitações.

A aproximação entre Geoffrey Elton, segundo o qual “o estudo da história equivale a uma busca pela verdade”<sup>10</sup> e Edward Palmer Thompson também soa estranha em *A História Repensada*. Até o marxismo mais ortodoxo não admite a existência de uma única verdade e Thompson, ao enfatizar a cultura na formação da classe operária inglesa, demonstra as apropriações e mudanças efetuadas pelos trabalhadores no discurso dominante. Logo, Thompson também trabalha com leituras e produção de significados. Jenkins coloca que apesar de Thompson não considerar que todo “conhecimento seja passível de ‘prova científica’, ele mesmo assim o tem por conhecimento real”<sup>11</sup>. No entanto, quando discorda da crítica segundo a qual o passado seria, para os pós-modernos, inteiramente inventado, Jenkins também coloca que a História é um conhecimento real:

“Não quero dizer (...) que nós simplesmente inventamos histórias sobre o mundo ou sobre o passado (...), mas (...) que o mundo ou o passado sempre nos chegam como narrativas para verificar se correspondem ao mundo ou ao passado reais, pois elas constituem a ‘realidade’.”<sup>12</sup>

Finalmente, considerando-se o destaque dado à ideologia, acredito que Jenkins poderia ter escrito sobre sua formação e o que o teria levado ao pós-modernismo. A formação da classe operária inglesa de Thompson é apresentada por Jenkins como um texto que “pode ser lido tanto como uma introdução a aspectos da Revolução Industrial, quanto como um estudo do que certo tipo de historiador marxista tinha para dizer no final dos anos 50 e começo dos 60”<sup>13</sup>. Assim, além de um ensaio teórico, *A História repensada* pode ser lida como um estudo de certo tipo de qual historiador? Se tivesse explorado sua trajetória intelectual, certamente seria mais fácil compreender o que Jenkins entende por controle do próprio discurso.

---

<sup>8</sup> JENKINS, *A História...*, p. 17.

<sup>9</sup> JENKINS, *A História...*, p. 109.

<sup>10</sup> JENKINS, *A História...*, p. 35.

<sup>11</sup> JENKINS, *A História...*, p. 36.

<sup>12</sup> JENKINS, *A História...*, p. 28.

<sup>13</sup> JENKINS, *A História...*, p. 79.

A questão da ideologia em *A História repensada* deveria fazer com que as narrativas positivistas não fossem apenas criticadas, mas também compreendidas como uma forma de discurso igualmente válida, considerando-se o momento no qual o positivismo surge e se enraíza entre os historiadores. Afinal de contas, como o próprio Jenkins afirma ao comentar os aspectos positivos da crise paradigmática enfrentada pelos historiadores, “o relativismo moral e o ceticismo epistemológico constituem a base da tolerância social e do reconhecimento positivo das diferenças”<sup>14</sup>.

*A História repensada* é uma leitura obrigatória neste momento de incertezas. Apesar de não fornecer todas as respostas, coloca perguntas pertinentes para os historiadores repensarem seu objeto. O maior mérito de Jenkins é colocar um espelho na nossa frente, de modo que enxerguemos que as coisas não são tão simples e perfeitas quanto pareciam na viagem pela antiga estrada positivista.

\*\*\*

---

<sup>14</sup> JENKINS, *A História...*, p. 90.

## NORMAS EDITORIAIS

1. A revista *Sæculum* aceita para publicação artigos, comunicações, resenhas, entrevistas e memórias (palestras, depoimentos, documentos e fontes) na área de História.
2. Todos os trabalhos deverão ser encaminhados em disquete de 3½ polegadas ou CD-ROM (compatível com padrão IBM PC) e duas cópias impressas para:

### **Comissão de Editoração - Sæculum**

Departamento de História  
Universidade Federal da Paraíba  
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes  
Conjunto Humanístico - Bloco V  
Campus I - Cidade Universitária  
Castelo Branco - João Pessoa - PB  
CEP 58051-970 - Brasil

3. A primeira página deve conter o título do trabalho, nome do autor e, no rodapé, seu vínculo institucional e titulação e, quando necessário, indicação de entidade patrocinadora da pesquisa que o originou ou evento em que foi apresentado. A divulgação de e-mail para contato com os leitores é opcional mas, quando houver, deve constar nesta nota.
4. Na segunda página do trabalho deve constar um resumo em português (máximo de 250 palavras) e sua versão para o inglês (*abstract*), além de três palavras-chave e três *keywords*.
5. Os artigos deverão ter no máximo 20 (vinte) páginas, ser digitados em Editor de Texto *Word for Windows* versão 97 ou posterior, com a seguinte formatação: fonte *Times New Roman* corpo 12; espaço entre linhas de 1,5; margens de 2,5 cm; papel A4.
6. As notas de rodapé devem ater-se ao mínimo necessário, não excedendo o total de 40 (quarenta). Devem ainda seguir a seguinte formatação: fonte *Times New Roman* corpo 10; espaço entre linhas simples; e um máximo de 8 (oito) linhas em cada nota.
7. Caso o trabalho contenha imagens, essas não poderão exceder o número de 5 (cinco) e deverão ser enviadas em arquivos independentes, no formato JPEG ou TIFF, com resolução mínima de 300 dpi e dimensões máximas de 15 cm x 21 cm, com escala de cinza de 256 tons. A revista *Sæculum* não publica imagens coloridas. O local de inserção das imagens no corpo do texto deve ser indicado por legenda (Ex.: “Figura 1”, etc., etc.).
8. As resenhas deverão ter no máximo 5 (cinco) páginas, e devem versar sobre obra publicada no Brasil ou no exterior, durante os últimos dois anos. Tanto estas como as demais categorias de trabalho devem seguir as indicações de digitação e normatização estabelecidas para os artigos.
9. Traduções devem ser acompanhadas da autorização do autor.

- 10.** As referências bibliográficas das citações, obras e autores comentados devem ser feitas apenas em notas de rodapé, através do sistema numérico, segundo normas da ABNT (NBR 6023: ago. 2002). A revista *Sæculum*, a partir da edição n. 12, não publicará bibliografias ao final dos trabalhos.
- 11.** Em anexo ao trabalho devem constar endereço postal, endereço eletrônico e telefones (fixo e celular), para possível contato durante a fase de editoração.
- 12.** Todos os textos serão submetidos à análise de um ou mais membros do Conselho Editorial, para a verificação de aspectos ligados ao conteúdo, forma e pertinência dos temas. Os trabalhos que não contemplarem as normas editoriais não serão avaliados para publicação nem devolvidos aos autores.



## **AGRADECIMENTOS**

A Comissão de Editoração da revista *Sæculum* agradece a colaboração dos colegas abaixo relacionados, que contribuíram na elaboração desta edição como pareceristas *ad hoc*:

Cláudia Engler Cury (DH/ PPGH/ UFPB)

Elio Chaves Flores (DH/ PPGH/ UFPB)

João Azevedo Fernandes (DH/ UFPB)

Regina Célia Gonçalves (DH/ PPGH/ UFPB)

Ricardo Pinto de Medeiros (DH/ PPGH/ UFPB)

**Solicitamos permuta  
Rogamos scambio  
Nous sollicitons l'échange de numéro  
Exchanged requested  
Wir bitten um Austausch**

Os textos aqui publicados são  
de inteira responsabilidade de seus autores.  
As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente,  
o ponto de vista deste periódico, da Comissão de Editoração  
ou da Universidade Federal da Paraíba.

Esta revista foi impressa nas oficinas gráficas da Editora Manufatura,  
em papel Pólen 80g/m<sup>2</sup> (miolo) e papel Supremo 240g/m<sup>2</sup> (capa),  
com tiragem de 300 exemplares, em dezembro de 2004.  
Sua editoração utilizou os *softwares* Adobe PageMaker 7.0 e CorelDRAW! 10.0.  
O corpo do texto foi composto com a fonte Souvenir Light BT,  
e na capa foram utilizadas as fontes Castellar e Friz Quadrata.